



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ERMESON NATHAN PEREIRA ALVES

VOZES DO SILÊNCIO NA EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA:

uma análise teórico-conceitual sob o prisma da Teoria Decolonial

JOÃO PESSOA

2024

ERMESON NATHAN PEREIRA ALVES

**VOZES DO SILÊNCIO NA EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA:**

uma análise teórico-conceitual sob o prisma da Teoria Decolonial

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza.

Coorientadora: Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem.

JOÃO PESSOA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 108

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese do(a) Doutorando(a) **ERMESON NATHAN PEREIRA ALVES** como requisito para obtenção do grau de Doutor(a) em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de pesquisa em Ética, Gestão e Políticas da Informação.

No trigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro (30/09/2024), das dezenove horas e trinta minutos às vinte e duas horas e quarenta minutos, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o(a) candidato(a) ao Grau de Doutor(a) em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o(a) doutorando(a) **ERMESON NATHAN PEREIRA ALVES**. A defesa ocorreu de forma remota, com acesso por meio do linkmeet.google.com/que-zjsd-vrn. A banca examinadora foi composta pelos (as) professores(as): Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador), Dra. Leilah Santiago Bufrem – UFPR (Coorientadora), Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – PPGCI/UFPB (Examinadora interna), Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire – PPGCI/UFPB (Examinador interno), Dra. Vitória Gomes Almeida – UFCA (Examinadora externa), Dra. Carla Adriana da Silva Santos – UFBA (Examinadora externa), Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Suplente Interna) e Dr. Marcos Aurélio Gomes – UFAL (Suplente Externo). Dando início aos trabalhos, o(a) Professor(a) Dr(a). Edivanio Duarte de Souza, Presidente(a) da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao(à) discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: **“Vozes do silêncio na epistemologia da Ciência da Informação brasileira: uma análise teórico-conceitual sob o prisma da Teoria Decolonial”**. Após a apresentação, o(a) doutorando(a) foi arguido(a) na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o(a) Professor(a) Dr.(a). Edivanio Duarte de Souza, Presidente(a) da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

Aprovado Insuficiente Reprovado.

Observações da Banca:

A banca considera o trabalho de excelência, com significativa contribuição para Ciência da Informação e recomenda a publicação, no todo e em partes.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professor(a) Dr.(a) Edivanio Duarte de Souza, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim pelos(as) participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese do(a) doutorando(a), devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 30 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDIVANIO DUARTE DE SOUZA
Data: 01/10/2024 16:19:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Edivanio Duarte de Souza
Presidente/ Orientador (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br LEILAH SANTIAGO BUFREM
Data: 01/10/2024 22:20:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Leilah Santiago Bufrem
Coorientadora – UFPR

Documento assinado digitalmente
gov.br BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Data: 02/10/2024 13:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Bernardina Maria J. Freire de Oliveira
Examinador (a) Interno (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br GUSTAVO HENRIQUE DE ARAUJO FREIRE
Data: 03/10/2024 09:10:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br VITORIA GOMES ALMEIDA
Data: 04/10/2024 10:44:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Vitória Gomes Almeida
Examinador (a) Externo (a) – UFCA


Dra. Carla Adriana da Silva Santos
Examinador (a) Externo (a) – UFBA

Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Suplente Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br ERMESON NATHAN PEREIRA ALVES
Data: 18/11/2024 08:11:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Marcos Aurélio Gomes
Suplente Externo (a) – UFAL

Ermeson Nathan Pereira Alves
Doutorando(a)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474v Alves, Ermeson Nathan Pereira.

Vozes do silêncio na epistemologia da Ciência da Informação brasileira : uma análise teórico-conceitual sob o prisma da Teoria Decolonial / Ermeson Nathan Pereira Alves. - João Pessoa, 2024.

207 f. : il.

Orientação: Edivanio Duarte de Souza.

Coorientação: Leilah Santiago Bufrem.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da Informação - Brasil. 2. Epistemologia - Ciência da Informação. 3. Teoria da Decolonialidade. 4. Necroepistemicídio. I. Souza, Edivanio Duarte de. II. Bufrem, Leilah Santiago. III. Título.

UFPB/BC

CDU 007(81)(043)

ERMESON NATHAN PEREIRA ALVES

**VOZES DO SILÊNCIO NA EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA:**

uma análise teórico-conceitual sob o prisma da Teoria Decolonial

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação, no dia ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFPB
(Orientador/Presidente)

Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem – PPGCI/UFPE
(Coorientadora)

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – PPGCI/UFPB
(Avaliadora Titular Interna)

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire – PPGCI/UFPB
(Avaliador Titular Interno)

Profa. Dra. Vitória Gomes Almeida – UFCA
(Avaliadora Titular Externa)

Profa. Dra. Carla Adriana da Silva Santos – Carla Akotirene – UFBA
(Avaliadora Titular Externa)

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB
(Membra Suplente Interna)

Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes – PPGCI/UFAL
(Membro Suplente Externo)

Dedico esta tese ao meu Deus e à minha fé, fontes de força e de inspiração ao longo desta trajetória.

Dedico a mim mesmo, por não ter desistido, quando tantas vezes desejei, por ter enfrentado os desafios com coragem e por ter me exposto tanto nestas páginas. Que a força continue a me guiar.

À CAPES, grande fomentadora para produzir minha escrita, por pagar meu psicólogo até onde eu podia. Por pagar minhas contas, por sanar a fome, imenso obrigado pela alimentação e pela sustentação básica, pois sem fomento e com fome não se produz ciência no Brasil e em lugar nenhum do mundo! Foi um ano e pouco de fomento, mas me permitiu grandes possibilidades. Gratidão!

Aos meus pais, pelo apoio constante ao longo de toda esta jornada.

Aos que se fizeram presentes na leitura desta obra, que encontrem inspiração, reflexão e aprendizado em suas páginas.

À Dávila Maria Feitosa da Silva, pela parceria, pelo apoio e pela sua força. Obrigado pelas parcerias acadêmicas!

A Oxóssi - Okê Arô! - símbolo do conhecimento e das florestas. Exímio caçador, jovem e robusto guerreiro, que habita as matas com seu arco e flecha. Que sua presença nos lembre da importância da conexão com a natureza e da busca constante pelo sustento e pela fartura.



ó garrafada das ervas maceradas do breu das brenhas
se adonai de mim e do meu peito lacerado
ó senhora dos remédios
ó doce dona
ó chá
ó unguento
ó destilado
ó camomila
ó belladona
ó phármakon
respingai grossas
gotas de vossos venenos
ó doce dona
ó camomila
ó belladona
serenai minhas irremediáveis pupilas dilatadas
ó senhora dos sem remédios
domai as minhas brutas ânsias acrobáticas
que suspensas piruetam pánicas nas janelas do caos
se desprendem dos trapézios
e, tontas, buscam o abraço fraterno e solidário dos espaços vácuos
ó garrafada das maceradas ervas do breu das brenhas

Epigrafe

**Feitio de Oração
Waly Salomão, poesia total**

PENSAMENTO RIZOMÁTICO

Sobre o que é esta tese?

É sobre mexer na imensa ferida colonial;

É sobre alçar o conhecimento horizontal afrontando e ultrapassando o conhecimento vertical;

É sobre a força afetiva e o saber afrontando a lógica epistêmica;

É sobre corpo-político-conhecimento desmontando o corpo-colonial-patriarcal-capitalista hegemônico;

É sobre ser e estar no mundo, reconhecendo-se como sujeito que é, e não subjugado como foi e é;

É sobre **(re) existência**, cortando como faca a **(sub) existência**;



É sobre o **universalismo** se transformando em **diversalismo**;

É sobre a **universidade** se transformando em **Subversidade**;

É sobre **Abya Yala**, ao invés de **América**;

É sobre **Pindorama**, ao invés de **Brasil** (ou Brazil?);

É sobre **SentirPensar e Corazonar**, ao invés de **NecroEpisteMatar**;

Sobre

estar/pensar/sentir/corporificar/subverter como práticas contra-hegemônicas.

Ermeson Nathan. Estado de Catarse em: 26/02/2024 às 17:26 localizado em Abya Ayala, Pindorama, Siará, Kariri, Joaseiro.

É sobre a terra mãe, a mata, os virginianos e Oxóssi acertando com sua flecha contra os terroristas anti-mata-terra;

RESUMO

Os fundamentos teóricos e epistemológicos são essenciais para a constituição, a consolidação e a compreensão de uma área do conhecimento. Porém, é importante que estes tenham como base um conjunto de elementos que materializem as condições geográficas, políticas, econômicas, sociais e culturais de onde emergem. Com efeito, este estudo objetiva analisar as epistemologias adotadas pela Ciência da Informação brasileira, fornecedoras de bases estruturais e reflexivas para a formação do seu *corpus* epistêmico, a partir do prisma da Teoria Decolonial. Os objetivos específicos são: a) identificar as epistemologias na Ciência da Informação brasileira, a partir dos/as autores/as seminais no campo por meio dos planos de ensino de disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia em Ciência da Informação dos programas de pós-graduação, nos cursos de doutorado do Brasil; b) verificar a construção colonial do saber, a partir da perspectiva teórico-prática e conceitual, na Ciência da Informação brasileira; c) caracterizar, a partir das concepções (dimensões), as produções de conhecimento na Ciência da Informação brasileira; d) identificar, a partir da Teoria Decolonial, as possibilidades outras de categorização, teorização e conceitos para os estudos da área; e e) Propor um modelo epistemológico afro-indígena na Ciência da Informação brasileira. O universo da pesquisa foi composto por 16 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação avaliados e reconhecidos pelo Ministério da Educação. Para compor a amostra da pesquisa, foram selecionados 13 desses programas. No entanto, devido a dificuldades no acesso às bibliografias das disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia em Ciência da Informação em alguns programas de doutorado, a análise final incluiu apenas 11 programas. Em seu percurso metodológico, trata-se de uma pesquisa classificada, quanto à natureza do objeto, como básica, com vista aos estudos teóricos no campo; no que se refere aos objetivos, se delimita, inicialmente, como pesquisa explicativa, no que se refere à interpretação dos fenômenos eclodidos a partir da conjuntura teórica; quanto à forma de abordagem, se constitui como qualitativa e quantitativa; no que concerne aos procedimentos de coleta de dados, trata-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, operacionalizadas, respectivamente, via levantamento bibliográfico e levantamento documental. Os dados foram coletados junto aos planos de disciplinas que tratam sobre fundamentos teóricos e epistemológicos nos cursos de doutorado em Ciência da Informação brasileiros. As análises dos resultados indicam que a Ciência da Informação brasileira está profundamente enraizada em práticas epistemológicas associadas ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado, perpetuando linhas de opressões e de subalternização em relação a saberes não eurocêtricos. Nesse contexto, considera-se o necroepistemicídio para descrever a violência epistemológica presente na área, ampliando a noção de morte epistêmica com o intuito de incluir a morte dos corpos no contexto do projeto necropolítico do Estado. Considera-se, ainda, o *Corazonar* e o *Sentipensar* como práticas epistemológicas alternativas e horizontais para a Ciência da Informação, concebidas como abordagens decoloniais que propõem novos *loci* de análise, em contraposição às epistemologias verticais. Por fim, destaca-se a relevância de elementos visuais, como imagens e vídeos, integrados à tese, que proporcionam uma nova forma de representação do conhecimento, transcendendo a dimensão da escrita e reconfigurando o conhecimento vertical por meio de práticas alternativas de leitura.

Palavras-chave: Ciência da Informação no Brasil; Epistemologia da Ciência da Informação; Teoria da Decolonialidade; Necroepistemicídio.

ABSTRACT

Theoretical and epistemological foundations are essential for the establishment, consolidation, and understanding of a field of knowledge. However, it is crucial that these foundations be based on elements that reflect the geographical, political, economic, social, and cultural conditions from which they emerge. This study aims to analyze the epistemologies adopted by Brazilian Information Science, which provide structural and reflective bases for the formation of its epistemic corpus, from the perspective of Decolonial Theory. The specific objectives are: (a) to identify epistemologies in Brazilian Information Science based on seminal authors in the field through the syllabi of courses on Foundations and/or Epistemology in Information Science from doctoral programs in Brazil; (b) to examine the colonial construction of knowledge from theoretical-practical and conceptual perspectives in Brazilian Information Science; (c) to characterize, based on conceptions (dimensions), the knowledge production in Brazilian Information Science; (d) to identify, through Decolonial Theory, alternative possibilities for categorization, theorization, and concepts for studies in the field; and (e) to propose an Afro-Indigenous epistemological model in Brazilian Information Science. The research universe consisted of 16 graduate programs in Information Science evaluated and recognized by the Ministry of Education. Thirteen programs were selected for the study sample; however, due to difficulties in accessing the bibliographies of courses on Foundations and/or Epistemology in some doctoral programs, the final analysis included only 11 programs. Methodologically, this research is classified as basic in nature, aimed at theoretical studies within the field. Regarding its objectives, it is initially defined as explanatory research focused on interpreting phenomena arising from the theoretical context. Concerning the approach, it combines qualitative and quantitative methods. In terms of data collection procedures, it involves bibliographic and documentary research, operationalized through bibliographic and documentary surveys, respectively. The data were collected from the syllabi of courses addressing theoretical and epistemological foundations in Brazilian doctoral programs in Information Science. The analysis of the results indicates that Brazilian Information Science is deeply rooted in epistemological practices associated with capitalism, colonialism, and patriarchy, perpetuating systems of oppression and subordination of non-Eurocentric knowledge. In this context, the concept of necroepistemicide is employed to describe the epistemological violence present in the field, extending the notion of epistemic death to include the death of bodies within the context of the state's necropolitical project. Additionally, the concepts of Corazonar and Sentipensar are considered as alternative and horizontal epistemological practices for Information Science, conceived as decolonial approaches that propose new loci of analysis in opposition to vertical epistemologies. Lastly, the integration of visual elements, such as images and videos, is highlighted as a significant component of the dissertation. These elements provide new forms of knowledge representation, transcending the written dimension and reconfiguring vertical knowledge through alternative reading practices.

Keywords: Information Science in Brazil; Epistemology of Brazilian Information Science; Decoloniality (theory); Necroepistemicide.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação com Doutorado do Brasil por Região e por conceito Capes de 2024	30
Gráfico 2 -	Frequência de menção a autores/as nos planos de curso	32
Gráfico 3 -	Perfil de autor/a por sexo	34
Gráfico 4 -	Obras e autores mais citados nos planos de ensino dos PGCIs em disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia da Ciência da Informação	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	- Academia Nacional de Ciências
BRAPCI	- Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	- Centro Brasileiro de Pesquisas Física
CDC	- Curso de Documentação Científica
CISTI	- <i>Canada Institute for Scientific and Technical Information</i>
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS	- <i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
EUA	- Estados Unidos da América
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUMEC	- Fundação Mineira de Educação e Cultura
IBBD	- Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	- Informação Científica e Tecnológica
INIST	- <i>Institut de l'information Scientifique et Technique</i>
ISI	- <i>Institute for Scientific Information</i>
MC	- Modernidade/Colonialidade
MEC	- Ministério da Educação
MIT	- <i>Massachusetts Institute of Technology</i>
OED	- <i>Oxford English Dictionary</i>
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDCT	- Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDCT	- Planos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PPGCI	- Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGGOC	- Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento
PPGTICGC	- Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento
SNICT	- Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFF	- Universidade Federal de Fluminense
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	- Universidade Federal de Sergipe
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	- Universidade Federal de São Carlos
UNB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	- Universidade de São Paulo
VINITI	- <i>Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii</i>

SUMÁRIO

	INTERLÚDIO DA TESE - UMA ANTI-INTRODUÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAIS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS NOS CURSOS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: PERCURSO METODOLÓGICO E BASES EMPÍRICAS	26
3	IMAGINAR PELO IMAGINADO: FIOS HISTÓRICOS, HISTORIOGRÁFICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA	41
3.1	História e historiografia da Ciência da Informação à Ciência da Informação brasileira	44
3.2	Ciência da Informação brasileira: contextos de origem e de desenvolvimento	62
3.3	Epistemologia na Ciência da Informação brasileira	68
	INTERLÚDIO DA TESE - UM MOMENTO DE RESPIRO?	87
4	DESIMAGINAR PARA IMAGINAR: A COLONIZAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO DO SABER, MEXENDO NA FERIDA COLONIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA	91
4.1	O sistema-mundo moderno/colonial como condição para o necroepistemicídio	92
4.2	As chamadas da colonização: explorando o necroepistemicídio	105
5	FALAR (FALANDO EM LÍNGUAS): A EPISTEMOLOGIA HORIZONTAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR VIAS ALTERNATIVAS	121
5.1	Modelo epistemológico afro-indígena na Ciência da Informação brasileira..	143
5.2	<i>Corazonando</i> o percurso metodológico: uma metodologia <i>a posteriori</i>	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
	INTERLÚDIO DA TESE - CÂNTICOS, PRECES E SÚPLICAS: PREPARANDO O TERRENO PARA NOVAS POSSIBILIDADES E RENOVAÇÃO	160
	REFERÊNCIAS	162
	APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DO UNIVERSO DA PESQUISA	171

INTERLÚDIO DA TESE – UMA ANTI-INTRODUÇÃO

E a tese¹ do terceiro mundo se revolta, mas rompe, sinceramente, com as estruturas de poder vigentes? Pode esta tese se propor a uma desconstrução dos modos de conhecimento estando ela, ainda, inserida nas lógicas coloniais do conhecimento acadêmico?

Tudo começou em 2019, quando eu, por interesse próprio, tive acesso às produções de conhecimento das mulheres feministas negras. O primeiro livro que li foi o da filósofa e mestra Djamila Ribeiro. Em *O que é lugar de fala?*, a autora, além de apresentar a teoria e o conceito de lugar de fala, desnuda as relações sociais de opressão que as mulheres negras enfrentam constantemente, principalmente, no Brasil.

Em seguida, aprofundi meu entendimento com a obra *Interseccionalidade*, da doutora Carla Akotirene, cuja leitura me revelou nuances ainda mais profundas e complexas sobre as dinâmicas interseccionais enfrentadas pelas mulheres negras. Além de dialogar com as ideias de Djamila Ribeiro, Akotirene propõe uma reflexão incisiva sobre como essas mulheres são atravessadas por múltiplas camadas de opressão, entendendo a interseccionalidade como uma encruzilhada - um conceito central em sua análise. Tal como uma encruzilhada, a interseccionalidade é o ponto de convergência de diversas opressões que não apenas se somam, mas se entrelaçam, criando uma realidade única e multifacetada. Ao utilizar essa poderosa metáfora, Akotirene destaca a urgência de reconhecer essas intersecções para que se possa, de fato, compreender e combater as desigualdades enfrentadas por essas mulheres.

Além disso, o que me instigou a pesquisar mais profundamente e, conseqüentemente, tornou-se uma das bases do desenvolvimento desta tese, foi a constatação de que o conhecimento científico, desde sua origem, vem ditando o que deve e o que não deve ser dito, quem deve e quem não deve falar e, sobretudo, impondo a ideia de que a produção de conhecimento também é geolocalizada - pois, para a ciência, apenas o conhecimento regional é considerado localizado.

Pode a ciência ser, desde sua construção, um sistema opressor? Eu comecei a perceber que ela não apenas pode, mas efetivamente é, ainda nos dias atuais, um sistema de opressão de saberes que escapam ao modelo de lógica racional, ao objetivismo e à validação pelos pares científicos, sobretudo, no que se refere à sua construção seminal. E a ciência cidadã?

¹ A imagem abaixo foi criada pelo autor da tese usando o Canva. A segunda imagem, que divide as seções e representa o conhecimento do autor, foi elaborada pelo designer Kevin Leite, em parceria com o autor da tese. Fonte da primeira imagem: Alves (2022); Fonte da segunda imagem: Leite e Alves (2024).

Eu, então, comecei a me questionar: qual o motivo de eu nunca ter lido, ou ter lido em raros momentos pontuais, durante mais de oito anos de vida acadêmica, mulheres negras? Quais os motivos de eu não ter tido acesso à literatura indígena? O que há nesse/a outro/a, e aqui o/a outro/a não apenas como categoria analítica, mas como um conjunto de não-seres que não estão na literatura científica e que não contribuem para o nosso desenvolvimento?

Eu me questionei o motivo de não ter lido, em termos de Spivak (2010), os subalternos. Foi nesse momento e, atrelado às leituras de mulheres negras, que pude entender que o meu conhecimento, o conhecimento científico atual cifrado, à que sempre tive acesso e que compõe minha formação, lá na ponta, de uma forma brutal, hierarquiza sistemas de opressão, corrobora para o racismo epistêmico, provoca o etnocídio, o epistemicídio, o altericídio e tantas outras violências.

E, além disso tudo, eu me questionava sobre qual era a função da universidade nessa formação de conhecimento ainda imperialista. Eu percebi lendo Walter D. Mignolo e Ramón Grosfoguel² e outros/as intelectuais do grupo Modernidade/Colonialidade que a universidade é, em sua origem, colonial e fundada por europeus, que visavam à disseminação dos seus conhecimentos na perspectiva de universalizá-los.

Cabe, dentro dessas reflexões, ressaltar que obviamente a ciência nos conduziu para o avanço como seres humanos e às dinâmicas sociais e tecnológicas em sociedade. O que aqui questiono é o núcleo científico de sempre partir de uma mesma linha estrutural cognitiva de ser universal, europeia e/ou norte-americana, objetivista, delimitada por seus pares, enquanto, como nos diz Pessoa (1917, p. 5) em sua poesia *Ultimatum* “[...] E tu, Brasil «república irmã», blague de Pedro Álvares Cabral, que nem te queria descobrir!”, e eu o refaço: e tu, Brasil, que só reproduz o que os seus colonizadores deixaram para ti: a colonialidade do ser, do poder e do saber, como ficas?

Aqui, o lixo epistêmico, o não-ser, tem fala! E não significa que esta tese fala por, ou define por, longe disso, é uma tese que busca desnudar, abrir as cortinas e mostrar também os bastidores do que ocorre, quando a gente vê apenas o que nos é dado, instruído, oferecido. Eu não quero mais o conhecimento vertical, eu quero o horizontal, eu quero outras narrativas, outros modos de conhecimento que a ciência não nos fez entender, eu quero conhecimento-corpo-político.

E agora é assim, sabe: sem abaixar a cabeça, sem deixar que os/as outros/as pensem e definam os nossos conhecimentos, as nossas lutas políticas, os nossos corpos e as nossas

² Compilação de textos lidos durante alguns anos, aqui foram inseridos como parte da memória do que a produção desses/as autores/as representa, não tendo um texto em específico, mas um conjunto de textos lidos.

‘corpas’³. Não é mais sobre você, colonizador, é sobre nós, colonizados. Com efeito, esta tese é uma verdade-ficção; ela passa pelo meu filtro subjetivo, ideológico, simbólico etc., e eu a escrevo. A ciência e a epistemologia que me formaram são, também, uma ficção, elas passaram pelos filtros subjetivos dos/as intelectuais antecedentes que a construíram e é essa mesma ciência que me conduziu a questioná-la. Acesso o real através do simbólico, do imaginário. A verdade é um discurso.

E o que peço é ainda o que nos diz Pessoa (1917, p. 5): “[...] deixem-me respirar! Abram todas as janelas! Abram mais janelas do que todas as janelas que há no mundo!”. E a tese terceiro-mundista se revolta!

³ O termo “corpas” é utilizado neste contexto como uma expressão política que enfatiza a valorização e o reconhecimento dos corpos femininos, especialmente das mulheres negras, indígenas, trans, travestis e cisgêneras, como agentes políticos na construção de conhecimento não eurocêntrico. A utilização [desse](#) termo destaca a importância de considerar as experiências corporais desses grupos historicamente marginalizados como centrais na resistência e na produção de narrativas periféricas dissidentes. Essa abordagem busca subverter as lógicas coloniais e patriarcais que tradicionalmente desvalorizaram e subalternizaram esses corpos, promovendo assim uma visão mais inclusiva e crítica no campo acadêmico.



PARTE 1

1 INTRODUÇÃO

*Você fica perdendo o sono
Pretendendo ser o dono das palavras
Ser a voz do que é novo;
E a vida, sempre nova,
Acontecendo de surpresa
Caindo como pedra sobre o povo.
(Belchior).*

A Ciência da Informação é uma área de estudo que, desde sua origem, está arraigada ao contexto da seleção, do tratamento, da organização, da disseminação e da recuperação da informação, a partir de três quadros contextuais: tecnológico, interdisciplinar e social.⁴ Esse tripé que estrutura o campo permite repensar os conceitos, as teorias e os métodos aplicados à construção de sua epistemologia, à qual fornece base estrutural do desenvolvimento do campo para pensar seus paradigmas.

Os construtos conceitual, teórico e metodológico da Ciência da Informação partem de um lugar, não apenas geográfico, mas, sobretudo, geopolítico e social, construídos a partir de indivíduos que ditam o que deve e o que não deve ser considerado para a sua construção epistêmica. Nesse sentido, a construção teórica da epistemologia do campo se condiciona a partir de sujeitos interseccionalizados por marcadores sociais, os quais estão sendo alvo de críticas e debates atualmente.

Esses marcadores sociais são dos mais diversos, tais como gênero, etnia/raça e classe. Nesse contexto, o que aqui se pressupõe compreender é que a epistemologia da área parte de um determinado lugar que, ao que se vem averiguando, se constitui de um tipo de pensamento arraigado às práticas norte-americanas e/ou europeias, sempre partindo do lugar de um centro de pensamento racional, solipsista e, em seu início, fortemente atrelado às práticas matemáticas de mensuração da informação, num dado fluxo informacional e de recuperação.

De modo amplo, podemos compreender a epistemologia como a “teoria do conhecimento”, ou seja, é a prática reflexiva de se entender como o conhecimento, nesse caso, o conhecimento científico, se constrói e se desenvolve, bem como são construídos os métodos e as suas dinâmicas de validação. Dessa forma, a epistemologia é considerada como uma prática filosófica de estudar como o conhecimento nasce, como ele é construído, como ele é condicionado e, principalmente, como essas teorias do conhecimento são elaboradas.

Indo além dessa breve explanação, a epistemologia como prática filosófica se consolida em meados do século XVII e final do século XVIII com os trabalhos de autores

⁴ Autores como Tefko Saracevic e Carlos Ávila de Araújo, dentre outros na Ciência da Informação, trazem reflexões sobre esses quadros contextuais, principalmente o primeiro autor mencionado.

racionalistas continentais europeus, tais como René Descartes e Immanuel Kant, e a tradição empirista britânica de John Locke, George Berkeley e David Hume, para citar apenas os principais. Esses pensadores estruturam a base fundamental da epistemologia como prática filosófica de pensar o conhecimento científico, os seus métodos, os paradigmas e as justificações. O projeto epistêmico dos racionalistas, por exemplo, ia além da formulação do pensamento sobre as práticas científicas e se consolidaram na criação das teorias de conhecimento em que, a partir de uma visão universalista, buscavam criar conceitos, teorias e métodos que fossem disseminados na perspectiva de se universalizar o conhecimento.

A modernidade foi construída ao longo do tempo e, como já discuti, trouxe uma série de avanços técnico-científicos para a humanidade, em que pesem as críticas a ela direcionadas. No entanto, é fundamental considerar que há, pelo menos, dois conjuntos de críticas sobre as potencialidades e as limitações da Ciência Moderna, que enriquecem essa discussão, dependendo do lugar de enunciação. Por um lado, temos a crítica intra-europeia (pós-positivista), que surge a partir do século XX, tendo como local de enunciação privilegiado a Europa Ocidental. Pensadores críticos como Gaston Bachelard, Karl Popper, Jean Piaget, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas, Michael Foucault, Thomas Khun, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos contribuíram para essa discussão. Por outro lado, temos a crítica extra-europeia (pós-colonial), que também surge a partir do século XX, tendo como local de enunciação privilegiado a América Latina. Nesse contexto, pensadores críticos como Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Walter Dignolo, Zulma Palermo, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez e Nelson Maldonado-Torres oferecem perspectivas alternativas e críticas à modernidade. Não podemos deixar de considerar a crítica à origem desta corrente, vinculada à noção de Sistema-Mundo, nos Estados Unidos da América (EUA).

Apesar do papel revolucionário dos intelectuais europeus e norte-americanos, suas contribuições não foram suficientes. Então, é importante reconhecer que a discussão sobre a modernidade no século XX inclui não apenas críticas internas, mas também um novo pensamento emergente na América Latina, que também critica a modernidade. Nesse contexto, a práxis e a máxima frase de Descartes, “Penso, logo existo!”, têm sido alvo de debate no campo dos estudos decoloniais atualmente. Em confronto com os pensadores solipsistas do conhecimento e, conseqüentemente, da epistemologia desenvolvida, ou seja, da epistemologia vertical, a Teoria Decolonial tem repensado os lugares de fala de onde se desenvolvem essas práticas discursivas em torno da universalização do conhecimento. Com efeito, essa teoria faz uso de categorias não eurocêntricas do conhecimento, reelaborando os

conceitos, as teorias e os métodos para refletir sobre o próprio conhecimento a nós impostos sob o julgamento de sermos “domesticados” em nosso pensar, em nossos corpos e em nossos saberes, a partir da violência epistêmica, causando o que se definem como epistemicídio.

O epistemicídio, por sua vez, é, em suma, a matança dos saberes considerados subalternos em relação à regra epistêmica europeia cartesiana, solipsista e racionalista. Ou seja, todos os saberes não-ocidentalizados ou os “desviantes” da concepção do centro do pensamento europeu é passível de ser invisibilizado e, nos casos mais extremos, exterminados, causando o que consideramos ser o genocídio dos saberes de população fora do eixo hegemônico da dominação europeia.

Outro fator exponencial para os estudos decoloniais partiu da verificação da modernidade como um fator condicional na estruturação das hierarquias de opressão e, conseqüentemente, reafirmando os discursos de poder da dominação colonial sob outros saberes e povos. Nesse sentido, nasce junto à modernidade, a colonialidade e o capitalismo, essa tríade consolida as relações de Outridade de pensamento em confronto com o que se apresenta como regra do pensar.

Há, dentro de um mapa de palavras e de conceitos nas discussões decoloniais, estudos, discursos e vídeos que diferenciam os termos colonização, colonialidade e colonialismo. A **colonização** é o processo histórico de aviltção dos corpos, das epistemes e das condições sociais de vida dos sujeitos colonizados, por meio de seus colonizadores. É um movimento histórico. O **colonialismo** diz respeito à experiência histórica concreta do que foi o período colonial vivido, no século XVI ao XIX, nas Américas, e, ao longo do século XX, na África, na Índia e na China. É a experiência histórica de controle e de administração política, econômica e cultural baseada numa relação entre metrópole e colônia. A **colonialidade**, por sua vez, é a lógica pela qual o poder funciona, que promove “[...] a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126).

Nesse aspecto, é a partir desse campo de lutas políticas em que esta pesquisa se desenvolve para refletir outros modos do pensar e do fazer científico, assim como da ciência, partindo dos quadros contextuais atuais da dinâmica das relações entre a ciência e os saberes subalternizados pela dominação colonial. Em suma, é a partir desses confrontos no campo da dominação científica e das práticas discursivas unilaterais que esta tese se desenvolve na perspectiva de preconizar diferentes perspectivas teórico-discursivas do que se considerou a chamar de os não-ser (subalternos). Perante tantas violências discriminadas anteriormente,

esta tese se propõe a investigar o seguinte **problema de pesquisa**: Como tem sido constituída e desenvolvida o que se convencionou chamar de epistemologia da Ciência da Informação brasileira?

A importância da temática reside na necessidade de investigar as concepções teórico-conceituais da epistemologia, fornecedoras das bases reflexivas da Ciência da Informação para formação de um *corpus* epistêmico que compreenda as diversas facetas paradigmáticas, teóricas, metodológicas, conceituais e pragmáticas humanas e científicas no campo. Tal importância se fundamenta nos estudos que o autor tem feito, desde a graduação e o mestrado, no campo da Ciência da Informação, a partir da visualização de um discurso, mesmo que dito pluriépistêmico, delimitado pelas práticas de conhecimentos provindas de um mesmo local, de um mesmo gênero e de uma mesma classe. Essas leituras confluíram na necessidade de investigar as concepções que fornecem as bases reflexivas para o campo, com o intuito de se identificar de onde provém tais discursos que validam o campo.

Tomando como base esses pressupostos de análise, temos duas hipóteses, a primária e a secundária. Como **hipótese primária**, concebemos que o conhecimento científico se estrutura na relação de oposição entre aquilo que se considera científico daquilo que não é considerado, e quem normaliza esse discurso é a boca branca do homem branco ocidental hétero-cis-normativo que, ao nomear o que deve e o que não deve ser considerado conhecimento válido, subalterniza os outros saberes. E, como **hipótese secundária**, ponderamos que a epistemologia da Ciência da Informação é arraigada à ideia de pensamento europeu e/ou norte-americano em que, a partir de um contexto de modernidade, reforça e reestrutura linhas de opressão epistêmica colonizadora em relação aos outros saberes não-ocidentalizados.

Já no que a tange aos aspectos metodológicos, consiste no estabelecimento de um conjunto de estratégias⁵ que rompem com a díade científica e colonial de sujeito-objeto, permitindo analisar de forma integradas ambas as participações como fenômenos ativos e interacionistas, não as entendendo como fenômenos isolados em que um sujeito dita os rumos da pesquisa inserindo o objeto na posição do controlável, passível da vontade do sujeito. Complementarmente, esta tese se estrutura na dimensão da pesquisa teórica que é “[...] dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos.” (Demo, 2000, p. 22). Nesse sentido, a pesquisa se concentra na ressignificação de conceitos, de ideias e de polêmicas concernentes

⁵ Nesse contexto, um exemplo de estratégias é repensar o trajeto metodológico a partir não apenas da configuração do que seria um “objeto” de estudo e, sim, objetos e sujeitos dotados de suas subjetividades.

às epistemologias e aos seus desdobramentos da forma de saber dos subalternizados no âmbito da Ciência da Informação brasileira.

É importante considerar que delimitamos a Ciência da Informação brasileira ao entendermos que a mesma se molda de forma diferente de acordo com os quadros sociais e demarcatórios territoriais de cada região, continente e país em que se insere, ao compreendermos que os povos daqui (Sul Epistêmico) se diferenciam dos de lá (Norte Epistêmico), e que as demandas se condicionam num fluxo diferente de acordo com cada espaço geopolítico, social e cultural.

Então, consideramos a pesquisa teórica como instrumento que nos permite revisitar os conceitos originários do campo teórico-epistemológico da Ciência da Informação, não na perspectiva de abandoná-los, mas de conceber aprimoramentos com o intuito de fornecer outros subsídios reflexivos para pensar novas formas de analisar a construção de conhecimento do campo que se desdobra em suas teorias, seus conceitos e suas metodologias. Neste horizonte, para maior solidez ao desenvolvimento da pesquisa teórica, utilizamos da pesquisa bibliográfica, que é o delineamento mais consistente na atuação deste tipo de pesquisa, conforme abordado adiante. Ademais, consideramos a pesquisa ainda na ordem de ultrapassar as lógicas coloniais do discurso, averiguando o quanto as práticas discursivas da linguagem se estruturam na ordem do poder, ditando o que deve e o que não deve ser aceito e o que pode e o que não pode, subalternizando outros modos de saber que fogem da regra do pensamento racional-colonial-patriarcal-capitalista, ao admitirem os saberes, os corpos e as ‘corpas’ como processos políticos na construção do conhecimento não eurocêntrico.

Destarte, a presente tese retorna às bases originárias e de fundamentação da Ciência da Informação, na perspectiva de se analisar como tem sido constituída e desenvolvida o que se convencionou chamar de epistemologia na Ciência da Informação brasileira. “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”, como relembra Lélia Gonzalez⁶ (1984, p. 225).

A partir dessa discussão, os objetivos se desdobram em objetivo geral e objetivos específicos. O **objetivo geral**⁷ é analisar as epistemologias adotadas pela Ciência da

⁶ Apesar de reconhecermos e estarmos de acordo com as normativas da [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#), especialmente, da [NBR 10520/2002](#) (citações em documentos), que estabelecem não serem colocados nome e sobrenome, apenas em alguns casos em específicos, conforme aceitação de sugestão da banca os nomes das autoras/indígenas/negras/latino-americanes foram inseridos com nome e sobrenome para melhor identificá-las. Assim, ampliando e redimensionando o que nos ensinou Lélia Gonzalez, negros/as tem que ter nomes e sobrenomes para que os brancos não arranjem apelidos, assim, não apenas a população negra será citada com nome e sobrenome, mas todas as outras intelectuais mulheres supramencionadas.

⁷ Com vistas a não deixar o objetivo muito extenso, tendo em vista que sua mensagem deve ser breve, optou-se pela não descrição das disciplinas no objetivo geral. No entanto, é pertinente salientar que a análise das epistemologias adotadas pela Ciência da Informação brasileira foi realizada a partir das disciplinas denominadas

Informação brasileira, no âmbito da pós-graduação, Nível Doutorado, fornecedora de suas bases estruturais e reflexivas para a formação do seu *corpus* epistêmico, a partir do prisma da Teoria Decolonial.

Desse modo, temos como **objetivos específicos**:

- a) Mapear a(s) epistemologia(s) na Ciência da Informação brasileira, a partir dos/as autores/as seminais no campo, por meio dos planos de ensino de disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia em Ciência da Informação dos programas de pós-graduação, nos cursos de doutorado do Brasil;
- b) verificar a construção colonial do saber, a partir da perspectiva teórico-prática e conceitual, na Ciência da Informação brasileira;
- c) caracterizar, a partir das concepções (dimensões), as produções de conhecimento na Ciência da Informação brasileira;
- d) identificar, a partir da Teoria Decolonial, outras possibilidades de categorização, teorização e conceitualização para os estudos da área;
- e) propor um modelo epistemológico afro-indígena na Ciência da Informação brasileira.

Tendo por base esses objetivos, a pesquisa se justifica em algumas dimensões tais como a **acadêmico-científica**, a partir do entendimento de que a ciência, assim como os outros saberes, é um tipo de conhecimento localizado e produzido a partir de um ideal de propósito, considerando contestar o porquê de os estudos epistemológicos da ciência sempre partirem de um mesmo lugar. Nesse sentido, a pesquisa é um contributo para pensar outras categorias analíticas críticas de compreender as dimensões da ciência e como isso tem se desdobrado na Ciência da Informação, sobretudo, compreender o quanto a epistemologia desse campo tem corroborado com o tipo de conhecimento colonial e, conseqüentemente, provocando uma matança epistêmica (epistemicídio e altericídio), em relação aos outros saberes.

Na dimensão **social**, esta pesquisa se configura no debate conceitual sobre as práticas coloniais impostas a nós (Sul Epistêmico), sob a égide de uma universalização do conhecimento que se molda de acordo com os espaços geográficos outros. Esta pesquisa se projeta na perspectiva de ser um instrumento teórico de reflexão sobre as práticas coloniais em nossa episteme, refletidas na colonialidade do ser, do saber e do poder.

E, na dimensão **pessoal**, parte do contato com as leituras teóricas de feministas negras em que, a partir de discussões sobre colonialidade, conhecimento, gênero, etnia e classe, revisitam o nosso olhar para o quanto o conhecimento é interseccionalizado, geo-localizado, geopolítico, patriarcal, hétero-cis-normativo, atravessado por marcadores sociais. E mais, considera que, a partir desse espectro de universalização dos modos de conhecimento, subalterniza os outros saberes que fogem da dominação eurocêntrica de categorização, de conceitualização e de pensamento.

Esta tese se encontra estruturada em duas partes, **Parte 1** e **Parte 2**, como uma espécie de performance estética, que foi ao encontro do pensamento e da condução que o autor pretendeu realizar.

O primeiro momento se refere ao padrão científico colonial brasileiro em que se utiliza das normativas científicas para traçar o desenvolvimento da Ciência da Informação à Ciência da Informação brasileira, identificando, na medida do possível, os fios epistemológicos da área. Para tanto, utilizamo-nos de um corpo teórico já estruturado no campo a partir da análise e do cruzamento das referências dos planos de disciplina dos Cursos de Doutorado no Brasil, compreendendo apenas as disciplinas denominadas Fundamentos em Ciência da Informação; Epistemologia em Ciência da Informação e Fundamentos e Epistemologias em Ciência da Informação.

Durante esta etapa da pesquisa, identificamos questões terminológicas relacionadas à compreensão dos fundamentos e da epistemologia. Ao revisarmos as bibliografias de fundamentos e de epistemologia como disciplinas separadas, percebemos uma sobreposição significativa no uso de fontes bibliográficas. Essa observação nos levou a refletir sobre a natureza interconectada desses conceitos. É importante destacar que a epistemologia não se limita apenas aos fundamentos teóricos (*stricto sensu*), mas também abrange aspectos cognitivos e institucionais mais amplos, incluindo contextos socioculturais. Portanto, ao analisar as fontes utilizadas nessas disciplinas, é fundamental reconhecer sua relevância tanto para os aspectos teóricos quanto para os contextuais mais amplos da epistemologia, evitando assim polarizações que possam fragilizar a análise e a compreensão da complexidade desses temas.

Optamos por utilizar apenas as disciplinas dos cursos de doutorado em Ciência da Informação devido aos estudantes nesse nível de titulação geralmente possuírem mais tempo disponível para se dedicar ao estudo e à pesquisa, o que permite, em alguma medida, um maior aprofundamento nas abordagens teóricas e metodológicas. Além disso, esperamos, também de algum modo, que os doutorandos estejam mais bem preparados para a leitura e a

análise crítica das fontes, contribuindo assim para uma compreensão mais avançada e refinada dos temas abordados. Por fim, os conhecimentos adquiridos em nível de doutorado tendem a ter um impacto mais significativo, pois os graduados desse nível estão mais propensos a atuar como pesquisadores e docentes, influenciando positivamente a formação epistemológica de futuros estudantes.

Já num segundo momento, discutimos questões de outras matrizes de conhecimento, ao abordar a colonização e a colonialidade, considerando seus conceitos, suas diferenças e suas relações teórico e históricas; bem como discutimos questões relacionadas ao lugar de fala, à outridade e às epistemologias do Sul, em um contexto complexo permeado por interseccionalidades de gênero, de raça/etnia e de classe. Ao final, com o intuito de contribuir para o campo da Ciência da Informação, trouxemos as perspectivas teórico-conceituais do *Corazonar* e do Sentipensar, que não fazem a separação colonial entre corpo e espírito, ao contrário, traz o corpo, a espiritualidade e o conhecimento como dimensões fundamentais para a construção epistemológica horizontal.

Ambas as partes se complementam na tentativa de trazer reflexões e questionamentos importantes para a Ciência da Informação, uma disciplina que constantemente se autoquestiona em relação às suas origens e, conseqüentemente, à sua epistemologia. É importante considerarmos que essa capacidade de autoquestionamento é uma grande categoria epistemológica, especialmente contemporânea, que se baseia na ideia de “recorrência epistemológica”. Com efeito, é por meio desse processo de recorrência que realizamos revisões, complementos e ressignificações no conhecimento, permitindo uma dinâmica contínua de desenvolvimento e de aprofundamento dos conceitos neste campo de estudo. Portanto, ao explorar outras matrizes de produção de conhecimento e de saber, buscamos contribuir para esses processos de autoquestionamento e de renovação epistemológica, promovendo uma abordagem mais ampla e dinâmica dentro do campo.

Todas as seções que copõem essas partes foram estrategicamente pensadas na tentativa de tomarmos para nós a reflexão sobre os verbos que abrem cada seção e quanto eles são compostos de carga simbólicas que, na perspectiva tradicional de pensamento, deixamos passar. Cada verbo abre e dialoga com o que está sendo proposto e escrito na tentativa de trazermos a compreensão de quanto são carregados de sentido e que fazem complementação às formas do nosso entendimento sobre cada assunto em pauta debatido. Além disso, as estéticas imagéticas contidas nos inícios das Partes 1 e 2 foram pensadas e desenvolvidas pelo autor desta tese doutoral, ambas demonstram de forma visual o conhecimento do autor sobre o que foi debatido.

Por fim, tentamos, no que foi possível, sair da lógica escrita pautante da ciência e trouxemos elementos visuais, incluindo imagens, vídeos e narrativas do autor através de suas memórias, tudo compondo outras tramas de narrativas além do escrito. Então, falar em primeira pessoa tem sido um desafio, pois a ciência me ensinou a falar em terceira pessoa. No entanto, falar em primeira numa tese doutoral é marcar o meu campo discursivo tão próprio meu que é necessário nesta atual conjuntura. Falo em primeira no singular e falo em primeira no plural, pois, de modo complexo, sou individual (eu) e também coletivo (nós).

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS NOS CURSOS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: PERCURSO METODOLÓGICO E BASES EMPÍRICAS

À tarde
Quando eu volto do trabalho
Mestre Joaquim pergunta assim pra mim:
Como vão as coisas?
Como vão as coisas?
Como vão as coisas, menino?
(Belchior).

Figura 1 – Manual do Minotauro



Fonte: Acervo Laerte, 2010.⁸

A escrita, para nós do terceiro mundo, os renegados frente ao império do conhecimento europeu e norte-americano, tende a ser inserida em um lugar do não-lugar. Nós, os terceiros mundistas, sempre temos falado através de, conforme e segundo alguém; não aprendemos a nos pensarmos e raros os momentos nos damos o direito de (re)elaborarmos o que de “lá de fora”, aqui ao Sul geográfico nos chega; nesse sentido, apenas reproduzimos o discurso imperial. Com efeito, a escrita cifrada acadêmica comeu a minha imaginação, a minha criatividade, o mais íntimo de mim, roubou a minha escrita-vivência. A minha (a nossa) escrita na academia sempre teve que ser pautada no rigor dos códigos que a ciência e o ambiente universitário me exigiam.

É certo, como nos lembra Karnal (2021)⁹, que não existe um ramo que nos ensine a pensar a escrita, e o resultado de grandes pesquisas são disfarçadas, ou pioradas por uma linguagem que, em nome da cientificidade, se torna árida. A maneira como escrevemos algo

⁸ COUTINHO, Laerte. **Manual do Minotauro**. São Paulo: [s.n.], 2010. Disponível em: https://laerte.art.br/acervo/?_sfm_decada=2010. Acesso em: 27 ago. 2022.

⁹ ESCRAVIDÃO: um best-seller da História do Brasil. Realização de Leandro Karnal. [S.L.]: Prazer, Karnal - Canal Oficial de Leandro Karnal, 2021. (50 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YgWHkfbYr2g>. Acesso em: 27 ago. 2022.

é, segundo o pensamento dele, também válida, e não devemos esconder a pesquisa na retórica narrativa pautante como o único método a ser levado em consideração no processo da escrita científica.

Nesse sentido, há diferenças entre a escrita científica e a escrita de divulgação, pois são estruturas narrativas e públicos diferentes; no entanto, o que aqui se reivindica é o posicionamento do sujeito autor da sua escrita que, no primeiro momento, nos foi roubado da nossa capacidade imaginativa de construí-la a partir de outra premissa. Desse modo, retomamos o exercício da escrita-vivência, mesclando com o estudo em pauta, superando, em certa medida o que distancia o método e os resultados, nas estruturas modernas de fazer ciência, inclusive dos trabalhos científicos, tais como artigos, dissertações e teses.

Trazer essa narrativa para esta tese é fundamental e, sobretudo, nesta seção, que, particularmente, sempre me custou muito na vida acadêmica desde minha graduação. O percurso metodológico sempre acompanhou o meu espectro de pensamento como um ambiente da “receita de bolo” que, quando aplicada corretamente, chegamos ao resultado esperado. O percurso metodológico é, no mais profundo de si, e diante de minhas leituras e reflexões, uma estrutura fortemente colonial que me conduz, constantemente, a pensar sob a ótica de uma matriz de conhecimento de coleta, de análise, de tratamento, de estrutura e de visualização (escrita, visual e oral) do material posto sob análise.

Nesse sentido, parece-me haver um núcleo muito duro a ser rompido na ciência e nas academias que é a perspectiva metodológica utilizada nas pesquisas, pois, se não o descrevo como a ciência me exige, ou como a comunidade científica me exige, muito provavelmente parece não haver em minhas análises critérios que levem à validade científica. Assim, os rumos metodológicos aqui estabelecidos são, em parte considerável, os que já, secularmente, vieram se desenvolvendo e aperfeiçoando. Por incômodo do próprio autor da tese, foram descritos conceitualmente alguns dos métodos e procedimentos adotados, quando forem pertinentes para o melhor entendimento da leitura, pois é muito mais interessante explicar como a pesquisa vem sendo desenvolvida do que, obrigatoriamente, trazer a sua definição segundo um/ autor/a do campo da metodologia.

Em que pesem as particularidades desta tese, por fim, consideramos os conceitos (metodológicos) válidos e importantes, mas que, em um grau de produção científica, tornam-se redundantes e, em alguns casos, desnecessários, tendo em vista a melhor visualização do ‘como se tem feito/desenvolvido’ do que, necessariamente, a definição dos procedimentos, das técnicas ou, em sentido amplo, da metodologia, de acordo com um/a autor/a referência naquele ambiente da perspectiva da metodologia. Então, a classificação da pesquisa se

estrutura conforme a natureza do objeto; a forma de abordagem; os objetivos; o delineamento; e o local.

Quanto à **natureza do objeto**, este estudo foi classificado como pesquisa básica, tendo em vista ser um estudo teórico com a perspectiva de entender fatos e fenômenos observáveis, sem ter o uso de aplicações imediatas.

Do ponto de vista dos **objetivos**, a pesquisa se configurou na ordem da pesquisa explicativa. Esse tipo nos auxilia na interpretação dos fenômenos que foram observados a partir de um quadro teórico-bibliográfico na perspectiva de se registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados (Prodanov, 2013). Com efeito, o objetivo principal foi aprofundarmos a realidade por meio da análise teórica-conceitual do campo da Ciência da Informação, identificando seus fluxos de origens, considerando seus quadros contextuais políticos, econômicos e sociais.

A **forma de abordagem** foi mista, ou seja, qualitativa e quantitativa, uma vez que tanto se inferiu aos pressupostos teóricos e das subjetividades na análise dos dados levantados, quanto também se dimensionou quantitativamente, proporcionalmente, dados mensuráveis que contribuem para a melhor visualização da informação a partir de parâmetros estatísticos descritivos, o que em alguns momentos a pesquisa qualitativa em si não consegue abarcar em seu todo a visualização imagética da informação.

O **delineamento** da pesquisa a configurou como pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, adotando como procedimentos para a coleta de dados, respectivamente, o levantamento bibliográfico e o levantamento documental. As fontes foram mistas, tanto na forma impressa, quanto no formato eletrônico (digital). Dessa forma, sistematizamos o conhecimento sobre o assunto em pauta e o que os/as diferentes autores/as discutiram sobre o campo da Ciência da Informação e sua(s) epistemologia(s). Como relembra Prodanov (2013, p. 54),

[...] constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Quanto às etapas da pesquisa bibliográfica, autores como Prodanov (2013) e Marconi e Lakatos (2003) abordam conceitos semelhantes sob perspectivas diferentes. Neste trabalho, adaptamos essas abordagens para refletir o desenvolvimento da pesquisa até o presente momento. Alguns itens se apresentaram como etapas imprescindíveis na realização deste trabalho bibliográfico: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c)

formulação do problema de pesquisa; d) elaboração do plano de trabalho; e) localização das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) análise e interpretação; e i) redação do texto. Cada uma dessas etapas foi desenvolvida, bem como sistematizada para melhor visualização do todo da pesquisa. A seguir, explanamos sobre os procedimentos adotados no desenvolvimento da primeira parte deste estudo, que compreende a parte empírica da pesquisa.

Na perspectiva de se conseguir concretizar o primeiro objetivo deste estudo, buscamos respaldo numa dada fonte que fosse imprescindível para o campo da Ciência da Informação brasileira. Assim, delimitamos, para primeira análise, o mapeamento dos programas de pós-graduação apenas nível Doutorado em Ciência da Informação no Brasil. Esse levantamento foi realizado na plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹⁰, no período de 2021 a 2023, acessando a seção ‘cursos avaliados e reconhecidos’. Em seguida, na seção ‘dados quantitativos de programa’, filtramos pela área de avaliação em Comunicação, Informação e Museologia (área em que a Ciência da Informação está inserida).

Ao clicarmos em Ciência da Informação para a revisão dos dados para a tese, a plataforma nos retornou 16 programas de Pós-graduação em Ciência da Informação avaliados e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). No entanto, ao restringirmos nosso critério apenas aos cursos de Doutorado, foi possível contabilizar um total de 11 programas de pós-graduação na área. Os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS), da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA), e da Universidade Federal de São Carlos (PPGCI/UFSCAR) foram excluídos da análise porque até o momento da realização da pesquisa oferecem apenas cursos de Mestrado na área, inclusive sendo o programa da UFS um curso profissional.

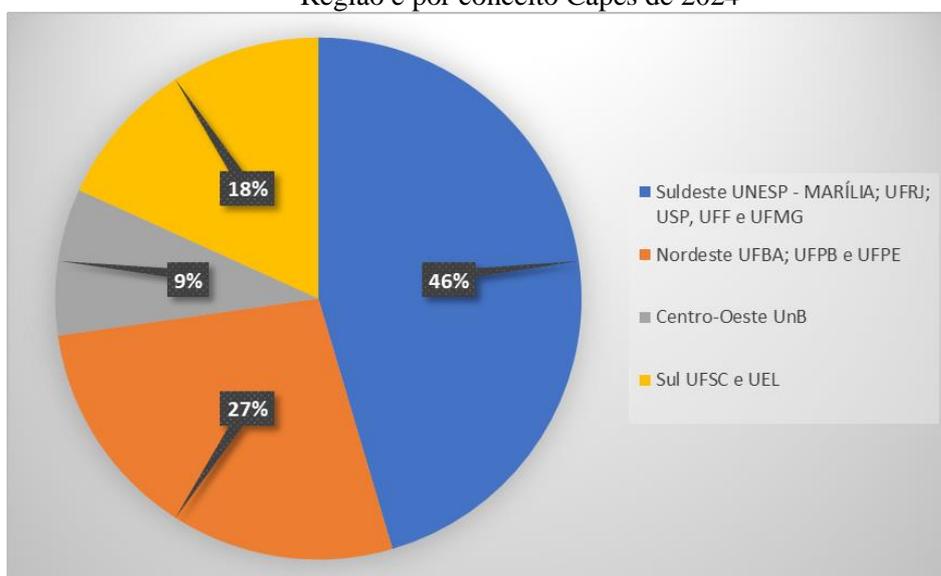
A exclusão do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGGCO/UFMG), por sua vez, se deu após verificarmos que, em sua grade curricular mais recente de 2018, disponível no site, não há disciplinas diretamente relacionadas à temática deste estudo. Além disso, a análise da ementa da disciplina “Estudos Avançados em Informação e Conhecimento” revelou que, apesar de incluir um tópico sobre a evolução da Ciência da Informação nos estudos sobre

¹⁰ A **CAPES** é uma agência do governo federal brasileiro vinculada ao MEC responsável por diversas atividades relacionadas à educação superior no Brasil, incluindo a avaliação e o fomento da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Já a plataforma **Sucupira** é um sistema utilizado por essa agência para coletar, gerenciar e divulgar informações sobre os programas de pós-graduação no país. Tais informações incluem dados sobre cursos, instituições, docentes, discentes, produção científica e avaliações realizadas por essa instituição.

informação, não há um conteúdo bibliográfico preciso acerca dos fundamentos e/ou da epistemologia. Adicionalmente, a referida disciplina apresenta uma abordagem mista entre filosofia, semiótica, análise ontológica e recuperação da informação, o que não atendeu plenamente aos requisitos deste estudo.

No que tange ao curso de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da Fundação Mineira de Educação e Cultura (PPGTICGC/FUMEC), localizado em Minas Gerais, a instituição não respondeu aos e-mails e às ligações em tempo hábil para o desenvolvimento deste estudo. Supomos que essa falta de resposta pode estar relacionada à rigidez de comunicação, típica de uma instituição privada.

Gráfico 1 - Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação com Doutorado do Brasil por Região e por conceito Capes de 2024



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Desses 11 programas (Apêndice A), cinco estão situados na região Sudeste: Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade de São Paulo (USP); e Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); três estão na região Nordeste: Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); dois, na região Sul: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), e um, na região Centro-Oeste: Universidade de Brasília (UnB), como é evidenciado no Gráfico 1.¹¹

¹¹Salientamos que, até a conclusão desta pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA) não contava com curso de doutorado acadêmico. No entanto, essa conquista importante foi alcançada com a aprovação do curso em 7 de junho de 2023. Parabenizamos a comissão

Após esse levantamento dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação com cursos de Doutorado no Brasil, seguimos para a análise apenas dos planos de ensino das disciplinas de Fundamentos em Ciência da Informação, Epistemologia da Ciência da Informação, ou Epistemologia e Fundamentos da Ciência da Informação dos programas de pós-graduação, na seção de Bibliografia (Apêndice B), buscando identificar os/as autores/as mais referenciados/as nestes planos de ensino. Foram traçados paralelos dos/as quais autores/as mais se repetiam e, a partir desse cruzamento, identificamos intelectuais mais referenciados/as.

Ao analisar os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, observamos que os mesmos se referem aos Fundamentos e à Epistemologia de modos variados: às vezes como disciplinas separadas, outras vezes como disciplinas integradas num mesmo plano. Ou seja, em alguns casos, temos disciplinas dedicadas exclusivamente aos Fundamentos da Ciência da Informação, em outros, à Epistemologia da Ciência da Informação, e, em outros ainda, ambas as áreas são tratadas conjuntamente. Esta variação pode indicar um problema de entendimento conceitual, uma vez que, ao cruzarmos as referências bibliográficas das disciplinas de Fundamentos com as de Epistemologia, observamos sobreposições e inconsistências. A falta de consenso na delimitação bibliográfica entre Fundamentos e Epistemologia sugere que a organização das disciplinas pode não estar alinhada com uma clara distinção teórica entre os dois campos.

A autonomia dos programas para organizar suas matrizes curriculares, definir áreas de concentração, linhas de pesquisa e escolher disciplinas, incluindo seus conteúdos e suas referências, é essencial para diferenciar os programas. No entanto, é crucial que as disciplinas sejam estruturadas de maneira a suportar claramente as categorias analíticas de cada área de concentração e de suas respectivas linhas de pesquisa. A Epistemologia, entendida como o estudo das possibilidades e das condições do conhecimento, inclui aspectos teóricos do conhecimento em Ciência da Informação. Ela pode ser vista de forma ampla (*lato sensu*), abrangendo diversos tipos de conhecimento, ou de forma restrita (*stricto sensu*), focada no conhecimento científico.

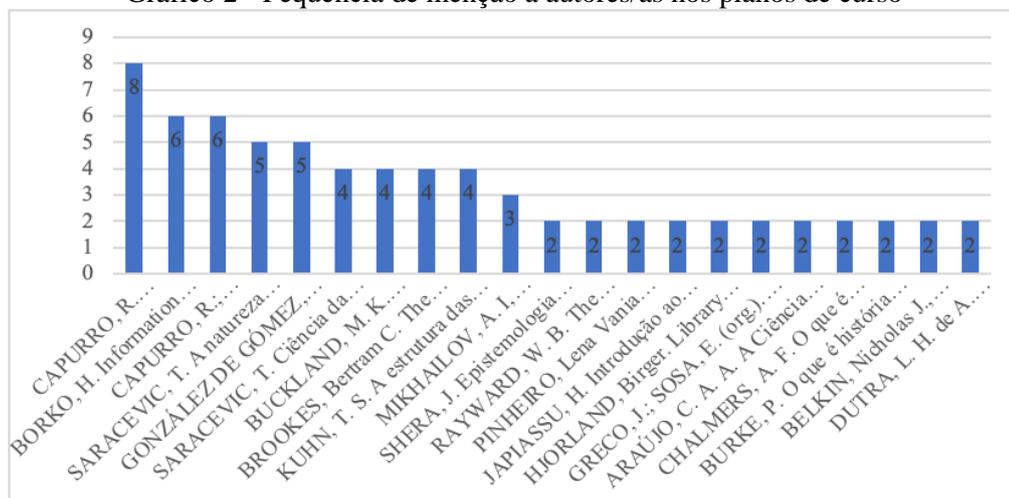
Ademais, falta de uma delimitação clara e consistente pode, contudo, comprometer a compreensão teórica e metodológica dos estudantes, impactando na qualidade da formação acadêmica. Portanto, é fundamental estabelecer critérios claros e referenciais teóricos que sustentem a organização curricular, assegurando uma distinção adequada entre Fundamentos e

Epistemologia. É certo que, na abordagem da Ciência da Informação, a epistemologia vai além dos fundamentos teóricos, englobando uma ampla gama de elementos que influenciam o conhecimento na área, como aspectos filosóficos, históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Esses fatores fornecem o contexto e as condições que moldam o que é considerado científico nesse campo, refletindo a interdisciplinaridade, muitas vezes, apotada como inerente à Ciência da Informação. Por outro lado, os fundamentos da Ciência da Informação abrangem não apenas as bases teóricas, mas também as origens, os contextos históricos e os pilares fundamentais que sustentam a disciplina como uma área de estudo. Esses fundamentos não são estáticos, mas progridem ao longo do tempo em resposta às mudanças sociais, tecnológicas e culturais.

A relação entre epistemologia e fundamentos, portanto, não é apenas teórica, mas também contextual e prática. Os estudos dos fundamentos fornecem a base sólida para as práticas epistemológicas na Ciência da Informação, envolvendo uma interação dinâmica entre diversas dimensões do conhecimento. Essa abordagem integrada é essencial para uma compreensão holística da disciplina e para orientar as pesquisas e as práticas na área da Ciência da Informação.

É importante registrar também que, durante o processo de análise dos planos de ensino de diferentes instituições, houve dificuldades em acessar o plano de ensino da UEL. Apesar dos esforços para obter essa informação, não conseguimos localizá-lo no site institucional e não obtivemos resposta por telefone ou por e-mail ao tentar contato. Portanto, não pudemos incluir o plano de ensino dessa instituição em nossa análise devido à falta de acesso às informações necessárias.

Gráfico 2 - Frequência de menção a autores/as nos planos de curso



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para a análise do quadro de autores/as e de obras discutidas neste estudo, consideramos relevantes aqueles/as cujas obras aparecem, pelo menos, duas vezes nas bibliografias dos PPGCI no Brasil. Identificamos não apenas os/as autores/as, mas também as produções científicas desses intelectuais que são utilizadas nos programas brasileiros. Conforme o levantamento e o tratamento das referências bibliográficas, chegamos ao Gráfico 2.

Após traçarmos o quantitativo das produções, identificamos que algumas delas não se alinhavam diretamente com a perspectiva do estudo em pauta. Para a exclusão dessas produções, utilizamos critérios predefinidos, que incluíram a relevância direta para os objetivos específicos do estudo, a pertinência conceitual com os temas abordados e a atualidade das publicações. Com efeito, embora tenhamos lido diversas produções, algumas foram excluídas do escopo final por não estarem diretamente alinhadas ao objetivo da pesquisa, que visou identificar os trajetos teóricos e epistemológicos da Ciência da Informação brasileira. Decidimos, por exemplo, que certas produções que focavam extensivamente em conceitos específicos de informação, como os desenvolvidos por Capurro e Hjørland (2007), não são centrais para nossa análise, que buscou mapear trajetórias teóricas e epistemológicas mais amplas e integradas da Ciência da Informação no Brasil. No entanto, reconhecemos a importância desses conceitos como fundamentos do campo científico e, portanto, incluímos em nossa análise geral, mas não como foco principal na primeira etapa do estudo.

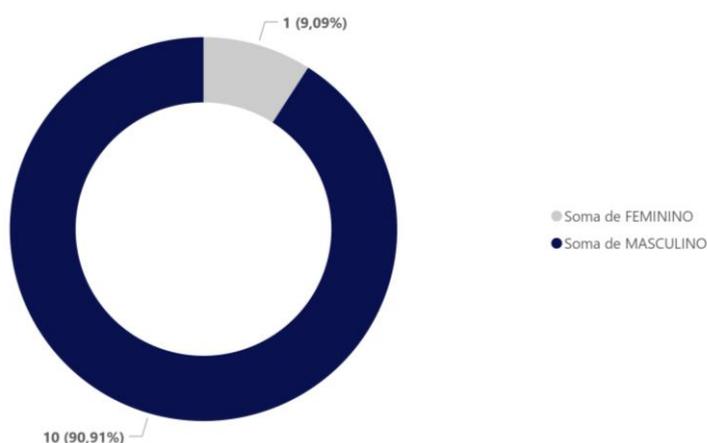
Assim, adotamos a amostra do tipo não probabilística, com enfoque de amostra intencional ou por julgamento, selecionando trabalhos que melhor contribuíam para entender os trajetos teóricos e epistemológicos específicos que desejamos explorar. Essa abordagem nos permitiu focar em produções que oferecem uma visão mais holística e abrangente das práticas e das teorias predominantes na Ciência da Informação, no cenário brasileiro.

Também como resultado desse levantamento de autores/as e de seus respectivos trabalhos científicos, decidimos formular um gráfico de perfil que visualiza a distribuição percentual deles/as, segundo o sexo biológico. Consideramos essa análise relevante porque ela permite observar a representatividade de gênero entre os/as principais contribuidores/as da Ciência da Informação no Brasil. Esse entendimento é fundamental para identificar possíveis disparidades ou tendências de gênero no campo, o que está diretamente relacionado ao objetivo específico que pretendeu mapear os trajetos teóricos e epistemológicos da Ciência da Informação brasileira, incluindo a diversidade e a inclusão na produção científica.

Na elaboração do Gráfico 3, portanto, decidimos categorizar os/as autores/as de acordo com o sexo biológico (masculino e feminino) para facilitar a visualização, embora reconheçamos as limitações e as implicações desses termos. Entendemos que essa classificação não contempla a completude da diversidade de identidades de gênero. No entanto, foi a solução prática encontrada para este estudo específico.

Consideramos a classificação binária uma simplificação necessária para este contexto, diferentemente de abordagens mais inclusivas, que reconhecem uma gama mais ampla de identidades de gênero. Esses dados, contudo, oferece uma visão inicial sobre a representatividade de gênero entre os/as principais contribuidores/as da Ciência da Informação no Brasil. Embora nossa abordagem utilize uma classificação binária, esperamos que futuras pesquisas possam expandir essa análise para incluir uma representação mais completa e diversa das identidades de gênero.

Gráfico 2 - Perfil de autor/a por sexo¹²



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao iniciar este diálogo com uma classificação prática, buscamos abrir caminho para discussões mais profundas sobre diversidade e inclusão no campo, reconhecendo as influências históricas e culturais que moldam essas categorias. De modo mais preciso, reconhecemos que o movimento de colonização e a perpetuação da colonialidade têm influenciado fortemente a forma como corpos, ‘corpas’ e identidades de gênero são compreendidos/as e categorizados/as. É certo que, embora utilizemos uma abordagem binária aqui, não limitamos nosso pensamento aos padrões coloniais de gênero. Acreditamos que, ao

¹² Desenvolvido a partir do Software Power BI, para uma visualização melhor clicar no link público:

iniciar este diálogo com uma classificação prática, podemos abrir caminho para análises mais profundas e inclusivas no futuro.

No Gráfico 2, identificamos que apenas Maria Nélide González de Gómez e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, e suas produções “Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação” e “Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil”, respectivamente, formam o corpo teórico e de autoras que foram referenciadas nos programas de pós-graduação nas disciplinas e na área em pauta. Já de acordo com o demonstrativo do Gráfico 3, em que foram considerados os/as 10 primeiros/as autores/as mais referenciados/as, resultou na saída desta pesquisadora, permanecendo no ranking apenas aquela autora na representação da produção feminina nas disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia da Ciência da Informação brasileira. Nesse sentido, há uma baixa representação das mulheres no que tange à utilização desse tipo de produção científica feminina, ao identificarmos que as dimensões epistemológicas que moldam o nosso pensamento nos estudos epistemológicos da Ciência da Informação são, em maioria, originárias de homens, sobretudo, geolocalizados estadunidenses e europeus. Em resumo, apenas cinco, dos que foram levantados no estudo, são brasileiros.

Compreendemos também, a partir da literatura levantada, analisada e discutida, que há uma forte influência de autores com afiliação aos EUA e à Europa nas bibliografias das disciplinas de Fundamentos e Epistemologia nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Essa predominância é evidente na frequência com que obras de autores como Tefko Saracevic (Croácia), Michael Buckland (Inglaterra), Birger Hjørland (Dinamarca), Jesse Shera (EUA), Harold Borko (EUA), Bertram Claude Brookes (Inglaterra), Peter Burke (Inglaterra) e Nicholas J. Belkin (EUA) aparecem nos planos de ensino analisados.

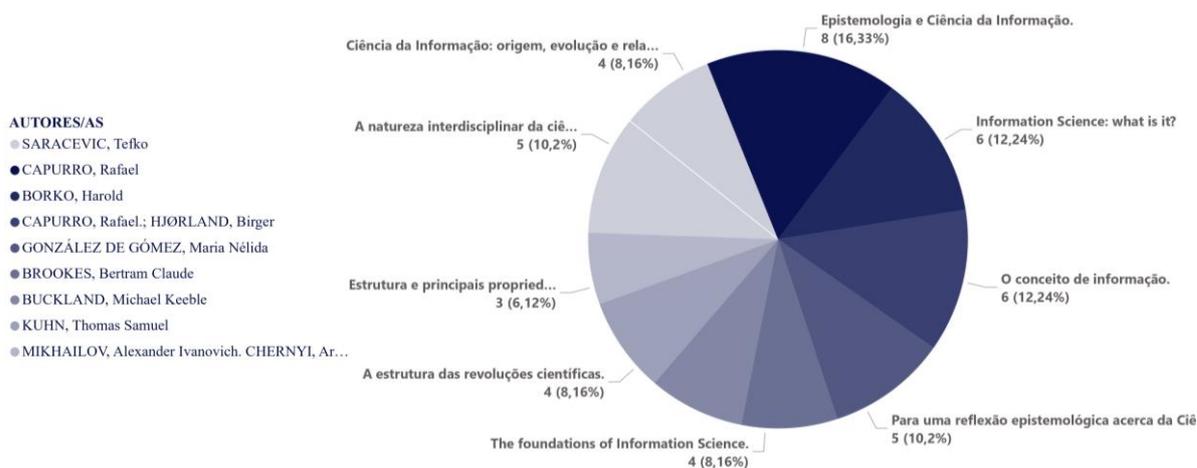
Essa influência reflete a hegemonia acadêmica dessas origens na área de Ciência da Informação e sugere uma possível limitação de perspectivas locais e de diversidade de pensamentos nos currículos brasileiros. A dependência de referenciais teóricos estrangeiros pode levar a uma visão parcial do desenvolvimento teórico da disciplina, desconsiderando, muitas vezes, as especificidades e as contribuições locais e, até mesmo, regionais. Portanto, é crucial promover um equilíbrio maior nas referências bibliográficas, incorporando mais obras de autores brasileiros e de outras nacionalidades, para enriquecer o debate teórico e epistemológico no contexto brasileiro.

Cabe advertir que identificamos que, até o exato momento, a Ciência da Informação tem se constituído numa espécie de patriarcado em que grande parte de sua produção é

resutado da lógica dominante do pensamento do homem, europeu e brancocêntrico, de acordo com o recorte da pesquisa. Assim, nos perguntamos: como pensarmos para além do que nos foi posto? Essa pergunta é uma tarefa difícil de ser respondida, ao verificarmos que há diversos desdobramentos a partir e dentro dela. No entanto, é interessante refletirmos de onde vem nossa base teórica, conceitual e epistemológica, sobre quais vozes produzem esses discursos, como são produzidas e como nós, pesquisadores/as brasileiros/as, temos nos apropriado e reproduzido sempre a lógica dominante do império cognitivo.

Prosseguindo com nossa análise, destacamos a importância de classificar os dez autores mais referenciados de acordo com a bibliografia dos planos de ensino das disciplinas em análise, conforme apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Obras e autores mais citados nos planos de ensino dos PGCIs em disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia da Ciência da Informação



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Essa análise nos permitiu identificar as obras e as ideias específicas que têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da disciplina. Com efeito, observamos que esses autores são amplamente reconhecidos como vozes proeminentes nos debates teóricos da Ciência da Informação. O autor Rafael Capurro (Uruguaí), por exemplo, foi referenciado em mais de três disciplinas com sua obra “Epistemologia e Ciência da Informação”, introduzindo conceitos fundamentais como estudos epistemológicos para o campo. Isso demonstra a influência substancial desse autor na configuração do conhecimento e nas discussões da área.

Ao aprofundarmos essa análise, tomamos como ponto de partida a perspectiva interseccional que nos permite questionar de que modo os atravessamentos de gênero, de raça e de classe estão entrelaçadas nas práticas e nos discursos dos principais autores citados. Essa abordagem permitiu compreender que, ao observarmos o desenvolvimento da disciplina, estamos lidando com um campo que não é neutro, mas profundamente influenciado por dinâmicas de poder. Com efeito, para essas análises, utilizamos a interseccionalidade conforme proposta por Carla Akotirene (2019), que nos permitiu examinar as múltiplas camadas de identidades e de contextos de opressão que atravessam a produção acadêmica no campo da Ciência da Informação.

Ao classificarmos os dez autores mais referenciados, não apenas levamos em consideração suas contribuições teóricas, mas também como os contextos de gênero, de raça, de classe e a localidade geopolítica influenciam a recepção e a disseminação de suas obras dentro do campo brasileiro. A análise das obras e dos autores mais citados revelaram, ao lado da predominância de autores homens e da hegemonia europeia e estadunidense, uma sub-representação das mulheres na epistemologia da Ciência da Informação brasileira. A perspectiva interseccional nos ajudou a entender, por exemplo, que a visibilidade de Maria Nélida González de Gómez, enquanto única mulher e radicada no Brasil, não pode ser dissociada de um sistema de poder que privilegia certas vozes e margina outras, especialmente, quando consideramos também os aspectos raciais e sociais que moldam a produção acadêmica.

Diante do que se apresenta, no Gráfico 4, Maria Nélida González de Gómez é a única mulher assumindo a quinta posição com seu artigo sobre reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação e também a única produção brasileira diante de estadunidenses e europeus com grande número de menção ao seu trabalho e inserida na bibliografia dos planos de ensino das disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia da Ciência da Informação dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação com curso de Doutorado no Brasil.

A interseccionalidade, conforme proposta por Carla Akotirene (2019), oferece um contranarrativo fundamental para contestar a metodologia convencional da Ciência da Informação, que frequentemente ignora as multiplicidades de experiências e de identidades. Em nossa análise, integramos a interseccionalidade como estratégia crítica para refletir sobre as desigualdades estruturais que, por vezes, são invisíveis nas abordagens metodológicas tradicionais. Esse ‘contradiscurso’, por outro lado, se torna essencial para resgatar a pluralidade de vozes e de perspectivas que estão historicamente marginalizadas no campo.

Como parte integrante desta discussão, é importante salientar o que chamo de contradiscurso dos modelos metodológicos convencionais, os quais desconsideram um conjunto de questões cruciais, tais como os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos que moldaram e moldam as experiências históricas de pensamento e científica do autor da tese, assim como as dimensões históricas das nações coloniais.

Além dessas questões, como a condição de colônia de exploração e seus desdobramentos, é crucial considerar aspectos mais específicos da Ciência da Informação que explicam seu estatuto epistemológico no Brasil. De acordo com Pinheiro e Loureiro (1995), a implantação da Ciência da Informação no Brasil foi fortemente influenciada por professores estrangeiros reconhecidos internacionalmente. Destacam-se Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, John Joseph Eyre, Ingetraut Dahlberg e Suman Datta. Até 1981, esses professores também exerceram o papel de orientadores, com Lancaster realizando 34 orientações; Saracevi, 13; Overmyer, 3; Mills e Boyce, ambos com duas orientações cada. A presença de estrangeiros também se deu por meio de conferências, como as de Derek de Solla Price, cujas obras são fundamentais para os estudos de comunicação científica e que mantinha frequentes contatos com professores brasileiros de Ciência da Informação, como Gilda Braga.

A reflexão sobre a autocrítica e a humildade intelectual na escrita científica é fundamental para a ciência, especialmente em trabalhos que pretendem problematizar tradições estabelecidas. A ciência deve ser vista como uma construção social e coletiva, envolvendo tanto pares quanto indivíduos fora do círculo acadêmico tradicional. A autocrítica permite avaliar limitações e preconceitos próprios, enquanto a humildade intelectual valoriza contribuições diversas e reconhece que o conhecimento é sempre parcial e provisório. Este entendimento é crucial para promover um diálogo inclusivo e crítico no campo da Ciência da Informação, enriquecendo e desafiando tradições estabelecidas.

Por meio da lente interseccional, a autocrítica se expande para além da revisão de métodos e de técnicas, sendo uma prática contínua que questiona as estruturas que sustentam o conhecimento acadêmico. Essa humildade intelectual deve reconhecer que a produção de conhecimento, especialmente na Ciência da Informação, não é neutra, mas sim influenciada por contextos sociais, culturais e históricos que envolvem relações de poder, de raça, de gênero e de classe. Portanto, a autocrítica não é apenas um exercício acadêmico, mas uma prática política que visa abrir espaços para a desconstrução dessas hierarquias.

O meu conhecimento acumulado por meio do paradigma epistemológico dominante (o pensamento científico universal) permitiu identificar suas limitações e insuficiências. Ao

longo de quase dez anos consecutivos de imersão na Ciência da Informação, em um ambiente reconhecido como o cerne da produção do conhecimento hegemônico – a universidade –, tornou-se evidente a necessidade de tangenciar essa perspectiva temporal subjetiva com um cabedal de conhecimento mais aprofundado, especialmente ao considerar o trajeto metodológico.

Nesse sentido, é fundamental discutir as limitações do paradigma epistemológico dominante na Ciência da Informação, utilizando referências da área. Por exemplo, autores como Saracevic (1996) e Bates (1999) argumentam que o pensamento científico universal, muitas vezes, negligencia a diversidade de perspectivas e os contextos culturais na produção e na organização da informação. Essa abordagem tende a favorecer certos grupos e visões de mundo, enquanto marginaliza outros, contribuindo para a reprodução de desigualdades e de exclusões no campo da informação. Além disso, autores como Machlup (1983) e Hjørland (2000) destacam as limitações do paradigma epistemológico dominante ao lidar com a complexidade e a incerteza inerentes à natureza da informação. Esse enfoque tende a privilegiar uma visão objetiva e neutra da informação, ignorando as múltiplas dimensões subjetivas e sociais envolvidas na produção, na circulação e no uso da informação.¹³ Portanto, ao discutir as limitações do paradigma epistemológico dominante, é essencial considerar as perspectivas críticas e as alternativas oferecidas pelos referenciais da área de Ciência da Informação, a fim de promover uma abordagem mais inclusiva, contextualizada e reflexiva no estudo da informação e do conhecimento.

Diante desse conjunto temporal, é pertinente compreender que este percurso metodológico integrado, para além de endossar percursos e discursos universalistas, visa reafirmar a aplicabilidade de um conhecimento que se encontra indagando o discurso hegemônico ao redor do próprio conhecimento e, sobretudo, do seu descritivo processo metodológico. Trazer essa dimensão reflexiva do ser que se encontra em reflexão é reafirmar

¹³ As observações sobre os trabalhos de Saracevic, Bates, Machlup e Hjørland não são citações diretas dos autores, mas uma síntese e interpretação pessoal baseada em minhas leituras e reflexões sobre esses trabalhos. Ao mencionar as obras específicas de cada autor, busco contextualizar minha análise dentro do corpo de literatura da Ciência da Informação e indicar as fontes que influenciaram meu entendimento sobre a relevância da informação, a diversidade e o contexto na Ciência da Informação, e a produção e a distribuição do conhecimento. Saracevic, em suas obras “*Relevance: a review of and a framework for the thinking on the notion in information Science*” (1975) e “*Relevance reconsidered*” (1996), discute a questão da relevância da informação em diferentes contextos culturais e sociais. Bates aborda a questão da diversidade e do contexto na Ciência da Informação em seu trabalho “*The Invisible Substrate of Information Science*” (1999). Machlup analisa a produção e a distribuição do conhecimento nos EUA em seu livro “*The production and distribution of knowledge in the United States*” (1983), incluindo a abordagem científica à informação. Hjørland, em suas publicações, como “*The Foundation of the Concept of Relevance*” (2000) e “*Information Seeking and Subject Representation: an Activity-Theoretical Approach to Information Science*” (2002), discute questões relacionadas à relevância da informação e à complexidade da atividade de busca da informação.

a perspectiva subjetivista na escolha dos instrumentos metodológicos analíticos frente aos fenômenos, dados em análise. Tangenciar este conjunto de instrumentos para dar luz às interpretações dos fenômenos não é caracterizado apenas como um ambiente neutro de análise, como tanto disseminou e dissemina o discurso hegemônico.

Mas, de modo coletivo e individual, podemos indagar: qual a necessidade de trazer essa narrativa? Numa resposta coletiva, não cabe a mim explicar a partir de um espectro que demandaria mais anos de reflexão. No entanto, no campo individual, a necessidade advém do sujeito se colocar como ser pensante e produtor de conhecimento dentro de um modelo analítico que, historicamente, tem sido delimitado pelo processo da colonização. Esse processo sempre tentou restringir e controlar as formas de pensar e de produzir conhecimento, impondo um conjunto de exigências que refletem uma perspectiva moderno-colonizadora.

Esse processo de problematização, ao integrar a interseccionalidade, nos exige uma análise mais profunda dos métodos e dos procedimentos utilizados na pesquisa, levando em consideração as múltiplas identidades dos sujeitos envolvidos e as complexas relações de poder que atravessam suas experiências. As escolhas metodológicas, nesse contexto, não devem ser tratadas como neutras, mas como processos carregados de implicações éticas e sociais, capazes de reforçar ou questionar as desigualdades estruturais existentes.

Assim, o ponto de vista da prática científica e das escolhas dos instrumentos metodológicos aqui se torna também objeto de problematização filosófica e pragmática. Os condicionantes sociais e culturais não são consequências apenas formais que os representam, mas instrumentos epistemológicos fundamentais para o pensar teórico da metodologia. Por fim, como adverte Lemos (2019, p. 69), “A busca por um rigor metodológico acentuado tirou do conhecimento a riqueza de seu valor humano, reduzindo-o às formalidades epistêmicas.”

Além desta abordagem integrada, procedimentos (forma) e dados empíricos (matéria), a interseccionalidade não só amplia o olhar crítico sobre o rigor metodológico tradicional, mas também busca restaurar a ‘riqueza do valor humano’ no conhecimento, promovendo uma perspectiva que reconhece a diversidade de experiências e a complexidade das identidades. Ao adotar esta, somos convidados a refletir sobre como nossas práticas metodológicas podem ser transformadas para incluir as vozes e as experiências de grupos historicamente marginalizados, como uma forma de reverter o necroepistemicídio que marca a produção do saber.

3 IMAGINAR PELO IMAGINADO: FIOS HISTÓRICOS, HISTORIOGRÁFICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

*Ando pós-modernamente apaixonado
pela nova geladeira
Primeira escrava branca que comprei
veio e fez revolução
Esse eterno feminino do conforto industrial injetou-se
em minha veia,
dei bandeira
E ao por fé nessa deusa gorda da tecnologia gelei de
pura emoção.
(Belchior).*

Antes de iniciar efetivamente a seção que traça fios históricos, historiográficos e epistemológicos da Ciência da Informação à Ciência da Informação brasileira, é importante ressaltar que o autor desta tese vivência um momento histórico na conjuntura política brasileira que o fere diretamente. Do negacionismo científico, disseminado na sociedade brasileira, aos fomentos inexistentes nos programas de pós-graduação no Brasil e, mais diretamente em Ciência da Informação da UFPB, esta tese se estrutura pela dinâmica em que o autor se senta em uma cadeira para escrevê-la com as contas que insistentemente, oriundas da dinâmica do modo de vida capitalista, batem à minha porta.

O quão é difícil imaginar a minha escrita científica enquanto o meu cérebro está condicionado a arcar com as demandas que o capital todos os dias exige de mim, não é algo que é transmitido nas nossas produções científicas. Enquanto escrevo - quando escrevo - metade de minha cabeça se divide entre ler, refletir e produzir um conhecimento válido cientificamente e a outra metade pensa como farei para sobreviver no mês seguinte.

Escrever dissertação e tese no Brasil de 2022 se tornou sinônimo de resistência. A minha escrita é, nada mais, nada menos, que resistência a um Estado fascista que causa genocídio todos os dias, um projeto de governo da matança dos corpos e das epistemes. Escrever é reafirmar para mim mesmo o meu saber, o meu corpo, a minha narrativa que há muito tempo e, sobretudo, no ambiente científico e acadêmico me foi colocado no lugar do infantilizado, aquele que se fala em terceira pessoa.

E o que é escrever se não a possibilidade de imaginar? Formado desde a graduação pela escrita de Débora Diniz, reencontro-me novamente com a autora agora numa tese doutoral, resignificando o meu modo de pensar e de escrever, assim como me encontro com autoras mulheres negras que há tanto tempo a ciência fez toda a questão de não me apresentar.

Esta seção começa com uma apresentação sobre o que é o imaginar a partir do livro *Esperança Feminista*, das autoras Débora Diniz e Ivone Gebara, a primeira, professora da UnB, e, a segunda, filósofa e intelectual brasileira. Ambas traçam o verbo imaginar a partir da perspectiva de pesquisa de cada autora. Imaginar, para muitos/as de nós, é quase que sinônimo de sonho. Diniz e Gebara (2002, p. 30) nos informam que “[...] imaginar é como fazer, antecipar novas crenças, entregar-se à possibilidade do encontro.” É a forma com a qual preparamos o encontro com o/a outro/a e desencontro consigo mesmo/a.

Há o desencontro consigo mesmo/a, pois o ato da imaginação pressupõe-se um confronto subjetivo sobre aquilo que se imagina e aquilo que se apresenta como o imaginado. Dessa forma, a imaginação nos permite reconstruir e verificar os caminhos a partir do que já fora imaginado. É a arte de ressignificar aquilo que da gente nos foi retirado pela colonização. Conforme nos apresenta Diniz e Gebara (2022, p. 39), “Entretanto, é o que mais a gente encontra na sociedade atual. Gente roubando nossa capacidade de imaginar e impondo a sua como melhor, ou até nos fazendo esquecer que somos constitutivamente também imaginação.” Em analogia com o que aqui se pretende, o nosso conhecimento científico é um tipo de modelo que turva o modo de imaginar formas diferentes de ciência. Quando nos é negada a possibilidade da ação de imaginar nos é negada a capacidade de auto afirmarmo-nos como sujeitos.

Ao não cumprirmos nossas funções (imaginativas, políticas e sociais) enquanto sujeitos, estamos ligados sempre a reproduzirmos a lógica da dominação colonial, patriarcal e capitalista imposta a nós – terceiro mundistas – e negamos a nossa fala. Como salienta Grada Kilomba¹⁴ (2019), o sujeito que não possui a capacidade enquanto tal se configura a partir da dinâmica da Outridade, na medida em que, para a autora, somos sempre o/a outro/a de alguém. Desse modo, quando nos é roubada a imaginação, somos colocados no lugar de outro/a; ao sermos lançados neste lugar, nos é negada a capacidade de falar e, conseqüentemente, nos é negada a capacidade de nos lançarmos enquanto sujeitos sociais produtores de subjetividades, atuante politicamente e capazes de nos organizarmos socialmente.

¹⁴ A autora Grada Kilomba fala da outridade a partir do processo de racialização que subalterniza sujeitas/os e que impõe a partir desse processo a outridade. Neste mesmo livro, a autora traz uma discussão a partir do que seria as funções dos sujeitos, sendo elas três: social, política e subjetiva. Neste trecho apresentado, salientamos que, a partir deste recorte, quando não exercemos as configurações de sujeitos, estamos fadados a reproduzir a lógica da dominação colonial e não apresentamos enquanto tal, mas sim outro/a.

O mais perverso nesse crime de roubo é que, aquilo que nos propõem como imaginação, é produto de fábricas pronto para comprar, para ter, para sermos iguais a quem está nos oferecendo (Diniz; Gebara, 2022).

Eles mantêm nossa imaginação e nosso desejo de melhorar na vida atrelados ao seu pensamento consumista, ao seu comércio e à sua vontade. Tornam a imaginação algo concreto, coisificado, comercializável, objeto de luxo ou lixo, para ser comprado e produzir pequenas satisfações instantâneas, perecíveis e ilusórias. Eles nos iludem pedindo que imaginemos coisas boas, mas ao mesmo tempo nos induzem a cair na armadilha das chamadas coisas úteis que nos oferecem. (Diniz; Gebara, 2022).

Nessa perspectiva, deixamos o nosso ato de imaginar ser roubado de nós e até mesmo os dicionários nos instrui a aceitarmos que a imaginação se condiciona ao ilusório. “Pensamos que o que nos é oferecido é real, e o imaginado, ilusão.” (Diniz; Gebara, 2022, p. 39). Dessa forma, nos iludimos achando que as estruturas que moldam o nosso pensamento, como o Estado, as igrejas e a ciência, entre tantas outras formas, oferecem coisas reais. Sem que percebamos, fazemos da imaginação o produto mercantilista de uma realidade mercantil, um produto fabricado e vendido por alguns/algumas e consumido por muitos/as.

Diante dessa discussão e desse entendimento do verbo imaginar e do seu substantivo imaginação, a referida seção pretende imaginar através do imaginado. Vamos nos prender, temporariamente, ao movimento colonial que a ciência tanto nos ensinou secularmente. Imaginar pelo imaginado é verificarmos, quase que aceitando o lugar que nos foi dado da não interferência nas lógicas epistemológicas, o que os/as autores/as da Ciência da Informação nos dizem sobre sua história, sua historiografia e suas epistemologias, que nos foram fornecidas como as bases do nosso pensamento e, conseqüentemente, da nossa capacidade de organização de ideias, de falas e de escrita.

Ao analisarmos o conhecimento transmitido pelos/as intelectuais canonizados/as, não estamos simplesmente lidando com fatos objetivos, mas sim com uma gama de pontos de vista e interpretações influenciados por uma variedade de fatores, como contexto histórico, ideologias dominantes e perspectivas individuais. Portanto, o que nos é fornecido é, relativamente, um conjunto de lentes através das quais os fenômenos são observados e interpretados. São essas lentes que moldam as abordagens, as teorias, as metodologias e as perspectivas que encontramos na Ciência da Informação. Esta reflexão nos leva a reconhecer a natureza interpretativa e subjetiva da produção acadêmica, convidando-nos a estar abertos a diferentes pontos de vista e a questionar criticamente as interpretações prevaletentes no campo.

Essa compreensão nos leva a reconhecer a dinâmica complexa envolvida na evolução das ciências, que se desenvolvem e se consolidam não apenas pela aceitação passiva dos fatos, mas também pelo constante questionamento e pela revisão das perspectivas existentes. A crítica e o debate são fundamentais para o avanço do conhecimento científico, incentivando a busca por novas abordagens e o aprimoramento contínuo das teorias e das metodologias.

Aqui, então, pretendemos analisar sobre a ótica da revisão de literatura. Revisitar, epistemologicamente, da Ciência da Informação à Ciência da Informação brasileira, é identificar quais os percursos, os contextos e os fluídos sociais que na época fizeram com que houvesse a necessidade do surgimento de uma ciência que desse conta das dinâmicas estruturantes e estruturais que é a informação.

A seguir, foram traçados alguns marcos originários do campo científico em pauta e, na medida do possível, identificadas as vozes discursivas que ecoam, algumas vezes, de forma menos evidente aos nossos ouvidos, mas que condicionaram o desenvolvimento da época e seu enquadramento histórico contextual. Essas vozes muito trazem, falam e ecoam sobre o desenvolvimento de um campo científico que, em seu sentido embrionário, se alçou na perspectiva de ser uma ciência que busca o tratamento, a organização e o acesso à informação. Imaginar pelo imaginado é aceitar, provisoriamente, o nosso lugar de colonizados para, em seguida, desimaginar e nos afirmarmos como existentes.

3.1 História e historiografia da Ciência da Informação à Ciência da Informação brasileira

Consideramos a Ciência da Informação como um caleidoscópio que, a partir de fragmentos de vidro colorido e do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresenta combinações variadas e efeitos visualmente agradáveis a cada movimento. Cada indivíduo observa a Ciência da Informação a partir de suas perspectivas e experiências, formando uma marca identitária para o campo que lhe permite um comportamento camaleônico, refletindo a natureza moldável da informação de acordo com o tempo histórico.

Diante dessa diversidade e complexidade, é crucial estabelecer, inicialmente, uma distinção entre história e historiografia, a fim de prosseguir com a exploração dos primórdios da Ciência da Informação até sua vertente brasileira. Para evitar qualquer desconexão no texto, a discussão sobre a Ciência da Informação brasileira será tratada como um tópico separado nesta subseção.

De acordo com Torres (1996), o termo história é polissêmico, tendo, no decorrer dos anos, se moldado de acordo com diversas perspectivas conceituais. Na tentativa de concentrá-la em apenas duas variantes, história enquanto processo do acontecer humano no espaço-tempo e história-conhecimento, o autor nos esclarece que a primeira se concentra num nível de reconstituição do passado, ou seja, é a constituição intelectualmente utópica de uma possibilidade no sentido de reconstituição; já a segunda - história-conhecimento - são procedimentos intelectuais que constroem verdades relativas por intermédio da análise dos materiais históricos, ou seja, das fontes. Ainda conforme Torres (1996, p. 55), “O resultado intelectual será sempre uma história-conhecimento, articulada no espaço-tempo do historiador e nos condicionantes que atuam sobre ele.”

Nesse aspecto, entendemos que o condicionante do pensamento científico em História (campo científico) é uma produção intelectual mediada por um método racional de crítica que se utiliza de um arcabouço metodológico para a análise dos materiais históricos. Logo, consideramos que o conhecimento histórico pode ignorar a crítica documental e se transformar em um romance histórico, perdendo sua objetividade. Por sua vez, a cientificidade do conhecimento histórico passa pelo filtro da objetividade - tão desejado pelos modernos cientistas - residindo no instrumental teórico (conceitual), metodológico (organização e “leitura” dos materiais históricos) utilizados pelo historiador (Torres, 1996).

Em suma, a história se caracteriza por duas vertentes, porém, ambas precisam da objetividade enquanto esse espectro da modernidade científica para poder se condicionar e moldar as práticas intelectuais aceitas socialmente pelos seus pares científicos, ou, como nos informa Bourdieu (2004), aceitas pelo campo científico.

O conceito de historiografia, por outro lado, adota uma abordagem analítica diferente, ao considerar o conhecimento como ideológico e o historiador como parte integrante do processo histórico de uma sociedade. Como afirmou Torres (1996, p. 57), “[...] a ideologia expressa concretamente a historicidade de cada indivíduo que recria a história”. Isso implica que a historiografia está intrinsecamente ligada à ideologia, desempenhando um papel ideológico tanto nas práticas discursivas orais quanto escritas.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar [...] Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. (Chauí, 1983, p. 108-109).

Partindo dessa discussão, todo conhecimento é inserido num dado espaço-tempo, expressando rumos para o acontecer e para a humanidade. Assim, é ideológico, situando-se, historicamente, e se utilizando de instrumentos conceituais racionais ou com apelo emocional no sentido de reproduzir ou de transformar o cotidiano de sua existência. Por fim, a historiografia representa o conhecimento histórico produzido num certo período, sobre determinados temas (Torres, 1996).

Portanto, o que se pretendeu aqui é traçar a perspectiva embrionária da Ciência da Informação em sentido histórico e historiográfico a partir do que os/as intelectuais do campo já produziram no decorrer do tempo, lembrando que cada autor/a fala a partir de um determinado lugar e parte de suas dimensões ideológicas. No entanto, o que se faz pertinente é o entendimento de que a produção científica sobre a história, bem como a análise historiográfica do campo se dá num dado espaço-tempo e, no que for possível, identificamos as vozes discursivas que, em muitos casos, não aparecem explicitamente aos leitores.

E, como ainda nos adverte Torres (1996, p. 57), “Não há neutralidade na produção do saber, pois não há como negar a historicidade do indivíduo que constrói verdades.”. Ou seja, a perspectiva positivista do objetivismo científico dificultou o debate epistemológico, colocando-a num espaço de dificultosa imparcialidade. Compreendemos que todos os/as autores/as que aqui falam, falam a partir de seus lugares de fala e de suas premissas ideológicas para narrar a historicidade da Ciência da Informação. O nosso papel nesta discussão foi identificar de onde falam, como falam e para qual propósito falam da área.

Para a autora Ribeiro (2019), todos/as nós temos um lugar de fala, ou seja, somos todos/as atravessados/as por dimensões sociais que nos compõem enquanto sujeitos para com os quais comunicamos e que se refletem nos nossos discursos orais e escritos.

Portanto, consideramos que a origem da Ciência da Informação é um debate histórico amplo, diverso e em constante mutação, dada a própria natureza da produção de conhecimentos e de produção de saberes diversos. Há divergências entre os autores do campo de quando ela se inicia tendo, em sua grande maioria, uma aceitabilidade de seu surgimento nas décadas de 40/50, sobretudo, nos pós Segunda Guerra Mundial.

Já Alvares e Araújo Júnior (2010) indicam que o estudo da área da Ciência da Informação remonta a 1802, considerado o marco inicial devido às primeiras ações associadas à terminologia bibliográfica. Essas ações evoluíram ao longo do tempo, culminando, em

1960, no uso do termo “Information Science” (Ciência da Informação), que passou a abarcar os esforços acumulados desde o início do século XIX.¹⁵

Em uma concepção contrária ao supramencionado, o autor Columbié (2022), na perspectiva de se estabelecer uma linha inicial de pensamento, traça a abordagem especificamente da Ciência da Informação desenvolvida nos EUA, local em que ele considera ser o espaço físico, político, econômico, científico, tecnológico, ideológico e teórico onde se estabeleceu formalmente em 1962.

Já Pinheiro (2013), respaldada em orientações cronológicas e geográficas de Shera e Cleveland (1974), considera que alguns países em circunstâncias históricas, científicas, tecnológicas e sociais construíram os pilares da fundamentação e dos passos iniciais para o desenvolvimento, bem como para o avanço da Ciência da Informação rumo à sua sedimentação epistemológica e social. Dentre esses países, a autora considera a importância da Bélgica, assumindo posição ímpar no desenvolvimento da área, sobretudo, a partir das contribuições de La Fontaine e, principalmente, de Paul Otlet, no final do século XIX.

Para Freire e Silva (2020), existe um embate no que tange à historiografia da Ciência da Informação, ressaltando:

Para alguns autores, essa ciência surgiu no período da **Segunda Guerra Mundial** (BARRETO, 2002; RABELLO, 2008; SARACEVIC, 1996); para outros (MATTELART, 2002; FIGUEIREDO, 1996; ORTEGA, 2004; RAYWARD, 1997), **a preocupação com o processo informacional já existia** bem antes do fenômeno da explosão informacional. (Freire; Silva, 2020, p. 138, grifo nosso).

Alguns consideram que sua origem se consolida no período do final da Segunda Guerra Mundial, para outros, a preocupação com o processo informacional já existia e bem antes do fenômeno do aumento da informação. Para Saracevic (1996), é expressamente nítido que a origem da Ciência da Informação se desenvolveu num acelerado ritmo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. O autor ainda salienta que um dos eventos que ele considera histórico é o ímpeto desenvolvimento, e a própria origem da Ciência da Informação, identificadas a partir do artigo de Vannevar Bush. Ainda de acordo com a linha de pensamento do autor, Bush era um respeitado cientista do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e chefe do esforço científico durante a Segunda Guerra Mundial. Como tornar acessível uma massa crescente de conhecimento? Foi essa pergunta

¹⁵ As ações a que os autores se referem dizem respeito à sequência cronológica da terminologia da Ciência da Informação, partindo de 1802 com o termo bibliográfica, e chegando a 1960, quando o termo *Information Science* (Ciência da Informação) passa a ser utilizado em âmbito maior, englobando todos os esforços iniciados em 1802.

que Bush, em suas pesquisas e artigos, tentou solucionar. Ele identificou o crescimento informacional e como isso foi se descontrolando em temas de recuperação e de acessibilidade.

No entanto, numa vertente crítica às percepções acerca da Ciência da Informação, a autora Gomes (2020, p. 80, grifo nosso) adverte que a pluralidade de percepções acerca da Ciência da Informação, sobre sua identidade e suas fronteiras, assinala a “[...] **falta de consenso científico** sobre o próprio campo disciplinar.” E ainda acrescenta que, no momento atual, em que diversas perspectivas coexistem, perfila-se a necessidade de aprofundamento continuado dos pressupostos, tanto epistemológicos como teóricos desse campo científico.

Para não fincar os fios históricos da origem e do desenvolvimento da Ciência da Informação a partir do local de pensamento de diversos autores, é preciso que cada intelectual defina de qual local parte para sua análise do campo. Para este debate, compreendemos como pertinente a classificação cronológica que Alvares e Araújo Júnior (2010) fazem, trazendo uma sequência temporal pertinente para a compreensão do campo, partindo de quatro periodizações: década de 1890, a partir de 1900, após a Segunda Guerra Mundial e os anos de ouro. A sequência cronológica é interessante a partir da autora e do autor supramencionados, pois, antes que a área chegasse à denominação Ciência da Informação, ela perpassou outras categorias terminológicas que são característicos da época em que foram atribuídos os seus termos.

A origem do termo¹⁶ remonta a 1802, com o primeiro registro do uso de *bibliografia*. Posteriormente, em 1818, surge *librarianship*, seguido, em 1851, por *library science*, quando, pela primeira vez, utiliza-se um termo para designar o estudo sistemático de livros e de bibliotecas. Em 1903, Paul Otlet introduz o termo *documentation* para se referir ao processo de disponibilização de documentos para usuários em busca de informação. Na Europa, *documentação* tornou-se o termo predominante para o trabalho desenvolvido por bibliotecários e documentalistas (Alvares; Araújo Júnior, 2010).

Outros termos foram propostos, em 1891 o *information desk* surge como alternativa para *reference desk*. Em 1909, no mesmo contexto, *information bureau* foi utilizado para designar o ambiente em que serviços de informação eram realizados. Em 1932, no sentido de completar os termos que representavam o trabalho de informação, a *Association of Special Libraries and Information Bureau* propõe o termo *information work* (Alvares; Araújo Júnior, 2010).

¹⁶ Como parte desta tese, o autor produziu um vídeo denominado Ciência da Informação – a origem, em formato de storytelling, link para acesso: <https://youtu.be/a3y3Q54xc8w>

Ainda conforme relatam os autores, em 1950, surge o termo *Information Retrieval* cunhado por Calvin Mooers, sendo referenciado na área e imediatamente tornou-se popular. Entretanto, só em 1960, *Information Science* passa a ser utilizado em um âmbito maior, congregando todos os esforços iniciados em 1802. Este termo, Ciência da Informação, foi registrado pela Oxford English Dictionary (OED) em referência a um artigo de Saul Gorn, oriundo da área da computação. Por fim, Alvares e Araújo Júnior (2010) advertem que todas as inserções cronológicas enumeradas são produtos de contribuições recolhidas pela Ciência da Informação de diversos campos do saber. Os contributos de seu nascimento vieram de muitas disciplinas distintas e foram provocadas por uma série de diferentes interesses.

De acordo com Rayward (1996, p. 4, tradução nossa, grifo nosso), “Ciência da Informação é um termo que passou a ser usado essencialmente como um produto da revolução do computador e, portanto, apenas desde a Segunda Guerra Mundial.” Nesse sentido, concordamos com Saracevic (1996) que a Ciência da Informação é, por natureza, interdisciplinar e está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. Em uma sociedade moderna, especialmente no contexto da sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial, a Ciência da Informação se posiciona como uma participante ativa e deliberada.

Conforme o que salienta Saracevic (1996), há na Ciência da Informação uma dimensão social e humana muito forte que ultrapassa a tecnologia. A pergunta que fica é: o que significa, em termos de seu desenvolvimento no Pós Segunda Guerra Mundial, a Ciência da Informação atrelada à tecnologia? Não haveria na origem dessa nova ciência uma perspectiva capitalista, mercantilista por trás do que é sempre apresentado na história do campo?

O surgimento da Ciência da Informação está relacionado diretamente com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. O seu objeto de estudo, a informação, de acordo com Araújo (2018), passou a ser entendida como um recurso, uma condição de produtividade. Cientistas precisavam de informação de forma rápida, com qualidade e com exatidão, havia nesse período um desperdício de tempo na busca e na obtenção de informação que, em grande medida, eram irrelevantes ou de baixa qualidade. Mais ainda, atraso da produção por não ter acesso à informação relevante num determinado momento. Houve um acelerado aumento de informação e de busca de informação científica e técnica.

Como bem nos lembra Saracevic (1996), os EUA, como país que fortemente influenciou o desenvolvimento da Ciência da Informação, o Congresso e suas agências governamentais aprovaram durante os anos 50 e 60 vários programas estratégicos que

financiavam esforços no sentido de controlar o aumento informacional, primeiro na ciência e tecnologia, depois em outros campos. Em decorrência desse crescimento de informação, esse país agiu, em primeiro lugar, no sentido estratégico, para financiar esforços para controlar a explosão informacional, e, posteriormente, empresas privadas se uniram nessa empreitada.

Um outro ponto a ser destacado diz respeito à destruição dos demais centros de produção de conhecimento (Europa e então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS), e o impulsionamento da produção científica, largamente difundida, de origem norte-americana (Robredo, 2011).

Concordamos com Araújo (2017), quando adverte que, pela primeira vez, um conceito científico de informação foi desenvolvido pela clássica Teoria Matemática da Comunicação, publicada como livro em 1949 e criada por dois engenheiros de telecomunicações, Claude Shannon e Warren Weaver. Ambos os autores estavam com extrema preocupação com a eficácia do processo de comunicação e, por isso, elegeram como conceito central de seu trabalho a noção de informação.

A Teoria Matemática da Informação, como também é conhecida, tinha a concepção da comunicação como um processo em que o emissor envia para um receptor uma mensagem que passa por um canal. “Nesse processo, a informação é uma medida da probabilidade dessa mensagem.” (Araújo, 2017, p. 20). A Ciência da Informação, nos anos de 1960, adotou essa teoria para estudar os problemas que a desafiavam, bem como desenvolver suas linhas paradigmáticas no campo, determinando seu objeto de estudo. Como se tratava de uma teoria que se relaciona apenas ao nível técnico, este campo científico reduz, e muito, o seu escopo de atuação e de pesquisa apenas voltados aos aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da informação, “[...] inserindo-se na perspectiva em voga nos contextos de pesquisa da época da guerra fria sintonizados com objetivos estratégicos militares.” (Araújo, 2017, p. 21).

Intelectuais, pesquisadores que atuavam nessa linha, trouxeram para a área uma lógica de raciocínio próprio, o modo positivista, que, segundo Araújo (2017), consiste na aplicação, aos fenômenos e aos processos humanos, das mesmas técnicas de observação e de pesquisa das ciências da natureza, em busca de leis e de princípios universalmente válidos. Este fato trouxe para a Ciência da Informação uma negligência social em relação à informação no sentido social e humano, pois se preocupava muito mais numa linha de raciocínio de pensamento colonial do mensurável e do observável, afastando-se cada vez mais da informação da ordem da criação subjetiva humana, e atrelando-a cada vez mais ao seu sentido objetivo, muito comum no estudos positivistas do conhecimento humano e racional, passível de ser estudada conforme os parâmetros de científicidades estabelecidos na época.

Podemos identificar que a área da Ciência da Informação se lançou como um ambiente de estudo da ordem da objetificação, da análise objetiva de um dado puro que seria a informação saindo de um emissor, passando por um canal e chegando a um receptor. Essa dimensão positivista é o que podemos caracterizar como a primeira formação epistemológica no campo da informação, ou seja, a formação da episteme do objeto de estudo e, conseqüentemente, desse campo científico se estruturou a partir dos regimes de poder científicos da época da racionalidade mensurável humana, considerada como o paradigma de cientificidade.¹⁷

Corroborando com o pensamento de Araújo (2017), a consequência da adoção dessa teoria foi o fato de que a Ciência da Informação excluiu suas dimensões de significação e de relação social, descartando a subjetividade e a contingência como elementos componentes da informação. Os processos que envolvem a informação passaram a serem compreendidos pela lógica linear.

Pelo que salienta Freire (2006, p. 8), “A partir desse período a atividade científica, baseada no método de experimentação e na matemática, estabelece um novo paradigma social e tecnológico.” Ou seja, uma epistemologia baseada em noções da civilização ocidental.

Outra forte influência no desenvolvimento da Ciência da Informação foi, como já citado em momentos anteriores, de Paul Otlet, juntamente com La Fontaine, considerados os pais da Documentação. Ambos estudaram em detalhes “[...] as tecnologias e os serviços bibliográficos disponíveis à sua época, o que resultou, na padronização na preparação de publicações bibliográficas.” (Freire; Silva, 2020, p. 138). Com efeito, segundo Freire (2006, p. 10), Otlet entendia que a ação de recuperar uma informação era capaz de operar a “comunicação intelectual, mudança social e paz mundial”, aguardando que o acesso à informação “viesse a formar uma nova opinião pública internacional e democrática, recomendado, para a preparação dessa opinião, uma organização mundial da informação.” (Freire, 2006, p. 10).

Para a autora Figueiredo (1996), a Documentação era vista no trabalho de Otlet como a construção da base teórica para uma ciência emergente, e não apenas na criação de tecnologias de informação.

¹⁷ Conforme as leituras providas de autores como Kuhn (1998), Dutra (2010) e Chalmers (2003), consideramos enquanto o paradigma de cientificidade os iniciais estudos providos, sobretudo, do campo passível da racionalidade mensurável humana, ou seja, em que há a separação corpo e mente, na qual o corpo padece para que a mente, enquanto um instrumento passível de ser quantificável, testado e verificado, insere-se no campo de poder como regra científica.

O termo documentação é um neologismo, criado por Otlet, para designar o que hoje em dia tendemos a chamar de armazenamento e recuperação da informação. De fato, não é exagero declarar-se que o tratado foi um dos primeiros textos de Ciência da Informação. Propõe novos tipos de sistemas mecânicos integrados para o manejo da informação, os quais teriam de ser inventados e transformariam o meio ambiente e as práticas dos pesquisadores. (Figueiredo, 1996, p. 16).

Corroborando com essa perspectiva da Documentação, Gomes (2020) ressalta que esta área se afirma fortemente na Europa e nos EUA com base num movimento associativo bem estruturado ao redor de grandes organizações.

Relacionada fortemente às atividades de crescimento de pesquisas nas áreas científico-técnicas e a um crescimento significativo da produção de informação, bem como à diversidade de suportes e de formatos, a nova área se materializou, nos EUA, como um ambiente profissional de bibliotecários especializados (*special librarians*) e de documentalistas. Estes profissionais tratavam a informação - focalizando toda sua atenção no conteúdo dos documentos, o que já se distinguia do seu início que era o estudo da recuperação da informação, - em todo o tipo de suporte, incluindo a de origem organizacional, juntamente a recursos tecnológicos para o seu processamento, prestando serviços aos utilizadores baseados no fornecimento da própria informação, colocando como ultrapassada a fronteira entre biblioteca e arquivo (Silva; Ribeiro, 2002).

Nessa configuração do delinear da evolução da Ciência da Informação, Gomes (2020) também reafirma, manifestamente, o problema terminológico e ambíguo na sua designação. Há, também, por outro lado, uma sequência de acontecimentos na segunda metade do século XX que delimita os marcos do campo científico, ainda segundo os autores o ano de 1958 - realização da *International Conference on Scientific Information*, em Washington - fato que assumiu como referência a passagem, transformação da Documentação em Ciência da Informação, e os anos de 1961 (outubro) - 1962 (abril) - conferências do *Georgia Institute of Technology* - eventos em que se debateu intensamente e fez a caracterização do que é ou deveria ser a Ciência da Informação (Gomes, 2020).

Se para Gomes (2020) esses eventos foram cruciais na institucionalização e na concretização do que seria a Ciência da Informação, em contrapartida, nos informa Pinheiro (2013, p. 3), ainda em relação aos eventos, que “[...] o primeiro que podemos considerar na corrente de pensamento do que viria a ser a Ciência da Informação, foi a *Royal Society Conference of Scientific Information*, em 1948,¹⁸ conforme registrado por Foskett, em artigo publicado em 1970, traduzido e editado no Brasil 1980.”.

¹⁸ A conferência foi realizada na Inglaterra, mais precisamente em Londres, esclarecimento importante, pois anteriormente estava sendo discutido o contexto dos EUA.

Consideramos, até o exato momento, que a Ciência da Informação surge anteriormente ao pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de acontecimentos no campo da informação. Arelado ao avanço tecnológico e à produção da informação científica, havia uma necessidade de acessar e de disponibilizar a informação aos cientistas numa visão globalizada e mercantilista. Posteriormente, a Ciência da Informação também se desenvolveu na dimensão social, promovendo o acesso à informação. Concordamos com Brookes (1980), que salienta que o campo de estudo ainda não possui uma teoria firmemente estabelecida. Ocorre que este frequentemente se utiliza da construção semântica da interdisciplinaridade, empregando conceitos e métodos de outras áreas para estudar seu objeto investigativo, a informação. No entanto, ela tem retornado menos em termos teóricos, práticos, epistemológicos e metodológicos às disciplinas das quais faz uso.

A Ciência da Informação, inicialmente influenciada pelo domínio da “inteligência norte-americana”, evoluiu e ganhou novos contornos disciplinares dentro de um projeto próprio. Embora condicionada pelas condições de produção do capitalismo, como é o caso de muitas outras ciências, ela tem se estabelecido como uma ciência social aplicada com seu estatuto epistemológico próprio, refletindo suas especificidades e contribuições.

Como pontua Rayward (1996), a Ciência da Informação nada mais é do que a junção em disformidade de diversas disciplinas que tratam sobre informação em um de seus diversos significados. Ainda com mais rigor de criticidade, o autor é enfático ao dizer que a história do campo é simplesmente o que aqueles que se autodenominam historiadores da Ciência da Informação fazem. Nesse sentido, o autor evidencia que é o que os historiadores da área fazem, não necessariamente sobre o que ela é em si, em termos de sua essência.

Para além da forte influência da lógica matemática para o conceito de informação, Araújo (2017) descreve que, em termos de sua origem, a Ciência da Informação tem forte influência do sucesso que a teoria sistêmica passou a obter, em grande medida, nos meios científicos na década de 1960. Com efeito, se de um lado temos a preocupação com a transmissão da informação em sentido lógico das ciências exatas, por outro temos a teoria sistêmica da informação tem origem em princípios da biologia. A ideia que embasa a visão é que o todo é maior que as partes e esta última, por sua vez, devem ser estudadas, necessariamente, a partir do papel de manutenção que desempenham na sobrevivência do todo (Araújo, 2017). Ambas as teorias, a teoria da informação e a sistêmica, se complementam.¹⁹

¹⁹ A teoria da informação, focada na quantificação, na transmissão e no processamento da informação, fornece as bases matemáticas e técnicas necessárias para entender como a informação é codificada, transmitida e decodificada. A teoria sistêmica, por sua vez, que aborda sistemas complexos de forma holística, permite

Para pontuar, não há na literatura da área uma concepção clara de como foi se demudando a epistemologia da Ciência da Informação, mais especificamente as passagens. O que temos são percepções a partir do que nos foi apresentado pelos/as pesquisadores/as da área. Vale ressaltar que os condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos foram de fundamental importância no movimento de transgressão da passagem de uma ciência positivista para uma ciência de cunho social e humanista, com foco não apenas nos aspectos cognitivos dos sujeitos sociais que utilizam a informação em seu cotidiano, mas também nos aspectos culturais que condicionam o fenômeno informacional de maneira mais ampla.

A origem da Ciência da Informação é nebulosa, com diferentes interpretações sobre quando e como surgiu. É compreensível que sua delimitação conceitual seja desafiadora, dada a complexidade de influências e de perspectivas envolvidas. Podemos pensar nisso como o Rio São Francisco, que se forma a partir de numerosos afluentes na Serra da Canastra. Embora cada um desses afluentes, por si só, não seja o próprio rio, juntos contribuem para a formação de um leito definido e reconhecível. Da mesma forma, a Ciência da Informação foi moldada por uma variedade de fatores e de influências ao longo do tempo, eventualmente emergindo como uma disciplina distintiva com sua própria identidade e seu escopo de estudo. Assim, ela se formou a partir dos múltiplos fatores e influências, tornando-se uma disciplina com identidade própria ao longo do tempo.

É certo que a história da origem da Ciência da Informação é marcada por uma diversidade de contextos demarcatórios, abrangendo diferentes países e uma multiplicidade de eventos na tentativa de defini-la, contextualizá-la e institucionalizá-la. No entanto, o conceito sobre o que é a Ciência da Informação permanece uma discussão em curso até os dias atuais. Representar “toda” uma ciência em um único conceito é um esforço analítico-sintético considerável, mais próximo de um exercício teórico-metodológico do que de uma definição definitiva. Assim como em outras áreas do conhecimento, como a Física Newtoniana e a Física Quântica, há uma pluralidade de epistemologias e perspectivas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, que se adaptam e se transformam ao longo do tempo e do espaço. Definir um quadro de referência para compreender os fenômenos informacionais é uma tarefa desafiadora, especialmente considerando-se a natureza dinâmica e multifacetada desses fenômenos. Mesmo numa perspectiva decolonial, onde se reconhece a multiplicidade de

compreender a interação entre diferentes componentes de um sistema de informação e os fluxos de informação dentro desses sistemas. Integrando as duas teorias, é possível abordar tanto os aspectos técnicos quanto os contextuais e organizacionais da informação, enriquecendo a análise e a prática na Ciência da Informação e permitindo uma abordagem mais completa e interdisciplinar.

quadros de referência, é improvável alcançar um consenso único e rigoroso, dada a fluidez e a interconexão das ciências que transcendem fronteiras geográficas e disciplinares.

Para trazer essa discussão de modo ilustrativo, um dos conceitos fortemente aceitos de Ciência da Informação, ou pelo menos o que os Programas de Pós-graduação no Brasil, nível doutorado acadêmico tem adotado fortemente é a definição de Borko (1968), com alto grau de recorrência.

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e usabilidade ótima. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, à coleção, à organização, ao armazenamento, à recuperação, à interpretação, à transmissão, à transformação e à utilização da informação (Borko, 1968, p. 1, tradução nossa).

Existem numerosos artigos e escritos que propõem definições em torno da fundamentação teórica da Ciência da Informação, um campo interdisciplinar. Como exemplo, Gomes (2020) elaborou um quadro de grande interesse para esta pesquisa. Este trabalho não só apresenta os conceitos que definem a Ciência da Informação, mas também ilustra a multiplicidade conceitual existente na área. A investigação realizada pela autora serve como base para esta pesquisa, que busca fornecer uma visão abrangente das diversas percepções sobre a Ciência da Informação encontradas na literatura, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Diversas visões acerca da identidade e/ou fronteiras da Ciência da Informação²⁰

Autor/a/es/as	Definição	Percepções
Mikhailov (1967); Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskiy (1967, 1969, 1980)	[...] é a disciplina científica que estuda a estrutura e as propriedades (não especificamente o conteúdo) da informação científica, assim como as leis que regem as atividades ligadas à informação científica, sua teoria, história, metodologias e organização. O objetivo da Informatika é desenvolver métodos e meios eficientes de registro, processamento analítico sintético, armazenamento, recuperação e disseminação da informação científica (Mikhailov, 1967, p. 241). Informática é uma disciplina social, uma vez que estuda fenômenos e regularidades inerentes apenas à sociedade humana (Mikhailov; Chernyi; Gilyarevskiy, 1980, p. 72-73).	Informática - disciplina social que estuda a informação científica

²⁰ Compilado de conceitos a partir de pesquisas desenvolvidas pela autora Gomes (2020), o campo “**percepções**” é, também, da autora. A pesquisa não menciona Borko, influente intelectual no campo da Ciência da Informação, e não justifica a sua exclusão em seu trabalho. Afirmamos aqui que o referido autor é um dos mais referenciados nas disciplinas estudadas nos **cursos de doutorado dos programas de pós-graduação no Brasil**, reafirmando a potência de sua produção e contribuição para o campo da Ciência da Informação.

Autor/a/es/as	Definição	Percepções
Zunde e Gehl (1972)	“É o estudo da natureza da informação como ela própria se manifesta, em seus vários fenômenos, relacionados à geração, transmissão, transformação, acumulação, armazenagem e outros processos” (Zunde; Gehl, 1972, p. 68; cit. por Pinheiro, 1999, p. 106).	Disciplina empírica
Braga (1973)	“A Ciência da Informação, como ciência em si, possui aspectos básicos (orientados para a teoria) e aplicados (orientados para os sistemas, técnicas e equipamentos). Embora estes últimos tenham sido bem mais enfatizados que os primeiros, a Ciência da Informação não é uma disciplina pragmática: dispõe de teorias próprias - embora ainda inadequadas - que desenvolveram-se gradualmente a partir das pesquisas efetuadas na Teoria da Informação. Gradualmente outras teorias (Behavioristas, Semânticas, Sintáticas etc.) e diversas leis foram sendo incorporadas à nova ciência” (Braga, 1973, p. 10).	Ciência - possui aspectos básicos e aplicados
Gomes (1974)	“No caso da ciência da informação, verifica-se que é uma disciplina científica interdisciplinar, como as demais. Aproveita-se ela da contribuição da tecnologia moderna, como atividade-meio, enquanto os aspectos sociais e de comunicação constituiriam a sua atividade-fim...” (Gomes cit. por Pinheiro; Loureiro, 1995, p. 48).	Disciplina científica interdisciplinar
Wersig e Nevelling, (1975)	“Information Science or Informatics is a problem-oriented discipline, concerned with specific social objectives”. [...] “This science is based on the notion of the information needs of certain people involved in social labour, and of concern with the study of methods of organization of communication processes in a way which meets these information needs” (Wersig; Nevelling, 1975, p. 128).	Disciplina orientada para a resolução de problemas, com objetivos sociais específicos
Belkin e Robertson (1976)	“[...] information science is a problem-oriented discipline concerned with the effective transfer of desired information from human generator to human user [...]” (Belkin; Robertson, 1976, p. 197).	Disciplina orientada para a resolução de problemas

Autor/a/es/as	Definição	Percepções
Foskett (1980)	“[...] a disciplina que surge de uma fertilização cruzada de idéias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação e aquelas ciências como psicologia e linguística, que em suas formas modernas têm a ver diretamente com todos os problemas de comunicação – a transferência do pensamento organizado. O ponto chave para as implicações no ensino da Ciência da Informação como disciplina emergente, é, portanto, que devemos deixar de considerar nossa disciplina como uma coleção de técnicas de estudo e operação válidas por si; elas devem estar sujeitas ao exame minucioso à luz da função social que desempenham” (Foskett, 1980, p. 24).	Disciplina emergente
Machlup e Mansfield (1983)	“Sabemos que muitos autores de trabalhos em Ciência da Informação possuem sentimento de culpa sobre o fato de que esta disciplina não descobriu novas leis nem inventou novas teorias e, além disso, não obteve reconhecimento como ciência. Este complexo de inferioridade é o resultado de uma doutrinação com um modelo de filosofia da ciência que contém definições persuasivas de ciência e do método científico. [...] nós não nos importamos se a Ciência da Informação, Biblioteconomia, Ciência da Computação ou qualquer outra disciplina, são ou não ciências” (Machlup; Mansfield, 1983, p. 12).	Disciplina, não obteve reconhecimento como ciência
Boyce (1985)	A Ciência da Informação pode ter princípios empíricos que têm o “[...] “status” de quase-teorias ou talvez teorias partilhadas com outras disciplinas, mas vemos nossa disciplina como primeiramente prática e tecnológica. Nossa disciplina está mais relacionada com a facilitação dos processos de comunicação do que com a sua explanação. Qualquer explanação que ocorra vem, primeiramente, da aplicação de teorias e modelos desenvolvidos em algum outro lugar para outros propósitos” (Boyce, 1985, p. 165, cit. por Pinheiro, 1999, p. 107).	Disciplina prática e tecnológica
Yuexiao (1988)	“[...] a Ciência da Informação não é uma Metaciência, mas uma interdisciplina” (Yuexiao, 1988, p. 488).	Interdisciplina

Autor/a/es/as	Definição	Percepções
Heilprin (1989)	<p>“although many laws, hypotheses, and speculations about information have been proposed, adequate scientific and epistemic foundations for a general science of information have not yet appeared” (Heilprin, 1989, p. 343). Acrescenta que as fundações da CI são “multidisciplinares e, de alguma maneira, intratáveis, até que os muitos campos envolvidos estabeleçam uma síntese” (Heilprin, 1989 cit. por Pinheiro, 1999, p. 103).</p>	Interdisciplina
Saracevic (1991)	<p>“Ciência da Informação é um campo dirigido à investigação científica e à prática profissional relacionada aos problemas de efetiva comunicação de conhecimento e registros de conhecimento, entre humanos, nos contextos de uso social, institucional e/ou individuais e de necessidades de informação” (Saracevic, 1991, cit. por Pinheiro, 1999, p. 106).</p>	Ciência pura e aplicada
Wersig (1993)	<p>Vê a CI “não como uma ciência clássica, mas como o protótipo de uma nova ciência” (1993: 44). Regista obstáculos no seu estudo devido ao seu “fracionamento em inúmeras disciplinas, obrigando o cientista a lidar com dados fragmentados de natureza empírica e teórica. Se a Ciência da Informação existe, qualquer que seja a denominação dada a esse campo, ela não possuirá uma teoria, mas uma estrutura proveniente de um amplo conceito científico ou modelos e conceitos reformulados” (Wersig cit. por Pinheiro, 1999, p. 103).</p>	Nova ciência, fragmentada em inúmeras disciplinas
Le Coadic (1996)	<p>A ciência da informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. [...] Os problemas de que trata cruzam as fronteiras históricas das disciplinas tradicionais, e o recurso a várias disciplinas parece ser evidente. Essa colaboração chama-se interdisciplinaridade. [...] De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, portanto, um ciência social rigorosa que se apóia em uma tecnologia também</p>	Ciência social interdisciplinar

Autor/a/es/as	Definição	Percepções
	rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos) [...]” (Le Coadic, 1996, p. 21, 22, 26).	
Pinheiro (1999)	“É perceptível, nas palavras de inúmeros especialistas da área, que é uma tarefa quase impossível classificar a Ciência da Informação dentro dos critérios e padrões que integram o modelo científico dominante”. [...] “O entendimento da Ciência da informação como Ciência do PE [Paradigma Emergente] permite que não somente ela, como outras ciências, encontrem um espaço de ordem mais adequado às suas necessidades e ao seu desenvolvimento” (Pinheiro, 1999, p. 102, 107).	Ciência do paradigma emergente
Hawkins (2001)	“An interdisciplinary field concerned with the theoretical and practical concepts, as well as the technological, laws, and industry dealing with knowledge transfer and the sources, generation, organization, representation, processing, distribution, communication, and uses of information, as well as communications among users and their behavior as they seek to satisfy their information needs” (Hawkins, 2001, p. 45).	Ciência interdisciplinar
RodríguezBravo (2002)	Ciencia de la documentación - “su carácter de metadisciplina o de interdisciplina, pues presta su apoyo a otras ciencias además de trascenderlas para desarrollarse como ciencia propia, [...] no tiene un objeto en exclusividad; da igual que pensemos en el documento o en la información: nuestra ciencia se ocupa de algunos de sus aspectos, no de todos” (Rodríguez Bravo, 2002, p. 17-18).	Ciência da documentação – interdisciplinar

Fonte: Gomes (2016).

De acordo com a amostra colhida e como lembra Gomes (2020), não exaustiva, a Ciência da Informação não assume claramente uma posição epistemológica e conceitual tendo em vista a sua constante alteração e a falta de consenso mínimo em relação às suas origens e à sua natureza. A falta de um consenso mínimo, na área, indispensável acerca das origens e da natureza dela, traduz-se numa incapacidade de se posicionar epistemologicamente.

Diante dessa conjuntura, consideramos que as delimitações históricas da Ciência da Informação se inserem numa complexidade e que as suas definições são, em suma, resultado de um conjunto de fios diversificados de sua natureza e de sua origem que, por falta de consenso mínimo, desemboca numa fluidez de sua epistemologia e de seu conceito.

É interessante observar, contudo, que a Ciência da Informação tem uma presença significativa, em termos de produção acadêmica e instituições, nos EUA e na Europa. Sua origem remonta a uma perspectiva técnica e capitalista, com o objetivo inicial de fornecer mão de obra qualificada para facilitar o acesso à informação científica de qualidade para grupos acadêmicos. Ao longo de seu desenvolvimento, no entanto, a disciplina passou a incorporar cada vez mais dimensões sociais, refletindo e contribuindo para a emergência da Sociedade da Informação.

Ao verificarmos a hipótese inicialmente proposta, de acordo com o arcabouço teórico aqui discutido e, conforme as produções intelectuais de autores/as do campo da Ciência da Informação, o que nos parece é que a área ainda se concentra num misto de ciência que ainda está se encontrando na contemporaneidade que molda as suas práticas, pois seu objeto de estudo (a informação) se estrutura e é estruturado de acordo com as demandas contemporâneas da cultura, da economia e da política, na tessitura histórica.

A afirmação de que os próprios autores têm dificuldade em delimitar claramente o posicionamento da Ciência da Informação em relação à sua natureza, suas teorias e seus métodos é uma observação relevante que se baseia em uma análise crítica da literatura no campo. Ao revisar os estudos e as contribuições dos autores, percebemos uma diversidade de perspectivas e de abordagens, refletindo uma falta de consenso sobre questões fundamentais da disciplina. Por exemplo, diferentes autores podem enfatizar distintos fios históricos e conceituais ao definir seus paradigmas e abordar suas problemáticas específicas. Isso pode ser evidenciado em estudos que

demonstram uma variedade de teorias e de metodologias aplicadas à pesquisa neste campo científico.

Apesar de a diversidade de perspectivas e de abordagens na Ciência da Informação refletir a dificuldade de delimitar claramente o campo, é importante reconhecer que essa característica pode ser vista como um aspecto positivo. Essa pluralidade contribui para enriquecer o debate acadêmico, promovendo a integração de diferentes paradigmas e incentivando abordagens multidisciplinares e inovadoras. Por exemplo, a combinação de métodos da Biblioteconomia, Ciência da Computação e das Ciências Sociais tem gerado avanços no entendimento dos fenômenos informacionais. Assim, a dificuldade em estabelecer um consenso teórico pode ser encarada não apenas como uma limitação, mas também como uma oportunidade para explorar novas perspectivas e ampliar os horizontes da disciplina.

Tratá-la como uma ciência que é interdisciplinar é, no mínimo, um tanto duvidoso já que entendemos que a interdisciplinariedade se condiciona na relação de reciprocidade entre as áreas, quando na verdade a Ciência da Informação se utiliza muito mais de teorias e de métodos de outros campos, enquanto o retorno não é visível claramente. Ratificando isso, Marco (1996) adverte:

[...] é que a junção de campos implica uma relação ‘interdisciplinar’ entre eles, mas um campo não pode ser interdisciplinar a menos que empregue os princípios e métodos de todas as suas ‘inter’ disciplinas. Para fazer isso, o praticante precisa ser totalmente especialista em todas as disciplinas envolvidas.

Em suma, o cientista da Ciência da Informação precisa ser totalmente especialista nas disciplinas que envolvem o campo, as que muito influenciaram a sua origem e o desenvolvimento (Matemática; Biblioteconomia; Ciência da Computação; Ciências Cognitivas; Filosofia etc.). Então, ainda para Marco (1996), as definições de Ciência da Informação são declarações de propriedade e não, necessariamente, conversíveis, o que significa que nenhuma é realmente uma definição. Normalmente relacionada ao que ela faz ou deixa de fazer e muito menos sobre o que ela é em si.

Por fim, Brookes (1980, p. 7) diz que “A ciência busca a uniformidade mais que o individualismo.”. Nesse sentido, o que nos parece, até o presente momento, é que a Ciência da Informação não encontrou sua uniformidade. O que fica, então, é que ela é como, em analogia ao grupo Novos Baianos (1972), diz: ela vai sendo como pode, jogando seu corpo no mundo, “[...] andando por todos os cantos e pelas leis naturais dos encontros. Eu deixo e

recebo um tanto e passo aos olhos nus, ou vestidos de cometas, passado, presente, participio sendo o mistério do planeta.”.

3.2 Ciência da Informação brasileira: contextos de origem e de desenvolvimento

O filósofo Giorgio Agamben (2019), em seu livro ‘O que é contemporâneo? E outros ensaios’, pautado na discussão de dispositivo de Michel Foucault, nos traz a compreensão do mecanismo político contemporâneo. Agamben compreende dispositivo como mecanismo que atua em duas vertentes: a primeira como uma espécie de formação que, num dado momento histórico, tem a essencial função de responder a uma urgência; e a segunda de que o dispositivo é um conjunto de estratégias de relações de força que condiciona certos tipos de saber e por ele são condicionados.

A partir dessa pressuposição do filósofo e, aprioristicamente, a Ciência da Informação brasileira é um pouco mais estruturada em termos de dispositivos que orientam seu decurso histórico, epistemológico e historiográfico de sua origem radical (raiz). Dessa forma, como nos lembra Pinheiro (2013, grifo nosso), ao pensar as fronteiras e os horizontes da Ciência da Informação no Brasil, não devemos fechar os olhos ao **tardio e dificultoso começo da ciência em nosso país**.

Nessa mesma linha de raciocínio e numa crítica às organizações do campo científico do país, Marteleto (2009) informa que no século XX prevaleceu uma visão positivista, vindo, sobretudo, por engenheiros e militares, quando entendiam e traziam a compreensão do conhecimento técnico-científico como superior a outras formas de conhecimento. Além dessa chegada que atravessa e rompe com os conhecimentos locais, ou, na lógica do império cognitivo academicista, regionais, a autora ainda é enfática ao dizer que “os produtos da ciência deveriam ser resultados para **tornar o país mais moderno, racional e eficiente**, e que as universidades enquanto tal ainda não existiam no país” (Marteleto, 2009, p. 23, grifo nosso).

Indo mais além, de acordo com Pinheiro (2013), há uma particularidade do Brasil na chegada da ciência. Enquanto na Europa a ciência nasceu nas chamadas sociedades científicas – como, por exemplo, a Royal Society, na Inglaterra, e a Academie des Sciences, na França –, em nosso país a ciência desenvolveu-se no ambiente das universidades, sobretudo, porque os cursos de pós-graduação concentram a maior parte da produção científica. Mesmo existindo instituições de mesma natureza, como a Academia Nacional de Ciências (ANC) e a Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com desdobramento para vários campos do conhecimento.

Como complementa Oddone (2006), a partir dos anos 1950, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que manteve a mesma sigla, e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), sob liderança do Almirante Álvaro Alberto, primeiro presidente do CNPq, prevalece no Brasil a ideia de que deveria tomar para si a energia atômica e se tornar uma grande potência autônoma. Desse período também data a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)²¹, com ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e lideranças profissionais e políticas do Brasil.

Além disso, é fundamental reconhecer o papel de figuras proeminentes na construção da Ciência da Informação brasileira, com destaque para Lydia de Queiroz Sambaquy, Celia Ribeiro Zaher, Hagar Espanha Gomes, Jannice de Mello Monte-Mór e Laura Maia de Figueiredo, entre outras. Estas mulheres notáveis desempenharam papéis significativos no desenvolvimento e na consolidação da disciplina, contribuindo com suas pesquisas, liderança e visão para o avanço do campo no Brasil.

Segundo Marteleto (2009), essas ações marcariam a presença forte do Estado, tanto nas políticas para ciência e tecnologia, quanto nos programas de informação científica e tecnológica. Indo mais além, a autora ainda nos traz o discernimento de que o Estado toma para si a visão de ciência como poder governamental, que retoma o otimismo tecnológico novamente dos positivistas associado à ideia de poder, concentrando-se no desenvolvimento do CNPq e ressurgindo com toda força no período militar, a partir dos anos 1960, época que corresponde ao chamado “milagre econômico”, quando o governo federal aumenta sua capacidade de arrecadação de impostos e os recursos públicos abundam.

Ainda conforme a autora supramencionada, há uma expansão dos recursos alocados para a pesquisa, no entanto, concentrados em grandes projetos, vários deles de cunho militar. Nos anos 1970, muda-se o nome e a filiação do CNPq para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado ao Ministério do Planejamento Econômico, junto com a recém-criada Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Nesses

²¹ A partir de 1976, passa a ser denominado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

períodos, são criados também os Planos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PNDCT).²²

Retomando novamente Agamben (2019), o dispositivo concentra sempre na função concreta e se inscreve numa relação de poder. Além disso, como tal, resulta no cruzamento de relações de poder e nas relações que se estabelecem de saber. O dispositivo sempre está inscrito na dinâmica dos jogos de poder e sempre ligado aos limites do saber. Ao entendermos que o dispositivo sempre está relacionado às estratégias de relações de saber e que se inscrevem no poder, podemos perceber que a ciência no Brasil nasce e se desenvolve com público, características e interesses muito próprios e bem definidos.

Esses dispositivos – aqui entendidos como os planos de desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos – surgem com o objetivo de avançar o Brasil para uma perspectiva modernista extremamente de pensamento colonial. A tardia e lenta inserção da ciência no âmbito brasileiro adentra, novamente, atrelada ao simbolismo imaginário científico de perspectiva positivista do que a ciência traria ao Brasil no sentido de avanço modernista.

Outro fato que nos chama muita atenção, a partir das autoras até então mencionadas, é que grande parte dos projetos contemplados são para os militares. E o que é o militarismo se não um dos grandes dispositivos controladores dos corpos, das condutas e dos saberes na nossa sociedade?

Até o presente, é relevante destacar que a introdução da ciência no Brasil foi influenciada por diferentes correntes de pensamento e de interesses, refletindo um período de transformações sociais, econômicas e científicas. Embora tenha havido uma forte presença de uma mentalidade colonial, moderna e capitalista, representada, principalmente, por engenheiros e militares, que promoviam uma abordagem positivista e racional-matemática, é importante reconhecer que não se pode reduzir toda a introdução da ciência no país a essa perspectiva. De fato, havia uma variedade de visões e de intenções por trás desses esforços, algumas das quais buscavam genuinamente impulsionar o progresso científico e tecnológico do Brasil. No entanto, é necessário também considerar que esses esforços estavam sujeitos a influências externas e que o país enfrentava desafios complexos relacionados à sua posição no cenário global. Portanto, é importante evitar generalizações excessivas e reconhecer a diversidade de perspectivas e agendas envolvidas na chegada da ciência ao Brasil.

Acompanhando as transformações e os desenvolvimento do perfil do CNPq, da pesquisa brasileira e o movimento disciplinar da informação científica e tecnológica em

²² Fundo de natureza contábil e financeira que tem o objetivo de financiar inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social do país.

âmbito mundial, como já mencionado acima, o IBBD tem seu nome alterado para IBICT, em 1976²³. Com efeito, de acordo com Oddone (2006), a introdução, no Brasil, da informação científica volta-se a uma nova terminologia que representava as bibliografias e rompia com os padrões tradicionais dos serviços de bibliotecas. Nesse sentido, a autora adverte que nesse período foi instaurado o novo modelo de fluxo informacional, ou o que viria ser, posteriormente, definido por Frohman (1995) e largamente aprofundado por González de Gómez (2003) como regime de informação.

Fato importante a ser mencionado é que Lydia de Queiroz Sambaquy, anteriormente a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação no Brasil, é a criadora do Curso de Pesquisa Bibliográfica, em 1955, como nos informa Pinheiro (2013), e a primeira presidenta do IBBD. Posteriormente denominado Curso de Documentação Científica (CDC), em 1964, essa experiência do primeiro curso de pesquisa bibliográfica desembocou no nascimento do mestrado em Ciência da Informação, em 1970, considerado o primeiro na América Latina e Caribe, do IBBD em comodato com a UFRJ. Nesse contexto, grande foi a participação de Hagar Espanha Gomes e Célia Regina Zaher. Por essa iniciativa, e por ser o órgão responsável pela informação científica e tecnológica, naturalmente o órgão integra a história da Ciência da Informação em contexto brasileiro (Pinheiro, 2013). Nessa mesma perspectiva, para Oddone (2006, p. 45), “Quando se trata de ciência da informação no Brasil, todo e qualquer recurso histórico esbarra sempre no marco erguido pelo IBBD em 1970, no qual se lê: ‘Primeiro Curso de Mestrado em Ciências da Informação da América do Sul’.”.

[...] Grande parte dos autores [...] situa os antecedentes da constituição da ciência da informação nos esforços bibliográficos de organização de registros ou de seu acesso [...]. [...] Há na sua historiografia – elaborada por seus próprios teóricos – um grande apagamento de [...] sua condição histórica, compensado por uma larga naturalização, tanto de si quanto do seu objeto. (Freitas, 2003, p. 17-18).

Além disso, o Brasil seguiu os modelos de institutos como o *Canada Institute for Scientific and Technical Information* (NRC-CISTI), vinculado ao *Canada's National Science*, em 1945; o VINITI, na antiga URSS, em 1952; o *Institut de L'information Scientifique et Technique* (INIST), em 1998, no *Centre National de la Recherche Scientifique*

²³ Nesse mesmo período, na visão de Schwartzmann (2005), cria-se a pós-graduação nas universidades brasileiras nos **moldes norte-americanos**, com a reforma do ensino superior de 1968. E caberia à CAPES, que havia sido criada em 1951, tendo por objetivo assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes com o objetivo de atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados para o desenvolvimento do país. O sistema de ensino e de pesquisa no Brasil passa a integrar duas políticas diferentes: uma para formação de recursos humanos para educação superior (MEC); a outra para orientar os grandes projetos tecnológicos, de interesse dos militares.

(CNRS); e o *Institute for Scientific Information* (ISI), nos EUA, fundado em 1960 por Eugene Garfield e adquirido pela Thomson, Reuters, em 1992 (Pinheiro, 2013).

As influências norte-americana e inglesa na formação dos cientistas e dos pesquisadores da informação no Brasil é inegável. No entanto, essa influência levanta um questionamento crucial: a Ciência da Informação brasileira é uma expressão autêntica das necessidades e das realidades locais ou simplesmente uma reprodução das abordagens predominantes nos países do Norte global? Refletindo sobre essa questão, é possível considerar que a Ciência da Informação brasileira, ao invés de refletir sua própria identidade, tende a seguir modelos estrangeiros, relegando sua autenticidade a uma posição secundária.

Ao final, essa constatação suscita a preocupação de que possamos nos sentir como imigrantes que internalizaram o modo de pensar europeu e/ou norte-americano em nosso próprio país. Essa perspectiva é perpetuada quando migramos para regiões ao norte do mapa geográfico, também delineado por europeus. Essa dinâmica evidencia a persistência de uma mentalidade colonizada, comprometendo a autonomia intelectual e a originalidade na construção do conhecimento no campo da Ciência da Informação brasileira.

A identidade própria da Ciência da Informação brasileira ainda não foi plenamente estabelecida, especialmente, considerando os primeiros anos de sua implantação no país na década de 1970. Até o momento, observamos uma forte influência das teorias estrangeiras e uma tendência à reprodução de padrões internacionais, o que dificulta o desenvolvimento de uma identidade distintamente brasileira no campo. Essa falta de uma identidade autêntica pode ser atribuída, em parte, à importação de programas, de projetos e de ações de instituições estrangeiras de ciência e tecnologia, juntamente com a presença de professores estrangeiros, como Tefko Saracevic, que moldaram os fundamentos iniciais da disciplina no Brasil.

De acordo com a pesquisa de Pinheiro (2013), chama a atenção que um dos autores mais renomados e um dos mais produtivos e influentes da Ciência da Informação é Tefko Saracevic, este foi professor do PPGCI (IBICT-UFRJ), nos anos 1970, e conferencista principal na comemoração dos 40 anos de mestrado do programa em 2009. Ainda conforme a pesquisadora, um dos autores mais citados em 278 artigos da revista *Ciência da Informação*, do IBICT, entre 1995 e 2003, é Nicholas J. Belkin, segundo dados que, analisados nos dias atuais, poderiam sofrer modificações. Autores como Nicholas J. Belkin e Chaimn Zins são altamente referenciados e utilizados, segundo a autora Pinheiro (2013), quase como cânones do conhecimento da Ciência da Informação. A autora adverte para a presença de autores orientais, o que era raro na época, porém, não menciona quais foram referenciados.

O que é importante salientar é que essa reunião de intelectuais que vieram e formaram professores, pesquisadores e intelectuais que hoje temos no Brasil, no sentido de Ciência da Informação, são os reprodutores de uma linha de conhecimento que segue uma corrente da lógica da reprodução de um modelo universalista, racional e objetivista da ciência. E não consegue tomar para si, pois se verificarmos hoje o que os/as Cientistas da Informação brasileiros/as fazem, em tempos contemporâneos, em perspectiva observacional, a maioria está nas universidades cumprindo duas funções: uma de professor/a e outra de cientista.

Concordamos com Oddone (2006, grifo nosso), quando se acredita que uma perspectiva histórica de maior alcance pode contribuir para uma revisão do estatuto epistêmico da disciplina, oferecendo **modos reflexivos originais**, capazes de aprofundar a compreensão do estado presente.

A presente pesquisa visa contribuir para o entendimento da Ciência da Informação brasileira. Saracevic (1996) argumenta que não existe uma Ciência da Informação americana distinta, posição que encontra respaldo em Pinheiro (2013), ao afirmar a inexistência de uma Ciência da Informação nacional. No entanto, essa dicotomia entre uma Ciência da Informação estadunidense e brasileira, ou mesmo para a América Latina, pode ser simplificada. A natureza transnacional do fazer científico promove colaborações internacionais, resultando em uma ciência informacional com características que transcendem fronteiras nacionais. Por exemplo, Saracevic, de origem croata, e Yves-François Le Coadic, francês, contribuem com perspectivas que refletem influências diversas. Assim, embora haja variações, as generalizações podem obscurecer a complexidade das influências e das colaborações internacionais na Ciência da Informação.

Como breves considerações sobre os quadros demarcatórios da vinda e da formação dos pesquisadores e intelectuais da Ciência da Informação brasileira, o objetivo não é adentrar em uma discussão detalhada sobre os programas de pós-graduação do Brasil na área. Em vez disso, a intenção é focar nas dimensões macro da criação, da história e da institucionalização do campo no país, especialmente, durante o período inicial de implantação. Esse enfoque permite uma análise mais específica das origens e dos desenvolvimentos iniciais da disciplina, considerando que o processo de institucionalização está sujeito a ampliações, aprofundamentos, reestruturações e transformações, ao longo do tempo, ainda que de forma gradual.

A partir da análise, é possível identificar alguns dos principais influenciadores dos intelectuais brasileiros na área da Ciência da Informação e compreender a diversidade de fontes que contribuem para a produção e a referência do conhecimento na área. Nessa

perspectiva, a seguir, discutimos a epistemologia da Ciência da Informação, fazendo o esforço, no que for possível, para identificar o que o campo compreende por epistemologia, quais as suas linhas e para qual horizonte a mesma aponta, podendo, durante a subseção, debatermos alguns pontos filosóficos de objetividade, espírito ou não, conforme nos for apresentado pelos trabalhos da área.

3.3 Epistemologia na Ciência da Informação brasileira

Como explicado no percurso metodológico, os autores contemplados para leitura e discussão foram selecionados a partir de uma análise dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, apenas nível Doutorado, nos quais se verificaram as disciplinas denominadas Fundamentos em Ciência da Informação; Epistemologia da Ciência da Informação ou Fundamentos e Epistemologia em Ciência da Informação. Dentro desse quadro contextual, consideramos válidos para a leitura e a análise autores/as que se cruzavam nas bibliografias dos programas de pós-graduação a partir de duas menções. Nesse sentido, no que tange aos/as intelectuais que traçam debates sobre epistemologia e Ciência da Informação nesses programas de pós-graduação brasileiros, temos, a nível de epistemólogos, ou filósofos que tratam da epistemologia, Chalmers (1993) com o livro ‘O que é ciência afinal?’; Dutra (2010) com ‘Introdução à epistemologia’; Grego e Sosa (2008) ‘Compêndio de Epistemologia’; e Japiassu (1977) com o livro ‘Introdução ao pensamento epistemológico’.

Além desses, Burke (2016) é referenciado com duas menções com seu livro ‘O que é conhecimento?’ e Kuhn (1998), com seu famoso livro ‘A estrutura das revoluções científicas’. Além desses/as intelectuais, no campo dos estudos que relaciona epistemologia e Ciência da Informação, Capurro (2003) é um dos mais citados com alto índice de menção, além de González de Gómez (2001) e Shera (1997). Foram inseridos/as outros/as autores/as para complementar e, a partir da análise de amostra não probabilística subjetiva de análise, outros textos científicos que foram considerados importantes e a partir do que os/as próprios/as autores/as foram mencionando, pois o resultado de intelectuais que traçam essa relação entre a Ciência da Informação e Epistemologia é pouco, no universo considerado.

Dito isso, primeiro traçamos uma discussão sobre a epistemologia a partir dos autores clássicos supramencionados e, logo em seguida, debatemos como a Ciência da Informação tem trabalhado, verificado e analisado suas dimensões epistemológicas. É importante advertir que há uma discussão muito forte e muito profunda sobre ciência, epistemologia e

conhecimento e aqui se pretende fazer um compêndio desses movimentos pertinentes para esta subseção.

O autor Kuhn (1998) desenvolveu sua carreira acadêmica como físico e voltou sua atenção para a história da ciência. Grande parte do tempo do autor foi devotada ao estudo da história da ciência propriamente dita. Como nos lembra Chalmers (1993), ao fazê-lo, descobriu que seus preconceitos sobre a natureza da ciência não suportam uma comparação com o testemunho histórico. Ainda conforme explicita Kuhn (1998), ele teria formulado uma tentativa de fornecer uma teoria mais coerente conforme a história que ele vivia.

Uma característica central da teoria de Kuhn (1998) é destacar o caráter revolucionário da ciência, ao argumentar que toda a ciência passa por períodos de revolução científica, nos quais há a substituição de uma estrutura teórica por outra incompatível. Além disso, ele contribui significativamente para a delimitação conceitual de paradigmas, fornecendo um modelo que permite à ciência seguir seus preceitos e revolucionar a partir e sobre eles. Como esquematiza Chalmers (1993), o modo como a ciência progride pode ser resumido no seguinte esquema aberto: **pré-ciência - ciência normal - crise-revolução - nova ciência normal - nova crise.**

A atividade desorganizada que precede a formação da ciência torna-se eventualmente estruturada quando é dirigida à comunidade científica que se atém a um único *paradigma*. Este paradigma é composto por suposições teóricas gerais, leis e técnicas que serão adotadas e aplicadas por uma comunidade científica. Os que atuam dentro de um paradigma, seja ele qual for estabelecido, praticam o que Kuhn chama de *ciência normal*. Os chamados cientistas normais articularão e desenvolverão o paradigma na tentativa de explicar e de assentar o comportamento de alguns aspectos pertinentes do mundo real, estes revelados através dos resultados e das experiências. Ao fazê-lo, experimentarão dificuldades e encontrarão falsificações aparentes. O estado de crise ocorre, nesse processo, quando dificuldades desse tipo supramencionado fugirem ao controle. A crise é resolvida quando surge inteiramente um novo paradigma que atrai a adesão de um número crescente de cientistas até que eventualmente o paradigma original, problemático, é abandonado. A mudança descontínua constitui uma *revolução científica*. O novo paradigma estabelecido e, cheio de promessa e aparentemente não assediado por dificuldades supostamente insuperáveis, orienta a nova atividade científica normal (Chalmers, 1993; Kuhn, 1998).

Esse esquema de Kuhn delinea a passagem de uma pré-ciência, passando por seus paradigmas até chegar num paradigma comum e aceito, assentando numa ciência normal. Diante disso, pode se considerar: o que é, então, paradigma? Para o autor Kuhn (1998, p. 13),

“[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecessem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.”. Ou, num sentido mais literário em que podemos identificar o substrato do termo, é, quando perguntado ao Simeão, personagem do livro ‘O monge e o executivo’ de James Hunter (2004), o que é paradigma, o personagem assume a direção dizendo:

— Paradigma é uma boa palavra. Paradigmas são simplesmente padrões psicológicos, modelos ou mapas que usamos para navegar na vida. Nossos paradigmas podem ser valiosos e até salvar vidas quando usados adequadamente. Mas podem se tornar perigosos se os tomarmos como verdades absolutas, sem aceitarmos qualquer possibilidade de mudança, e deixarmos que eles filtrem as novas informações e as mudanças que acontecem no correr da vida. Agarrar-se a paradigmas ultrapassados pode nos deixar paralisados enquanto o mundo passa por nós.

Esta é uma das melhores definições que a literatura nos proporciona. Então, consideramos que paradigmas são os padrões ou os modelos que usamos em nossa existência, aqui na perspectiva científica, para o pensar científico. Esses padrões ou modelos tornam-se capciosos quando os tomamos como verdades absolutas, ao passo que não aceitamos nenhuma mudança desses paradigmas e deixamos que eles condicionem as novas informações e mudanças que ocorrem constantemente na vida científica. Esses paradigmas, porém, se tornam obsoletos e, como nos lembra Kuhn (1993), precisam ser revolucionados e substituídos por outros que atuam na conjunta histórico-temporal dos cientistas, quando abandonam o velho paradigma para se ater ao novo.

Dentro dessa perspectiva, para que uma ciência chegue ao seu estado normal de ciência, ela precisa passar pelos processos que Kuhn (1993) chama de revolução científica, pois, apenas assim, a ciência chega ao seu estado normal. Lembra também o autor que, historicamente, os próprios cientistas têm haurido pela imagem, principalmente, no estudo das realizações científicas acabadas, assim como são registradas nos clássicos e, mais recentemente, em manuais que cada nova geração utiliza para aprender seu ofício (cientista). Nesse sentido, o autor critica os cientistas que se agarram a realizações científicas acabadas, sobretudo, colocando no ambiente de fetichização sacralizada na qual não é possível a sua revolução e, além disso, Kuhn (1993) ressalta que há uma geração que se utiliza de manuais para aprender o ofício científico se enrijecendo conforme a sua utilização.

Segundo a reflexão de Chalmers (1993, p. 126), “A existência de um paradigma capaz de sustentar uma tradição de ciência normal é a característica que distingue a ciência da não ciência. [...] Grande parte da sociologia moderna não tem paradigma e, conseqüentemente, deixa de qualificar-se como ciência.”. A partir dessa premissa poderíamos refletir sobre: qual

o paradigma que direciona a Ciência da Informação? No entanto, antes de adentrarmos nessa discussão, reafirmamos a pergunta que o próprio Chalmers (1993) faz em seu livro: o que é ciência, afinal?

O autor conclui dizendo que não há uma única categoria de ciência e que a pergunta, assim como o título de seu livro, nada mais é do que enganosa e arrogante. Não há, conforme o autor, uma forma de se estabelecer ou defender uma caracterização tão ampla do que é a ciência.

Cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais são seus objetivos – que podem ser diferentes daquilo que geralmente se consideram ser seus objetivos – ou representados como tais, e podemos investigar os meios usados para conseguir estes objetivos e o grau de sucesso conseguido. Não se segue disso que nenhuma área do conhecimento possa ser criticada. Podemos tentar qualquer área do conhecimento criticando seus objetivos, criticando a propriedade dos métodos usados para atingir esses objetivos, confrontando-a com meios alternativos e superiores de atingir os mesmos objetivos e assim por diante. Desse ponto de vista não precisamos de uma categoria geral “ciência”, em relação à qual alguma área do conhecimento pode ser aclamada como ciência ou difamada como não sendo ciência. (Chalmers, 1993, p. 197).

É interessante no discurso de Chalmers (1993) a afirmação de que nem os filósofos têm recursos que habilitem legislar a respeito dos critérios que precisam ser alcançados para uma área do conhecimento ser considerada aceitável ou “científica”. Discordamos desse pensamento ao entendermos que, de acordo com Dussel (2015), pautado em Hegel (1970), diz a autêntica filosofia em meados da segunda metade do século XVI, começa com Descartes. A partir de Descartes é que aparece o início da autêntica filosofia da época moderna, em que ele, a partir de seus influenciadores, sobretudo jesuítas, dimensiona a reflexão radical da consciência de seu *ego cogito* até o “resgate” do mundo empírico para que, desde ele, reconstruir um mundo real matematicamente conhecido.

Em suma, Descartes desenvolve um método pautado na subjetividade solipsista em que, através do seu *ego cogito*, ou o paradigma da consciência solipsista, traça uma longa história de um racionalismo epistêmico em que faz a separação entre alma e corpo. Assim, o que se constituiria enquanto “científico” se dimensiona na operacionalização do quantificável, do objetivismo e da neutralidade. Estes elementos compunham não o que se afirma ser ciência, mas os substratos, que se deveriam atingir para alcançar um grau “científico”.

Nesse sentido, concordamos com Chalmers (1993), quando diz que não há um conceito único e geral de ciência, porém, discordamos quando afirma não ter um recurso que direcione sobre o que vem a ser consideravelmente científico, quando, historicamente, desde

Descartes, vem sendo formulado, não recursos, mas vozes do discurso de como as áreas deveriam proceder para adentrarem no ambiente do que é aceitável como “científico”.

Percebemos que, a partir dessas premissas, uma área se constitui, sobretudo, pela dimensão reflexivo-filosófica de seus processos de conhecimento, de sua epistemologia. Diante desse aspecto, os autores fortemente utilizados pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileira são Japiassu (1986) e Dutra (2010) e, por conseguinte, a partir deles que foram conduzidas as próximas reflexões.

A primeira, e uma das principais distinções que Japiassu (1986) faz em relação à epistemologia se concentra nas diferenças entre saber, ciência e epistemologia. Para o autor, saber é um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos. “Neste sentido bastante lato, o conceito de ‘saber’ poderá ser aplicado à aprendizagem de ordem prática (saber fazer, saber técnico...) e, ao mesmo tempo, às determinações de ordem propriamente intelectual e teórica.” (Japiassu, 1986, p. 15).

Já como ciência, o autor considera o conjunto das aquisições intelectuais, por um lado das matemáticas, por outro, das disciplinas de investigação do dado natural e empírico. Para o autor, então, têm-se três classificações, o saber racional, constituído pela filosofia; saber crente ou místico, dogmático ou misterioso; e, por último, a ciência enquanto conhecimento verdadeiro e justificado.

Por epistemologia, Japiassu (1986, p. 16, grifo nosso) entende como o **estudo sistemático e reflexivo do saber**. Nas palavras do autor: “Por epistemologia, [...] podemos considerar o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais.”.

Já conforme essas definições, podemos considerar que a epistemologia é o ato reflexivo do saber e que essa reflexão se condiciona a operar numa tessitura metodologicamente sistemática no sentido de desenvolver seu funcionamento e seus produtos intelectuais vindos dessa reflexão. Assim, a epistemologia seria a “filosofia do conhecimento”, ou seja, a forma com a qual se conhece o conhecimento, sobre como ele surge, quais os métodos empregados e como ele se desenvolve. Não obstante, Japiassu (1986) e sua fixação em classificar as coisas, separa a epistemologia em três: epistemologia global; epistemologia particular e epistemologia específica, em suas palavras:

- **Epistemologia global (geral):** “[...] quando se trata do saber globalmente considerado, [...] quer sejam ‘especulativos’, quer ‘científicos’.”.

- **Epistemologia particular:** “[...] quando se trata de levar em consideração um campo particular do saber, quer seja ‘especulativo’, quer ‘científico’.”
- **Epistemologia específica:** “[...] disciplina intelectualmente constituída em unidade bem definida do saber, e de estudá-la de modo próximo, detalhado e técnico, mostrando sua organização, seu funcionamento e as possíveis relações que ela mantém com as demais.” (Japiassu, 1986, p. 16).

Assim, consideramos a epistemologia, pautados no autor, como o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e, sobretudo, dos resultados das diversas ciências. “Semelhante estudo tem por objetivo a origem lógica (não psicológica) das ciências, seu valor e alcance objetivos.” (Japiassu, 1986, p. 26).

Ainda de acordo com os estudos do autor, o cientista não compreendia o motivo da filosofia ter o privilégio de distinguir em torno de si os discursos epistêmicos, e questiona se não seria possível que o próprio discurso científico descobrisse por si mesmo seu próprio lugar. O que de início parece haver uma separação, na perspectiva do autor, ocorre o contrário, o cientista agora, então, produz seu discurso sobre seu objeto, seus métodos, suas hipóteses e teorias. Para Japiassu (1986, p. 27), “A tarefa da epistemologia consiste em conhecer este devir e em analisar todas as etapas de sua estruturação, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definido.”. Desse modo, o conhecimento, então, se caracteriza enquanto um conhecimento-processo, inacabado, em constante mutação e aperfeiçoamento.

É importante evidenciar, primeiro, as palavras-chave que caracterizam a epistemologia tais como discurso (logos) sobre a ciência (episteme), em sentido etimológico, estudo metódico do saber, questões como: o que é uma verdade científica? Em que condições existe essa verdade? São pressupostos para começarmos a compreender de qual linha lógica racional parte a epistemologia para a sua formação e estruturação enquanto campo de estudo e de análise da caracterização da ciência.

Conforme Dutra (2010), o termo epistemologia é frequentemente empregado para se referir a “teoria do conhecimento”, disciplina tradicional dos cursos de filosofia. Mais além, o autor salienta que os trabalhos dos racionalistas continentais europeus como René Descartes, Immanuel Kant, e também da tradição empirista como Locke, Berkeley e Hume, constituíram como aquele que surgiu e concretizou a epistemologia como disciplina filosófica, em meados do século XVII até o final do século XVIII.

Ainda segundo o autor, “[...] o solipsismo metodológico consiste em supor que o conhecimento é algo privado do sujeito e que é o sujeito quem decide a seu respeito.” (Dutra, 2010, p. 26). Assim, o autor abre o leque da possibilidade do conhecimento afirmando que este obtido pela inferência é tão legítimo quanto o que é obtido por outros meios. Nesse sentido, adentramos no embate teórico em torno do subjetivo e do objetivo, ao considerar que:

Quando apresentamos a concepção tradicional de conhecimento como crença verdadeira e justificada, colocamos em relação três elementos, dois dos quais dependem do sujeito, a saber, a crença (que ele possui, ou opinião que sustenta) e a justificação que é suficiente para ele. O terceiro elemento da concepção é que, para ser conhecimento, uma crença tem de ser verdadeira. E esse é um aspecto puramente objetivo, pois, segundo a epistemologia tradicional, o que é verdadeiro é o que corresponde à realidade, isto é, o que é o caso. [...] A crença de um sujeito, via de regra, é concebida pela epistemologia tradicional como um estado mental do sujeito, como determinadas representações internas que ele possui das coisas fora dele. (Dutra, 2010, p. 30).

Diante da explanação, o autor adverte que a concepção tradicional, que define o conhecimento como uma “crença” verdadeira e justificada, é questionada pelos filósofos do século XX, os quais propõem que o conhecimento seja entendido como uma “proposição” verdadeira e justificada. Essa mudança implica não apenas na substituição do termo “crença”, mas também na reconsideração da relação do sujeito com o conhecimento. Ao adotar uma abordagem baseada em proposições, o conhecimento não é mais visto como uma representação interna subjetiva do sujeito, mas sim como uma afirmação passível de contestação e de refutação. Essa perspectiva implica em uma suspensão da certeza e até mesmo em uma desconfiança, destacando a volatilidade e a contingência do conhecimento humano.

Em contraposição a essa perspectiva, Grada Kilomba (2019) adverte que a matriz de conhecimento supramencionada é demarcada pelo colonialismo da época, enfatizando que o conhecimento puro e verdadeiro não pode ser dissociado do filtro subjetivo do sujeito. Para a autora, a modernidade propagou a ideia de um pensamento único e universal da objetividade do conhecimento científico, no entanto, ela contesta essa visão, argumentando que mesmo o conhecimento que se apresenta como objetivo é moldado e formulado por um sujeito impregnado de subjetividade em seu inconsciente.

A visão da autora Grada Kilomba (2019) é muito pertinente para pensarmos essas dualidades epistemológicas do pensamento humano, objetivo e subjetivo. Entretanto, como mencionado no início, a subseção não pretende polemizar sobre essas questões se estruturando nos clássicos que a área da Ciência da Informação utiliza, deixando as críticas para seções posteriores, no entanto, foi necessário citar a autora, pois os discursos se

divergem, na medida em que ambos partem de lugares diferentes de pensamento, não apenas geográfico, mas interseccionalizado pelos marcadores sociais de raça, de gênero e de classe.

Portanto, retomando o pensamento de Dutra (2010), é interessante pensarmos que o autor cita o racionalismo enquanto filosofia de pensamento condicionado ao objetivismo, sobretudo, a partir da matemática enquanto essa base que sustenta a forma de validação científica objetiva. Nesse sentido, o racionalismo pretendia, através do método axiomático, derivar outras verdades, fundamentando completamente o saber humano. Para Descartes, há dois elementos que fundamentam o saber humano: a intuição e a dedução. Com efeito, “[...] é pela intuição que cada um de nós percebe que existe e que pensa.” (Dutra, 2010, p. 86, grifo nosso).

Ainda conforme o pensamento de Descartes, descrito por Dutra (2010), não podemos confiar nos nossos sentimentos já que, para aquele autor, não se pode confiar em quem uma vez já traiu. Nesse aspecto, os sentimentos às vezes não são considerados como fontes de informação sobre o mundo. Dessa maneira, todas as opiniões provindas dos sentidos, na proposição de serem falsas, devem ser assim consideradas. O que nos demonstra é que a epistemologia cartesiana é muito bem estruturada a partir do objetivo de tomá-la como universal, matando as outras formas epistêmicas (de conhecimento), que fogem da linha eurocêntrica da objetividade científica e do afastamento das subjetividades emocionais enquanto causadoras de inferências.

Nessa mesma linha, podemos indagar: as produções teóricas das mulheres negras, vindas, sobretudo, das suas observações e no sentir da pele as opressões de gênero, raça e classe, como nos informam Djamilia Ribeiro (2017) e Grada Kilomba (2019), são da ordem do subjetivismo? Grada Kilomba (2019) salienta que sim, pois, para o europeu, os que fogem a sua regra sempre são tratados/as da ordem do não científico, sempre são o/a Outro/a em relação à regra. Carla Akotirene (2019), ao trazer a noção de interseccionalidade, complementa essa discussão ao enfatizar que as opressões vividas pelas mulheres negras têm uma base objetiva e estrutural, e não se limitam ao campo do subjetivo. Dessa forma, as experiências das mulheres negras são uma fonte de conhecimento que desestabiliza o paradigma tradicional, sendo também uma forma de resistir à exclusão epistemológica.

O que nos deixa evidenciar, até o presente momento, é que a epistemologia surge a partir do quadro contextual de matriz única de conhecimento, a saber, a europeia, e que os outros saberes, os outros conhecimentos devam cumprir o seu papel de adequar-se ao modelo epistêmico já formulado. Para a epistemologia tradicional se afirmar enquanto universal, em

contrapartida, ela teve que matar os outros saberes e as outras formas de conhecimento não-ocidentalizadas.

É importante advertir que essa premissa reflete a linha cartesiana, ou seja, o racionalismo. Dutra (2010) destaca outras correntes ao longo da história como o empirismo, a filosofia crítica, o positivismo lógico e a epistemologia naturalizada, apresentando brevemente cada uma delas. Partimos das reflexões elaboradas pelo autor em pauta para compreendermos a importância de sua pontuação nesse estudo.

O empirismo, representado por John Locke até David Hume, passando por George Berkeley, foi fundamental para a epistemologia ao enfatizar que todo conhecimento provém da experiência. O positivismo lógico, conhecido também como “empirismo lógico”, associado ao Círculo de Viena a partir de 1920 com Moritz Schlick, buscou fundamentar o conhecimento científico na lógica e na verificação empírica, criticando o racionalismo cartesiano e contribuindo para uma nova narrativa do ato de conhecer. O objetivo de Locke era mostrar que todo nosso conhecimento provinha da experiência. O empirismo lógico permitiu criticar o racionalismo de Descartes, ao passo em que permitiu também criar outra narrativa em torno do ato de conhecer. No entanto, esse aspecto, em que conhecemos a partir de nossas experiências, desdobra-se na não justificação racional de nossas crenças casuais, o que torna o empirismo muito tênue em sua prática.

Já na Filosofia crítica, Immanuel Kant destaca-se como o filósofo principal dessa corrente de pensamento. A teoria crítica kantiana analisa as capacidades cognitivas do intelecto humano. Dentro dessa perspectiva, a doutrina kantiana afirma que “[...] os objetos nos são dados na sensibilidade segundo as formas puras do tempo e do espaço, respectivamente, as formas do sentido interno e externo.” (Dutra, 2010, p. 140).

Avançando para o século XX, o positivismo lógico, frequentemente denominado “empirismo lógico”, está intimamente associado ao Círculo de Viena, datando de 1920, sob a liderança de Moritz Schlick. Esse movimento filosófico, embora centrado no Círculo de Viena, foi significativamente influenciado pelas ideias de Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein e Ernst Mach. O positivismo lógico buscou estabelecer uma base sólida para o conhecimento científico, enfatizando a lógica e a verificação empírica como critérios fundamentais.

Em que pese a aceitação dessas correntes de pensamento, é essencial ressaltar que, enquanto essas correntes filosóficas europeias marcaram avanços significativos, surgiram também críticas substanciais, tanto internas quanto externas à Europa, que questionaram as premissas e as limitações da ciência moderna. Até o século XVII, com a crítica cartesiana,

inaugurou-se uma tradição de pensamento crítico que se estendeu ao longo dos séculos, até culminar no século XX com debates mais intensos. Em termos de críticas, podemos identificar dois conjuntos principais: uma intra-europeia e uma extra-europeia.

A crítica intra-europeia, que se desenvolveu, principalmente, ao longo do século XX, é marcada por uma perspectiva pós-positivista e é centralizada na Europa Ocidental. Filósofos e teóricos como Gaston Bachelard, Karl Popper, Jean Piaget, Jürgen Habermas, Michael Foucault, Thomas Kuhn, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos questionaram as limitações do positivismo, propondo novas abordagens para entender a ciência e a sociedade. Suas contribuições foram essenciais para desafiar e expandir as fronteiras do conhecimento científico, indo além das rígidas metodologias positivistas.

Em contrapartida, a crítica extra-europeia, que também ganhou força no século XX, é caracterizada por uma abordagem pós-colonial e decolonial, com um foco particular na América Latina. Intelectuais como Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Walter D Mignolo, Zulma Palermo, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez e Nelson Maldonado-Torres apresentaram perspectivas que desafiam as bases coloniais da modernidade. Essas críticas revelam como a ciência e o conhecimento ocidentais têm sido usados para justificar e perpetuar relações de poder coloniais e patriarcais, promovendo a necessidade de uma epistemologia que reconheça e valorize as diversas formas de saber.

Além disso, inobstante as diferenças de origens e de perspectivas, conforme Oliveira e Gomes (2021), essas abordagens têm como ponto convergente o estudo crítico das condições, possibilidades e, sobretudo, das limitações da ciência moderna. A segunda busca, contudo, avançar para além do horizonte revolucionário (crítica intra-europeia), mesmo que não o desconsidere, a partir do que se denominou 'colonialidade do saber', apresentando uma postura de diálogo parcial e, por conseguinte, uma ruptura parcial. Portanto, ao abordar as críticas à ciência moderna, é crucial reconhecer essas duas correntes críticas que, embora provenientes de diferentes contextos, contribuem para uma compreensão mais completa das limitações e das potencialidades da modernidade. Essas discussões, ao mesmo tempo que valorizam as contribuições dos intelectuais europeus e norte-americanos, sublinham que suas abordagens não foram suficientes para abarcar a complexidade e a diversidade das experiências humanas e do conhecimento.

Por último, é apresentada a Epistemologia naturalizada, por sua vez, consolidada como o manifesto do naturalismo em epistemologia a partir do artigo intitulado “Epistemology

Naturalized”, de Willard Van Orman Quine. Com efeito, “[...] a epistemologia naturalizada seria apenas uma descrição de fatos cognitivos.” (Dutra, 2010, p. 65).

Diante de todas essas formas epistêmicas do conhecimento, é interessante considerar que:

[...] o conhecimento humano é um tipo de fenômeno que envolve aspectos biológicos, psicológicos e sociais (e mesmo, em certa medida, físico-químicos e fisiológicos, se pensarmos nos processos perceptivos em nossos corpos), **não existe uma teoria unificada que possa determinar a medida exata em que cada um desses aspectos deve ser levado em conta.** (Dutra, 2010, p. 192, grifo nosso).

Concordamos fortemente com Dutra (2010), quando compreendemos que não há uma teoria unificada que determine de forma abrangente os aspectos que envolvem o conhecimento científico. Entretanto, consideramos também a existência de outras narrativas epistêmicas que dão outros modos de pensar o real, partindo de outras matrizes de conhecimento que necessitam ser válidas como práticas do discurso epistemológico.

Diante da perenidade da produção científica, Japiassu (1934) apresenta a abordagem de Gaston Bachelard como uma alternativa à reflexão sobre o pensamento científico. Este último enfatiza o caráter operacional da ciência e concebe o conhecimento como uma construção histórica. Japiassu (1934), ao dialogar com os estudos de Bachelard, sugere que é necessário abandonar uma filosofia que considera seus princípios como intocáveis e que postula suas verdades primordiais como completas e inquestionáveis. Além disso, destaca que o filósofo não pode estar vinculado exclusivamente a uma única doutrina, seja idealista, racionalista ou positivista, pois a ciência moderna transcende a adesão a uma única corrente de pensamento.

No sentido de prosseguirmos e partimos para os estudos da Ciência da Informação no que tange às epistemologias da área, concordamos com Japiassu (1934) quando diz: “O homem é um ser entreaberto. Quando ele cria, desata ansiedades. Criar é superar uma angústia. O belo não é um simples arranjo. Tem necessidade de uma conquista. O mundo deixa de ser opaco quando olhado pelo poeta.” (Japiassu, 1934, p. 77).

De acordo com Capurro (2003), os modelos de paradigmas epistemológicos que influenciaram a Ciência da Informação são, a saber, a hermenêutica, o racionalismo crítico, a semiótica, o construtivismo, a cibernética de segunda ordem e a teoria dos sistemas. De antemão, o autor informa que foram esses os fios epistemológicos de forte influência neste campo científico. Conforme o que ainda salienta o autor, as relações entre epistemologia e a área de conhecimento em pauta têm uma complexa história e não é possível, neste exato momento, mostrar numa visão detalhada.

A despeito disso, seguimos as denominações propostas pelo intelectual mencionado. Conforme Capurro (2003), ao longo do século XX, a Ciência da Informação foi moldada pelo paradigma da ordem física, que mais tarde foi questionado por uma abordagem cognitiva idealista e individualista. Esta última, por sua vez, foi gradualmente substituída por um paradigma pragmático e social, ou epistemologia social, como observado por Shera (1977), agora adaptada ao contexto digital contemporâneo. No entanto, é importante ressaltar que essa sequência de mudanças paradigmáticas apresenta diferenças em relação à parte da estrutura conceitual proposta por Kuhn (1993), uma vez que não segue o padrão de transições abruptas e crises seguidas por revoluções científicas, conforme descrito pelo modelo kuhniano.

Numa outra perspectiva de pensamento, a autora González de Gómez (2001) afirma ser a informação o componente principal da construção epistêmica das sociedades contemporâneas e sua definição é disputa de múltiplas arenas metadiscursivas. Indo mais além, a filósofa resalta que há, no decorrer dos tempos, a redução discursiva e institucional em torno da epistemologia e, ao mesmo tempo, o incremento dos recursos e das atividades dedicados às pesquisas e ao desenvolvimento de tecnologias de informação, o que, segundo a autora, se caracteriza como mudanças do estatuto do conhecimento. Então, apesar de a informação ser o principal componente da construção epistêmica do campo, em contrapartida, ocorre a diminuição discursiva e institucional da epistemologia e o aumento nas atividades sobre tecnologias da informação.

De acordo com essas premissas, ambos os autores, Capurro (2003) e González de Gómez (2001), traçam os seus entendimentos sobre a epistemologia como campo privilegiado para se pensar e dizer o que é a ciência. O fato é que a epistemologia, em relação aos outros saberes, constitui-se de uma operação específica, a operação de demarcação: ao operar sob a lógica do poder de estabelecer o que é a ciência e qual sua diferença, lhe outorga a condição de saber privilegiado e, portanto, de hierarquia superior, de modo que os outros saberes que não compartilham de seus atributos e não estão sob sua jurisdição, constituem, essencialmente, **saberes periféricos e excluídos do regime de verdade da ciência** ou de seus sistemas de aferimento de validação (González de Gómez, 2001).

Diante dessa demarcação da epistemologia científica,²⁴ os saberes subalternos (Spivak, 2010) são inseridos numa lógica de inferiores, ou no que Santos (2019) chama de epistemologias do sul e Grada Kilomba (2019) considera na ordem da Outridade, este outro

²⁴ Diante da crítica de González de Gómez (2001) às epistemologias científicas tradicionais, a autora explora as limitações dessas abordagens e busca outras possibilidades epistemológicas. Ela não apenas descreve as características das epistemologias científicas, mas também questiona suas restrições, propondo novos caminhos para o conhecimento científico.

ser que não possui fala, é subalternizado a partir do momento em que seus *modus operandi* fogem do engendramento do poder colonial/capitalista/imperial e é sempre considerado/a o/a Outro/a em relação ao pensamento hegemônico (Kilomba, 2019).

Diante dessa crítica, González de Gómez (2001) relembra que parece sempre haver a necessidade de constituição do domínio do conhecimento epistemológico, ou seja, de algo comum, *locus* ou solo sob o qual repousa a possibilidade de comunicação entre diferentes teorias e disciplinas, e afirma a autora que isso tem sido idealizado por diferentes tradições filosóficas e epistemológicas, de diversas maneiras. O problema não consiste nas dificuldades de estabelecer o consenso ou critério consensual da verdade. Trata-se de uma questão *ex ante*: de uma possibilidade de comunicação entre os “[...] portadores de diversos saberes, de múltiplas teorias, de conhecimentos que, além de especializados e fragmentado, são, por vezes, antagônicos ou concorrentes.” (González de Gómez, 2001, p. 7).

A epistemologia normativa sustentou-se em premissas e pressupostos em relação à existência de uma “[...] base de experiência neutra trans-cultural e trans-subjetiva, para a qual podem remeter-se todos os textos descritivos e explicativos dos cientistas. **Essa base neutra alimentava também a confiança na eficácia de procedimentos universais de controle metodológico.**” (González de Gómez, 2001, p. 7, grifo da autora). Essas condições estabelecidas e previsíveis da verificação empírica e de consistência lógica garantem, no ambiente discursivo e gnosiológico da produção científica, o seu *status* discursivo do poder, independentemente dos contextos de sua geração e disseminação, ainda conforme o pensamento da autora.

De acordo com González de Gómez (2001), pautada em Serres (1990), a **Sociedade Ocidental Moderna se autodefine como cultura privilegiada para nomear a realidade:** aquela que diz Natureza o que é efetivamente Natureza, aquela que diz o que é o Homem o que propriamente é o Homem, porque é a porta-voz privilegiada da palavra eficaz, a ciência. E, como complementa Latour (1994), tudo que se afirmar em nome da sociedade que legitima e proporciona autorização ontológica da ciência é, pois, quem dita as regras e tudo que afirma como contrária é erro, desviante, fabulação e mito. Assim, fica estabelecida a assimetria entre as sociedades que possuem ciências e as outras ditas primitivas, ultrapassadas e mágicas.

Corroborando com autores mencionados, Columbié (2010) ratifica o supradito, ao esclarecer que a influência, segundo a proposta da modernidade, tem um elevado prestígio social e forte influência no imaginário intelectual. E se revela como uma relevante hegemonia do conhecimento científico sobre outros modos de conhecimento. Por isso, os fazeres da Ciência da Informação, no contexto norte-americano, começam conceitualmente a saber com

pretensões científicas do empirismo e do positivismo (Columbié, 2010). Ainda conforme o autor, essas correntes de pensamento, entrelaçadas e complementares, serviram de base para o contexto filosófico no qual se inscreve o processo fundacional daquele campo científico. Os conceitos, os enfoques e os propostos do campo vão expressar as influências destas filosofias. “Com outras palavras, a epistemologia dominante se sustenta nessas posturas filosóficas.” (Columbié, 2010).

Diante disso, González de Gómez (2015) identifica a existência do que a filósofa chama de mal-estar epistêmico na contemporaneidade, que coloca em xeque o lugar e a qualidade dos recursos de validação que, em circunstâncias anteriores, foram utilizados como instrumentos de legitimação para resolver controvérsias e litígios, garantir prospecções e avaliações, enfim tomar decisões em políticas públicas, empreendimentos econômicos, tribunais e programas coletivos de ação. Hoje, esse mal-estar epistêmico resultaria do desarme das trincheiras lógico-empíricas que, durante séculos, teriam garantido a idealização imperial do contexto de justificação, permitindo e desenvolvendo o avanço de novas demandas lógicas e eventuais, e facilitando o cruzamento de fronteiras entre princípios epistemológicos, éticos e políticos (González de Gómez, 2015).

Nessa linha de raciocínio, Mostafa (2010) compreende o grande papel que a epistemologia tem dentro de uma ciência, e, de maneira mais livre, indo mais além, informa que ela pode revelar como chegamos até aqui, neste momento (tempo atual) e nesta localização geográfica (território).

Ratificando o que foi dito anteriormente, Araújo (2021, p. 1) complementa ressaltando:

O campo da epistemologia é fundamental para todas as disciplinas científicas. A partir dele se criam os fundamentos de uma área, se define seus limites, os fenômenos legítimos a se tornarem objeto de estudo, as formas aceitas de se promover o estudo de tais fenômenos. No caso da ciência da informação, a epistemologia é ainda mais fundamental, dadas determinadas características da área: sua existência há relativamente pouco tempo; sua constituição por pessoas vindas de várias disciplinas; sua imbricação com campos já existentes, como a biblioteconomia, a arquivologia e a documentação; e o fato de conviverem, nela, perspectivas técnicas/tecnológicas, humanas e sociais.

Para o autor, nunca há efetivamente uma reflexão epistemologicamente concluída, mas sempre aberta a novas possibilidades de inferência. Como bem pontua Araújo (2021), respostas produzidas num dado contexto, logo depois, mostram-se limitadas ou superadas frente às mudanças ocorridas tanto no mundo real, como no plano da empiria, assim como também nos resultados do crescimento do próprio conhecimento científico.

Na tentativa de se considerar o “desfecho” dessa subseção, pois há muitas vertentes epistêmicas que a Ciência da Informação tem atuado, relembra-nos Araújo (2021), assim como já mencionado em parágrafos anteriores, que efetivamente a Ciência da Informação se utiliza dos três grandes paradigmas propostos por Capurro (2003), ou modelos de estudo, como prefere o autor brasileiro, como sendo os três principais modelos de estudo da construção do fenômeno informacional e na construção epistemológica da área.

O primeiro destes modelos está ligado ao nascimento da Ciência da Informação, na Inglaterra e nos EUA, período que sucedeu posterior à Segunda Guerra Mundial, atrelada à importância que a informação possuía, neste contexto, para o avanço científico e tecnológico no período de Guerra Fria. Nesse âmbito, a informação é claramente entendida enquanto informação científica e tecnológica, e seu estudo se concentrava dentro da lógica essencialmente governamental e militar, isto é, os objetivos com os estudos da informação eram, mesmo antes de serem propriamente científicos, relacionados ao contexto de competição entre países pela hegemonia no cenário internacional (Araújo, 2021).

Nas décadas seguintes, desenvolveu-se na Ciência da Informação um segundo modo de se estudar a informação, um outro paradigma epistemológico, a chamada perspectiva cognitivista, centradas nos usuários, como salienta Araújo (2021), pautado em Belkin (1980). Com isso, deu-se o estudo dos processos cognitivos humanos e sua modelização, sobretudo, com o objetivo de desenvolver sistemas de informação de modo que o foco era o indivíduo se relacionando com a informação, assim como a capacidade de os sujeitos manifestarem seus desejos, suas necessidades e os procedimentos para resolução destas necessidades informacionais.

Por fim, Araújo (2021) concretiza que, no final do século XX, se inicia a terceira perspectiva dos estudos da informação e que Columbié (2010), conforme apresenta o autor, desde a novidade deste movimento como sendo uma outra epistemologia da Ciência da Informação, a partir dos estudos da sociedade e da cultura. Nesse sentido, há uma perspectiva epistêmica nesse campo que é pensar as práticas e os estudos informacionais sob a dinâmica dos estudos de sociedade e da cultura. Há, aqui, um paradigma se aproximando fortemente da epistemologia social de Shera e da análise de domínio de Hjørland que pretendem analisar o campo amplo do indivíduo (os grupos sociais, as comunidades, os países), assim como outras problemáticas além da cognição. Ainda como conclui o autor, essa terceira abordagem tem expressões em:

[...] teorias como a dos regimes de informação, análise de domínio, práticas informacionais, folksonomias, altimetria, entre outras, voltadas para o caráter

socialmente construído da informação e suas imbricações com as dimensões políticas, econômicas, culturais, jurídicas, tecnológicas e outras das sociedades nas quais os fenômenos informacionais existem e se constituem. (Araújo, 2021, p. 8).

O que podemos considerar, mesmo que parcialmente, é que, diante de tudo que foi apresentado a partir dos/as autores/as tanto do campo da Ciência da Informação, como da filosofia e de outras áreas correlatas das quais aquela se utiliza para arregimentar e delimitar o seu objeto de estudo, a informação, foram inseridas na perspectiva de se traçar e identificar o que chamamos de fios epistemológico.

Consideramos que a Ciência da Informação no Brasil foi fortemente influenciada por um projeto estadunidense, especialmente na década de 1970, quando foi implantado um curso de Mestrado na área. Os autores que chegaram ao Brasil trouxeram consigo pressupostos já formados em seus países de origem, transmitindo suas abordagens epistemológicas conforme as dinâmicas culturais, sociais, econômicas, políticas e subjetivas vigentes nos EUA. Essas influências moldaram esta campo científico no Brasil, integrando práticas e conceitos que refletiam as necessidades e a função dessa ciência no contexto norte-americano.

Além disso, ao considerar a grande gama de possibilidades e de vertentes de estudos teóricos e epistemológicos na Ciência da Informação, percebemos que, a princípio, os cientistas da informação parecem “criar” uma Ciência da Informação a partir de seus próprios movimentos ideológicos e contextos históricos individuais. Contudo, é importante notar que, embora cada sujeito traga sua perspectiva, esta não é uma construção individual. De acordo com a concepção de “forma-sujeito”, a ciência emerge de práticas discursivas coletivas, e não de esforços isolados de indivíduos.

Essa constatação é baseada nas leituras do campo e nos/as autores/as referenciados ao longo deste trabalho. Assim, dentro de uma perspectiva macro, identificamos que os/as pesquisadores/as que dialogam com a Ciência da Informação contribuem para a formação de um corpo coletivo de conhecimento. Cada indivíduo, ao interagir com a ciência, desenvolve suas particularidades, mas sempre em um contexto de práticas coletivas que moldam e adaptam a ciência às demandas sociais e culturais coletivas. Assim, num primeiro momento, nos parece ocorrer, a partir da visão que cada sujeito faz da área, uma Ciência da Informação própria para si e que sustenta as suas devidas lacunas para o preenchimento de suas necessidades informacionais, causando um embate enriquecedor para o campo, tendo em vista que nenhuma ciência se faz apenas por uma única vertente epistemológica. Portanto, consideramos que a área ainda enfrenta desafios significativos que precisam ser abordados

para o avanço de suas lógicas epistêmicas. Este estudo se insere como mais uma contribuição teórica para o desenvolvimento do campo.

Em relação à influência internacional na Ciência da Informação brasileira, observamos uma aproximação com concepções europeias, especialmente no que diz respeito à Biblioteconomia e à Documentação. No entanto, reservamos a análise e as conclusões mais detalhadas sobre esse tema para as considerações finais. Nesse sentido, há uma plêiade de vieses epistemológicos no campo que é historicamente compreensível, sobretudo, por conta do objeto fluído de seu interesse, ou seja, da informação. O condicionante da informação como objeto de estudo molda, constantemente, e reestrutura linhas de pensamento da área que precisa, cotidianamente, atualizar-se conforme os fluxos de mudanças da sociedade, da cultura, da economia, da política e das tensões que as relações sociais causam, fortemente influenciando nas mudanças do objeto estruturante e estruturado que é a informação.

Assim, ao considerarmos as epistemologias da Ciência da Informação, podemos observar uma caracterização que reflete uma influência significativa das abordagens predominantes nos países desenvolvidos, representados aqui como “Norte”, sobre as perspectivas e práticas das regiões menos desenvolvidas, representadas como “Sul”. Essa dinâmica pode ser interpretada como uma relação de imperialismo cognitivo, conforme alertado por Santos (2019), em que as epistemologias do Norte exercem uma influência dominante sobre as perspectivas epistêmicas do Sul.

O exame dos paradigmas e, conseqüentemente, das epistemologias que fundamentam a Ciência da Informação revela uma predominância significativa de influências europeias e/ou norte-americanas, mesmo quando enunciadas sob a pluriepistemologia. Essa predominância não é apenas uma contingência histórica, mas um reflexo profundo da assimetria global no campo do conhecimento, onde certas perspectivas são historicamente privilegiadas em detrimento de outras. Esta análise crítica, maturada ao longo da pesquisa, sinaliza a necessidade premente de reexaminar e de desconstruir essas estruturas epistêmicas eurocêntricas, delineando um caminho para uma Ciência da Informação mais genuinamente plural e contextualmente sensível às diversas tradições de saber ao redor do mundo.

A seção seguinte traz um processo de desimaginar a Ciência da Informação para reimaginá-la a partir da perspectiva dos estudos decoloniais, partindo de outras matrizes de conhecimento e proporcionando o debate sobre os temas abordados anteriormente. Os estudos decoloniais trazem para o campo a perspectiva que nunca deveria ter saído de vista da Ciência da Informação: as concepções de colonialidade, capitalismo e modernidade. Essas dimensões,

que foram perdidas de vista no contexto brasileiro devido às influências das epistemologias do Norte, são fundamentais para uma compreensão mais profunda e crítica do campo.

A tentativa é de chegar a um produto epistemológico pautado nas necessidades Latino Americanas, sobretudo, trazendo autores de grande contribuição para essa vertente temática que, na visão limitante em relação ao Norte Global, a Ciência da Informação não havia percebido e se condicionado a analisar. Além disso, para concluir esta seção, percebemos que o termo tributário é crucial para a Ciência da Informação brasileira. Destaco essa palavra, pois surgiu durante a qualificação da tese, causando inquietação sobre sua terminologia, resultando na inclusão de uma charge que complementa o encerramento desta seção.

Recontar a Ciência da Informação sob uma perspectiva decolonial significa questionar e desvencilhar-se das estruturas epistemológicas dominantes do Norte global, ao mesmo tempo que se resgatam as matrizes latino-americanas de conhecimento. Esse movimento baseia-se em conceitos como colonialidade, capitalismo e modernidade, destacando a necessidade de realinhar a disciplina com as realidades e necessidades locais. Tal abordagem amplia o escopo teórico da área, permitindo o diálogo com saberes subalternizados e integrando perspectivas que emergem da complexa história e da cultura latino-americanas. Autores como Henrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano, Catarina Walsh, Grada Kilomba, Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, e Ailton Krenak, dentre outros, têm sido fundamentais nesse processo, oferecendo contribuições que abrem novos horizontes para a reconstrução epistemológica da disciplina e para a análise de fenômenos informacionais de forma contextualizada.

Neste contexto, o termo 'tributário' emerge como um ponto de inflexão crucial para a Ciência da Informação brasileira, evidenciando a necessidade premente de repensar suas bases conceituais e práticas. Sua inclusão durante a qualificação da tese ressalta a inquietação provocada pela terminologia enraizada em influências externas e a importância de buscar uma linguagem mais autêntica e contextualizada. É nesse espírito de questionamento e de transformação que uma charge ilustrativa complementa o encerramento desta seção, provocando reflexões adicionais sobre as dinâmicas de poder e de conhecimento que moldam nosso entendimento da informação e da sociedade.



Fonte: Desenvolvido pelo autor com auxílio do Make Beliefs Comix, 2022. ²⁵

²⁵ Site utilizado: <https://makebeliefscomix.com/>

INTERLÚDIO DA TESE - UM MOMENTO EM QUE RESPIRO?

A seção anterior revelou como a ciência, frequentemente instrumentalizada, é moldada pelos interesses de quem a produz. As configurações das ciências e da Ciência da Informação, em particular, estão intimamente ligadas às relações de poder presentes na sociedade e nas intenções daqueles que pensam e estruturam a disciplina. No entanto, este momento de pausa busca interromper a linearidade do pensamento científico, refletindo sobre a ansiedade que permeia a jornada acadêmica. Mais do que uma simples referência à bolsa mencionada anteriormente, trato aqui do desafio de lidar com a pressão de escrever e de organizar os pensamentos simultaneamente. Como posso organizar tudo o que se passa na minha mente de maneira coerente e sem sobrecarga?

Em minha vida eu fui consumindo diploma e estudos, aderi tudo que me vinha, comecei a achar que tudo que eu fiz deveria vir em forma de valor agregado de capital. Pois bem, a primeira crise de ansiedade foi hoje (16/09/2023), uma de manhã e outra há pouco tempo, após ela comecei a escrever aqui.

Sabe quando o seu corpo não obedece aos seus comandos? É sobre isso. Formigamento, olhos não abrem, boca não consegue falar, cabeça formigando. Falta de ar, ao mesmo tempo que minha mente dizia: “respira, solta. Respira devagar, vai dar certo.” Porque quando não há ninguém para ajudar você, é consigo mesmo.

Eu vou descrevê-la de forma mais poética, é assim:

Na tessitura da vida, a ansiedade surge como uma fumaça tóxica que se avilta sorrateiramente pelos recantos da mente. Com o passar dos anos, ela não é apenas um espectador silencioso, mas uma presença indesejada que se intensifica, transformando-se em uma névoa densa, pronta para obscurecer os pensamentos e ofuscar a clareza mental.

Essa fumaça, provinda dos traumas acumulados e das demandas sociais incessantes, não é apenas uma sombra efêmera; é uma nuvem sufocante que se instala nos pulmões da existência. Cada inspiração é um desafio, pois a ansiedade se assemelha a um gás venenoso, tornando o ar rarefeito, ardendo os olhos e deixando as mãos trêmulas.

A ansiedade, com sua fumaça venenosa, não é apenas um fenômeno individual, mas um reflexo do *zeitgeist* (termo alemão que significa o estado político de um tempo, de uma época) que permeia a sociedade contemporânea. É a pressão constante, as demandas implacáveis e a busca incessante por validação que contribuem para essa névoa sufocante. O suspiro da alma é abafado pelo peso do cotidiano, enquanto a fumaça da ansiedade se torna um testemunho silencioso da batalha interna que muitos travam.

Em meio à sufocante fumaça da ansiedade, a falta de ar torna-se um sintoma angustiante, repercutindo no silêncio turbulento da mente. A cabeça, uma conselheira solitária, suspira palavras de consolo entre respirações entrecortadas: “Calma, respira... isso não é você”. Cada inspiração é uma batalha, uma tentativa de capturar o ar que escapa entre os dedos ansiosos. O diálogo interno, entretanto, é um grito de resistência, uma prece contra a tempestade que se desenha nos pensamentos. “Vai passar”, repete a mente como um mantra, um lembrete frágil, mas essencial, de que a ansiedade, embora avassaladora, é apenas uma nuvem passageira, prestes a se dissolver diante da perseverança do respirar calmo.

No entanto, mesmo diante desse cenário sombrio, há a esperança de dispersar a fumaça. O entendimento profundo, o suporte emocional e a busca por equilíbrio são como correntes de ar fresco que gradualmente dissipam essa névoa, permitindo que a luz penetre novamente. A jornada rumo à clareza mental é desafiadora, mas cada respiração consciente é um passo em direção à dissipação da fumaça tóxica que, por muito tempo, obscureceu a beleza da existência.

O pensamento dá voltas, mas aos poucos você vai tomando o ar para si, ficando mais calmo e reelaborando as causas do acontecimento. Como relembra Maria Homem: a angústia é o único sentimento que não mente, como bem salienta a autora a partir do pensamento de Lacan. Se há angústia, se há ansiedade, então, há, necessariamente, um desassossego que precisa ser levado em consideração.

No entanto, qual motivo de descrever isto tudo? Qual a conexão que há com a tese? A conexão é que se sua mente e seu psicológico não estão organizados, a sua escrita, a sua tese não se desenvolve. Ela toma uma pausa. Fica em maresia esperando o seu tempo. Mas qual tempo, já que o meu está curto? Eu tenho prazos! Mas isso tudo não é sobre ter ou não prazo, é sobre organizar as nossas emoções e os nossos pensamentos para desenvolver uma escrita.

A escrita de uma tese atravessa várias circunstâncias, a gente não vê, pois nunca é dito, não estamos acostumados a nos descrever, quando na verdade as nossas angústias, que estão conectadas com as nossas vidas, se desembocam na escrita. Porém, como já dito em outros momentos, escrever é resistência. Eu, até aqui, tenho resistido, mesmo com todo o formigamento, mesmo com meu olho não abrindo de nervosismo nem a minha boca e, mesmo com a falta, não me calarei.

Esta tese é sobre falar! Falar o que tem que ser dito, que a ciência não é algo fora da minha vida, ela é intrínseca com todas as minhas circunstâncias, todas, sem exceção. Ela compõe o meu imaginário, mas ele é também reelaborado por minhas vivências, meu passado, meu presente e meu futuro. Escrever é colocar para fora o que dentro sinto. A ciência me

forma, mas eu a formo a partir de todas as minhas dimensões passadas, atuais e projeções futuras, pela minha ideologia, pela minha cultura, pela minha subjetividade, pelas minhas concepções de mundo e pelo meu corpo.



NECROEPISTEMICÍDIO

4 DESIMAGINAR PARA IMAGINAR: A COLONIZAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO DO SABER, MEXENDO NA FERIDA COLONIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

*Eu sempre escrevi tudo aquilo que a ciência queria que eu dissesse, perdi-me naquilo que realmente queria dizer.
(Ermeson Nathan)*

*Não sabia o que fazia, não, Dom Cristóvão, capitão trazia, em vão, Cristo no nome e, em nome d'Ele, o canhão
Pois vindo a mando do Senhor, e de outros reis que juntos reinam mais
Bombas, velas não são asas brancas da pomba da paz.*

*Eram só três caravelas e valeram mais que o mar
Quanto aos índios que mataram... Ah! Ninguém pôde contar
Quando esses homens fizeram o mundo novo e bem maior,
por onde andavam nossos deuses com seus Andes, seu condor?
(Belchior).*

O espectro do conhecimento científico e, mais especificamente, da Ciência da Informação ditaram de qual lugar, como e de que modo metodológico devemos pensar sobre as dimensões conceituais, teóricas e metodológicas da própria ciência e, sobretudo, dos fluxos que tangenciam e moldam a Ciência da Informação brasileira. Esta delimitação geográfica da área é, principalmente, uma forma de marcar de qual lugar se fala e para quem se fala.

Originada e moldada a partir de um contexto amplamente aceito no pós-Segunda Guerra Mundial, a Ciência da Informação e seu embasamento científico refletem, até o momento atual, uma contribuição para o projeto do império cognitivo colonial/patriarcal/moderno e capitalista. Isso ocorre por meio de um alinhamento teórico-prático e conceitual à produção de conhecimento colonial, reforçando as mesmas estruturas de opressão e de subalternidade em relação a outras formas de produção de conhecimento.

A ideia de “desimaginar para imaginar” remete e faz referência ao livro “Esperança Feminista”, das autoras Débora Diniz e Ivone Gebara (2002), que sugerem que o processo de imaginação também envolve um convite para desimaginar. Desimaginar, conforme as autoras explicam, consiste em remover do pensamento as possíveis situações terríveis que podem ocorrer. Dessa forma, aplicamos uma outra perspectiva ao destacar as marcantes consequências deixadas pelo colonialismo no presente, especialmente, na construção dos saberes e do conhecimento. Mexemos na ferida colonial.

Desimaginar²⁶ é preciso quando estamos inseridos na lógica colonial de que não podemos dissidir daquilo que foi posto enquanto padrão e universal. Nesse sentido, desimaginar para imaginar é refletirmos sobre como as dimensões coloniais afetam nossa construção de conhecimento e quanto a nossa fala, nosso corpo e nossa escrita passam pelo filtro do que pode e do que não pode na ciência. Nomeamos, na medida do possível, as perversidades impostas a nós.

Assim, esta seção revisita as dimensões conceituais do colonialismo e da colonialidade a fim de identificarmos os fundamentos de como a colonialidade se estrutura como fundamento científico. Desse modo, é preciso caracterizar a modernidade, o colonialismo e a colonialidade para conseguirmos verificar como a construção colonial do saber alinhou, teórico-prática e conceitualmente, linhas de opressão e subalternidade dos outros modos de produção de conhecimento.

4.1 O sistema-mundo moderno/colonial como condição para o necroepistemicídio

Neste estudo, além de realizar a caracterização mencionada anteriormente, abordamos a seguir duas complexidades cruciais: o epistemicídio, conceito amplamente desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, e a necropolítica, explorada a partir do ensaio do filósofo camaronês Achille Mbembe. Na subsequente subseção, ao delinear ambas as noções e suas definições conceituais e teóricas, procedemos à caracterização e à delimitação do que denominamos **necroepistemicídio**,²⁷ um neologismo forjado a partir da compreensão e da interconexão do que representava a destruição simbólica das epistemologias e um Estado que planejava a morte dos corpos dos indivíduos em um contexto de Estado de Exceção.

Nessa perspectiva, a seção trabalha com os pressupostos teóricos dos/as autores/as da chamada modernidade/colonialidade, sobretudo a partir de autores/as conceituados/as nesse

²⁶ “Desimaginar” neste contexto não é simplesmente retirar pensamentos, mas sim explorar a ferida colonial para identificar as marcas deixadas pelo processo de colonização. Não se trata de ocultar, mas sim de revelar e nomear as opressões, visando imaginar um novo horizonte a partir desse entendimento crítico das opressões decorrentes do colonialismo. O objetivo é confrontar e compreender as consequências do colonialismo, promovendo uma reflexão crítica que permita a construção de novas perspectivas.

²⁷ Os termos “necro” e “cídio”, apesar de ambos se referirem à morte, estão sendo usados em contextos específicos e com significados distintos, para que a redundância seja evitada. O “necro” está sendo empregado de acordo com a definição de Achille Mbembe, que se refere a formas contemporâneas de poder baseadas na morte e na matança do corpo em um estado necropolítico, e “cídio” está sendo usado conforme a concepção de Boaventura de Sousa Santos, que trata do extermínio ou da eliminação de certos tipos de conhecimento ou epistemologias. Então, a combinação desses termos pode ter um sentido específico e complementar. Assim, “necroepistemicídio” pode ser interpretado como a morte ou a destruição tanto de corpos quanto de formas de conhecimento.

campo, tais como Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Walter Migolo, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Maria Lugones e, fora desse círculo, Catherine Walsh. Outros textos e autores/as serão adicionados conforme necessário, durante o andamento das leituras (fora do grupo Modernidade/Colonialidade, MC). Boaventura de Sousa Santos foi utilizado, especialmente nas Epistemologias do Sul, para destacar que as produções do Sul, em comparação ao Norte, são relegadas ao status de renegadas frente ao império cognitivo.

Esta seção teve como objetivo analisar a colonização do saber ao abordar as feridas causadas pelo colonialismo. Isso ocorre ao identificar a Ciência da Informação como uma disciplina que se alinha aos padrões estruturais da modernidade, carregando consigo um conjunto simbólico que reforça as linhas de opressão na sociedade contemporânea.

Com base nas discussões, a presente seção propõe-se a empreender uma caracterização mais detalhada da emergência da modernidade, tangenciando, particularmente, os condicionantes fundamentais associados, notadamente o colonialismo e o capitalismo. A mencionada era, embora seja objeto de recorrentes referências, carece de uma delimitação conceitual precisa, destacando, assim, a imperatividade de uma abordagem mais definida para orientar o escopo desta pesquisa doutoral.

No entendimento da imprescindível caracterização da modernidade, especialmente, considerando as perspectivas dos/as intelectuais a serem abordados/as, torna-se imperativo direcionar a atenção para o seu desenvolvimento histórico intrínseco e para a formulação dos instrumentos de opressão que se entrelaçaram com a expansão das Américas e o mercantilismo transatlântico. Estes eventos históricos desencadearam uma série de relações complexas de subalternização em relação a outros povos e corpos de saberes, impondo desafios epistemológicos e ontológicos significativos. A análise crítica dessas dinâmicas constitui-se, portanto, no cerne desta seção, visando preencher as lacunas conceituais identificadas e fornecer uma investigação aprofundada das intrincadas interações subjacentes à modernidade e aos seus desdobramentos.

É relevante salientar inicialmente que, devido ao silêncio ou à negligência da teoria pós-colonial em relação às contribuições dos intelectuais da América Latina, ocorreu, na virada do milênio, a formação de uma rede de pesquisa envolvendo acadêmicos latino-americanos, que se concentra na temática da decolonialidade ou, conforme designado por Escobar (2003), está centrada em um programa de investigação sobre MC.

Segundo a análise de Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a crítica direcionada à perspectiva pós-colonial, caracterizada como uma construção originária britânica e americana,

destaca a potencialidade de se transformar em um significante vazio, apto a incorporar e acomodar diversas experiências históricas locais. Caso tal cenário se efetivasse – conforme reiteradas considerações de Mignolo –, resultaria em uma mudança de contexto, embora sem uma reconfiguração substancial nos termos do diálogo, visto que a teoria pós-colonial persistiria em controlar e assegurar posições de poder para aqueles que a adotassem (Mignolo, 2003).

Dessa forma, seguindo a perspectiva de Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), ao evitar o paradoxal risco de colonização intelectual da teoria pós-colonial, a rede de pesquisadores da decolonialidade estabeleceu outras bases e categorias interpretativas da realidade, fundamentadas nas experiências da América Latina. Em outras palavras, por meio dessa iniciativa, parafraseando Chakrabarty (2000), a intenção é não apenas provincializar a Europa, mas também qualquer forma de conhecimento que busque universalização, seja o pós-colonialismo, seja a própria contribuição decolonial originária da América Latina.

Para além de representar um projeto acadêmico, a decolonialidade²⁸, como uma rede de pesquisadores dedicados à sistematização e à organização de conceitos e de categorias interpretativas, possui uma existência relativamente recente. Além disso, a dimensão da decolonialidade se caracteriza por ser uma prática de oposição e de intervenção, tendo surgido no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra as vontades imperiais que se iniciaram em 1492 (Bernardino-Costa, Grosfoguel, 2016).

Conforme enfatizado por Meneses (2020), realizar um percurso pela forma como o pensamento cartesiano e a era da razão influenciaram a definição do que mais tarde seria reconhecido como sujeito e objeto, é crucial para a compreensão e o surgimento da modernidade. A delimitação desse período, estabelecida em 1492, segundo Dussel (1993), torna-se fundamental para a contextualização e o entendimento desse processo histórico. Conforme Meneses (2020) destaca, essa construção será fundamentada na análise das interações entre os homens brancos europeus e as comunidades indígenas e negras escravizadas durante o período colonial.

²⁸ Neste estudo, concebemos a decolonialidade para além da construção epistemológica e teórica ao criticar as questões da modernidade/colonial e capitalista. Entendemos esse movimento como enraizado no substrato social das lutas políticas, refletindo não apenas uma elaboração teórica, mas também práticas de resistência contra os efeitos deixados pelo colonialismo. No contexto brasileiro, interpretamos as lutas da classe trabalhadora, dos movimentos das empregadas domésticas, das indígenas, das feministas negras e da população negra, em geral, considerando esses eventos como manifestações práticas desse fenômeno. É por meio dessas manifestações cotidianas e engajadas que se delineia uma trajetória rumo à transformação das estruturas opressoras. Assim, ao transcender a esfera teórica, a decolonialidade se revela como uma força viva e atuante na construção de um futuro mais justo e igualitário.

É crucial destacar que pontuamos a formação do racismo, que, por sua vez, atua como força propulsora da perspectiva especista²⁹ atrelada à conquista ibérica e do sistema-mundo capitalista que se desenvolve posteriormente. Isso ocorre concomitantemente com a emergência da modernidade, que se caracteriza por elementos coloniais, patriarcais e judeu-cristãos.

Ao retomar a discussão, a observação de Dussel (1993) quanto ao início da modernidade em 1492, sugere o início do processo de construção dos 'outros'. Na Idade Média, os habitantes se viram incapazes de estabelecer categorias identitárias como “homens”, “mulheres”, “europeus”, “brancos” ou “ocidentais”. Contudo, na Idade Moderna, notadamente, nos séculos XVI e XVII, essa dimensão simbólica começa a ser meticulosamente desenvolvida, resultando na construção de categorias como o “homem moderno” e o “homem branco, pensante” (Meneses, 2020).

Com base na explanação de Meneses (2020), compreendemos a ausência, no século XVII, de uma distinção marcante entre o sujeito e o objeto, tal como se definiria nos séculos XVIII e XIX. No momento em que René Descartes publicou sua obra seminal, “O Discurso do Método”, no século XVII, ele propôs um modelo quase matemático para guiar o pensamento humano, uma vez que a matemática é caracterizada pela certeza e pela eliminação de dúvidas. Assim, sua máxima frase “Penso, logo existo”, frequentemente citada em latim como *cogito ergo sum*, rapidamente se torna o cerne que iria definir, na Era da Modernidade, os sujeitos, os pensantes, e os objetos, os não pensantes, os “outros”.

Nesse contexto, é imperativo sublinhar a construção do “outro”, surgida a partir do autodenominado “eu”, que se posiciona como a norma perante aqueles que são privados do direito de elaborar suas próprias narrativas e subjetividades. A construção do “outro” como uma entidade presente, tanto no espectro social quanto nas vertentes epistemológicas da sociedade, desempenha um papel significativo na formação da autoimagem em relação àqueles que não detêm o poder de se auto narrar. Dentro dessa perspectiva, a categorização do “outro” como uma dicotomia entre o branco europeu e o não branco e não europeu é revisada pela autora Grada Kilomba (2019), que a incorpora como uma categoria analítica dentro da dimensão étnico-racial.

²⁹ O **especismo** é uma forma de discriminação contra indivíduos que não pertencem a uma espécie específica. Assim como o racismo, o sexismo e outros tipos de preconceito, o especismo fundamenta-se em argumentos desprovidos de base científica ou moral para justificar a exploração e a subjugação de uma espécie por outra (Cunha, 2024).

Conforme discutido pela mencionada autora, ao analisar a metáfora da boca tapada no retrato da escravizada Anastácia, ela aponta que estamos lidando, nesse contexto, com o processo de negação, no qual o senhor (branco europeu) nega seu projeto de colonização e impõe ao/à colonizado/a. Esse momento específico, em que o sujeito declara algo sobre o/a Outro/a e se recusa a reconhecer essa característica em si próprio, é precisamente o que caracteriza o mecanismo de defesa do ego.

Dentro do contexto do racismo³⁰, a negação é empregada para perpetuar e legitimar estruturas violentas de exclusão racial. Nesse processo, o sujeito negro é transformado em um intruso hostil, enquanto o branco é representado como a vítima compadecida, invertendo as posições de opressor e de oprimido, e, por conseguinte, de tirano e de oprimido. Esse fenômeno tem sua base em processos nos quais partes fragmentadas da psique são projetadas para fora, dando origem ao chamado “Outro”, sempre em antítese ao “eu” (*self*) (Grada Kiloma, 2019).

A cisão mencionada revela que o sujeito branco, de alguma maneira, encontra-se fragmentado internamente, uma vez que expressa duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego, a parcela considerada “boa”, acolhedora e benevolente, é reconhecida e vivenciada como “eu”, ao passo que o restante, a porção “má” rejeitada e malévola, é projetada sobre o/a “Outro/a” como algo externo (Grada Kiloma, 2019). O sujeito branco, então, projeta no/a outro/a o que ele/a teme reconhecer em si mesmo, neste caso: o ladrão ou a ladra violento/a, o/a bandido/a indolente e malicioso/a.

A partir das premissas apresentadas pela autora, neste contexto de tese doutoral, podemos interpretar o/a “Outro/a” como uma categoria analítica abrangente, ampliando e aplicando esse termo aos grupos subalternizados que são abordados neste estudo. Portanto, consideramos como “Outro/a” todos/as aqueles/as que representam a negação do/a branco/a europeu, este último como hegemonia no poder de expressão e nas narrativas epistêmicas, corporais, econômicas, políticas e sociais na trama social com inclinação brancocêntrica.

É crucial destacar que, ao examinarmos o exposto anteriormente, compreendemos as dinâmicas e as relações, como bem relembra Angela Davis (2016) em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, não ficamos alheios às diversas camadas e às interconexões de gênero, de etnia e de classes sociais. Esse entendimento ocorre como uma manifestação da diversidade, especialmente, permeada pela dimensão do racismo. Nesse contexto, a criação do racismo

³⁰ De acordo com Djamila Ribeiro (2018), o racismo é um sistema de opressão que implica relações de poder entre um grupo dominante e um grupo dominado.

como um instrumento colonizador e moldador das identidades não europeias reflete o desenvolvimento do sistema mundo-capitalista-colonial-moderno.

Nesse contexto, retomamos a discussão sobre a modernidade para compreender que seu progresso caracterizou a formação daquilo que denominamos no parágrafo anterior como sistema-mundo capitalista/colonial e moderno.

Em meados de 1500, a invasão europeia nas terras brasileiras, conforme interpretado por Dussel (1993), já delineava e caracterizava a modernidade iniciada em 1492. O processo de navegação dos europeus ao Brasil é assim compreendido como um projeto colonial e moderno, envolvendo a descoberta, a exploração das terras, a subalternização dos povos nativos e a escravização das populações afro. Nesse contexto, a formação do sistema-mundo capitalista, que teve início entre a Idade Média e a Idade Moderna, e ocorreu entre essa conjuntura e a invasão ibérica, é analisada por autores com perspectiva decolonial como sendo simultaneamente colonial e moderna. Essa configuração resulta na formação de um sistema-mundo supramencionado (Meneses, 2020).

O des(encontro) colonial emerge como uma força significativa na moldagem da modernidade, desencadeando uma busca intensa pelo estabelecimento de novas identidades. Nesse contexto, a modernidade se configura como um processo complexo, permeado por tensões e confrontos, onde a busca por novas identidades é inseparável das dinâmicas coloniais que influenciam a formação do homem branco como sujeito pensante, muitas vezes impondo suas visões e narrativas sobre outros grupos sociais. Dessa forma, a interseção entre des(encontro) colonial e modernidade se revela como um elemento fundamental na compreensão das dinâmicas históricas e sociais (Meneses, 2020).

Consideramos, então, que a modernidade se constitui baseada nos interesses do nascente sistema-mundo capitalista/colonial/moderno e, também, patriarcal, pois suas bases seriam de origem judaico-cristãs. Como nos adverte Meneses (2020), ao capitalismo foi interessante colocar em andamento estas novas identidades; para tanto, construir a imagem do homem racional foi de suma importância; este se colocando como centro da história, do universo.

Neste contexto de colonização, conforme destacado por Césaire (2020), o pedantismo cristão emerge como o principal agente nesse domínio, ao formular equações desonestas: “cristianismo = civilização” e “paganismo = selvageria”. Essas equações, conforme apontado, são responsáveis pelas consequências abomináveis do colonialismo e do racismo, com as vítimas sendo os povos indígenas, amarelos e negros.

A análise do papel do pedantismo cristão no processo de colonização oferece *insights* cruciais para compreender as raízes e as implicações do colonialismo. Ao estabelecer equações simplistas, associando o cristianismo à civilização e o paganismo à selvageria, contribuiu para a legitimação de atitudes colonialistas e racistas. Essas ideias não apenas perpetuaram estereótipos prejudiciais, mas também justificaram a exploração e a subjugação de comunidades indígenas e negras. A reflexão sobre o impacto desse fenômeno no contexto colonial ressalta a importância de desvelar e desafiar narrativas simplistas que fundamentam práticas opressivas, convidando a uma análise mais profunda das relações de poder e das ideologias subjacentes ao colonialismo.

Na tentativa de encontrar aspectos positivos nas relações coloniais, Césaire (2020) reconhece a vantagem de promover o contato entre diferentes civilizações,

[...] que casarem-se mundos diferentes é excelente; que uma civilização, qualquer que seja seu gênio íntimo, murcha ao dobrar-se sobre si mesma; que a troca aqui é oxigênio, e que a grande sorte da Europa é haver sido uma encruzilhada e que, por ter sido o lugar geométrico de todas as ideias, o receptáculo de todas as filosofias, o lugar de acolhida de todos os sentimentos, tornou-se o melhor redistribuidor de energia. (Césaire, 2020, p. 11).

Diante dessa perspectiva, surge a preocupação sobre como as civilizações interagem entre si, considerando que, desde seu projeto de universalização e “humanização”, essas interações têm sido desfavoráveis aos corpos e aos sujeitos que produzem diferentes formas de conhecimento. Isso resulta no menosprezo e no desrespeito às suas subjetividades em relação ao que é colocado e considerado enquanto a norma. Com efeito, o autor Césaire (2020) afirma que, da colonização à civilização, existe uma distância inconciliável. Independentemente das numerosas expedições coloniais, dos estatutos coloniais elaborados e das circulares ministeriais despachadas, não resta nenhum vestígio de valor humano.

Dessa forma, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) destacam que o século XVI assinala o advento do eurocentrismo, ou, mais precisamente, do ocidentalismo como o paradigma predominante no contexto do mundo moderno colonial. Este fenômeno possibilitou a dominação sobre aqueles que não seguiam uma religião específica, careciam de sistema escrito e democracia, sendo percebidos como atrasados em relação ao sistema-mundo europeu.

De acordo com Dussel (2005), o “mito da modernidade” se manifestou sob a perspectiva do “outro”, onde a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior, assumindo uma obrigação moral de desenvolver os considerados primitivos, independentemente da vontade destes últimos. Este imaginário dominante,

segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), permeou os discursos coloniais e, posteriormente, influenciou a constituição das humanidades e das ciências sociais. Tais disciplinas não apenas descreveram o mundo, mas o “inventaram” ao estabelecerem classificações moderno/coloniais. Juntamente com esse sistema de classificações dos povos do mundo, ocorreu um processo de dissimulação, de esquecimento e de silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades.

Nesse contexto, Dussel (1994) destaca que esse primeiro grande discurso, que inventa, classifica e subalterniza o outro, é, também, a primeira fronteira do nascente sistema-mundo moderno/colonial. Essa fronteira é política e filosoficamente estabelecida pelo princípio da “pureza de sangue” na península ibérica, que introduziu classificações e hierarquias entre cristãos, mouros e judeus, além dos debates teológicos da Escola de Salamanca sobre os “direitos dos povos”, determinando a posição de indígenas e de africanos na escala humana.

Os sujeitos coloniais que residem nas fronteiras, sejam elas físicas ou imaginárias, da modernidade não se caracterizam como seres passivos. Sua interação com as histórias locais em construção pode envolver tanto a integração quanto a rejeição. É nesses territórios fronteiriços, permeados pela diferença colonial, que a colonialidade do poder se manifesta, e é também dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como um projeto decolonial, como destacado por Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016).

Diante disso, afirmamos que o pensamento de fronteira estabelece um diálogo crítico com a modernidade, visando à criação de epistemologias alternativas, ancoradas nas perspectivas subalternas. Em síntese, a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade é encapsulada, conforme salientado por Grosfoguel (2009), no que se denomina como pensamento de fronteira.

Neste cenário, é crucial assinalar uma distinção fundamental entre o projeto decolonial e as teorias pós-coloniais. Enquanto as últimas exploram a fronteira ou o entrelugar como um espaço que desafia binarismos, destacando os limites das ideias que pressupõem essências pré-estabelecidas e fixas, o projeto decolonial transcende essa abordagem. Para essa perspectiva, as fronteiras não apenas representam um local de reinvenção das diferenças, mas também atuam como pontos enunciativos nos quais o conhecimento é formulado com base nas perspectivas, nas cosmovisões ou nas experiências dos sujeitos subalternos. Essa afirmação implica uma conexão intrínseca entre o lugar e o pensamento (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

É imperativo, contudo, diferenciar entre o lugar epistêmico e o lugar social. A mera posição social no lado oprimido das relações de poder não implica automaticamente em um

pensamento epistêmico a partir do lugar subalterno. O sistema-mundo moderno/colonial, de fato, logra êxito ao instigar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a adotarem epistemologias alinhadas com aqueles em posições dominantes. Em suma, a chave para pensar a partir de uma perspectiva subalterna reside no compromisso ético-político de elaborar um conhecimento contra-hegemônico (Grosfoguel, 2009).

Em contrapartida, conforme destacado por Santos e Meneses (2019), emerge um movimento dentro do que eles denominam Epistemologias do Norte, onde tanto as Epistemologias do Sul quanto as do Norte se desenvolvem reciprocamente. A Epistemologia do Sul³¹, em particular, como um projeto, representa simultaneamente uma ruptura radical com o projeto moderno da epistemologia e uma reconstrução da reflexão sobre os saberes. Este processo torna visíveis as limitações das críticas da epistemologia, as quais, como discutido à frente, ainda são condicionadas pelo referencial da ciência moderna para a crítica de todos os saberes.

Ao forjar um conhecimento contra-hegemônico ou uma Epistemologia do Sul, conforme delineado por Santos e Meneses (2019), e como destacam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), o *locus* de enunciação implica desafiar os paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, apesar de se referirem a uma localização específica, assumiram uma pretensa universalidade, desconsiderando contextos e posicionamentos. Esse *locus* de enunciação não é apenas influenciado pela localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas também é moldado pelas hierarquias raciais, de classe, de gênero e de sexualidade, entre outras, que afetam o corpo.

Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez anteciparam as discussões decoloniais em seus trabalhos (Nascimento, 2016; Gonzalez, 1984), muito antes da sistematização do pensamento decolonial pelo grupo Modernidade/Colonialidade. Seus escritos já desafiavam a estrutura colonial de saberes e as potências epistemológicas eurocêntricas, articulando uma perspectiva afro-brasileira de resistência à colonialidade, especialmente no que tange à construção e à validação de saberes e de práticas culturais subalternas.

Abdias Nascimento (2019), com seu conceito de quilombismo, já propunha uma resposta à colonização e ao racismo, enquanto Lélia Gonzalez (1984), ao elaborar suas análises sobre o processo de desumanização do negro, antecipava muitas das críticas que seriam mais tarde consolidadas no movimento decolonial. Ao mesmo tempo, pensadoras como bell hooks e Audre Lorde, desde a década de 1970, contribuíram significativamente

³¹ Sul como metáfora do sofrimento humano, como salienta Santos (2009).

para a epistemologia negra, oferecendo críticas incisivas ao patriarcado, ao racismo e ao colonialismo. Essas autoras também anteciparam muitos dos conceitos fundamentais que viriam a ser explorados no campo da decolonialidade, como o questionamento da universalidade do saber e a necessidade de dar visibilidade às experiências marginalizadas. hooks e Lorde não apenas desafiaram as estruturas patriarcais e racistas, mas também propuseram formas alternativas de construção do conhecimento, que levaram em consideração a experiência vivida, o corpo e a subjetividade, componentes essenciais nas epistemologias negras.

Ao transcender a mera configuração geopolítica, o *locus* de enunciação revela-se como um espaço intrinsecamente permeado por uma complexa rede de hierarquias sociais, abrangendo dimensões como classe, raça, gênero e sexualidade, entre outras. Nesse contexto, o corpo emerge como um elemento fundamental, desempenhando um papel crucial na construção de conhecimentos e de saberes, especialmente, característicos dos povos originários não europeus e afrodescendentes. Este reconhecimento se destaca como uma resistência às tentativas colonizadoras de negar e de oprimir a valiosa contribuição do corpo na produção de saberes únicos e culturalmente significativos.

No discurso colonial, o corpo do colonizado foi concebido como desprovido de vontade, subjetividade e voz, conforme destacado por bell hooks (1995). Nessa visão, os corpos foram reduzidos a instrumentos de trabalho para o homem colonizado e a objetos de exploração de prazer e de desejo para a mulher colonizada, inseridos em uma economia colonial específica (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016). A lógica colonial fixou, assim, as identidades corporais do sujeito colonizado em categorias predefinidas. Em resposta a essa dinâmica, e em diálogo com as feministas que sustentam a situacionalidade do conhecimento (Haraway, 1995), as feministas negras tendem a argumentar que a suposta neutralidade e universalidade da epistemologia dominante esconde, na verdade, uma perspectiva masculina e branca.

Assim como bell hooks denuncia a desumanização do corpo colonizado, Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins exemplificam a resistência epistemológica dos povos africanos e indígenas, cujos saberes cotidianos e ancestrais desafiam a lógica do epistemicídio. Esses sujeitos epistêmicos, muitas vezes desconsiderados pela ciência hegemônica, oferecem alternativas fundamentais para as epistemologias do Sul, rompendo com a dicotomia entre teoria e prática. Essa resistência se alinha ao conceito de 'epistemicídio', que nega a validade de saberes fora da estrutura colonial.

Antes mesmo da consolidação do pensamento decolonial como um campo teórico sistematizado, autores como Abdias Nascimento já traziam reflexões críticas sobre as estruturas coloniais e racistas no Brasil. Em sua obra, Nascimento propôs o quilombismo como um paradigma de resistência coletiva, articulando a luta contra o eurocentrismo e a colonialidade a partir de uma perspectiva afro-brasileira. Seu trabalho evidenciava como a descolonização do saber deveria se basear na valorização das culturas e das epistemologias negras, questionando a universalidade do conhecimento europeu.

Dessa forma, é fundamental compreender que a decolonialidade não se manifesta apenas como um projeto acadêmico que impõe a obrigatoriedade de citação de seus autores e de seus conceitos-chave, e tampouco se configura como um universalismo abstrato. Pelo contrário, o projeto decolonial reconhece a presença da dominação colonial tanto nas margens e nas fronteiras externas dos impérios, como nas Américas, no sudeste da Ásia e no norte da África. Isso se reflete em contextos variados, como a experiência de negros e de chicanos nos EUA, de paquistaneses e de indianos na Inglaterra, de magrebinos na França, e de negros e de indígenas no Brasil, entre outros exemplos. Essa abordagem visa romper com uma visão limitada e promover uma compreensão mais ampla e contextualizada da dominação colonial nas diversas instâncias geopolíticas.

Explorar as complexidades do discurso colonial revela claramente a desumanização dos corpos colonizados, que foram relegados a papéis subalternos e privados de voz, subjetividade e vontade. Essa concepção do corpo como algo desprovido de agência fortaleceu as estruturas de dominação presentes nas relações sociais, de gênero e raciais, deixando profundas marcas nas estruturas sociais. Desafiar essas narrativas e reconhecer a complexidade das experiências subalternas, não apenas se torna um imperativo ético e político, mas também uma oportunidade para construir perspectivas mais justas e inclusivas em um mundo marcado pela modernidade enquanto sistema mundo-moderno capitalista e colonial.

A decolonialidade, no entanto, vai além da simples repetição de autores e conceitos acadêmicos; ela questiona os fundamentos do universalismo que sustentam as estruturas coloniais. A abordagem decolonial busca oferecer uma alternativa à visão eurocêntrica que tem perpetuado sistemas de opressão, reconhecendo a presença da dominação colonial tanto nas periferias externas quanto nos centros de poder. Compreender essas dinâmicas geopolíticas e sociais de forma crítica é essencial para promover uma transformação mais equitativa, desvinculando-se das limitações do sistema-mundo capitalista, colonial e moderno.

Cabe ainda destacar que, diante dessas discussões, de acordo com Quijano (2009), a colonialidade tem suas raízes no colonialismo, atuando em diversas dimensões, como a prática, a teórica, a política e a epistemológica, para confrontar uma ordem social fundamentada em desigualdades raciais e sociais, entre outras. O propósito é, assim, promover um futuro de progresso coletivo para os indivíduos impactados pela colonialidade.

Neste contexto, delimitamos sucintamente, com o propósito de estabelecer uma demarcação conceitual, a compreensão do colonialismo como um regime político que prevaleceu, principalmente, entre os séculos XV e XIX. Este regime deriva da prática de colonização e destaca os impactos dos processos históricos de formação de colônias ao redor do mundo, legitimados pelo poder político, econômico e militar dos estados colonizadores (Coronil, 2000; Quijano, 2009).

Quanto à colonialidade, caracteriza-se pela persistência das consequências políticas, sociais, econômicas e intelectuais resultantes de anos de dominação exercida por países centrais sobre suas antigas colônias (Quijano, 2009). Nesse caso, a colonialidade é a perpetuação dos movimentos da colonização, como bem relembra o autor citado, além de ser categorizada pelo mesmo como sendo desmembrada em três dimensões: colonialidade do ser, colonialidade do saber e colonialidade do poder³².

Embora o pensamento decolonial tenha desempenhado um papel fundamental ao desvelar as estruturas de poder e de dominação vinculadas à colonialidade do saber, do ser e do poder, ele apresenta limitações significativas. Uma dessas limitações é sua abordagem insuficiente do racismo epistêmico e da interseccionalidade, como apontado por Carla Akotirene (2019). Com efeito, o racismo epistêmico refere-se à marginalização sistemática dos saberes de povos não brancos, frequentemente tratados como inferiores às epistemologias eurocêntricas. Essa marginalização, que atinge corpos negros e indígenas, enfraquece o potencial do pensamento decolonial para lidar com exclusões estruturais.

Além disso, a interseccionalidade, ou seja, a análise de como raça, gênero e classe se entrelaçam nas experiências de opressão, muitas vezes, foi relegada a uma posição periférica nessas análises. Feministas negras como Lélia Gonzalez (1988) e Patricia Hill Collins (2019) ampliaram a crítica decolonial, evidenciando que raça e gênero são eixos estruturantes das relações de poder. Gonzalez, ao propor o conceito de “América Ladina”, denunciou a invisibilidade de mulheres negras e indígenas nos saberes latino-americanos e analisou como a desumanização do corpo negro está intrinsecamente ligada à colonialidade.

³² Pontuamos, mas não se fez necessário, neste momento, definir cada uma dessas colonialidades, porém, é importante mencioná-las como produtos dos processos históricos do colonialismo.

Por sua vez, Collins desenvolveu o “pensamento feminista negro” como uma epistemologia contra-hegemônica, centrada na experiência vivida, no corpo e na subjetividade como bases legítimas para a produção de conhecimento, desafiando o universalismo eurocêntrico e androcêntrico que sustenta o racismo epistêmico.

Ao dialogar com essas autoras, o pensamento decolonial pode transcender suas limitações iniciais, integrando uma crítica mais abrangente e robusta às hierarquias que sustentam o sistema-mundo moderno/colonial. Essa articulação entre decolonialidade e interseccionalidade não apenas fortalece a análise teórica, mas também promove práticas epistêmicas transformadoras e inclusivas.

Diante desse quadro, compreendemos que o desenvolvimento da modernidade, à medida que avançava, entrelaçava-se aos processos coloniais, patriarcais e capitalistas, pautados por uma visão universalista que não apenas subjugava os corpos dos subalternos, mas também seus conhecimentos e suas culturas, relegando-os à condição de objetos passíveis de colonização. Essa abordagem feria não apenas a subjetividade dos indivíduos, mas também os associava aos domínios da natureza, transformando-os em sujeitos passíveis de controle e de dominação.

Em síntese, as reflexões aqui apresentadas buscam proporcionar uma compreensão sobre a intrincada relação entre colonialidade, modernidade e a subalternização de saberes e culturas. Assim, ao delinear o colonialismo como um regime político vinculado à colonização e às dinâmicas de poder dos estados colonizadores, e, ao discutir a persistência dessas dinâmicas na forma de colonialidade, percebemos que a herança do passado colonial continua a moldar de maneira significativa as estruturas sociais, econômicas e intelectuais.

A interconexão entre a modernidade em seu desenvolvimento e as práticas coloniais revela-se como um fio condutor que teceu a trama das relações globais, patriarcais e capitalistas. Este estudo destaca que, ao avançar, a modernidade não apenas oprimiu os corpos subalternos, mas também marginalizou e desvalorizou seus saberes e culturas, relegando-os a uma posição de inferioridade. Nesse contexto, a compreensão da colonialidade do saber emerge como um ponto de partida crucial para desvelar as complexas camadas que envolvem a construção do conhecimento e a perpetuação das hierarquias sociais. Assim, ao contemplarmos essas considerações, instiga-se a necessidade contínua de dismantlar as estruturas coloniais presentes nas diferentes esferas da sociedade, em busca de uma epistemologia verdadeiramente plural e emancipatória.

À medida que nos aprofundamos na análise das características fundamentais da colonização, do colonialismo e da colonialidade, a próxima subseção traça um arcabouço

conceitual ancorado no estado necropolítico proposto por Achille Mbembe e no desenvolvimento do epistemicídio. Essa investigação aprofundada visa proporcionar uma base teórica sólida para a compreensão das raízes e das implicações da dominação colonial, contribuindo para uma análise crítica e enriquecida das interações entre os sistemas coloniais e as formas de conhecimento subalternas no contexto do sistema-mundo, capitalista, colonial e moderno.

Neste cenário, propomos uma elaboração mais aprofundada a partir da articulação dos conceitos fundamentais de necropolítica e de epistemicídio, visando à criação de um neologismo que denominamos **necroepistemicídio**. Este termo recém desenvolvido visa capturar e elucidar uma interseção complexa e sinérgica entre a política de morte que caracteriza a necropolítica, e a supressão sistemática de saberes e das epistemologias, tal como representada pelo epistemicídio. Busca-se, assim, estabelecer uma plataforma conceitual robusta que transcenda as fronteiras tradicionais, permitindo uma compreensão mais holística e aprofundada das dinâmicas interligadas entre a instrumentalização da morte e a marginalização epistêmica no âmbito do sistema-mundo moderno, capitalista e colonial. Essa construção conceitual almeja lançar luz sobre as formas intrincadas de violência que moldam as narrativas e as práticas contemporâneas, evidenciando as interações entre a política de morte, a repressão de saberes e as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade.

4.2 As chamas da colonização: explorando o necroepistemicídio

Esta subseção explora o fogo não apenas como metáfora, mas como instrumento de supressão, de destruição e de dominação, durante a era da colonização, à luz das perspectivas teóricas de Grosfoguel (2016) sobre o que ele considerou como racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI.

Durante a história da colonização, os colonizadores frequentemente queimavam bibliotecas, manuscritos, obras de arte e até mesmo pessoas, como as chamadas “bruxas”, como forma de subjugar e dominar os povos colonizados. Esses atos não eram apenas destrutivos, mas tinham o objetivo claro de apagar os conhecimentos e as tradições locais, eliminando qualquer vestígio de identidade e resistência cultural por parte dos povos colonizados.

Essa prática de queimar livros e símbolos culturais tinha o propósito de impor à cultura dominante dos colonizadores, muitas vezes, impondo línguas, religiões e formas de

pensamento estrangeiras sobre as comunidades nativas. Ao destruir esses elementos culturais, os colonizadores buscavam eliminar qualquer traço de autonomia intelectual e espiritual dos povos colonizados, subjugando-os a uma mentalidade de inferioridade e de submissão. O fogo, portanto, torna-se um símbolo poderoso do processo de colonização, representando não apenas a destruição física, mas também o apagamento sistemático dos saberes e da identidade cultural dos povos colonizados. Ele reflete a violência e a brutalidade da colonização, que não apenas usurpava territórios e recursos, mas também buscava subjugar e anular as formas de conhecimento e de expressão próprias das comunidades colonizadas.

Ao considerarmos o fogo como um elemento central nesse processo, somos levados a refletir sobre o impacto profundo que a colonização teve na diversidade cultural e intelectual do mundo. Ele nos lembra das inúmeras vozes silenciadas e das tradições perdidas ao longo dos séculos de dominação colonial, e nos desafia a reconhecer e valorizar a riqueza dos saberes e das culturas que resistiram a essa violência histórica.

Nesse contexto, em relação ao epistemicídio, é relevante destacar que o conceito é estruturado a partir do pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. No entanto, o autor não aborda o termo sob uma perspectiva racial, como é reelaborado pela filósofa Sueli Carneiro (2005) em sua tese de Doutorado. Dessa forma, utilizamos o termo com base nas contribuições de Grosfoguel (2016) e Sueli Carneiro (2005) para refletir as nuances do epistemicídio e como suas características evidenciam a supressão, a destruição e a dominação durante a era da colonização.

Além de recorrer às obras dos autores mencionados, este desenvolvimento discursivo crítico também se apoia no filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), que desenvolve o conceito de Necropolítica a partir de um diálogo constante com uma variedade de autores, como Frantz Fanon (1991), Aimé Césaire (2020), Paul Gilroy (2001), Karl Marx (1984), Hannah Arendt (2012), Carl Schmitt (2000) e Giorgio Agamben (2005). É importante ressaltar que Mbembe (2018) dialoga com Frantz Fanon (1991), Aimé Césaire (2020) e Paul Gilroy (2001) sobre a instrumentalização da colonização e da colonialidade, utilizando os estudos de Karl Marx (1984) para pensar a partir da Teoria do Valor e os de Hannah Arendt (2012) para abordar os Regimes Totalitários. Além disso, ele se utiliza das ideias de Carl Schmitt (2000) e Giorgio Agamben (2005) para refletir não apenas sobre o Estado de Direito, mas também sobre o Estado de Exceção.

Para pensar um neologismo e sua caracterização conceitual, faz-se necessário identificar as correlações entre as matanças provocadas pelo epistemicídio e pelo Estado Necropolítico, que dizimam não apenas os saberes e a cultura de um povo, mas também

subjugam e aniquilam os corpos e as produções epistêmicas, como resultado das chamas do fogo. Assim, o fogo não se limita a ser uma mera metáfora, mas sim um símbolo de destruição dos povos e de seus saberes, aviltando-os e equiparando-os aos animais, despojando os sujeitos de suas capacidades cognitivas e culturais, reduzindo-os a meros reprodutores das ideologias e saberes da cultura dominante.

O epistemicídio pode ser compreendido como a destruição de culturas, de conhecimentos e de saberes que não se alinham com a hegemonia cognitiva europeia e branca. Essa concepção implica na supressão sistemática de perspectivas não ocidentais, resultando na marginalização e na desvalorização de tradições culturais e formas de conhecimento diversas. Contudo, é pertinente questionar: qual é o impacto concreto desse processo?

De acordo com a filósofa Sueli Carneiro (2021), em sua fala sobre Ciência e Racismo concedida ao canal Instituto Serrapilheira, no Youtube, a autora afirma que o epistemicídio são todas as falas que negam ou expropriam os sujeitos de conhecimento, de produtores de cultura, e de saberes.

O impacto concreto do epistemicídio na animalização dos sujeitos e no seu silenciamento é profundo e multifacetado. Ao serem negados ou expropriados de conhecimento, cultura e saberes, os sujeitos são colocados em uma posição de inferioridade e de subjugação. Essa negação da voz não apenas os reduz a meros reprodutores das ideologias dominantes, mas também os coloca em uma posição subalterna, em que são desprovidos de autonomia intelectual e cultural. Passíveis de serem entendidos como animais passíveis de domesticação, os sujeitos são relegados a uma condição de marginalização e de opressão, onde suas vozes e suas contribuições são desvalorizadas e ignoradas. Essa animalização ocorre em diversos aspectos da vida social, religiosa e epistemológica, restringindo suas possibilidades de pensar e de agir de forma autônoma e livre.

Sueli Carneiro (2021) ainda discorre no vídeo sobre o que ela chama de “saberes sepultados”, referindo-se aos conhecimentos que foram deliberadamente suprimidos ou marginalizados. Esses saberes representam formas de conhecimento que foram rejeitadas e até mesmo silenciadas em prol da imposição e da expansão dos paradigmas cognitivos europeus. Essa discussão ressalta como o epistemicídio não apenas nega ativamente outras formas de saber, mas também busca anular e substituir esses saberes por uma narrativa hegemônica que serve aos interesses do poder dominante.

Já Grosfoguel (2016) discute como o privilégio epistêmico dos homens ocidentais em relação ao conhecimento de outros grupos tem sido utilizado para favorecer projetos

imperiais, coloniais e patriarcais globalmente. Ele destaca que essa dinâmica não apenas marginaliza os conhecimentos produzidos por homens e mulheres de diversas partes do mundo, mas também confere aos homens ocidentais o poder de definir a verdade, a realidade e o que é melhor para os outros. Essa hegemonia epistêmica contribui para a perpetuação do racismo e do sexismo, desvalorizando outros saberes e vozes críticas que contestam os sistemas de poder imperiais, coloniais e patriarcais.

Essa dinâmica evidencia como a epistemologia ocidental tem sido utilizada como uma ferramenta de poder para legitimar e perpetuar relações de dominação, reforçando a marginalização e o silenciamento de outros sistemas de conhecimento e perspectivas críticas. Grosfoguel (2016) ressalta que essa desigualdade epistêmica não apenas restringe a diversidade de vozes e de saberes, mas também perpetua estruturas de opressão que mantêm o *status quo* dos projetos imperialistas, coloniais e patriarcais em vigor no sistema global.

Além disso, Grosfoguel (2016) argumenta que os projetos neoliberais, militares, internacionais e de direitos humanos são influenciados pela autoridade do conhecimento centrado no Norte, que é imposta por meio de várias instituições, como universidades, organizações militares e internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, e entidades estatais. Essa autoridade, segundo o autor, não é democrática, pois é baseada na suposta superioridade do conhecimento promovida pela dominação capitalista ocidental global, e possui uma história de longa duração.

Gonçalves e Mucheroni (2021) associam o conceito de epistemicídio inicialmente aos exercícios de poder e de violência contra os saberes subalternizados ou abissais. Eles ampliam essa associação para diferentes áreas do conhecimento, especialmente na Ciência da Informação. Os autores destacam que há uma distância temporal entre a prática e a conceituação dos termos, e que a associação entre os termos “genocídio” e “epistemicídio” é relativamente recente. Historicamente, o termo “genocídio” foi cunhado por Raphael Lemkin em 1944, em meio às denúncias dos crimes do holocausto, que levaram à Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. A palavra “*Geno*” tem origem no grego e significa família, tribo ou raça, enquanto “*cídio*” vem do latim e significa morte ou assassinato. O genocídio pode ser definido como o extermínio deliberado e sistemático de um grupo étnico, racial ou cultural, visando à destruição total ou parcial desse grupo.

De acordo com os autores mencionados anteriormente, a epistemologia está profundamente ligada às instituições culturais, sociais e políticas de uma comunidade. No contexto dos povos indígenas originários, essa ligação é evidente na maneira como eles

produzem e transmitem conhecimento. Elementos como a oralidade, a prática e a memória são fundamentais para a epistemologia indígena. No entanto, esses elementos, por serem menos suscetíveis ao registro escrito, tornam-se mais vulneráveis à violência do colonialismo. Este não apenas marginalizou esses saberes, mas também tentou eliminá-los ao impor sistemas de conhecimento ocidentais. Assim, a compreensão da epistemologia indígena requer o reconhecimento dessas dinâmicas de poder e a valorização dos modos de conhecimento que foram historicamente suprimidos. Portanto, compreendemos que as práticas que transcendem os padrões da escrita formal, convencional, moldada pela perspectiva de uma sociedade centrada na escrita, estão suscetíveis à subjugação e à violência do colonialismo.

Os saberes desses povos subjugados são intricadamente relacionados com suas representações e memórias, sendo sua expressão cultural e seu conhecimento profundamente afetados pelo processo de colonização. Isso evidencia a conexão entre genocídio e epistemicídio, especialmente, em culturas predominantemente orais, como as dos povos indígenas no Brasil. A hostilidade que sufoca suas expressões culturais não só aprisiona e escraviza, mas também ameaça todo o seu conhecimento, dificultando práticas informacionais para preservação e disseminação desses saberes (Gonçalves; Mucheroni, 2021).

Com o propósito de apresentar uma reflexão final, a filósofa Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, resume a noção de epistemicídio:

[...] é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Sueli Carneiro, 2005, p. 97).

Como já aludido de forma concisa ao descrever a violência inerente ao processo colonial, Santos (1995) revela dois de seus elementos fundamentais: o genocídio e o epistemicídio. Para o autor,

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi

muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (Santos, 1995, p. 328).

Diante desse contexto, é importante ressaltar que não estamos lidando apenas com o epistemicídio, mas também com o genocídio, ambos agindo de forma conjunta e devastadora. Enquanto o epistemicídio se concentra na aniquilação dos saberes e das formas de conhecimento das populações marginalizadas, o genocídio vai além, atingindo os corpos dessas comunidades. Esses dois fenômenos se entrelaçam, complementando-se na perpetuação da dominação colonial. Nesse sentido, Grosfoguel (2016) identificou quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI, os quais serão explanados.

Baseando-se no trabalho de Dussel, a pesquisa de Grosfoguel (2016) acrescenta uma nova dimensão às várias contribuições sobre a conquista das Américas, vinculando-a a três outros processos históricos que são constitutivos das estruturas de conhecimento do sistema-mundo: a conquista de Al Andalus, a escravização de africanos nas Américas e o assassinato de milhões de mulheres queimadas vivas na Europa, sob acusações de feitiçaria.

Sucintamente, em cada um desses processos históricos, explanamos as violências perpetradas para identificar as chamadas que extinguiram os conhecimentos e os corpos dos povos e das “povas” subalternizados/as, caracterizando esses eventos como parte de um Estado Necropolítico. Em seguida, traçamos o conceito de necropolítica e a caracterização do que chamamos de **necroepistemicídio**.

Antes de tudo, Grosfoguel (2016) nos alerta que o conceito de conhecimento no método cartesiano solipsista é baseado na ideia de um monólogo interior. Contrapondo essa visão, com base em Glória Anzaldúa (1987) e Fanon (2008), qualquer conhecimento que emerge do corpo político do conhecimento e alcança a geopolítica do conhecimento (Dussel, 1977) é considerado tendencioso, inválido, irrelevante e desprovido de seriedade, segundo o mito do conhecimento da egopolítica cartesiana, sendo assim rotulado como conhecimento inferior.

Diante do paradigma do “*Ego Conquiro*”, que prega “conquisto, logo existo”, assim como o idolátrico “*Ego Cogito*”, que postula “penso, logo existo (ou sou)”, é também engendrado o “*Ego extermino*”, que proclama “extermino, logo existo”. Essa é a lógica combinada do genocídio/epistemicídio. Os quatro genocídios/epistemicídios analisados por Grosfoguel (2016) ao longo do século XVI são:

1. Contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, em nome da “pureza do sangue”;
2. Contra os povos indígenas do continente americano, inicialmente, e, posteriormente, contra aborígenes na Ásia;
3. Contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano;
4. Contra mulheres que praticavam e transmitiam conhecimentos indo-europeus na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de bruxaria.

O autor supracitado busca examiná-los como elementos interconectados, inter-relacionados e componentes fundamentais das estruturas temáticas do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” (Grosfoguel, 2011, p. 5), que emergiu a partir da expansão colonial em 1492. Esses quatro genocídios são simultaneamente formas de epistemicídios que integram o privilégio epistêmico dos homens ocidentais. Para sustentar esse argumento, é necessário não apenas analisar a história do sistema-mundo, mas também explicar como e quando o racismo surgiu.

Explorando a primeira conquista relacionada a Al-Andalus, Grosfoguel (2016) caracteriza-a como um genocídio/epistemicídio dirigido contra muçulmanos e judeus. Neste contexto, o autor descreve um processo de limpeza étnica realizado por meio do genocídio físico e do epistemicídio cultural. Esse processo consistiu em duas etapas: a expulsão forçada dos muçulmanos e dos judeus de suas terras, resultando no repovoamento do território com populações cristãs do norte da Península Ibérica; e a destruição massiva da espiritualidade e do conhecimento islâmico e judeu, levando à conversão forçada dos que decidiram permanecer no território. Ao se converterem, os muçulmanos tornaram-se mouriscos (muçulmanos convertidos) e os judeus, marranos (judeus convertidos), o que resultou na aniquilação de sua memória, de seu conhecimento e de sua espiritualidade. Esse processo assegurou que os descendentes futuros dos marranos e dos mouriscos nascessem completamente cristãos, sem vestígios da memória de seus ancestrais.

O discurso promovido pelo Estado espanhol sobre a “pureza do sangue” foi empregado para supervisionar as comunidades muçulmanas e judaicas que sobreviveram aos massacres. Isso resultou na revitalização de antigos discursos medievais de discriminação religiosa na Europa, incluindo os discursos antissemitas (judeofóbicos ou islamofóbicos), os

quais foram utilizados contra judeus e muçulmanos durante as conquistas de Al-Andalus (Grosfoguel, 2016).

Como consequência do segundo genocídio/epistemicídio, conforme argumentado por Grosfoguel (2016), ocorreu durante a conquista das Américas e de Al-Andalus um massacre contra povos indígenas, marranos, mouriscos e africanos. Segundo o autor, a conquista da região de Al-Andalus não se limitou apenas ao genocídio, mas também incluiu um epistemicídio, ilustrado pela 'queima das bibliotecas' que desempenhou um papel crucial nesse processo. Um exemplo marcante foi a biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, contrastando com a maior biblioteca cristã da Europa na época, que continha apenas cerca de mil livros, e foi incendiada no século XIII. Outras bibliotecas enfrentaram destinos semelhantes até à conclusão da conquista de Al-Andalus.

Esses métodos também foram aplicados aos ameríndios, resultando na destruição dos códices indígenas, que representavam a parte escrita de suas práticas de busca pelo conhecimento. Dessa forma, tanto o genocídio quanto o epistemicídio estiveram presentes no processo de conquista das Américas e de Al-Andalus. Os métodos de evangelização aplicados contra os povos indígenas nas Américas foram influenciados pelos modelos empregados contra os muçulmanos na Península Ibérica, como evidenciado por pesquisas anteriores (Garrido Aranda, 1980; Martín de La Hoz, 2010). Esses métodos, caracterizados pela aniquilação da espiritualidade e pelo epistemicídio, foram fundamentais tanto na conquista de Al-Andalus quanto na conquista das Américas (Grosfoguel, 2016).

Devemos compreender o impacto da conquista das Américas sobre os mouriscos e os marranos na Península Ibérica durante o século XVI. Grosfoguel (2016) destaca que, nesse período, a conquista das Américas foi central para a formação de novos discursos e estruturas de dominação, em consonância com o surgimento do sistema-mundo moderno-colonial.

No século XVI, conforme destacado por Nelson Maldonado-Torres, ocorre uma mudança nas antigas formas de classificação social imperialista, que remontam aos séculos III-IV, quando Constantino promoveu o cristianismo como a ideologia dominante do Império Romano.

[...] as coordenadas conceituais que definiram a “luta pelo império” e as formas de classificação do século IV e dos séculos seguintes, antecessores da “descoberta” e da conquista das Américas, mudaram drasticamente no século XVI. A relação entre a religião e o império estaria no centro de uma transformação dramática de um sistema de poder baseado em diferenças religiosas para outro baseado em diferenças raciais. É justamente por essa razão que na Modernidade a episteme dominante não seria mais definida pela tensão e pela colaboração mútuas entre a ideia de religião e a visão imperialista do mundo conhecido, mas, mais precisamente, através de uma relação dinâmica entre o império, a religião e a raça. **Ideias sobre raça, religião e**

império funcionavam como cortes significativos no imaginário do mundo moderno e colonial emergente [...] (Torres, 2008, grifo nosso, p.230).

Para Grosfoguel (2016), os métodos de conquista militares e evangelizadores empregados em Al-Andalus para alcançar o genocídio e o epistemicídio, quando transplantados para a conquista dos povos indígenas das Américas, resultaram na criação de um novo imaginário e de uma nova hierarquia racial. Isso teve o potencial de transformar a conquista dos mouriscos e dos marranos na Península Ibérica durante o século XVI.

Conforme discutido previamente, o tema em questão era a “teologia” do outro. No entanto, tudo sofreu uma mudança radical em 1492, com a conquista das Américas e a caracterização dos povos indígenas por Colombo como “povos sem religião”. Uma interpretação anacrônica dessa frase pode sugerir que Colombo se referia a “povos ateus”. No imaginário cristão da época, porém, a ausência de uma religião significava a ausência de uma alma, o que resultava na exclusão da esfera da humanidade (Grosfoguel, 2016).

Perante estes contextos históricos de colonização e de exploração, a análise de Grosfoguel (2016) lança luz sobre a transição do racismo religioso para o racismo baseado na cor da pele. Enquanto os povos indígenas das Américas eram caracterizados como “povos sem religião” por Colombo, após a conquista de 1492, os africanos, rotulados como “povos sem alma”, foram trazidos para substituir os “índios” na escravidão durante a época da *encomienda*. Esta associação entre a ausência de religião e a ausência de alma no imaginário cristão da época é crucial para entender a exclusão dos povos indígenas e africanos da esfera da humanidade. Essa exclusão serviu como base para a exploração e a escravização desses grupos, consolidando o racismo como uma estrutura fundamental na lógica do mundo moderno-colonial.

O sequestro de africanos e sua subsequente escravização nas Américas são eventos de grande importância na história mundial. Milhões de africanos perderam suas vidas durante os processos de captura, transporte e escravização. No filme ‘Pantera Negra’ (2018), o personagem Erik Killmonger expressa vividamente o horror da escravidão: “[...] Só me joga no oceano, com meus ancestrais que saltaram dos navios, já que a escravidão era pior que a morte”. Esta citação destaca a brutalidade e a desumanidade dessa prática histórica.

Além disso, os escravizados que chegaram às Américas durante o processo transatlântico, frequentemente, sofriam de um sentimento profundo de Banzo. Conforme Alves (2024) explana em seu livro “Banzo: a saudade que mata”, o termo vai além do que é apresentado no dicionário, envolvendo um desassossego da alma intensamente impulsionado por uma exterioridade que causa terror, morte, escravidão e tortura. Isso resulta em uma

existência transformada em dor, frequentemente, legitimada por um Estado necropolítico de poder, conforme discutido por Mbembe (2018) e outros autores.

O quarto genocídio/epistemicídio, conforme ressaltado por Grosfoguel (2016), aborda a conquista e o genocídio das mulheres indo-europeias, cujo conhecimento transmitido de geração para geração incluía saberes xamânicos ancestrais. Essas mulheres desempenhavam um papel fundamental na organização política e econômica das comunidades. Sua perseguição teve início na Baixa Idade Média, intensificando-se nos séculos XVI e XVII com o estabelecimento de estruturas de poder modernas, coloniais, capitalistas e patriarcais.

No contexto dos primórdios da Modernidade, ainda conforme apresentado pelo autor, milhões de mulheres foram queimadas vivas sob acusações de bruxaria. Tais ataques tinham como objetivo consolidar o patriarcado centrado na cristandade, destruindo também formas autônomas e comunais de relação com a terra. A Inquisição conduziu esses ataques, direcionados contra mulheres cuja autoridade, liderança e conhecimento representavam uma ameaça ao poder da aristocracia emergente, que se estabelecia como uma classe capitalista transnacional tanto nas colônias quanto na agricultura europeia.

Nesse contexto histórico de opressão e de violência contra as mulheres, a música “Bandida” de Pablo Vittar e Pocah evoca uma mensagem de resistência e empoderamento. A frase: “A neta das bruxas vocês não queimaram”, presente na letra da música, remete à memória das mulheres perseguidas e assassinadas ao longo da história, que desafiavam as estruturas patriarcais e conservadoras da época. A arte das cantoras, ao incorporar essa frase, ressalta a força e a resiliência das mulheres que enfrentaram o sistema e se recusaram a ser silenciadas. Essa conexão entre a teoria científica sobre o genocídio das mulheres e a expressão artística nessa música destaca a importância de reconhecer e de celebrar a história de resistência das mulheres ao longo dos séculos.

Consideramos os quatro genocídios/epistemicídios como a destruição sistemática de conhecimentos e de culturas que não se alinhavam às práticas coloniais dominantes. Durante esses eventos, houve massacres e queimas, onde o fogo foi utilizado como ferramenta de violência pelos colonizadores para suprimir os saberes considerados subalternos ou, nas palavras de Sueli Carneiro (2005), os não-ser. Portanto, vemos o fogo como o executor das bibliotecas, dos conhecimentos e dos corpos daqueles que foram alvo da violência colonial.

Essa análise nos leva a entender que o genocídio/epistemicídio está intrinsecamente ligado ao conceito de Estado de Exceção, operando como um elemento central da necropolítica estatal. A necropolítica, então, é percebida como um mecanismo estatal destinado a eliminar os indivíduos que não se enquadram nos interesses do capitalismo,

considerados corpos passíveis de serem subjugados e até mesmo eliminados como parte de uma estratégia de exclusão exercida pelo Estado. Nesse sentido, ao considerarmos como a necropolítica representa um projeto de morte institucionalizado que visa à perpetuação do poder dominante, podemos alinhar as características do que denominamos de necroepistemicídio.

Como destacado anteriormente neste estudo, o conceito de Necropolítica foi elaborado por Achille Mbembe, um filósofo camaronês. O autor em questão fundamenta sua terminologia em uma ampla gama de teorias e de conceitos, conferindo-lhe uma base teórica sólida.³³ A Necropolítica se baseia em palavras-chave de extrema importância e conveniência na elaboração conceitual do termo, tais como soberania, colonização, estado de exceção, estado autoritário, biopoder, projeto de modernidade e outras que poderiam ser elencadas. É necessário alertar para o uso dessas palavras-chave como elementos simbólicos agregadores na formulação desse conceito e das práticas que o representam, uma vez que não exploramos cada uma individualmente, considerando que são termos já discutidos pelos autores que Mbembe utiliza.

Dito isso, conforme Mbembe (2018, p. 5), “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.” Segundo ele, “ser soberano implica exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a manifestação do poder (Mbembe, 2018, p. 5). Nesse contexto, o filósofo camaronês explora as relações entre soberania (*imperium*) e estado de exceção, com base no conceito de biopoder. Ele destaca que esse último aspecto tem sido, frequentemente, associado ao nazismo, ao totalitarismo e aos campos de concentração/extermínio.

De acordo com Agambem (2015), em seu livro “Meios e fim: notas sobre a Política”, o campo é considerado o lugar no qual se realizou a mais absoluta *condicio inhumana* que já se deu sobre a terra, pois os ocupantes são desprovidos de estatuto político e reduzidos a seus corpos biológicos.

Mbembe (2018), complementarmente, parte da modernidade como um elemento presente na origem de diversos conceitos de soberania, incluindo a biopolítica. Ele observa que a crítica política contemporânea tem dado destaque às teorias normativas da democracia, enfatizando o conceito de razão como um dos principais elementos tanto do projeto de modernidade quanto do âmbito da soberania. Nessa perspectiva, a expressão máxima da

³³ É relevante observar que existem discordâncias em relação à interpretação de Marx (1984) por parte desse filósofo camaronês. Entretanto, neste contexto, não cabe uma análise crítica detalhada, uma vez que o foco está na exploração do conceito e na caracterização do que constitui o necroepistemicídio.

soberania é entendida como a produção de normas gerais por um corpo (povo) constituído por homens e mulheres livres e iguais. Então, a política pode ser entendida em dois aspectos: como um projeto de autonomia e como a realização de acordos dentro de uma coletividade por meio da comunicação e do reconhecimento. Nesse contexto, a razão é vista como a expressão da verdade do sujeito, enquanto a política é compreendida como o exercício dessa razão no âmbito público. Além disso, o exercício da soberania consiste na capacidade de a sociedade autocriar por meio do uso de instituições inspiradas por significados sociais e imaginários específicos.

Em vez de centrar sua análise na razão e na verdade do sujeito, Mbembe (2018) direciona seu olhar para categorias mais tangíveis e concretas, como a vida e a morte. Para o autor, o ser humano está constantemente negando a natureza e, ao fazê-lo, constrói um mundo; no entanto, nesse processo, ele ou ela se expõe à sua própria negatividade. Em suma, “a política é, portanto, a morte que vive uma vida humana.” (Mbembe, 2018, p. 12-13). Essa definição também se aplica ao conhecimento absoluto e à soberania: arriscar a totalidade de uma vida.

O soberano, segundo Bataille (1998) pautado por Mbembe (2018), é aquele que parece desafiar a própria morte, pois não se restringe aos limites da identidade tanto quanto aos da mortalidade; de fato, esses limites se confundem. Ao abranger um domínio natural de proibições que engloba a morte, bem como outras áreas como a sexualidade, a sujeira e os excrementos, a soberania requer a capacidade de transgredir a proibição de tirar uma vida, embora dentro das condições estabelecidas pelo costume. Enquanto a subordinação, muitas vezes, se baseia na suposta necessidade de evitar a morte, a soberania, por sua vez, implica, necessariamente, em assumir o risco da morte.

Mbembe (2018) argumenta, então, que o estado de exceção e a construção de inimizades emergiram como os fundamentos normativos do direito de tirar uma vida. Nessas circunstâncias, o poder recorre repetidamente à excepcionalidade, à emergência e a uma concepção fictícia de inimigo. Além disso, ele se empenha ativamente na criação desses mesmos cenários de exceção, de emergência e de inimizade fictícia. E, operando a partir de uma distinção entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um domínio biológico, sobre o qual exerce controle e dentro do qual se insere. Esse controle implica na categorização da espécie humana em grupos, na subdivisão da população em subgrupos e no estabelecimento de uma diferenciação biológica entre eles.

A análise de Mbembe (2018) sobre o estado de exceção evidencia a convergência entre totalitarismo, poder soberano e a lógica da morte. No estado de exceção, o poder

soberano se afirma pela prerrogativa de determinar quem deve viver e quem deve morrer, estabelecendo uma dinâmica na qual a vida e a morte são utilizadas como instrumentos de controle e de dominação. Esse estado de exceção transcende a mera suspensão das leis ordinárias, caracterizando-se pela constante emergência, na qual a soberania se expressa na criação contínua de inimigos fictícios e na justificação da violência como meio de assegurar a ordem.

Essa dinâmica necropolítica implica na manipulação da vida e da morte como instrumentos de poder, categorizando certos grupos como “matáveis” e outros como “dignos de viver”. Através da segmentação da espécie humana em grupos e da imposição de uma censura biológica, o estado necropolítico estabelece uma hierarquia baseada na capacidade de determinar quem merece viver e quem está destinado a morrer. Nesse cenário, a necropolítica emerge como um conceito revelador das estruturas de poder que regem a vida e a morte, evidenciando como a política contemporânea não apenas preserva a vida, mas também regula e controla quem tem o direito de viver e quem deve ser destinado a morrer.

Segundo Mbembe (2018), ao analisar o surgimento do terror moderno, é crucial considerar a escravidão como uma das primeiras manifestações da experimentação da biopolítica. Nesse sentido, a estrutura do sistema de *plantation* e suas ramificações revelam uma representação emblemática e paradoxal do estado de exceção. Esse paradoxo emerge na medida em que, no contexto desse sistema, a humanidade do/a escravizado/a é ocultada, resultando em uma tripla privação: a perda do lar, a perda dos direitos sobre o próprio corpo e a perda do estatuto político.

A reflexão do autor mencionado nos remete às ideias de Grada Kilomba (2019), que ressalta a invisibilidade e a negação da capacidade de sujeitos às pessoas negras³⁴. A autora aborda o sujeito sob um tríplice dimensão, a saber, subjetiva, política e social, destacando que a negação dessa capacidade implica na exclusão da própria humanidade, relegando o indivíduo à condição de corpo abjeto, sujeito à animalização, ao vilipêndio e à exploração.

Em concordância com as ideias de Mbembe (2018), esse tríplice privação pode ser interpretada como uma forma de dominação total, uma alienação inata e uma exclusão social que resulta na negação da própria humanidade. Djamilia Ribeiro (2017), em seu livro “O que é lugar de fala?”, adiciona uma perspectiva relevante ao destacar a estrutura social como uma

³⁴ Grada Kilomba (2019) ressalta que a negação da humanidade e da subjetividade às pessoas negras resulta em uma vulnerabilidade psicológica constante, levando a traumas e enfermidades mentais. Essas condições, além de prejudicarem a psique do sujeito negro, perpetuam um ciclo de opressão difícil de ser interrompido, destacando a importância de confrontar e reconhecer tais opressões para promover a cura e a resiliência nas comunidades negras.

pirâmide, na qual as mulheres negras são situadas na base. Entretanto, é necessário observar que os povos indígenas não são explicitamente incluídos nessa representação piramidal. Isso nos leva a refletir, em certa medida, sobre a incapacidade dos povos indígenas de alcançar um *status* reconhecido como humano dentro do contexto da modernidade colonial.

Dentro dessa perspectiva da *plantation*, é inegável que os escravizados, como Grada Kilomba (2019) nos alerta, não nascem escravos, mas são subjugados aos processos de violência e de dominação, impondo-lhes essa condição. Nesse ambiente, o escravizado está sob o domínio do senhor, caracterizando uma manifestação do estado de exceção, no qual as normas e as leis são, frequentemente, ignoradas ou subvertidas. Considerando, complementarmente, os debates anteriores sobre a condição dos colonizados e os reflexos da dominação, concordamos com Mbembe (2018) ao destacar que a soberania implica na ocupação, o que, por sua vez, resulta na colocação do colonizado em uma posição ambígua, entre ser sujeito e ser objeto. Nesse contexto, a soberania é exercida como a capacidade de determinar quem tem importância e quem não tem, quem é considerado “descartável” e quem não é.

Diante das reflexões apresentadas, torna-se evidente que o terror não é apenas uma característica, mas uma caracterização fundamental dos Estados escravistas e dos regimes coloniais contemporâneos. Esses estados operam dentro de um Estado de exceção, no qual corpos subalternizados são massacrados em nome de um poder necropolítico e colonial, cujo plano central é o de eliminar os corpos considerados abjetos. Nesse contexto, o terror emerge como a própria política da morte, onde matar significa remover aqueles corpos que não se enquadram na norma dominante do sistema colonial. Surge, então, a indagação: o que é exatamente a necropolítica? Para compreender esse conceito, é necessário um debate embasado em diversas contribuições teóricas.

Ao tentar definir de maneira clara e objetiva o conceito de necropolítica, é imperativo evitar a simplificação excessiva. Contudo, podemos nos basear nas reflexões de Mbembe (2018) para entender que a necropolítica representa uma forma contemporânea de submeter a vida ao poder da morte. Essa configuração redimensiona profundamente as dinâmicas entre resistência, sacrifício e terror, demonstrando como a morte se torna um instrumento de controle e de dominação. Além disso, as noções de necropolítica e necropoder evidenciam as diversas estratégias empregadas na contemporaneidade para provocar a destruição máxima de pessoas e estabelecer “mundos de morte”, nos quais vastas populações são relegadas à condição de “mortos-vivos”.

Estas reflexões sobre necropolítica e necropoder nos levaram a uma compreensão mais profunda das formas contemporâneas de poder e de controle social, especialmente, em contextos coloniais e pós-coloniais. Assim, ao considerar o genocídio/epistemicídio como manifestações desse estado necropolítico, podemos compreender melhor a interseção entre poder, violência e morte, abrindo espaço para uma análise mais crítica e contextualizada das dinâmicas de dominação em nossa sociedade.

Considerando as discussões anteriores, é crucial reconhecer que os conceitos de genocídio/epistemicídio, conforme delineados por Grosfoguel (2016), e de necropolítica, conforme explorado por Mbembe (2018), estão intrinsecamente interligados. Enquanto o genocídio/epistemicídio revela as violências sofridas pelos corpos e pelos conhecimentos subalternizados, a necropolítica evidencia a subjugação da vida ao poder da morte.

Nesse sentido, emerge a necessidade de contemplar uma outra dimensão: o **necroepistemicídio**. Esse neologismo se refere à aniquilação sistemática não apenas dos corpos e dos conhecimentos dos povos subalternizados, mas também da própria capacidade desses povos de produzir e de reproduzir conhecimentos, resultando em uma dupla violência que perpetua a dominação colonial. Assim, a interseção entre genocídio/epistemicídio e necropolítica delinea um cenário complexo de opressão que requer uma análise aprofundada para compreendermos as formas contemporâneas de poder e de resistência.

De modo mais preciso, o **necroepistemicídio** pode ser definido como um fenômeno multifacetado que envolve a aniquilação sistemática dos corpos e dos conhecimentos dos povos subalternizados, bem como a destruição de sua capacidade de produzir e de reproduzir conhecimentos. Originário da interseção entre os conceitos de genocídio/epistemicídio e necropolítica, este termo evidencia uma forma específica de violência que visa não apenas eliminar fisicamente os corpos, mas também erradicar suas expressões culturais, suas tradições e seus saberes, dificultando a preservação e a disseminação de sua identidade e de sua história.

Em uma abordagem científica, o necroepistemicídio pode ser caracterizado como um processo complexo que opera em diferentes níveis e dimensões. Isso inclui não apenas a destruição física dos corpos dos povos subalternizados, mas também a supressão ativa de suas formas de conhecimento, de expressão cultural e de memória coletiva. Essa supressão pode ocorrer por meio de políticas institucionais, violência física, coerção psicológica e marginalização social, entre outras possibilidades, criando um ambiente hostil que mina continuamente a existência e a resistência desses grupos.

Além disso, o necroepistemicídio está intrinsecamente ligado aos sistemas de poder dominantes, especialmente àqueles enraizados em estruturas coloniais e patriarcais. Esses sistemas promovem uma lógica de exclusão e de hierarquia que justifica a subjugação e a marginalização dos povos subalternizados, perpetuando, assim, a sua condição de “outros” e negando-lhes o acesso às oportunidades e aos recursos necessários para sua autonomia e seu desenvolvimento.

No âmbito das relações sociais e políticas, o necroepistemicídio pode ser entendido como uma forma de violência simbólica que legitima e naturaliza a dominação e a exploração dos povos subalternizados. Esse tipo de violência opera por meio da desumanização e da estigmatização desses grupos, construindo narrativas que os retratam como inferiores, primitivos ou perigosos, justificando assim sua exclusão e sua marginalização. Em suma, o conceito de necroepistemicídio encapsula a interseção entre violências física, cultural e epistêmica, destacando as múltiplas formas de opressão e de dominação enfrentadas pelos povos subalternizados, nesta abordagem científica.

5 FALAR (FALANDO EM LÍNGUAS): A EPISTEMOLOGIA HORIZONTAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO POR VIAS ALTERNATIVAS

*Que tal a civilização cristã e ocidental deploro
esta herança na língua que me deram eles, afinal
diz, América – que és nossa só porque hoje assim se crê:
Há motivos para festa? Quinhentos anos de quê?
(Belchior, Eduardo Larbanois, Mário Carrero).*

Em um rincão do interior do Ceará, nasceu um jovem rapaz destinado a trilhar um caminho distante dos horizontes limitados de sua terra natal, Missão Velha. O ímpeto da juventude o impeliu em direção à metrópole pulsante de São Paulo, guiado pela promessa de um sonho acenado pelo movimento industrial da época, pelo fervor modernista impregnado nas mentes da população brasileira e pela necessidade premente de buscar uma vida melhor, sustentada pela melhoria financeira. Assim, meu pai, homem negro recém-casado com uma mulher branca, desembarcou em São Paulo, onde seria absorvido pela rotina inclemente do “chão de fábrica”.

Nesse ambiente, regido pelo capitalismo, sua força de trabalho era explorada sem trégua pelos burgueses fabris, impondo-lhe cargas pesadas e exigindo-lhe um esforço sobre-humano. Era a década de 1980, período em que a imagem do jovem negro como sujeito capaz de suportar qualquer fardo para garantir sua sobrevivência estava profundamente enraizada no imaginário coletivo. Em meio a essa voragem, meu pai mal encontrava espaço para se expressar; na fábrica, o tempo era um luxo inalcançável, e sua única obrigação era produzir, produzir e produzir.

A fábrica, seu dono e o sistema capitalista determinaram o silêncio que meu pai deveria ocupar, outorgando-lhe apenas o papel da obediência servil. Sob essa égide, sua identidade foi diluída, e ele jamais ousou abordar o tema do racismo, como se este não existisse. Cresci sob o testemunho silente de meu pai, um testemunho marcado pelo reconhecimento tácito das injustiças e da opressão que permeavam sua existência.

Durante a evolução da pandemia de Covid-19, uma frase marcante proferida por meu pai ao telefone – “É, realmente, só morrem os nossos” - revelou uma consciência aguda sobre o significado de ser negro e trabalhador numa sociedade brasileira que o relegava ao silêncio. Nesse contexto, surge a reflexão sobre as experiências das mulheres, como ressalta Gloria Evangelina Anzaldúa (2000), ao destacar a invisibilidade e o silenciamento das mulheres de cor e, especialmente, das lésbicas, pelo patriarcado. A negação de seus discursos é uma

constante, e, muitas vezes, são tratadas como “os loucos e os proscritos”, falando em línguas não compreendidas pelo sistema dominante.

No contexto apresentado, o relato pessoal sobre a experiência do meu pai evidencia as dinâmicas de opressão e de marginalização presentes na sociedade brasileira, especialmente, para indivíduos negros e trabalhadores. Essa narrativa ressalta a importância de se reconhecer as vozes marginalizadas e desafiadoras das estruturas coloniais de conhecimento.

Essa abordagem, conforme discutido por Débora Diniz e Ivone Gebara (2022), destaca a importância de reconhecer a pluralidade de vozes e de experiências, mesmo quando expressas por uma única voz. O lugar de fala é essencial para a sobrevivência do corpo, e falar é um ato de testemunhar a própria existência. Aqui, importante esclarecer que, no entendimento de Djamila Ribeiro (2017), falar vai além do mero ato de emitir palavras; é uma afirmação de poder e de existência. Essa circulação da palavra é fundamental para a construção de uma narrativa inclusiva e diversificada, como evidenciado por aquelas autoras, que descobriram uma voz forte e fraturada no *locus* do desterro e do estranhamento.

Essas reflexões nos conduzem à necessidade de repensar as estruturas epistemológicas dominantes e buscar abordagens alternativas, como o *corazonar*, que reconhece a importância da afetividade e da horizontalidade na construção do conhecimento. Ao desafiar as fronteiras entre sujeito e objeto, observador e observado, podemos abrir novos horizontes para uma ciência mais inclusiva e emancipatória.

Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que freqüentamos, ou não freqüentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. (Gloria Anzaldúa, 2000, p. 229).

Assim como para as feministas de cor, para usar as palavras de Gloria Anzaldúa (2000), os povos indígenas, desde 1500, foram colocados nos seus lugares de subordinação, de silenciamento e de obediência. Falar para os povos originários é sempre uma jurema, um lugar difícil e trabalhoso. Porém, falar no sentido institucionalizado, pois compreendemos que a população indígena há muito se utiliza da oralidade, tecendo críticas à sociedade da escrita. O fato é que, apesar de falarem, suas vozes não são escutadas, pois o colonialismo e a colonialidade perpetuam forças de poder no imaginário coletivo da ordem da institucionalização de suas falas. Escrever é registrar para a concepção da sociedade ocidental que tem a escrita como cânone de sua institucionalização e falar é não ser legitimado, não aceito.

Para Débora Diniz e Ivone Gebara (2022, p. 193), “Não só a voz fala, mas todo o corpo, e de muitas maneiras, embora tenhamos convencionado que a fala é ligada a palavras e a sons emitidos e audíveis.” Falar, ainda conforme as autoras, se lança no pluralismo das falas, do falar diverso, essa multiplicidade incomoda os totalitarismos dos costumes, das línguas, das políticas e das religiões, que preferem manter todas falas iguais e submissas a uma ordem designada como natural.

Acrescentamos que a ciência também reforçou e estruturou modos de falar, pois o totalitarismo científico se incomoda com as falas que falam de fora do que se deveria ser dito, arregimentando, sobretudo, a escrita. Esta última é o lugar fetichizado da ciência, pois quem escreve, escreve conforme as suas universalizações ideológicas, insere-se na manutenção do que Bourdieu (2004) denominou de campo científico. Nesse sentido, esta seção pretende trazer a contribuição de uma perspectiva de saber horizontal para a construção do conhecimento por vias alternativas, entre as quais o *corazonar* e o sentipensar; termos que relacionam o modo de saber com as dimensões da afetividade, não separando corpo e espírito, mas juntando enquanto forças motrizes capazes de ampliar a fala, a escrita, e os modos de saber na sociedade. Pode, então, o *corazonar* ser um outro modo de pensar os trajetos epistemológicos da Ciência da Informação? Esse e outros debates são discutidos nesta seção a fim de identificarmos e traçarmos possibilidades outras de conhecimento.

O ato de sentipensar, intrinsecamente conectados ao *corazonar*, transcende a dicotomia entre sujeito e objeto, entre conhecimento e emoção. É nessa interseção que emergem as epistemologias subalternas e os saberes marginalizados, que desafiam as estruturas coloniais de conhecimento. A partir dessas concepções, emerge a necessidade de trazer para o campo do debate as perspectivas indígenas e negras, cujos modos de conhecer e de sentir foram historicamente suprimidos e desvalorizados. Afinal, é no diálogo entre as diversas formas de conhecimento que podemos vislumbrar caminhos alternativos para a construção do saber científico e para a transformação social.

Na Ciência da Informação, o *corazonar* pode ser entendido como um novo paradigma que amplia as possibilidades de compreensão e de intervenção nos processos informacionais. Ao integrar os princípios dessa abordagem com as teorias e os métodos tradicionais desse campo científico, é possível enriquecer nossa compreensão acerca da produção, da organização, da disseminação e do uso da informação. Trata-se de um modelo conceitual integrativo proposto que visa, portanto, promover uma abordagem mais holística e sensível no estudo e na prática da Ciência da Informação, reconhecendo e valorizando as múltiplas formas de conhecimento e de experiência presentes na sociedade. Essa integração não apenas

amplia nosso repertório teórico, mas também busca trazer à tona as perspectivas indígenas, negras e marginalizadas, que há muito tempo foram sub-representadas nos discursos científicos dominantes. Dessa forma, ao incluir e destacar essas vozes historicamente excluídas, buscamos contribuir para uma transformação social mais profunda e inclusiva.

Nesse sentido, esta seção se configura a partir dessas múltiplas vozes, tendo o *corazonar* como referência. No entanto, não perdemos de vista as perspectivas teóricas feministas não indígenas e as vozes das mulheres de cor, conforme nos lembra Glória Anzaldúa (2000). Assim, há uma mescla entre o conceito relacionado aos indígenas, dialogando com as vertentes e as perspectivas intelectuais de mulheres negras e indígenas, cujas identidades são apagadas, excluídas e violentadas pelo Estado necropolítico.

Em entrevista a Luana Genot no canal GNT no YouTube, Lian Gaia (2022) ressalta a importância da representação e da aliança entre corpos pretos e corpos indígenas na luta contra a opressão. Ela afirma que a união entre esses grupos foi fundamental para a sobrevivência, destacando a necessidade de incluir os povos indígenas nas discussões sobre questões raciais em Abya-Yala³⁵. A aliança entre esses corpos tem raízes profundas na história e na resistência, sendo essencial reconhecer e fortalecer essa união na luta por justiça e igualdade.

Essa interseção entre diferentes vozes e perspectivas ressoa com as palavras de Glória Anzaldúa (2009), que destaca a importância de superar a tradição do silêncio imposto pelo discurso masculino dominante. Ela observa como, até mesmo entre os falantes de espanhol, há uma tentativa de reprimir as vozes das mulheres, impondo regras e limites linguísticos que perpetuam a invisibilidade e a marginalização. Assim, ao dar voz às experiências e aos saberes das mulheres, especialmente das mulheres de cor e indígenas, estamos desafiando ativamente essas estruturas de opressão e construindo um espaço para a diversidade de vozes ser ouvida e valorizada.

No contexto das múltiplas vozes e perspectivas que permeiam a discussão sobre o *corazonar* e o sentipensar, é importante, pois, destacar a relevância da aliança entre corpos pretos e corpos indígenas na luta contra a opressão, como ressaltado por Lian Gaia em entrevista a Luana Genot para o canal GNT no YouTube. Essa união histórica e resistente tem

³⁵ Abya-Yala era o nome dado pelos povos indígenas Kunas ao que hoje conhecemos como América. Dessa forma, trazer este nome é ressignificar o local dito por nossos colonizadores como os ditadores do que eles consideraram como América, que os povos Kunas já denominava de Abya-Yala. De acordo com Porto-Gonçalves (2009), Abya Yala é um termo na língua do povo Kuna que significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”, sendo utilizado como sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado áreas como o Golfo de Urabá e as montanhas de Darien, e, atualmente, reside na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas).

sido essencial para enfrentar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a violência.

Além disso, ao considerarmos a abordagem do *corazonar* e do sentipensar na Ciência da Informação, é válido destacar a pesquisa realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), que revelou a escassez de estudos que exploram a interseção entre esses conceitos. Entre os poucos textos encontrados, destaca-se o trabalho de Héloïse Prévost (2022), que analisa as mobilizações agroecológicas feministas no Brasil a partir dos conceitos de sentipensar e de *corazonar*. A autora entende que o vínculo com a Terra e a fusão entre emoções e análise políticas são analisadas por meio de materiais ativistas, como místicas, canções, poemas e slogans, bem como entrevistas com as ativistas rurais. Assim, o sentipensamento lança luz sobre as diferentes dimensões da violência, proporcionando uma compreensão mais profunda das experiências e das lutas das mulheres agroecologistas brasileiras.

Conforme Cordell (2017), a interação entre dimensões racionais e emocionais tem sido objeto de estudo, observando-se que as emoções são apreendidas em um *continuum* entre dispositivos afetivos e reflexivos. Da mesma forma, Prévost (2022) argumenta que, para as epistemologias do Sul, a ecologia política latino-americana e as epistemologias feministas, particularmente as decoloniais e as ecofeministas, transcendem a ideia de um *continuum*, tornando-se uma fusão. As conceitualizações em torno do *corazonar* e do sentipensar ilustram essa perspectiva.

Desse modo, a palavra *corazonar*, como discutido por Santos (2018), representa uma síntese entre emoção, afeto e razão. Originária das lutas dos povos indígenas e afrodescendentes da América Latina, essa noção é considerada uma “sanação do ser”, que revitaliza forças primordiais anteriormente atacadas pela colonização, incluindo o afeto, a dimensão sagrada da vida, a dimensão feminina da existência e a sabedoria. Nesse contexto, o *corazonar* é praticado como um exercício de autoaprendizagem que busca promover a compreensão e a mudança do mundo.

Em seu livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, Ailton Krenak (2019) oferece uma reflexão contundente sobre a colonização europeia e sua suposta missão civilizatória. Ele destaca como a narrativa da superioridade cultural europeia serviu de justificativa para a exploração e a dominação de outros povos, apagando suas sabedorias ancestrais e impondo uma visão de mundo eurocêntrica. Essa crítica ressoa com as discussões sobre *corazonar* e sentipensar, que buscam resgatar e valorizar as perspectivas indígenas e afrodescendentes, reconhecendo a importância de suas vozes e de seus conhecimentos na construção de um

mundo mais justo e igualitário. Nesse sentido, ao destacar a relevância da representação e da aliança entre corpos pretos e corpos indígenas na luta contra a opressão, como ressaltado por Lian Gaia em entrevista a Luana Genot para o canal GNT no YouTube, estamos ampliando o entendimento sobre as formas de resistência e de resiliência frente à hegemonia eurocêntrica. Ao reconhecer a importância desses conhecimentos marginalizados, podemos promover, como defendido por Krenak (2019), uma verdadeira inclusão social e cultural.

Essa reflexão enfatiza a valorização das sabedorias e das tradições indígenas e afrodescendentes como uma forma de resistência e de resiliência frente à hegemonia eurocêntrica. Trata-se de considerar que a modernização deslocou povos indígenas e descendentes de africanos escravizados para centros urbanos, onde foram submetidos a condições precárias de vida em favelas e periferias. Essa migração forçada resultou na ruptura dos laços comunitários e ancestrais, levando-os a uma espécie de dissolução cultural no contexto da sociedade moderna globalizada. É fundamental reconhecer a importância dos vínculos com a memória ancestral e as referências culturais para manter a sanidade e a identidade dessas comunidades. Sem esses alicerces, torna-se desafiador encontrar um sentido de pertencimento e de equilíbrio em meio à complexidade e ao caos do mundo contemporâneo.

Krenak (2019) realiza análises incisivas sobre a colonização europeia e sua pretensa missão civilizatória, destacando como a narrativa da superioridade cultural europeia foi utilizada para justificar a exploração e a dominação de outros povos, resultando na supressão de suas sabedorias ancestrais e na imposição de uma visão de mundo eurocêntrica. Essa crítica ressoa com as discussões sobre *corazonar* e sentipensar, que buscam resgatar e valorizar as perspectivas indígenas e afrodescendentes, reconhecendo a importância de suas vozes e de seus conhecimentos na construção de um mundo mais justo e igualitário. Portanto, ao considerarmos aquelas análises, somos instigados a repensar as concepções de verdade e de “civilização” que guiaram a história e a abrir espaço para a diversidade de saberes e de experiências.

A reflexão de Winnie Bueno (2020) sobre as “imagens de controle” oferece uma perspectiva valiosa sobre a representação étnico-cultural das pessoas negras. Ela destaca como essas imagens são construídas e utilizadas para impor uma visão específica sobre esses corpos, reforçando estereótipos e perpetuando estruturas de poder que marginalizam essa comunidade. No entanto, ao explorarmos as dinâmicas de representação étnica no contexto das populações indígenas, é importante reconhecer que esses estereótipos também afetam profundamente essas comunidades.

As populações indígenas também enfrentam desafios significativos relacionados à representação étnica, muitas vezes, sendo retratadas de maneira estereotipada e marginalizada pela sociedade dominante. As imagens de controle, embora possam se manifestar de maneiras diferentes, também, estão presentes nas narrativas sobre os povos indígenas, impondo uma visão distorcida e reducionista de suas identidades e culturas. É compreensível que, ao considerarmos a reflexão de Winnie Bueno (2020) sobre as imagens de controle em relação às populações negras, podemos ampliar nossa compreensão para incluir as experiências das populações indígenas, reconhecendo a complexidade das dinâmicas de representação étnica e os desafios enfrentados por essas comunidades na luta contra o preconceito e a marginalização. Essa integração de perspectivas nos ajuda a construir uma visão mais abrangente e inclusiva da diversidade étnico-cultural do Brasil.

Dessa forma, o autor Munduruku (2009, p. 13) nos apresenta uma dimensão de imagens de controle em relação aos povos indígenas ao compartilhar sua narrativa pessoal:

Nasci índio.³⁶ Foi aos poucos, no entanto, que me aceitei índio. Relutei muitas vezes em aceitar essa condição. Tinha vergonha, pois o fato de ser índio estava ligado a uma série de chavões com que muitas pessoas me insultavam: índio é atrasado, é sujo, malandro, vadio... Eu não me identificava com isso, mas nunca fiz nada para defender minha origem. Carreguei com muita tristeza todos os apelidos que recaíram sobre mim: índio, Juruna, Aritana e Peri, entre outros. E tive que conviver com o que a civilização ocidental tem de pior, que é ignorar quem traz em si o diferente.

A narrativa pessoal apresentada por Munduruku (2009) revela a maneira como as imagens de controle são aplicadas aos povos indígenas, impondo uma visão estereotipada e redutora sobre suas identidades. Ao relatar sua própria experiência de relutância em aceitar sua condição de indígena devido aos estereótipos negativos associados a essa identidade, ele destaca como essas imagens de controle são utilizadas para subjugar e desvalorizar as comunidades indígenas. Essa relação de controle não se limita apenas aos corpos indígenas, mas também influencia a percepção de suas características e de seus valores culturais, que são, frequentemente, distorcidos e marginalizados pela visão dominante do colonizador.

Não podemos perder de vista que essa visão do outro, enraizada na perspectiva colonialista, é fundamental para compreender as dinâmicas de opressão enfrentadas pelos povos indígenas e negros. Como Grada Kilomba (2019) argumenta, a civilização ocidental historicamente categorizou essas populações como a/o ‘Outra/o’, subalternizando suas identidades e culturas em relação ao olhar dos colonizadores. Essa categorização não apenas

³⁶ É importante registrar a precisão realizada por Daniel Munduruku: “Usarei o termo índio apenas neste capítulo. Nos seguintes prefiro a terminação indígena, que é o mesmo que nativo ou natural da terra.” (Munduruku, 2019, p. 13).

serviu como justificativa para a exploração e a escravização de seus corpos, mas também para a negação e a desvalorização de suas sabedorias ancestrais e de seus sistemas de conhecimento. Essa relação de subalternização reforçou a hierarquia de poder imposta pelo colonizador, perpetuando assim as estruturas de dominação e de opressão que ainda persistem nas sociedades contemporâneas.

No contexto acadêmico, é fundamental ressaltar obras que fortaleçam as vozes das narradoras indígenas, bem como de outros autores e de outras autoras indígenas, oferecendo contribuições significativas para o entendimento das culturas, dos saberes e das questões de saúde das diversas comunidades indígenas brasileiras. O livro “Saberes indígenas: produção de conhecimentos desde territórios”, organizado por Diádiney Helena e Dandara Feitosa, representa um marco nesse sentido, ao proporcionar uma plataforma para o compartilhamento e a valorização das narrativas e das sabedorias ancestrais dessas comunidades. Essa obra, desenvolvida com base nas perspectivas das próprias narradoras indígenas e de outros autores e de outras autoras indígenas, não apenas reconhece sua importância, mas também fortalece sua presença no cenário intelectual contemporâneo, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla e inclusiva das realidades indígenas no Brasil.

Ao analisarmos de forma mais detalhada o conteúdo do livro, é evidente que as autoras Dandara Feitosa, Diádiney Almeida e Inara Tavares (2020, p. 7) ³⁷apresentam uma crítica contundente à persistência dos efeitos coloniais na sociedade atual, ao afirmarem que “a colonização segue promovendo ausências.” Essa observação revela a profundidade dos impactos coloniais nas estruturas sociais e culturais, destacando a necessidade de reconhecer e enfrentar as lacunas deixadas pela colonização. Como mencionado por bell hooks (2017), em sua obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, refletido na palestra-performance artística de Grada Kilomba (2022), a linguagem e a escrita emergem como ferramentas cruciais na luta contra essas ausências, transformando-se em espaços de resistência e de contestação. Assim, a escrita e a teoria se tornam campos de disputa e de empoderamento, onde as vozes marginalizadas podem ser amplificadas e suas experiências validadas.

Nas palavras da autora bell hooks (2017, p. 59):

Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura.

³⁷ Autoras que assinam a introdução do livro.

Corroboram e ampliam com essa afirmação de bell hooks (2017) as análises de Grada Kilomba (2022) em sua palestra-performance “Descolonizando o conhecimento”, onde ela ratifica a beleza da escrita de hooks e reconhece que, geralmente, o conhecimento institucionalizado é violento, colonial e discriminatório. Ela destaca que hooks começou a escrever visando transformar a teoria em um local de pertencimento e de libertação, delineando assim o processo de descolonização do conhecimento. Aquela autora sugere que essa descolonização ocorre quando a biografia se entrelaça com a teoria e vice-versa, como expresso em sua fala.

A partir dessa reflexão, Maria Lugones (2008) também contribui para a compreensão da colonialidade de gênero, expandindo o olhar sobre a opressão imposta não apenas sobre os corpos e as mentes, mas sobre as vivências e as subjetividades das mulheres, especialmente as mulheres negras e indígenas. Em sua obra, Lugones explora como o colonialismo de gênero se entrelaça com outras formas de dominação, oferecendo uma análise de como a colonização se insere no cotidiano, não só em termos políticos e sociais, mas também afetivos e sexuais. Seu trabalho fortalece a argumentação sobre a necessidade de descolonizar os saberes, permitindo uma compreensão mais profunda das lutas de resistência das mulheres indígenas e quilombolas.

Maria Lugones (2008), em sua obra “Colonialidade e Gênero”, propõe uma reflexão crítica sobre as complexas intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade, especialmente no contexto da colonialidade. A autora analisa como o colonialismo impôs um sistema de gênero binário, hierárquico e patriarcal, que não existia de forma similar nas sociedades pré-coloniais.

A autora critica a visão ocidental eurocêntrica que entende o gênero como uma categoria universal e fixa, desconsiderando a pluralidade de significados e de práticas de gênero que existiam em diversas culturas antes da chegada da colonização. A imposição dessa estrutura de gênero contribuiu para a subordinação das mulheres, especialmente as mulheres indígenas e negras, e a hierarquização das relações de poder nas sociedades colonizadas.

Lugones (2008), ao dialogar com outros pensadores decoloniais, como Quijano, vai além de uma análise meramente estrutural da colonialidade, e enfatiza como a colonialidade de gênero afeta as subjetividades e as vivências das mulheres. Ela destaca a ideia de que as mulheres de cor não são apenas oprimidas pelos sistemas de gênero e de poder, mas também por uma indiferença dos homens, que, mesmo sendo vítimas das estruturas coloniais, colaboram para a perpetuação da dominação sobre as mulheres. A autora, portanto, propõe

que as lutas feministas não podem ser vistas isoladamente, e que a interseccionalidade entre raça, classe e gênero é fundamental para entender as complexas dinâmicas de opressão.

A análise de Lugones (2008) também desafia o feminismo hegemônico, que, muitas vezes, ignora as realidades vividas por mulheres indígenas e negras, considerando as lutas de resistência dessas mulheres como centrais na busca por uma decolonização do pensamento e das práticas sociais. Ao trazer à tona a colonialidade de gênero, a autora abre espaço para novas formas de resistência e de entendimento sobre as relações de poder, que não podem ser reduzidas às categorias coloniais impostas pelo Ocidente.

Em sua reflexão sobre a colonialidade do gênero, Maria Lugones (2014) amplia a discussão sobre as complexas intersecções entre poder, gênero, raça e colonialismo, sublinhando como as dicotomias impostas pela colonização — como a hierarquia entre o humano e o não humano, e entre homens e mulheres — formaram a base para as relações de opressão que perduram até hoje.

Nesse sentido, a autora argumenta que a colonização das Américas e do Caribe não apenas impôs uma ordem racial hierárquica, mas também estabeleceu uma normatividade de gênero que, ao definir o homem europeu burguês como o modelo civilizado, marginalizou as culturas e as identidades de gênero das populações colonizadas. Os povos indígenas e africanos escravizados foram reduzidos a categorias de “não-humanos”, com suas sexualidades sendo amplamente estigmatizadas e suas identidades de gênero distorcidas ou desconsideradas.

A autora também aponta que a imposição de um sistema dicotômico de gênero não se limitou às esferas sociais e políticas, mas também se entrelaçou com a violência sexual e a imposição de normas reprodutivas, como parte do projeto de colonização e da “missão civilizatória”. Essa dinâmica, como descrito por Lugones, não apenas desumanizou os colonizados, mas também impôs uma visão de gênero profundamente binária e racista, que visava reforçar a subordinação das mulheres negras e indígenas, enquanto idealizava a mulher europeia burguesa como um ser passivo e reprodutor dentro da estrutura colonial. A resistência, nesse contexto, não é apenas uma questão de desafiar as imposições de gênero, mas de entender as formas de subjetividade e de agenciamento que surgem nas margens dessa imposição.

Ao discutir a “resistência à colonialidade do gênero”, Lugones (2014) propõe que, para superar essa opressão, é necessário um movimento decolonial que vá além da crítica às opressões sexuais e de gênero tradicionais. Ela defende a importância de entender a resistência a partir da diferença colonial, reconhecendo que as subjetividades que surgem nas

interações coloniais são formadas em um espaço de tensão constante. Essa resistência, muitas vezes infrapolítica, pode ser vista nas formas de agenciamento criativo e adaptativo das populações colonizadas, que buscam novas maneiras de se afirmar, muitas vezes, em contextos invisibilizados e marginalizados pela narrativa colonial hegemônica. Para a autora, descolonizar o gênero não é apenas uma questão de reformular categorias, mas de reconstruir uma práxis política que reconheça e valorize as formas de subjetividade e de socialidade que resistem à colonialidade.

Portanto, como Lugones (2014) sugere, a resistência à colonialidade do gênero deve ser entendida como uma prática contínua de reexistência, que se dá em tensões complexas e dinâmicas, onde as identidades e as relações de gênero não são apenas desafiadas, mas também reformuladas através de práticas de resistência que buscam não apenas a transformação social, mas a afirmação da humanidade plena das mulheres colonizadas.

Além disso, as autoras e narradoras indígenas Dandara Feitosa, Diádney Almeida e Inara Tavares (2020, p. 7) complementam essas reflexões ao afirmarem que “Cada escrita é um movimento de luta contra uma ciência cerceadora e em prol de uma ciência que considere compreender as multiplicidades de existências e de experiências presentes no chão deste país.”. Elas destacam, nesse contexto, que o livro “Saberes indígenas: produção de conhecimentos desde territórios” está repleto de jovens indígenas que estão profundamente conectados com seus territórios, que conhecem as particularidades de um universo ainda desconhecido pela maioria dos brasileiros e das brasileiras. Esse conhecimento ancestral, transmitido por meio das narrativas presentes nessa obra, contribui para uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade cultural e territorial do Brasil.

Estamos apresentando Tupinambá, Macuxi, Ticuna, Taurepang, Sateré Mawé, Wai-Wai, Yanomami, Ingarikó, Yekuana, Patamona, Waimiri-Atroari, Sapará, Pankararu, Tuxá, uma constelação de povos, como bem afirmou Ailton Krenak. (Dandara Feitosa; Diádney Almeida; Inara Tavares, 2020, p. 8).

De modo mais preciso, conforme apontam Dandara Feitosa, Diádney Almeida e Inara Tavares (2020, p. 8), os povos indígenas representam memórias ancestrais reavivadas no cotidiano, refletidas na produção de uma farinha, na confecção de um pau-de-chuva e na resistência demonstrada por estudantes universitários que mantêm experiências profundas com os curadores de seus povos. Essas práticas cotidianas e lutas contemporâneas contribuem para preservar a herança cultural e espiritual dessas comunidades.

Ao refletirmos sobre as práticas cotidianas e a resistência das comunidades indígenas, é inevitável não reconhecer a profunda conexão que esses povos têm com seu ambiente, sua

cultura e sua espiritualidade. Essa conexão se manifesta não apenas em suas atividades diárias, mas também em sua forma de compreender o mundo e interagir com ele. Nesse sentido, as noções de “*corazonar*” e “*sentipensar*” emergem como elementos fundamentais para entendermos a complexidade e a riqueza dessas vivências. A partir desses conceitos, podemos explorar ainda mais a profundidade das experiências indígenas e sua relevância para a construção de um diálogo intercultural e um modelo integrativo mais abrangente.

Esses conceitos decoloniais, que enfatizam uma integração entre razão e afeto, encontram ressonância nas práticas descritas por Nego Bispo, que também propõe uma relação respeitosa e sustentável com o ambiente.

A abordagem de Nego Bispo reflete uma visão cosmológica do conhecimento, enraizada na relação dinâmica e respeitosa com a terra e os seus ciclos. Para ele, o saber não se limita a uma lógica acadêmica ou colonial, mas emerge das práticas comunitárias e ancestrais, onde o plantio, a colheita e o cuidado com a natureza obedecem a orientações que transcendem a técnica científica. Por exemplo, ele descreve o plantio triangular como uma estratégia que integra plantas cultivadas e nativas, criando um ecossistema equilibrado onde cada elemento tem um papel. Essa perspectiva contrasta com a monocultura imposta pelas ciências agrárias, que desconsidera a complexidade dos sistemas naturais e prioriza a produção em larga escala (Santos, 2023).

Nego Bispo também critica a mercantilização dos saberes tradicionais promovida pelas instituições coloniais e acadêmicas. Ele exemplifica como práticas quilombolas de agricultura sustentável, outrora vistas como “atrasadas”, foram renomeadas e reintroduzidas no mercado como agroecologia ou produção orgânica, muitas vezes, inacessíveis às populações que originaram esses conhecimentos. Para ele, esse processo reforça a colonialidade do saber, transformando conhecimentos vivos em produtos mercadológicos. Essa crítica ressoa com a ideia de um conhecimento descolonial, que valoriza os saberes dos povos originários e suas práticas em harmonia com a natureza, em oposição à lógica capitalista e extrativista (Santos, 2023).

Além disso, Bispo aborda a interdependência entre os vivos e o ambiente, enfatizando que o equilíbrio ecológico e social depende de práticas comunitárias que respeitem a terra e seus limites. Ele defende que a terra “dá o que ela pode e quer”, reforçando a necessidade de adaptar as práticas humanas às dinâmicas naturais, em vez de impor uma lógica produtivista. Esse ensinamento ecoa a noção de “*sentipensar*”, que integra afeto e razão, permitindo uma relação mais inclusiva e holística com o mundo. Assim, ao incorporar

perspectivas como a de Bispo, amplia-se a compreensão de epistemologias não ocidentalizadas e sua relevância para um futuro sustentável e inclusivo (Santos, 2023).

Ainda nesse sentido, o autor Carvalho, ao apresentar o livro de Nêgo Bispo intitulado “Colonização, Quilombos: modos e significados”, de 2015, nos informa que Bispo, líder quilombola de uma comunidade rural no Piauí, tem uma trajetória significativa dentro da academia e das lutas sociais. Bispo foi professor na disciplina Encontro de Saberes na UnB, entre 2012 e 2013, e se integra à rede de pesquisadores e de docentes do Instituto, cuja atuação é marcada por diálogos com diversos grupos de interesse, como as comunidades quilombolas, os povos tradicionais e o movimento negro. O autor da obra, ao contrário de muitos estudiosos hegemônicos, critica a ideologia da mestiçagem e a visão de uma “democracia racial” brasileira, propondo, em seu lugar, uma reflexão mais crítica sobre a resistência e as lutas anti-racistas que marcaram a história dos povos tradicionais do Brasil (Santos, 2015).

Em seu livro, Bispo coloca em questão as interpretações clássicas eurocêntricas sobre o Brasil, que tendem a minimizar as injustiças históricas perpetradas contra negros e indígenas, celebrando uma falsa convivência pacífica entre as diversas culturas do país. Ao enfatizar as revoltas e as rebeliões dos povos oprimidos, o autor apresenta uma narrativa de resistência, apontando como o Catolicismo e a visão colonial contribuem para um processo contínuo de genocídio cultural. Assim, Bispo constrói uma análise crítica, rejeitando a visão dominante sobre a história do Brasil e propondo uma perspectiva quilombola, que valoriza as lutas por liberdade e terra comunitária, e articula uma crítica à opressão racial, econômica e social que ainda permeia a sociedade brasileira (Santos, 2015).

A obra de Nêgo Bispo propõe uma reflexão profunda sobre a relação entre conhecimento e poder, especialmente no que diz respeito às comunidades tradicionais, como os quilombos e povos indígenas. De acordo com o Santos (2015), a destruição de elementos naturais, como a derrubada de árvores ou o alagamento de terras, vai além de um impacto ambiental, pois implica em um rompimento com modos de vida que estão intimamente ligados à natureza e ao saber ancestral. O corte de árvores ou a submersão de terras são mais do que ações físicas; são gestos simbólicos que afetam profundamente os conhecimentos tradicionais, que não são reconhecidos nem como bens jurídicos, nem como patrimônios a serem preservados. Em contraste, o que é reconhecido pelo poder hegemônico é justamente o que está relacionado às riquezas materiais, como o carvão ou a produção de monoculturas, que, ao contrário do saber tradicional, são legalmente protegidos e geram benefícios para uma pequena parcela da sociedade. Esse distanciamento entre o que é considerado conhecimento

legítimo e o que é relegado à marginalidade reflete a persistente lógica colonial que exclui as vozes dos povos originários e tradicionais.

Nessa perspectiva, o autor ao analisar a luta das comunidades quilombolas e suas formas de resistência, nos convoca a repensar a maneira como a história e o conhecimento são tradicionalmente estruturados e classificados. Segundo o autor, movimentos como Canudos, Caldeirão e Pau de Colher, frequentemente vistos pela historiografia oficial como meramente messiânicos, deveriam ser considerados, na verdade, como quilombos. Essa classificação não é apenas uma mudança de terminologia, mas uma redefinição da própria compreensão das lutas sociais e da organização desses movimentos. Bispo destaca a importância de reconhecer as características organizativas dessas comunidades, como a divisão do trabalho e a apropriação coletiva dos recursos, elementos fundamentais na constituição das formas de resistência e de um conhecimento que transita entre o espiritual e o material. Para ele, essas comunidades não eram apenas focos de resistência religiosa, mas espaços de construção de saberes alternativos e autossustentáveis, que se opunham diretamente ao projeto colonial e à imposição de uma civilização monocultural (Santos, 2015).

Ao colocar em questão o domínio do conhecimento científico ocidental, Bispo nos oferece uma leitura radical do conceito de saber. Ele propõe uma visão de conhecimento não ocidentalizado, um saber que se baseia nas práticas cotidianas de povos tradicionais, indígenas e quilombolas. Para Bispo, o conhecimento não se encontra apenas em livros ou instituições formais, mas nas relações com a terra, com os elementos da natureza e com as comunidades.

O saber tradicional, portanto, é dinâmico e está em constante transformação, construído a partir das necessidades e das experiências de quem vive em harmonia com a natureza. Essa forma de conhecimento valoriza a sustentabilidade, o respeito à terra e à água, e a preservação das fontes de vida, não como um recurso a ser explorado, mas como um bem comum a ser cuidado. Assim, o conhecimento quilombola e indígena é uma forma de resistência ao pensamento dominante, que, muitas vezes, reduz as culturas tradicionais a um *status* inferior, negando sua contribuição para a construção de um futuro mais justo e equilibrado (Santos, 2015).

Ao integrar conhecimento, epistemologia, afeto e espiritualidade, buscamos uma abordagem que vá além das limitações impostas pela colonialidade do ser, do poder e do saber. Essa integração reconhece a importância das diversas formas de conhecimento e propõe uma compreensão mais inclusiva e holística do mundo. Incorporando práticas como o “*corazonar*” e o “*sentipensar*” estamos valorizando experiências humanas que englobam

tanto a razão quanto as emoções, além de resgatar saberes ancestrais frequentemente marginalizados ou desconsiderados.

Dessa maneira, estamos pavimentando novos rumos para a construção do conhecimento, os quais não se encontram mais subjugados por estruturas hierárquicas coloniais, mas sim fundamentados em princípios de equidade, de justiça e de reciprocidade. Essa abordagem nos convoca a reimaginar as interações entre distintas culturas e modalidades de saberes, almejando uma convivência pacífica e colaborativa que celebre a diversidade e a multiplicidade do nosso mundo contemporâneo.

A sabedoria silenciosa própria da maneira ameríndia de ser no mundo, informa-nos que:

No se sabe qué hacer. Pero el pueblo [y los indígenas] sí lo sabe, aun cuando no quiera hacer nada. En el dejarse estar se reserva la posibilidad de un hacer propio. En la espera deja pasar el tiempo que no es suyo, y entonces crece. Y en el crecimiento de lo popular está la sorpresa de saber alguna vez qué hay que hacer. Es un saber potencial, que surge de un silencio lleno. En esto no interviene ni la economía, ni la sociología, ni la compartimentación del saber científico en general, sino sólo el puro recimiento (Kusch, 2000b, p. 246).

E, conforme pontuado por Fernanda Brabo Sousa (2017), em forma de relato pessoal, a experiência tem influenciado a maneira pela qual o lugar de origem do meu [dela] pensamento é reinterpretado. A relação intrínseca entre pesquisa e vida me levou a perceber o pensamento como algo sentido, e a racionalidade predominante foi substituída pela dimensão emocional em minha prática e em uma pesquisa profundamente engajada com a vida. Além disso, enfatiza a importância de reconhecer que esse pensamento é gerado e sentido a partir de um solo próprio, que não necessariamente corresponde ao local geográfico onde ocorre, mas sim a um horizonte simbólico onde o pensamento se estabelece. Para ela, a formulação de Kusch oferece uma melhor compreensão dos significados desse solo.

Na academia, sob perspectivas decolonizadoras, tem sido notado um esforço considerável para revelar a matriz de poder colonial-imperial. No entanto, essas abordagens têm negligenciado uma dimensão importante da colonialidade que até então não atraiu tanto interesse, tanto da academia quanto do pensamento crítico decolonial: a “colonialidade da afetividade”. Além disso, é observado que essa dimensão da afetividade recebe uma atenção limitada em suas reflexões (Arias, 2010).

A complexa interconexão entre experiência pessoal, formação do pensamento e perspectivas decoloniais proporciona, porém, um campo fértil para investigações acadêmicas profundas e interdisciplinares. Dentro dessa interseção, emerge uma compreensão enriquecedora das dinâmicas socioculturais e políticas que influenciam não apenas os

discursos acadêmicos, mas também as estruturas de poder e as relações de dominação em nossa sociedade. Refletir sobre a influência da experiência pessoal na produção do conhecimento não apenas ilumina a subjetividade inerente ao processo de pesquisa, mas também desafia as narrativas hegemônicas que historicamente marginalizaram certas vozes e perspectivas. Como pesquisadores/as comprometidos/as com a justiça epistêmica e a transformação social, é essencial incorporarmos essas reflexões em nossas práticas acadêmicas, promovendo uma compreensão mais aprofundada e inclusiva das questões sociais, e incentivando uma abordagem sensível às diversas perspectivas e experiências.

Estreitamente relacionada a isso está a ideia de “sentipensar”, introduzida pelo sociólogo Orlando Fals Borda, com base na cultura popular camponesa do Caribe colombiano (Bassi, 2008). Em suas pesquisas, Fals Borda encontrou pescadores colombianos que utilizam essa ideia para ressaltar o significado político da interação entre o coração e o corpo, entre o humano e o não-ser. Por um lado, a noção envolve a habilidade de superar desafios através de técnicas de sobrevivência: os pescadores imitam as estratégias das tartarugas “hicotea”, uma espécie endêmica da América Latina. Por outro lado, as pessoas “sentipensantes” integram emoções e razão para alcançar a harmonia em suas vidas. Essas noções desafiam a dicotomia entre emoção e racionalidade, e promovem a interconexão entre humano (Fals Borda, 2009) e o não-ser (Sueli Carneiro, 2005).

Nos estudos kuschianos sobre o pensamento indígena e popular na América do Sul, o autor entende que as culturas indígenas parecem se organizar em torno da afetividade, ritualizando suas emoções e construindo sua coesão interna a partir do substrato afetivo em que operam. Essa dinâmica ocorre, segundo o autor, devido à valorização integral do ser humano, em uma visão holística que não separa os aspectos racionais dos considerados irracionais, nem as razões das emoções (Sousa, 2017).

A autora Sousa (2017) sugere que o coração não é apenas um órgão do corpo humano, nem meramente um centro emocional, mas sim um regulador do discernimento individual, uma instância que combina objetividade e subjetividade na percepção e na vivência do mundo. Então, considerando essas reflexões sobre a valorização da afetividade e a função do coração na percepção do mundo, podemos observar uma convergência com os estudos de Kusch sobre o pensamento indígena e popular na América do Sul. Kusch aborda a importância do sentir e do *corazonar* como elementos fundamentais na construção da realidade e da sabedoria indígena, oferecendo insights valiosos para uma compreensão mais profunda da relação entre afeto, conhecimento e existência humana.

Os povos indígenas brasileiros, assim como outras culturas ao redor do mundo, possuem uma rica tradição de narrativas místicas que permeiam sua compreensão do sentido da vida. Essas narrativas, transmitidas oralmente de geração em geração, desempenham um papel central na construção da cosmovisão indígena, fornecendo um arcabouço conceitual e espiritual para suas práticas e suas crenças. Nesse contexto, a concepção de mundo dos povos indígenas brasileiros se entrelaça com suas histórias sagradas, que ecoam ressonâncias mitológicas semelhantes às encontradas em outras tradições, como a narrativa bíblica da criação. Essa interconexão entre o mito e a realidade, entre o transcendental e o cotidiano, demonstra a complexidade e a profundidade do pensamento indígena em relação ao significado da existência e à interação com o cosmos (Munduruku, 2009).

Adicionalmente, segundo Munduruku (2009), para o povo Tapirapé, não é suficiente que alguém seja iluminado; é necessário que essa pessoa receba conhecimento dos mais velhos e passe por um processo de aprendizado, geralmente liderado pelo xamã mais experiente do grupo. O xamã, de acordo com o autor, é identificado pelos sonhos das pessoas ou de outro xamã.

Em consonância com esse propósito de valorização e de resgate dos saberes marginalizados, a Coleção Diálogos da Diáspora (2020), presente no livro “Saberes indígenas: produção de conhecimentos desde territórios”, enfatiza a importância da inclusão de múltiplas expressões do pensamento da diáspora africana e dos povos indígenas. Ao argumentar que essa inclusão visa contribuir para o combate ao epistemicídio, a coleção ressalta a necessidade de conferir materialidade, visibilidade e institucionalidade a essas diversas formas de expressão.

Diante do cenário de necroepistemicídio, onde não apenas a violência contra os corpos, mas também a matança das epistemologias diversas é legitimada pelo Estado, torna-se ainda mais crucial inserir os múltiplos povos indígenas no âmbito acadêmico. Essa inclusão não apenas amplia nossa compreensão do “*corazonar*” e do “*sentipensar*” como epistemologias horizontais, mas também desafia a hegemonia do conhecimento colonial e vertical, promovendo uma abordagem mais abrangente e plural.

A jornada proposta por Diádney Helena e Dandara Feitosa (2020) nos conduzirá em direção ao Sul, explorando uma vasta gama de saberes, que vão desde os orais, os ancestrais e os populares até o conhecimento acadêmico, do universo do romance à poesia, da magia à espiritualidade. Essa abordagem multifacetada nos convida a transcender as fronteiras entre os diversos campos dos conhecimentos, buscando uma compreensão mais holística e integrativa da realidade.

Complementando, Kusch destaca que, ao tomar decisões com o coração, considerado como um símbolo de integração e equilíbrio, “todo lo indígena aparece con ese matiz del ‘porque sí’, casi irracional, com el cual el acompaña sus afirmaciones. Pero, lo hace así porque esa actitud le brinda una seguridad interna.” (Kusch, 2000a, p. 304). Para Sousa (2017), trata-se de um saber emocional que, ao sentir e contemplar, internaliza e expressa o movimento da sua realidade e verdade. E conforme nos adveter Kusch (2000, p. 279-280), é:

[...] un predominio del sentir emocional sobre el ver mismo, de tal modo que ve para sentir, ya que es la emoción la que da la tónica a seguir frente a la realidad [...]. El registro que el indígena hace de la realidad es la afección que ésta ejerce sobre él, antes que la simple connotación perceptiva.

Em relação a isso, é notável que, de acordo com Sousa (2017), em Kusch, o pensamento emerge como uma reflexão mais organizada sobre o conhecimento indígena, o qual abarca tanto aspectos racionais quanto emocionais. Ademais, o conceito de pensar é, predominantemente, derivado do pensamento acadêmico europeu ocidental, enquanto o conhecimento tem suas raízes nos saberes tradicionais indígenas e em esferas mais subjetivas, como o eu interior. Consequentemente, como aponta Almeida (2019), a abordagem não se limita mais a discutir o pensamento e a cosmovisão ameríndios, mas permitir que eles próprios expressem suas perspectivas.

O indígena, como observa Machado (2019), não se submete mais a ser objeto de análises epistemológicas e acadêmicas, mas reivindica o protagonismo político e a participação ativa na discussão das políticas públicas. Isso implica em um empoderamento e compreensão das epistemologias como ferramentas para lidar com seus desafios contemporâneos e históricos. Essa postura requer a compreensão do conceito de alteridade que envolve colocar-se no lugar do outro, ouvi-lo como um igual, reconhecendo-o mesmo que diferente. Durante o período da conquista da nova terra, isso nunca ocorreu.

A produção de conhecimento indígena está em efervescência, desde a elaboração de teorias próprias que desafiam as estruturas coloniais até a adoção de metodologias das ciências ocidentais dominantes, resultando em novos olhares, vivências, experiências e escritas (Dandara Feitosa; Diádney Almeida; Inara Tavares, 2020).

Analogamente, na palestra-performance de Grada Kilomba (2022), as experiências das populações negras são equiparadas à supressão de suas vozes. A autora sugere que, ao serem forçadas ao silêncio, essas comunidades não apenas deixaram de produzir conhecimento, mas também permitiram que a hegemonia ocidental rotulasse seu conhecimento como não científico. Sua interpelação sobre quem tem o direito de falar revela um medo subjacente do

colonizador de ser confrontado com as verdades das/os “Outras/os” (Grada Kilomba, 2022). Essa reflexão destaca a necessidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos marginalizados, desafiando as estruturas de poder e hegemonia epistêmica.

Essa discussão evidencia a importância crescente de valorizar e dar voz às perspectivas e às experiências das populações indígenas e negras, tanto no âmbito acadêmico quanto político. Os movimentos de empoderamento e de reivindicação desses grupos têm levado a uma reflexão mais profunda sobre a epistemologia dominante e o seu impacto na construção do conhecimento. Além disso, a integração dos conhecimentos indígena e negro não apenas desafia a hegemonia epistêmica, mas também destaca a diversidade e a riqueza das contribuições desses grupos para a sociedade, enfatizando assim a importância de reconhecer e de respeitar as diferentes formas de compreender e de interagir com o mundo.

Desse modo, como bem adverte Krenak (2018, p. 9-16):

Se vocês olharem, na maioria das histórias de formação dos meninos brancos, dos meninos filhos dos europeus, a floresta é o lugar do lobo, é o lugar onde tem bicho, onde tem barbárie, onde tem perigo. Ora, se a floresta é um lugar tão apavorante, vamos deitar o machado nela, meter a motosserra, sentar fogo nela e transformá-la em qualquer outra coisa, por exemplo, em papel, celulose, estacas, assoalho, poste, vamos transformar isso em dinheiro, em suma, vamos fazer uma grana. No caso da história do Brasil, fazer uma grana com a floresta foi a primeira coisa que os portugueses queriam fazer, gostaram de fazer, quando eles deram o nome para esse lugar de Brasil. Nós somos um país que tem o nome de madeira, tem o nome de uma árvore, Brasil. Parece que o nosso destino é acabar até com a última árvore enquanto ela estiver nos assombrando – ou dando sombra – com a ideia de uma floresta onde só tem sinais assustadores, porque, afinal de contas, índio e floresta são duas coisas que se misturam no imaginário das pessoas.

Desse modo, percebe-se um claro deslocamento do antropocentrismo na ideia de aprender com a Terra, conforme discutido por Almeida (2017). Esse deslocamento aponta para a urgência de uma inversão de perspectiva: não mais aprender sobre a terra, mas com ela. A autora também destaca a convocação de um animismo presente em uma variedade de saberes e de cosmovisões, incluindo o xintoísmo, o budismo, o paganismo e o neopaganismo, sem esquecer as diversas cosmovisões africanas, aborígenes e ameríndias. Esses conhecimentos e práticas, embora analisados como construções humanas, não têm voz na academia, onde se fala muito sobre eles, mas não necessariamente a partir deles. Essas cosmovisões são frequentemente consideradas marginais ou marginalizadas pelo pensamento predominante, ainda influenciado pelo dualismo cartesiano ultrapassado, pelo materialismo histórico obsoleto ou pelo egocentrismo cristalizado decorrente do excesso de confiança na racionalidade.

A partir de uma perspectiva política, é fundamental considerar a dimensão constitutiva e constituinte da alteridade na condição humana, como discutido por Arias (2010a). O outro, a alteridade, é essencial para a existência social, sendo parte intrínseca da própria constituição da humanidade. A existência do outro é central para todo o significado da vida, oferecendo uma saída da solidão e da morte social. Nesse sentido, o poder historicamente impôs a colonialidade da alteridade, destacando a importância de reconhecer e valorizar a presença e as contribuições dos outros em nossas vidas. (Arias, 2010a).

Desde as discussões sobre a emergência do conhecimento indígena até a valorização das perspectivas das populações negras, temos testemunhado um movimento significativo em direção à diversidade epistêmica e à descolonização do saber. A abordagem acadêmica não se limita mais a estudar esses saberes como objetos distantes, mas reconhece e enaltece as vozes e as experiências das comunidades historicamente marginalizadas. Esse reconhecimento vai além de uma mera inclusão superficial; é uma reivindicação do direito à participação plena no processo de construção do conhecimento e na formulação de políticas públicas.

Essa mudança de paradigma implica em uma reconfiguração das relações de poder e de conhecimento. As perspectivas indígenas e negras desafiam a hegemonia do saber ocidental e questionam as estruturas coloniais que historicamente silenciaram e subalternizaram essas vozes. Ao mesmo tempo, a valorização desses saberes oferece uma oportunidade outra de repensar as formas de conceber e de praticar a produção de conhecimento, promovendo uma abordagem mais holística, inclusiva e ética. Nesse contexto, emergem conceitos como o *corazonar* e o *sentipensar*, que destacam a integração entre os sentimentos, a intuição e a razão no processo de construção do saber. Essas epistemologias outras desafiam a dicotomia entre mente e corpo, ampliando nossas perspectivas e enriquecendo nosso entendimento do mundo.

A descolonização do conhecimento requer a adoção de práticas decoloniais que buscam descentralizar as hierarquias de saber e promover a autonomia das comunidades historicamente subalternizadas. Isso implica em uma ética da escuta, que reconhece o outro como sujeito legítimo de conhecimento e promove um diálogo intercultural e interdisciplinar. Ao cultivar uma disposição para ouvir atentamente as vozes daqueles que foram historicamente silenciados ou marginalizados, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos. Ocorre que essa promoção de saberes marginalizados tem implicações profundas para a transformação social e a busca pela justiça epistêmica. Essa busca não se limita à inclusão de diferentes perspectivas, mas compreende a redistribuição do poder de saber e a criação de espaços de participação igualitária.

A valorização dos conhecimentos indígenas e das populações negras não é apenas uma questão acadêmica, mas também política e social. Ela desafia as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão dessas comunidades, oferecendo uma visão mais inclusiva do mundo. Esses saberes tradicionais carregam consigo séculos de sabedoria sobre como viver em harmonia com a natureza e cultivar relações de respeito com o ambiente e com outros seres humanos.

Ao reconhecer a importância desses saberes, estamos reconhecendo também a existência de múltiplas formas de ser e de conhecer, que enriquecem a experiência humana e contribuem para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Essa valorização não deve ser apenas simbólica, mas deve se traduzir em ações concretas que promovam a autonomia e o empoderamento das comunidades indígenas e das populações negras. Isso inclui o apoio à revitalização das línguas e das culturas indígenas, o reconhecimento e a proteção dos territórios tradicionais, e o fortalecimento das instituições e das lideranças comunitárias. Também implica em repensar as práticas educacionais e de pesquisa para incorporar uma variedade de perspectivas, promovendo uma verdadeira interculturalidade e interdisciplinaridade.

Além disso, a valorização dos conhecimentos indígenas e das populações negras nos desafia a repensar as relações entre seres humanos e natureza, questionando a lógica de exploração e de dominação que tem guiado grande parte do desenvolvimento humano moderno. Ao reconhecer a sabedoria contida nas cosmovisões indígenas, podemos aprender lições valiosas sobre como viver de forma mais sustentável e em harmonia com o mundo.

Ao dialogar e expandir a discussão do capítulo anterior sobre o necroepistemicídio, trazemos essa reflexão para este contexto, relacionando-a com o tema em pauta. O conceito de necroepistemicídio, de forma abrangente, revela a interseção entre violências física, cultural e epistêmica, evidenciando as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelos povos subalternizados. Essa dinâmica não se restringe apenas à eliminação de vidas e de saberes, mas também à negação da humanidade e da dignidade dessas comunidades.

Nesse contexto, os conceitos de *corazonar* e *sentipensar* emergem como formas de resistência, destacando a importância de integrar sentimentos, intuição e razão no processo de construção do conhecimento. Essas epistemologias alternativas desafiam o necroepistemicídio, ao valorizar saberes marginalizados e experiências emocionais e intuitivas, trazendo novas dinâmicas de conhecimento que reconfiguram o entendimento tradicional sobre o saber e a verdade. Ao incorporar essas perspectivas, essas abordagens não

apenas resistem às formas dominantes de conhecimento, mas também propõem alternativas que reconhecem a totalidade da experiência humana.

Ao reconhecerem a importância desses conhecimentos, estamos desafiando a lógica de exclusão e de hierarquia que sustenta o necroepistemicídio. Apesar de não romperem efetivamente com esse sistema de opressão, representam uma forma de enfrentamento ao buscar ampliar nossas perspectivas e enriquecer nosso entendimento do mundo.

Essa valorização da diversidade epistêmica e cultural é essencial para desafiar e transformar as estruturas de opressão que perpetuam a marginalização e a exclusão dos povos subalternizados. As epistemologias outras, como o *corazonar* e o *sentipensar*, oferecem uma abordagem mais plural e intercultural, promovendo um diálogo verdadeiramente inclusivo e respeitoso entre diferentes formas de conhecimento. E mais, apesar de elas não representarem uma solução definitiva para o necroepistemicídio, oferecem caminhos alternativos para a construção de conhecimento e a promoção da justiça epistêmica. Essas epistemologias desafiam a dominação e a exploração dos povos subalternizados, ao destacarem a importância da escuta atenta e do reconhecimento das vozes historicamente silenciadas ou marginalizadas.

Portanto, ao conectarmos a análise teórica do necroepistemicídio com a proposta de novas formas de conhecimento mais inclusivas e plurais, ampliamos o diálogo e promovemos uma reflexão mais profunda sobre as dinâmicas de poder e de resistência que moldam as relações sociais e políticas em nossa sociedade. Essa discussão é essencial para a promoção de uma cultura do respeito e da valorização da diversidade, fundamentais para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

No contexto da Ciência da Informação, em particular, um campo que não apenas se beneficia das diversas disciplinas, mas também as integra em seu conjunto teórico, é fundamental considerar uma abordagem transdisciplinar. Em vez de recorrer a disciplinas isoladas, a Ciência da Informação pode se beneficiar de uma abordagem transdisciplinar, que permite explorar como as dinâmicas de poder, de resistência e de marginalização se manifestam nos processos informacionais, assim como na produção e na circulação do conhecimento. A interseção entre os conceitos de *corazonar*, *sentipensar* e *necroepistemicídio* no campo da informação é essencial para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam a maneira como a informação e o conhecimento são produzidos, compartilhados e utilizados. Esses conceitos proporcionam novas maneiras de compreender o saber e seus efeitos, promovendo uma análise crítica das estruturas de poder que influenciam a criação e o uso da informação. Integrar essas perspectivas nos ajuda a

entender as interações complexas entre diferentes formas de conhecimento e suas implicações no mundo contemporâneo.

5.1 Modelo epistemológico afro-indígena na Ciência da Informação brasileira

Ao analisarmos como as comunidades indígenas e afrodescendentes reivindicam seus saberes e suas experiências emocionais e intuitivas, podemos identificar novas formas de produção e de organização da informação que desafiam as estruturas de dominação e de exclusão e também requer adoração de novas abordagens epistemológicas. Com efeito, ao adotar uma perspectiva transdisciplinar, a Ciência da Informação pode explorar de maneira mais eficaz as complexas interações entre poder, resistência e marginalização nos contextos informacionais e na produção de conhecimento.

Em sua análise, Pombo (2008) oferece uma perspectiva triádica da integração disciplinar, a saber, interdisciplinaridade, pluri/multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, concebendo-as como um *continuum*, que vai da coordenação à combinação e desta à fusão. Ele propõe que esses três conceitos sejam pensados em uma progressão de intensidade, indo do paralelismo multidisciplinar ao perspectivismo e à convergência interdisciplinar, e, finalmente, ao holismo e unificação transdisciplinar. Segundo essa proposta, a pluridisciplinaridade ou a multidisciplinaridade envolve colocar em paralelo diversas disciplinas, estabelecendo uma coordenação mínima entre elas. Já a interdisciplinaridade requer uma convergência de pontos de vista, enquanto a transdisciplinaridade sugere uma fusão unificadora, uma solução final que pode ser desejável ou não, dependendo das circunstâncias concretas e do campo específico de aplicação.

Essa abordagem oferece uma estrutura clara para entender as diferentes formas de integração entre disciplinas e perspectivas nos contextos acadêmico e científico. A reflexão proposta por Pombo (2008) oferece uma abordagem significativa para entender a relação entre os conceitos de *corazonar* e *sentipensar* e a perspectiva transdisciplinar. Ao descrever a transdisciplinaridade como uma fusão unificadora das disciplinas e perspectivas, Pombo sugere um alinhamento com a integração entre sentimentos, intuição e razão proposta pelo *corazonar* e *sentipensar*. Essa análise indica a importância de adotar uma abordagem transdisciplinar na análise dos temas abordados na seção, evidenciando a interligação entre diferentes campos do conhecimento e abordagens teóricas.

A discussão sobre o necroepistemicídio nos leva a refletir sobre os mecanismos de supressão e de marginalização dos saberes subalternizados. Nesse contexto, a Ciência da

Informação desempenha um papel fundamental ao investigar como esses saberes são invisibilizados, silenciados ou distorcidos nos sistemas de informação dominantes. A análise crítica dessas práticas informacionais pode revelar os processos de exclusão e de violência simbólica presentes na construção e na disseminação do conhecimento.

Tomando como base uma perspectiva transdisciplinar, a proposta de desenvolvimento de um modelo integrativo afro-indígena brasileiro é uma das contribuições desta tese, que busca não apenas reconhecer as lacunas e as injustiças presentes nos sistemas de conhecimento, mas também propor e implementar modelos alternativos e integrativos que incorporem os conhecimentos e as perspectivas das comunidades afrodescendentes e indígenas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Assim, ao integrarmos os conceitos de *corazonar* e *sentipensar* na desconstrução do *necropistemicídio*, surge a necessidade de repensar as práticas informacionais de maneira mais inclusiva e ética. Isso implica reconhecer e valorizar os diferentes modos de saber e de expressão, além de promover o acesso equitativo à informação para todas as comunidades. A partir dessa perspectiva, a Ciência da Informação tem o potencial de contribuir para a construção de sistemas de conhecimento³⁸ mais democráticos e empoderadores, ampliando as vozes e os saberes historicamente marginalizados.

O 'Modelo Epistemológico Afro-Indígena na Ciência da Informação Brasileira' é uma estrutura conceitual abrangente e inclusiva, que busca integrar os saberes, os princípios e as práticas das comunidades afrodescendentes e indígenas do Brasil à teoria e à prática da Ciência da Informação. Sua aplicação prática implica reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e as formas de saber dessas comunidades, promovendo uma abordagem mais ampla, ética e culturalmente sensível dentro do campo. A fundamentação teórica desse modelo repousa nos conceitos de *corazonar* e *sentipensar*, que destacam a importância da afetividade, espiritualidade e da interconexão entre corpo e mente. Além disso, incorpora os saberes indígenas e afrodescendentes, cujas tradições oferecem uma vasta compreensão sobre a relação entre seres humanos e a natureza.

Este modelo teórico possibilita uma base sólida para a reconceptualização da Ciência da Informação, considerando a diversidade epistemológica e cultural presente no Brasil. Os princípios epistemológicos deste modelo enfatizam a inter-relação entre conhecimento, emoção e espiritualidade, bem como a valorização dos saberes tradicionais das comunidades

³⁸ Os “sistemas de conhecimento” referem-se, nessa conjuntura, aos processos epistemológicos de construção, de disseminação e de legitimação do conhecimento em uma determinada sociedade ou comunidade, em contraste com os sistemas de organização do conhecimento comumente abordados na Ciência da Informação, que se referem à estruturação e à categorização do conhecimento para facilitar seu acesso e sua recuperação.

afro-indígenas. Esses princípios orientadores destacam a importância de uma abordagem holística e integrada na produção e no uso da informação, reconhecendo a diversidade de perspectivas e de experiências presentes na sociedade brasileira.

A metodologia integrativa proposta visa combinar práticas metodológicas convencionais da Ciência da Informação com saberes tradicionais e abordagens decoloniais, criando uma abordagem que integra a teoria com a prática de forma holística. Ela busca incorporar não apenas métodos quantitativos e qualitativos tradicionais, mas também práticas de pesquisa participativa que envolvam as próprias comunidades afrodescendentes e indígenas na produção do conhecimento. Ao integrar o *corazonar* e o *sentipensar* às práticas informacionais, a metodologia propõe um processo mais inclusivo, ético e de construção coletiva do saber, valorizando as experiências e os conhecimentos dessas comunidades.

O desenvolvimento deste modelo epistemológico exige uma metodologia cuidadosamente elaborada, que integre os princípios do *corazonar* e do *sentipensar*, além dos saberes tradicionais das comunidades afrodescendentes e indígenas, a fim de promover uma abordagem mais inclusiva, culturalmente sensível e decolonial na produção e no uso da informação. A metodologia proposta adota uma abordagem participativa, na qual membros dessas comunidades afro-indígenas atuam como coautores e colaboradores ativos no processo de construção do modelo. Esse processo envolverá a realização de oficinas, grupos focais e outras atividades participativas que facilitem a troca de saberes e de experiências entre os pesquisadores e as comunidades. Dessa forma, buscamos garantir uma representação autêntica e plural das perspectivas e dos saberes dessas comunidades, assegurando que suas vozes sejam integralmente incorporadas ao desenvolvimento do modelo.

Além disso, a metodologia adota uma abordagem transdisciplinar, que integra diferentes campos do conhecimento, como Antropologia, Sociologia, História e Ecologia, para enriquecer a compreensão dos contextos culturais, sociais e ambientais em que os saberes afro-indígenas estão inseridos. Essa abordagem permite uma análise mais holística e contextualizada dos conhecimentos e das práticas das comunidades, contribuindo para uma maior sensibilidade cultural e epistemológica na construção do modelo.

Outro aspecto importante da metodologia é a valorização da oralidade e da narrativa como formas legítimas de produção e de transmissão do conhecimento nas tradições afro-indígenas. Isso se reflete na incorporação de narrativas pessoais, mitos, lendas e histórias de vida como fontes de dados válidas e relevantes para a construção do modelo, reconhecendo assim a importância da experiência e da sabedoria coletiva na produção do conhecimento. Além disso, a metodologia promove uma abordagem reflexiva e crítica, que questiona as

hierarquias de conhecimento estabelecidas e desafia as formas dominantes de produção e de circulação do conhecimento. Isso envolve uma análise cuidadosa das relações de poder e das dinâmicas de exclusão presentes na academia e na sociedade em geral, buscando identificar e superar os obstáculos que impedem a plena valorização e reconhecimento dos saberes afro-indígenas.

Por fim, a metodologia adota uma perspectiva de longo prazo, que reconhece a importância de construir relações de confiança e parceria com as comunidades afro-indígenas ao longo do tempo. Isso requer um compromisso contínuo com o diálogo intercultural, o respeito mútuo e a reciprocidade, visando construir uma base sólida de colaboração e de coaprendizagem que sustente o desenvolvimento e a aplicação do modelo ao longo do tempo. Essa abordagem metodológica visa garantir que o modelo epistemológico afro-indígena na Ciência da Informação seja construído de forma ética, sensível e autêntica, refletindo verdadeiramente as perspectivas, os valores e os conhecimentos das comunidades afrodescendentes e indígenas do Brasil.

As aplicações práticas deste modelo são diversas e abrangentes, podendo ser implementadas em diferentes contextos da Ciência da Informação, nas interrelações com Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Computação e Gestão da Informação. Essas aplicações visam promover uma maior inclusão e representatividade nas práticas informacionais, bem como desenvolver abordagens éticas e culturalmente sensíveis que respeitem e valorizem a diversidade epistemológica e cultural presente no Brasil.

Os desafios e as perspectivas futuras para a implementação deste modelo incluem questões relacionadas à resistência institucional, à necessidade de construir parcerias de longo prazo com as comunidades afro-indígenas e à importância contínua do desenvolvimento de abordagens que valorizem a diversidade epistemológica e cultural na Ciência da Informação. Esses desafios destacam a necessidade de um compromisso contínuo com a promoção da justiça epistêmica e do empoderamento das comunidades subalternizadas.

Em resumo, o modelo epistemológico afro-indígena representa uma abordagem inovadora e transformadora dentro da Ciência da Informação, que busca reconhecer e valorizar os saberes e as práticas das comunidades afrodescendentes e indígenas do Brasil. Ao promover maior inclusão, representatividade e respeito à diversidade epistemológica e cultural, ele propõe uma nova forma de entender a produção e o uso da informação, mais alinhada com os contextos históricos e sociais das comunidades.

No entanto, entendemos que, embora delineado dentro dos limites deste estudo, o modelo é concebido como um ponto de partida para discussões mais amplas e aprofundadas.

Acreditamos que ele pode ser ampliado e enriquecido à medida que novas perspectivas, críticas construtivas e contribuições de outros pesquisadores e das próprias comunidades sejam incorporadas. Nesse sentido, estamos abertos a sugestões de reformulação, acreditando que sua flexibilidade permitirá que ele evolua continuamente, ajustando-se aos desafios e às transformações da realidade social e acadêmica.

Portanto, espera-se que este trabalho não apenas forneça uma base sólida para futuras pesquisas sobre o tema, mas também inspire reflexões e práticas que valorizem e fortaleçam os conhecimentos afro-indígenas na Ciência da Informação e em outros campos acadêmicos e sociais.

5.2 *Corazonando o percurso metodológico: uma metodologia a posteriori*

É interessante pensarmos que o que temos enquanto dimensão epistemológica da ciência e de pesquisa como conhecimento está marcado e produzido a partir da lógica da modernidade. A produção epistêmica da Ciência da Informação brasileira, dentro do contexto em que esta tese vem demarcando, está veementemente inserida nas lógicas hegemônicas, positivistas e cartesianas da produção de conhecimento científico. Dentro dessa perspectiva, as investigações, assim como os achados desta tese doutoral, advertem não para uma corrente radical de ruptura com os textos e as produções intelectuais do campo da Ciência da Informação europeu e norte-americanos. Ou seja, não se trata de “jogar para fora” a criança junto com a água do banho (como enfatiza Alexandre Feitosa). Não significa dizer: “os saberes europeus e estadunidenses não nos servem mais”, porém, significa reelaborar e repensar os esquemas de conhecimento que nos foram dados, pois este pensamento sozinho não abarca a complexidade do mundo.

A dinâmica da modernidade que prometeu, a partir das concepções do positivismo e do cartesianismo, que a ciência fosse se desenvolver a tal ponto em que todos teriam liberdade, igualdade e fraternidade a partir das relações de poder através das operacionalizações da razão enquanto o cerne, ou enquanto análogo ao “olho de Deus”, é, em suma, de um vilipêndio e uma violência que se estrutura não apenas no campo das ideias e do simbólico, mas se estrutura e condiciona a partir do controle dos corpos, das culturas, das línguas, dos gestos e das práticas discursivas. Estas, através de uma ideologia planejada para matar e suprimir tudo aquilo que está fora do cânone do que se projetou a razão, instrumentaliza-se enquanto monopólio do conhecimento.

Desobstruir as pesquisas e os trajetos metodológicos científicos convencionais é repensar, corajosamente, as formas de se fazer pesquisa, ao verificarmos que as práticas tradicionais já dadas e, algumas, seculares, já não atendem às dinâmicas e às complexidades do mundo contemporâneo. A lógica da modernidade operada por intermédio da universalidade, o universo, aquilo que retorna a si mesmo, como bem salientado nesta pesquisa em momentos anteriores dito como solipsismo, esse eu egóico, voltado para si e a partir dessa prática se projeta como universal, é insustentável dadas as múltiplas camadas subjetivas, sociais e, sobretudo, econômicas.

Essa linguagem supostamente universal segrega, silencia, oculta ou exclui tudo aquilo que “sobra”, tudo aquilo que não está inserido na hegemonia da razão. Quais as outras complexidades que essa linguagem e essa lógica da modernidade não nos traz? Pertinente essa reflexão para elaborarmos as análises de pesquisas e de trajetos metodológicos a partir de outras vertentes analíticas que ultrapassam a congruência universalista já posta e fetichizada pelo espectro científico.

Partindo, contudo, de uma diversidade de leituras para composição não apenas do *corpus* teórico desta tese, é que se fez pertinente o desenvolvimento do que consideramos uma abordagem *a posteriori*³⁹, entendendo-a como uma ‘outra’ metodologia a partir das concepções de decolonialidade. O referido questionamento surgiu, sobretudo, não apenas das leituras, mas de um certo incômodo com a abordagem tradicional, já validada como espécie de demonstrar, para um campo científico consolidado, os instrumentos que evidenciassem o percurso de pesquisa a partir de um distanciamento das dimensões do viver, do sentir e do pensar.

Veementemente imbuído pelas discussões de Fernanda Brabo Sousa (2017), ao considerar as pessoas que compõem coletivamente o seu estudo e das políticas de educação indígena no Brasil, não parecia conveniente (o que culminou com a inquietação do autor desta tese que já vinha sendo questionado), orientar o delineamento de pesquisa por uma metodologia onisciente capaz de estruturar a pesquisa *a priori*. Então, descrever um outro trajeto metodológico, ou uma metodologia *a posteriori*, é dialogar, a partir do escopo teórico de Kusch, no qual o conhecimento não pode ser segregado do viver, do sentir e do pensar. De acordo com o princípio de que o conhecimento não pode existir isolado da experiência, da sensibilidade e do pensamento, a pesquisa, apesar de ser um empreendimento intelectual de

³⁹ Esta metodologia se aventura nos territórios desconhecidos, explorando as fronteiras emergentes da Ciência da Informação. Longe de ser uma estrutura rígida e acabada, ela se apresenta como uma provocação, assim como o conteúdo desafiador desta tese. Ela emerge *a posteriori* como um elemento inesperado, um acaso que se manifesta como aquela pedra no caminho, nos levando a tropeçar e a descobrir o desconhecido.

análise acadêmica, está integrada à vida e permeia todas as facetas da existência (Sousa, 2017).

A reflexão sobre a influência da modernidade e das estruturas hegemônicas na produção do conhecimento científico nos convida a repensar não apenas as metodologias de pesquisa, mas também nossa relação com o próprio processo de produção de saberes. A compreensão de que o conhecimento não pode ser isolado das experiências vividas, das emoções e das formas de estar no mundo, nos leva a buscar metodologias que permitam uma abordagem mais integral e sensível aos fenômenos investigados.

Nesse sentido, torna-se essencial reconhecer a importância da **intuição** e do **acaso** no processo de pesquisa. A intuição, como uma forma de conhecimento não linear e, muitas vezes, não completamente compreendida, pode abrir caminhos inesperados e revelar aspectos ocultos dos temas em análise. Da mesma forma, o acaso, ao possibilitar encontros fortuitos e imprevistos, pode ser um catalisador para novas descobertas e novos *insights* criativos.

Ao ousarmos adotar metodologias outras, é fundamental estarmos abertos ao inesperado, ao imprevisível e ao indeterminado. Isso requer uma disposição para o estar-junto com o campo de pesquisa, permitindo-nos mergulhar nas complexidades e nas contradições que o permeiam. Ao mesmo tempo, implica em um deixar-se estar, ou seja, em abrir mão do controle e da rigidez metodológica para nos deixarmos afetar e transformar pelo encontro com o outro e com o desconhecido. Como bem explorou Sousa (2017), duas dimensões metodológicas são fundamentais para uma abordagem mais sensível e integrada: a disposição vivencial para o estar-junto e o deixar-se estar. Essas dimensões convidam-nos a repensar nossas práticas de pesquisa e a nos abrir para novas formas de conhecer e de compreender o mundo ao nosso redor.

Além disso, dois elementos mostram-se fundamentais para ousar metodologias outras: a intuição e o acaso. Maffesoli (1998), em sua obra intitulada “Elogio da razão sensível”, elaborou um subcapítulo destinado ao estudo da intuição como sensibilidade teórica. Inicia fazendo uma observação em relação aquilo que ele entende como intuição, noção que não a toma apenas como qualidade psicológica e individual, mas como parceira dos pensadores que fazem uso de sua intuição intelectual para “farejar aquilo que está nascendo”. Assim, ao levar a intuição em consideração como uma sensibilidade intelectual e como forma de antecipação, o pesquisador torna-se um “farejador social”, para o qual “a intuição, aceitando o múltiplo e contentando-se em nomeá-lo, permite pensar o diverso.” (Maffesoli, 1998, p. 131).

Com isso, posso dizer que a sensibilidade intuitiva está para esta tese doutoral como uma proposta reflexiva que brinda a racionalidade intelectual com um saber orgânico,

conectado à comunidade e à própria vivência. Maffesoli (1998, p. 135) diz que “o espírito intuitivo, ao mesmo tempo que brota da própria vida, retorna a ela para clareá-la em profundidade.”

Ademais, ao falar do acaso, Kusch (2000, p. 247) diz que se trata de “uma potência que se manifesta subitamente para dar tudo de si mesmo”. Para esta tese doutoral, utilizamos o termo acaso como instância que dá conta da imprevisibilidade da pesquisa, pois viver é uma sucessão de possibilidades, muitas delas imprevisíveis. O acaso também inverte a lógica usual de causalidade com a qual o pesquisador costuma se revestir para estar em campo. Ora, se viver é imprevisível e a pesquisa está inserida na vida, o fazer-se da pesquisa não pode ser menos imprevisível do que a própria vida. Assim, é preciso considerar uma parcela de destino e de acaso, *fasto e nefasto*, segundo os termos empregados por Kusch, para a construção da pesquisa e para a disposição de estar-junto neste movimento (Sousa, 2017, grifo da autora).

Minha vivência nos movimentos sociais, como a Marcha das Vadias em Juazeiro do Norte, participante nas Caminhadas Contra a Intolerância Religiosa e a minha imersão na leitura de intelectuais negras influenciaram diretamente a composição desta pesquisa. Além disso, o reencontro com as artes, que estava se perdendo durante o desenvolvimento desta tese de doutorado, foi fundamental para sua elaboração. As formas de expressão artísticas, incluindo as artes visuais e audiovisuais, assim como as intervenções artísticas, muitas delas pensadas e elaboradas por mim, contribuíram para a prática vivencial de estar junto e deixar-se estar.

Essas experiências vivenciais, tanto pessoais quanto coletivas, não apenas moldaram o curso desta tese, mas também a enriqueceram. Este trabalho não representa um ponto final, mas sim um retorno à minha casa de vivência, que tem sido uma fonte enriquecedora para tudo que está escrito aqui, desde os direcionamentos até as estruturas desta tese. Os percursos sociais que trilhei permitiram decisões metodológicas que ultrapassaram os limites da abordagem tradicional. Esta pesquisa concentra-se no campo político da ação, indo além das estruturas escritas e sendo moldada pelas dimensões pessoais do autor que compõem este estudo.

O modo como interpreto e analiso os dados é profundamente influenciado por minha trajetória de luta e de vivência nos movimentos sociais, que fizeram parte de minha vida desde os primeiros anos da graduação, e até mesmo antes. Meu pensamento sempre foi de contrafluxo, optando pelo caminho menos percorrido. Embora tenha me sentido um pouco perdido durante minha jornada acadêmica, este trajeto metodológico *a posteriori* me fez reencontrar o que sempre estive envolvido e vivenciando.

As teorias aqui apresentadas não emergem apenas do campo abstrato das ideias, mas são profundamente enraizadas nas relações que estabeleci por intermédio das dinâmicas sociais. Todas essas experiências retornam aqui, reelaboradas através das artes, das palavras e de uma reestruturação do que é o construto científico predominante. Durante a banca de qualificação, senti a necessidade de que todo o meu trajeto de pesquisa e minha condução metodológica estivessem planejados. No entanto, esse período pós-qualificação revelou-se uma oportunidade para explorar o imprevisível e o não planejado. Essa jornada imprevisível da pesquisa, o desconhecido que se manifestou durante o desenvolvimento desta tese, enriqueceu-a de maneiras que não estavam previstas.

Ao me permitir vivenciar esses termos e conceitos, minha pesquisa foi enriquecida, expandindo-se para além das delimitações feitas durante a qualificação. A pesquisa, intrinsecamente ligada à minha própria vivência, é imprevisível e está em constante reconfiguração. Este desenvolvimento metodológico, ancorado no estar junto e sentir a pesquisa dentro de mim e em minhas dimensões pessoais, é um reflexo da importância das relações sociais e da própria vivência na construção do conhecimento.

Esta trajetória metodológica se insere na lógica do orgânico, conectando-se às memórias anteriores, às relações com os movimentos sociais e à comunidade, permitindo uma compreensão mais ampla e diversa do mundo ao nosso redor.

Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que se afastar do rigor metodológico não implica descaracterizar os dados da pesquisa nem suas análises. Pelo contrário, trata-se de ressignificar o espaço no qual o sujeito sempre se coloca como aquele que analisa e traça os métodos a partir de fora, com um afastamento. Nesse sentido, é essencial compreender que uma abordagem mais orgânica não nega a importância da metodologia, mas sim a ressignifica, permitindo uma relação mais íntima e participativa com o objeto de estudo.

Além disso, ao trazer as narrativas do acaso e da intuição para o cerne da pesquisa, estamos, no âmago da questão, dialogando com as práticas metodológicas convencionais no sentido de amplificar e explorar as múltiplas dimensões que compõem o nosso conhecimento. A intuição, como forma de conhecimento não linear e, muitas vezes, não completamente compreendida, oferece *insights* valiosos que podem enriquecer significativamente nossa compreensão dos fenômenos estudados.

Por fim, é importante reconhecer que a adoção de uma metodologia mais flexível e sensível não significa abandonar o rigor científico, mas sim complementá-lo. Ao integrar elementos como o acaso e a intuição, estamos enriquecendo o processo de pesquisa, permitindo-nos explorar caminhos que talvez não seriam considerados em uma abordagem

mais tradicional. Isso não apenas enriquece nossas análises, mas também nos aproxima de uma compreensão mais holística e completa dos fenômenos estudados.

Como afirma Arias (2010b), não é possível continuar trabalhando baseado apenas em certezas. Devemos nos abrir para a incerteza, para o imprevisível, para o caos, para o erro, e entender que mais importante que os diagnósticos são os sonhos. O pesquisador precisa estar aberto ao espanto, ao mistério, reconhecendo que toda pesquisa é mais uma tentativa do que uma conclusão definitiva. O objetivo não é encontrar certezas, mas compreender as complexidades dos processos.

Em complemento, o autor afirma que “es necesario incorporar la totalidad de los otros sentidos, la totalidad del cuerpo, como posibilidades de conocimiento.” (Arias, 2010b, p. 504). Nesse sentido, de acordo com Sousa (2017), essa perspectiva implica em uma abordagem renovada para conduzir pesquisas e exercer a função de investigador no meio acadêmico, caracterizada pela descolonização das práticas e pela adoção de posturas éticas diferenciadas diante da predominância de um *modus operandi* acadêmico e intelectual.

Como ratifica Sousa (2017), ao considerar a dimensão do *corazonar* como possibilidades reais de sentido e de significado de outro horizonte simbólico, parece ser mais simples abrir-se a outros horizontes metodológicos. Dispor-se a aceitar as incertezas e os imponderáveis da vida (e da pesquisa), *sentipensar* a realidade e o todo o simbólico presente nesta realidade, ver e ouvir a própria existência, explorar nossas outras sensibilidades de mundo para compreender a realidade junto com o outro: expressões do pensamento emocional, profundo e seminal, da sabedoria de nossa América profunda e seus movimentos próprios de e por educação.

Diante da complexidade delineada pelas perspectivas teóricas mencionadas, emerge a necessidade de considerar o sentir, o estar-junto, o deixar-se estar, assim como a intuição e o acaso, como elementos cruciais na configuração das práticas metodológicas da pesquisa. Conforme abordado por Sousa (2017), a dimensão do *corazonar* e do *sentipensar* oferece uma alternativa ao tradicionalismo metodológico, proporcionando uma abertura para múltiplos horizontes simbólicos e metodológicos. Nesse sentido, a pesquisa não se limita a seguir um caminho pré-determinado, mas sim a explorar novas sensibilidades de mundo, permitindo uma compreensão mais profunda e holística da realidade.

Esses mecanismos, delineados pela ordem do fortuito, não apenas ampliam as possibilidades de investigação, mas também desafiam a rigidez das práticas metodológicas convencionais. Ao acolher as incertezas e os imponderáveis da vida e da pesquisa, o pesquisador se abre para um processo mais dinâmico e criativo, onde a intuição e o acaso

desempenham papéis significativos na produção de conhecimento. Essa abordagem mais flexível e sensível não nega a importância da metodologia, mas a complementa, permitindo uma análise mais rica e multifacetada dos fenômenos estudados.

Ao adotar, portanto, uma postura que valoriza o sentir, o estar-junto e o deixar-se estar, bem como a intuição e o acaso, na condução da pesquisa, buscamos transcender os limites impostos pelo paradigma metodológico dominante. Essa abordagem nos permite não apenas compreender as complexidades dos processos investigativos, mas também contribuir para uma prática científica mais ética, inclusiva e reflexiva. Assim, encerramos a metodologia desta pesquisa, cientes de que o caminho percorrido foi marcado pela abertura para o imprevisto e pela disposição para explorar novos horizontes, em busca de uma compreensão mais profunda e significativa da realidade.

Diante dos expostos anteriores, consideramos que a metodologia proposta neste estudo representa uma abordagem inovadora e enriquecedora para a condução da pesquisa acadêmica. Ao adotarmos uma postura que valoriza o estar-junto, o deixar-se estar e a sensibilidade para com o imprevisível, ampliamos significativamente nosso repertório metodológico. Com efeito, ao incorporar os conceitos de *corazonar* e *sentipensar*, conforme destacado por Sousa (2017), oferecemos uma perspectiva promissora para a produção de conhecimento. Por meio dessa abordagem, não apenas reconhecemos a importância das vivências pessoais e das incertezas inerentes à pesquisa, mas também nos comprometemos com uma prática investigativa mais autêntica e reflexiva. Portanto, ao reconhecermos o papel do acaso como um elemento legítimo na construção do conhecimento, assumimos uma postura ética e epistemológica diferenciada, capaz de nos conduzir a uma compreensão mais profunda e abrangente do mundo que nos cerca.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do Oriente, romances astrais
A minha alucinação é suportar o dia-a-dia,
E meu delírio é a experiência com coisas reais.
(Belchior).*

Neste momento, proponho um desvio audaz da tradição acadêmica, uma **subversão** dos caminhos habituais. Em consonância com a intelectualidade artística de Grada Kilomba (2019), busco **descolonizar o conhecimento**, trazendo à tona uma nova forma de expressão poética que ecoa as lógicas **decoloniais de Abya-Yala**. Então, na tessitura deste texto, desejo transmutar a análise científica em uma expressão artística, dando vida a um grafismo que dança diante dos olhos e ecoa no âmago do ser. O corpo, por sua vez, torna-se o palco onde esse conhecimento inscrito se manifesta, projetado em formas de arte que transcendem o intelecto e mergulham na essência do real.

Este não é apenas um poema; é um manifesto. Um clamor ansiado pela transformação, um chamado às armas pela reconfiguração do pensamento e da percepção. Aqui, as palavras assumem o papel de agentes de mudança, entrelaçando-se em uma tessitura de ideias e de emoções, formando um todo coeso e poderoso. Este poema é mais do que uma mera representação; é uma encarnação da criatividade humana, uma expressão do pulsar da vida em sua forma mais pura e visceral, expelindo catarse e êxtase pelos poros. Ele se desdobra diante de nós, uma torrente ininterrupta de significados e símbolos, revelando a profundidade e a complexidade do conhecimento que buscamos decifrar.

Que estas palavras ecoem além das páginas deste texto, encontrando eco nos corações e nas mentes daqueles que se aventuram a trilhar os caminhos da descolonização do pensamento. Nesse horizonte, este é o poema das possibilidades infinitas, uma celebração da liberdade criativa e da busca incessante pelo desconhecido. Que ele seja uma luz guia nas trevas da ignorância, um farol de esperança na noite escura da complacência.

Cântico da Epistemologia: reflexões em verso

No clamor da tese, ecoa a revolta,
Primeira pessoa, desafio imponente,
Entre singular e plural, o campo assalta,
Numa luta árdua, voz insurgente.

Ciência da Informação, tríplice fogo,
Seleção, tratamento, divulgação,
Ao pensamento europeu, um arrojo,
Reforçando linhas de opressão.

Epistemicídio, morte dos saberes ocultos,
 Invisíveis ao discurso hegemônico,
 Desafio à epistemologia em tumulto,
 Da Teoria Decolonial, horizonte cômico.

Objetivos claros, hipóteses erguidas,
 Desvendar a epistemologia nata,
 Pesquisa qualitativa, quantitativa, erguida,
 Revelando vozes soturnas em vaga.

Metodologia, espelho da subjetividade,
 Natureza do objeto, abordagem latente,
 Pesquisa básica, mista, explicativa,
 Bibliográfica e documental, visão crescente.

Na pesquisa, a inserção, básica e teórica,
 No mistério da abordagem, qualitativa e quantitativa,
 Desvelando realidades, inquietude esférica,
 Da Ciência da Informação, epistemologia proativa.

Delineamento bibliográfico, documental,
 Coleta de dados, meticuloso levantar,
 Na voz dos autores, voz às minorias, um instalar,
 Num oceano de discursos, eurocêntrico e fatal.

Do terceiro mundo, ergue-se a voz,
 Caminho além do discurso hegemônico,
 Contradições reveladas, em nós,
 Trajetória resistente, reflexão em cólico.

Subjetivismo nas escolhas, instrumentos em chama,
 Indagação ao discurso hegemônico,
 Novas interpretações, luz que clama,
 Jornada de libertação em tom cômico.

Resultados se erguem, vívidos e cortantes,
 Pedras lapidadas pela reflexão,
 Ressalta-se vozes, antes, distantes,
 Na tessitura das descobertas, canção.

Padrões desfazem-se, sob crítico olhar,
 Verdades libertas, vozes audazes,
 Mulheres negras e indígenas a vibrar,
 Desbravam terras, resgatam férteis raízes.

Impacto que ecoa, para além dos mares,
 Consciências despertam, mentes desafiam,
 Tese em poesia, ruge nos ares,
 Na vastidão do pensamento, ecoa eternamente, ímpia.

No entrelaçar do tempo, histórias se tecem,
 Saga da Ciência da Informação,
 Da guerra ao digital, caminhos que parecem,
 Busca frenética por informação.
 Em meio às definições, emaranhado,
 Ciência da Informação, campo a abarcar,
 Vozeiros divergem, horizontes tecidos ao lado,
 Busca incansável pelo saber, a marchar.

Das origens ao Brasil, reflexo colonial,

Ciência importada, segunda categoria,
Solo fértil para reflexão, paradoxal,
Ausência de autenticidade, rota solitária.

Epistemologias, raízes no passado,
Amarras do colonialismo a reforçar,
Racismo, patriarcado, capitalismo entranhados,
Tecido teórico, sombras do poder a moldar.

Tributário, ponto de inflexão, almejar,
Subserviência da Ciência da Informação,
Influências estrangeiras, a clamar,
Por voz autêntica, brasileira em construção.

Na subseção, epistemologias em destaque,
Charge provocadora, luz a brilhar,
Dinâmicas de poder, conhecimento em ataque,
Busca por verdade, a se almejar.

Assim segue a jornada, reflexões a bradar,
Odisseia da Ciência da Informação,
Em busca de voz, identidade a encontrar,
Nas páginas da história, verdade em ação.

Ansiedade, névoa que sufoca,
Fumaça densa, proveniente de demandas,
Traumas sem medida, gás que rouba,
Na luta interna, a alma em constantes andanças.

Seção desimaginada, terra de prisões,
Saber colonizado, mente aprisionada,
Ermerson Nathan, voz das ilusões,
Na busca pelo que queremos dizer, jornada.

Epistemicídio, chaga revelada,
Mentes e corpos, vítimas da sanção,
Estado, violência desalmada,
Subalternos relegados, na solidão.

Necroepistemicídio, chaga cruel,
Ataque sancionado, horrores a morder,
Detentores do poder, fera em papel,
Devorando autonomia, valor a perder.

Dominação, sistemas a abraçar,
Colonialismo, patriarcado, em sua essência,
Exclusão, marginalização, a se alastrar,
Negando existência, em cruel sentença.

Violência simbólica, desumanização a pulsar,
Estigmatização dos inferiores,
Narrativas que perpetuam, em sórdido cantar,
Justificando a exclusão, dores, ardores.

Necroepistemicídio, interseção cruel,
Violências diversas, ecoando na história,
Retrato das opressões, em tom de breu,
Anêmica, a voz da memória em memória.

Ciência, confronto consigo mesma,

Reflexão profunda, na busca da verdade,
 Jornada pela liberdade, acesa,
 Odisseia em marcha, em busca de piedade.

História de meu pai, em último tom,
 Capitalismo, colonialismo, na fala aprisionada,
 Ciência, em suas amarras, tom a tom,
 Subjugando vozes, na marcha encantada.

Perspectivas horizontais, ao conhecimento, clamo,
Corazonar e sentipensar, caminhos diversos,
 Quebrar dicotomias, vozes que exponho,
 Desafio às estruturas, em saberes imersos.

Necroepistemicídio, tema a encerrar,
 Oprimir vozes subalternas, saberes a abafar,
 Modelo afro-indígena, a se alargar,
 Inclusão, equidade, para novos horizontes alcançar.

Metodologia, decolonial em seu fulgor,
 Lógicas antigas, cartesianas, a questionar,
 Respeitando heranças, olhar no atual vigor,
 Autenticidade na pesquisa, vias a se abrir, a desvendar.

A poesia, como epítome da expressão humana, é a personificação da fusão entre educação, arte e ciência. Nesta tese, essa tríade se entrelaça de maneira intrínseca, revelando uma abordagem holística do conhecimento. A “educiênciarte”, termo que emerge desse enlace, não apenas reconhece, mas celebra a interconexão entre disciplinas aparentemente distintas. É nessa sinergia que novas possibilidades de compreensão e de transformação se manifestam, desafiando paradigmas e expandindo os horizontes do saber.

De modo prático, a tese identificou a necessidade de os programas de pós-graduação de nível Doutorado revisarem sua bibliografia. Essa revisão é essencial para ampliar as discussões e conectar ideias a partir de referências e de epistemologias que transcendem as lógicas da colonialidade, do capitalismo e do patriarcado. Com efeito, as referências bibliográficas que estruturam os vieses analíticos e a disseminação da informação no campo dos fundamentos e das epistemologias da Ciência da Informação brasileira são permeadas pelo racismo epistêmico. Contribuem para reforçar o genocídio/epistemicídio, perpetuando a lógica necroepistêmica através de dispositivos presentes nos programas de pós-graduação que organizam e estruturam as práticas coloniais científicas.

Ademais, a universidade é destacada como um ambiente que não apenas valida essas colonialidades, mas também as reproduz nos processos de formação epistêmica. Esses processos estão vinculados às perspectivas hegemônicas europeias e norte-americanas, enraizadas nas concepções teóricas dos professores formadores, especialmente, difundidas pelos intelectuais do primeiro programa de pós-graduação em Ciência da Informação.

Apresentaremos uma síntese das discussões que evidenciam o alcance de cada um dos objetivos específicos estabelecidos para a pesquisa. Por meio de uma análise detalhada, buscamos não apenas identificar as principais epistemologias presentes na Ciência da Informação brasileira, mas também verificar como essas epistemologias são construídas e quais são suas implicações coloniais.

- **Objetivo A: Identificar a(s) epistemologia(s) na Ciência da Informação brasileira**

A análise dos planos de ensino de disciplinas de Fundamentos e/ou Epistemologia em Ciência da Informação dos programas de pós-graduação revela que a epistemologia predominante na Ciência da Informação brasileira é fortemente influenciada por correntes europeias e norte-americanas. A pesquisa destaca a presença predominante de perspectivas positivistas e empiristas, refletindo uma construção epistemológica que, muitas vezes, marginaliza ou ignora saberes alternativos e locais. Esse padrão revela uma continuidade da influência colonial na formação teórica da Ciência da Informação, evidenciando a necessidade de revisão crítica e inclusão de epistemologias alternativas que podem enriquecer o campo.

- **Objetivo B: Verificar a construção colonial do saber na Ciência da Informação brasileira**

A pesquisa revelou que a construção do saber na Ciência da Informação brasileira é permeada por uma perspectiva colonial que reforça o eurocentrismo e a hegemonia do conhecimento ocidental. Essa construção é visível na forma como as teorias e práticas são estruturadas, muitas vezes desconsiderando ou marginalizando conhecimentos e práticas indígenas e afro-brasileiras. A análise crítica dos currículos e das produções acadêmicas mostra que há uma necessidade urgente de descolonizar o saber, integrando perspectivas que desafiem a predominância das narrativas eurocêntricas e promovam uma verdadeira diversidade epistemológica.

- **Objetivo C: Caracterizar, a partir das concepções (dimensões), as produções de conhecimento na Ciência da Informação brasileira**

A análise revelou que o campo é predominantemente dominado por temas técnicos e operacionais, refletindo uma forte ênfase em aspectos práticos da disciplina. Esses temas frequentemente configuram as principais áreas de enfoque nos debates acadêmicos e nas produções científicas da área.

No entanto, a pesquisa também evidenciou um esforço crescente para incorporar perspectivas culturais e contextuais nas produções de conhecimento. Apesar de ser um esforço recente, essas abordagens culturais e contextuais ainda se mantêm como secundárias em

relação às abordagens técnicas predominantes. Essa constatação ressalta a necessidade de um equilíbrio maior na integração de diversas perspectivas teóricas e interdisciplinares.

A caracterização das produções envolveu uma análise crítica das tendências e enfoques principais, permitindo a identificação de lacunas significativas. Entre essas lacunas, destacam-se a carência de abordagens teóricas mais robustas e a necessidade de maior diversidade na prática e na pesquisa. A pesquisa apontou para a importância de expandir e diversificar a compreensão do campo, promovendo uma maior integração de perspectivas teóricas e interdisciplinares.

Além disso, foram identificadas áreas promissoras para potencial inovação e reflexão crítica. Essa análise não apenas mapeou as tendências atuais, mas também propôs a reflexão sobre como a Ciência da Informação brasileira pode evoluir para uma prática mais inclusiva e teoricamente enriquecida, promovendo um desenvolvimento mais abrangente e inovador na área.

- **Objetivo D: Identificar novas possibilidades de categorização, teorização e conceitualização a partir da Teoria Decolonial**

A aplicação da Teoria Decolonial na Ciência da Informação brasileira abre novas possibilidades para categorização, teorização e conceitualização. A pesquisa demonstra que a Teoria Decolonial oferece uma estrutura que permite uma reavaliação crítica dos paradigmas existentes e propõe novas formas de compreensão e análise do conhecimento. O *corazonar* e o *sentipensar* emergem como alternativas epistemológicas que desafiam a dicotomia tradicional entre razão e emoção, e entre pensamento e prática. Essas abordagens oferecem uma perspectiva mais holística e integradora, que pode reconfigurar o campo da Ciência da Informação, promovendo uma maior inclusão de saberes diversos e contextuais.

Adicionalmente, o *corazonar* e o *sentipensar* são apresentados como formas epistêmicas distintas que compreendem o diálogo entre o conhecimento produzido e as práticas sociais. Estas formas estão intimamente ligadas às dinâmicas de vivência subjetiva dos sujeitos que produzem conhecimento, ultrapassando o convencionalmente estabelecido. *Corazonar* e *sentipensar* representam uma produção epistemológica que reconhece o coração e as ações que dele emanam como parte integrante do processo cognitivo, reconhecendo a constante interconexão entre o sentir e o pensar, algo historicamente negado pelo conhecimento tradicional.

INTERLÚDIO DA TESE - CÂNTICOS, PRECES E SÚPLICAS: PREPARANDO O TERRENO PARA NOVAS POSSIBILIDADES E RENOVAÇÃO

O conceito de futuro é fascinante e paradoxal: ele ainda não existe, mas nos impulsiona a buscar constantemente novos patamares, como a graduação, o mestrado e o doutorado. Durante minha trajetória universitária, não era apenas um observador dos corredores; eu era parte intrínseca da universidade, assim como ela era parte de mim. Cada sala de aula, cada corredor e cada conversa que ali ocorria vibravam com a mesma intensidade que pulsava em minhas veias. Esta jornada de dez anos tornou-se tão fundamental quanto a própria instituição.

É como deixar para trás uma parte de mim moldada ao longo desses anos. Ao passado, devo meu conhecimento, minha cultura, quem sou. Mas me lembro de que todo esse aprendizado e crescimento não desaparecem; eles se tornam parte de quem sou. Ao presente, devo tudo que aprendi. O futuro pode parecer incerto agora, mas sigo de braços abertos para abraçar o novo, certo de que encontrarei um caminho que me preencha. Como diz a canção: “Portas e janelas sempre abertas para a sorte entrar.” As coisas acontecem todo dia e em todo lugar, a vida sempre trazendo surpresas. E como vão as coisas? É o que nos perguntam, o cotidiano voraz.

Caminhando pelos corredores familiares, sinto o peso da despedida apertando-me o peito. Como deixar para trás algo que me ajudou a descobrir quem sou? Essa despedida não é apenas do ambiente físico, mas de uma parte de mim que se enraizou nos recantos da alma universitária. Despeço-me do constante fluxo de debates em salas de aula, dos seminários que desafiaram minhas ideias, das leituras que ampliaram meus horizontes. Tudo contribuiu para eu ser quem sou, mas nem sempre foram euforias; houve momentos de revolta e de mágoa. No entanto, mesmo diante da incerteza, há uma centelha de esperança que brilha em meu íntimo. Levo comigo não apenas um diploma, mas um arsenal de conhecimento, habilidades e experiências que me capacitam a enfrentar os desafios que virão.

O medo do desconhecido se mistura à nostalgia dos dias passados, enquanto questiono meu lugar no mundo pós-universitário. Quem serei sem o amparo da academia? Serei eu mesmo, caminhando com meus próprios pés, assim como aprendi durante todos esses anos. Estou pronto para abraçar o futuro com o entusiasmo e a determinação que aprendi a cultivar na universidade. Ela faz parte de quem sou. Foram bons momentos, mas também maus momentos. Descobri que é uma instituição com um sistema de conhecimento opressor e, por mais que a agradeça, aprendi a criticá-la também, a provocá-la. É um espaço de poder, e tive o

privilégio de fazer parte dele e ser fomentado por ele. O fomento pagou minhas contas que o capitalismo insiste em bater à porta.

A universidade tem prazos e teorias questionáveis; é um sistema opressor como qualquer outro e precisa ser reformulado. Que esta tese seja uma provocação para mudanças nas bibliografias racistas epistêmicas da Ciência da Informação, que contribuam para a matança dos corpos e dos saberes das populações negras e dos povos indígenas. Que ela se manifeste como um real movimento de mudança nas disciplinas analisadas e reverbere em outras áreas. Que esta tese seja o movimento da provocação, do questionamento, de mudanças nas estruturas, nas consciências, nos saberes, nos conhecimentos e nas práticas. Que a universidade e seu conhecimento científico aprendam a subir o morro, a fazer parte das comunidades e das palafitas, ampliando e melhorando as condições sociais dessas populações e não sendo a força motriz que afoga cada vez mais esses ‘não-seres’.

Como bem nos lembra o poeta Belchior: “Eu vou viver as coisas novas, que também são boas. O amor, humor das praças cheias de pessoas. Agora eu quero tudo, tudo outra vez.” Ainda me conectando com Belchior, quando canta: “Diz, América que es nossa, só porque hoje assim se crê. Há motivos para festa? Quinhentos anos de que?” E, enfim, me reencontro com Belchior durante uma tese doutoral e assim a finalizo citando o poeta e me reconhecendo outra vez em suas letras ao dizer: “Não quero o que a cabeça pensa, eu quero o que a alma deseja.”

Para todas, todos e todes que lerem e se fizerem presente nessas palavras, saibam que as escrevi com imenso sol no peito.

Até aqui, minha escrita resistiu e sobreviveu, reafirmando a força da resistência e a resiliência do saber. Amém! Axé!

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, Giorgio. **O que é contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2009. Tradução de: Vinícius Nicastro Homesko.
- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a política. São Paulo: Autêntica, 2015. Radução, Davi Pessoa.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ALMEIDA, Marco Antonio Defino de. Reserva Indígena de Dourados: deslocados internos entre inimigos e/ou indiferentes. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno et. al. (org.). **Reserva Indígena de Dourados**: histórias e desafios contemporâneos. São Paulo: Karywa, 2019. p. 135-160.
- ALVARES, Lilian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **Transinformação**, Campinas, v. 3, n. 22, p. 195-205, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rQZcj9bqkmQW5xrpLK8Z8NL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- ANZALDÚA, Glória. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da Uff – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, [s. l], v. 39, n. 1, p. 297-309, 24 ago. 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação?** Belo Horizonte: Kma, 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palabra Clave (La Plata)**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 116-130, 1 abr. 2021. Universidad Nacional de La Plata. <http://dx.doi.org/10.24215/18539912e116>.
- ARIAS, Patricio Guerrero. **Corazonar**: uma antropologia comprometida com la vida. Quito, Ecuador: Abya Yala, 2010.
- AUTOAFIRMAÇÃO: quem é indígena no Brasil? Realização de Luana Genot. [S. L.]: Gnt, 2022. Son., P&B. Luana Genot e Lian Gaia conversam pela experiência da própria Gaia sobre a importância da autoafirmação para reconhecimento da proporcionalidade dessa população no país.. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s3SSjq5Idj8&t=985s>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BAIANOS, Novos. **Acabou chorare**. São Paulo: Som Livre, 1972.CD.
- BASSI, Rafael. [Entrevista cedida a] Orlando Fals Borda, El Heraldo, Bar-ranquilla. 19 de out. 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 15-24, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BORKO, Harold. Information Science: what is it?. **American Documentation**, [s. l], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod_resource/content/1/Borko.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BROOKES, Bertram Claude. The foundations of information science. **Journal Of Information Science**, [S.L.], v. 2, p. 125-133, out. 1980.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020. 176 p.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p. 1-14.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHALMERS, Alan Francis. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

COOGLER, Ryan. **Pantera Negra**. Produção de Kevin Feige. Produção executiva de Louis D'Esposito, Victoria Alonso, Nate Moore, Stan Lee, Jeffrey Chernov. Roteiro de Joe Robert Cole e Ryan Coogler. Baseado em "Pantera Negra" de Stan Lee e Jack Kirby. Ano: 2018. Colorido. 134 minutos.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. Epistemología y ciencia de la información: un diálogo inconcluso. **Acimed**, [s. l], v. 2, n. 21, p. 140-160, 2010.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. La Historiografía de la Ciencia de la Información y sus periodizaciones: una aproximación. **Revista Cubana de Información En Ciencias de La Salud**, Cuba, p. 1-11, out. 2022. Disponível em: <http://www.acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/view/2022/pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

CORDELL, Crystal. Émotions entre théories et pratiques. **Raisons Politiques**, [s. l], v. 65, n. 1, p. 5-13, mar. 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2017-1-page-5.htm>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CUNHA, Luciano Carlos. "O que é especismo? E o movimento antiespecista?" Politize, 2020-2024. Entrevista conduzida por Regiane Folter. Disponível em: <https://www.politize.com.br/especismo-e-antiespecismo/#:~:text=O%20especismo%20%C3%A9%20uma%20forma,de%20uma%20esp%C3%A9cie%20sobre%20outra>. Acesso em 01 de fevereiro de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DESCOLONIZANDO o Conhecimento. Produção de Grada Kilomba. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2016. (60 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs&t=594s>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DIÁDINEY, Helena. **Saberes indígenas: produção de conhecimento desde os territórios**. São Paulo: Hucitec, 2020.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, v. 46, p. 1-34, jun. 2015. Parte I. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Medita%C3%A7%C3%B5es+anti-cartesianas&oq=Medita%C3%A7%C3%B5es+anti-c>. Acesso em: 02 jul. 2022.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, p. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005.

DUSSEL, Enrique. **1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidade** (conferencias de Frankford, octubre 1992). Bolivia: Plural Editores, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. México: Editorial Edicol, S. A., 1977. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/29.Filosofia_da_libertacao.pdf. Acesso em: 18 fev. 2024.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: Unesp, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, Ene.-Dic. 2003. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 18 fev. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **17Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, jul. 2007.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para américa latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Paul Otlet e o centenário da FID. In: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Organização do conhecimento e sistemas de classificação**. Rio de Janeiro: IBICT, 1996. p. 1-150. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/776>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 11, p. 6-19, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/rPpchWXW8kKL8tYQ36tJH4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FREIRE, Isa Maria; SILVA, Tiago José da. Um olhar sobre Historiografia e Epistemologia no campo da Ciência da Informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 133-164, 13 set. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/148145>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FREITAS, Lúcia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da ciência da informação: um esboço arqueológico. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2003. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4085/3734>. Acesso em: 02 jul. 2022.

GARRIDO ARANDA, Antonio. **Moriscos e índios: precedentes hispânicos de la evangelización de México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.

GOMES, Liliana Esteves. Ciência da Informação: fundamentos e perspectivas da área científica. In: MARQUES, Maria Beatriz; GOMES, Liliana Esteves. **Ciência da Informação: visões e tendências**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. p. 1-396.

GOMES, Liliana Isabel Esteves. **Gestão da informação, holística e sistêmica, no campo da Ciência da Informação**: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na universidade de Coimbra. 2016. 434 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doctorado En Sociedad del Conocimiento: Nuevas Perspectivas En Documentación, Comunicación y Humanid, Universidade da Corunha, Coimbra, 2016. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/43201/1/EstevesGomes_LilianaIsabel_TD_2016.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Néida. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-73, abr. 2003.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Néida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jun. 2001.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, p. 223-244, out. 1984. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20-

[%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](#). Acesso em: 01 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jun. 1988.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos Luís. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 1-12, 30 nov. 2021. Liinc em Revista.

<http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5759>. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5759>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GROSGOUEL, Ramon. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking and global coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. I, n. 1, p. 1-38, 2011. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século xvi. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 7-41, jan. 1995. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 18 fev. 2024.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995.

HUNTER, James C.. **O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

KILOMA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Tradução de: Jess Oliveira.

KUSCH, Rodolfo. **Obras Completas – Tomo II:** (América profunda e el pensamiento indígena y popular em América). Rosário, Argentina: Editorial Fundación A. Ross., 2000.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas.** Chicago: Perspectiva, 1998.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. Tradução de: Carlos Irineu da Costa.

LEMKIN, Raphael. **Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress.** Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace. 1944. Disponível em: <http://www.preventgenocide.org/lemkin/AxisRule1944-1.htm>. Acesso em: 18 fev. 2024.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, v.9, n.1, p. 73-101, dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 dez. 2024.

MACHADO, Almiros Martins. Terena, Guarani, Kaiowá e Guateka: convivência entre nós e os outros. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno et. al. (org.). **Reserva Indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos.** São Leopoldo: Karywa, 2019. p. 77-94.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível.** Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCO, Guy A.. Dois falsos dogmas da ciência da informação. **Nova Biblioteca Mundial**, [s. l], v. 97, n. 1131, p. 11-14, out. 1996.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais cenários e perspectivas. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 14, p. 19-40, abr. 2009. Número especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/YRPbkTdhBSkTwyfL4TnRstk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MARTÍN DE LA HOZ, Juan Carlos. **El islam y España.** Madrid: Rialp, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. Novos olhares sobre a história de Abya-Yala (América Latina): a construção dos "outros", a colonialidade do ser e a relação com a natureza. In: MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Narrativas Insurgentes:**

decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 48-69. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2020/12/narrativas-insurgentes.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira**. São Paulo: Global, 2019.

MOSTAFA, Solange Puntel. Epistemologia ou Filosofia da Ciência da Informação? **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 65-73, dez. 2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 2019. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NOTAS para metodologia decolonial/anarcoqueer/insubmissa. Realização de Alexandre Fernandes. [S. L.]: Gelpoc, 2020. (60 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QNYq2pjSdOI&t=1406s>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica. **Uma Perspectiva Histórica Para A Ciência da Informação no Brasil**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, abr. 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152>. Acesso em: 02 jul. 2022.

PESSOA, Fernando. **Ultimatum Álvaro De Campos Sensacionista**. Lisboa: Editorial Cultura, 1917.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação. In: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 1-260. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1020>. Acesso em: 02 jul. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Pesquisadores da Grã-Bretanha pioneiros na história da Ciência da Informação. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Congresso**. Florianópolis: ENANCIB, 2013. p. 1-17. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/184067>. Acesso em: 02 jul. 2022.

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Cátedra Humanismo Latino, 2008. Disponível em: http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. Feminism for Today, Londres, 1993.

PRÉVOST, Héloïse. "Até que todas sejamos livres": o ativismo 'sentipensado' das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapiatalistas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-22, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5969/5584>. Acesso em: 15 out. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S. et al. (org.). **Introducción a las Epistemologías del Sur**. Buenos Aires: CLACSO; Coímbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2009. p. 73-118.

Boyd. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Processing & Management**, Amsterdã, v. 32, n. 1, p. 3-17, out. 1996.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** SP: Ed. Companhia das Letras, 2018, p. 41.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: Inct, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Coimbra: Almedina, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**, p. 23-72. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, [s. l], v. 1, n. 1, p. 41-622, jun. 1996. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2017/07/pdf_7810a51cca_0000015436.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

SOUSA, Fernanda Brabo. *Corazonar* o pensar e o fazer pesquisa em educação como proposta para metodologias outras: esboços germinais. **Revista Cocar**, Belém, v. 11, n. 22, p. 248-266, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1606>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SUELI Carneiro: **Ciência e racismo**. [S.L.]: Instituto Serrapilheira, 2021. (2 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gBYk4ePmS6s&t=17s>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ufmg, 2010. 133 p. Tradução de: Sandra Regina Goulart Almeida.

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de história e historiografia. **Biblos**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, p. 53-59, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/443>. Acesso em: 01 jul. 2022.

TORRES, Nelson Maldonado. Religion, conquête et race dans la fondation du monde moderne/colonial. *In*: Mestiri, Mohamed; Grosfoguel, Ramon; Soum, El Yamine (Eds.). **Islamophobie dans le monde moderne**. Paris: IIIT, 2008.

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DO UNIVERSO DA PESQUISA

Bibliografias das disciplinas analisadas de acordo com as sequências das regiões: Sudeste; Nordeste; Sul e Centro-Oeste.

Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília)

Disciplina: Epistemologia da Ciência da Informação

ALBAGLI, S. (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

ALFARO LÓPEZ, H. G. **Estudios epistemológicos de Bibliotecología**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. Disponível em: <https://libros.metabiblioteca.org/bitstream/001/216/8/978-607-02-0748-8.pdf>. Acesso em 25 maio 2021.

AQUINO, M. de A. (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Prefácio de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. Brasília, DF: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte, MG: KMA, 2018.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à Filosofia da Ciência**. 3. ed. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2010.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BARATIN, M.; JACOB, C. (dir.). **O poder das Bibliotecas: memória dos livros no Ocidente**. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BARRETO, A. de A. **A condição da informação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BARRETO, A. de A. **A questão da informação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BARRETO, A. de A. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002.

BARRETO, A. de A. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 3 maio 2004.

BOURDIEU, P. **Os intelectuais e a ideologia**. In: ENTREVISTAS do Le Monde: a sociedade. São Paulo: Ática, 1989. p. 87-97. (a)

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Memória e Sociedade). (b)

BRONOWSKI, J. **O senso comum da ciência**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Tradução de Cláudia Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BUNGE, M. **Epistemologia**: curso de atualização. Tradução de Claudio Navarra. São Paulo: USP, 1980.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2016.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II**: da Enciclopédia à Wikipédia. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BUTLER, P. **Introdução à Ciência da Biblioteconomia**. Tradução de Maria Luiza Nogueira. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CAPURRO, R. **Hermeneutica y el fenómeno de la information**. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <<http://www.capurro.de>>. Acesso em: 27 jun. 2004.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. *In*: **I Encuentro Internacional de Expertos en Teorías de la Información**: un enfoque interdisciplinar. Anais... León, Espanha, 2008.

CARRILHO, M. M. (org.). **Epistemologia**: posições e críticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: UNESP, 1994.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Tradução de Raul Filker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CINTRA, A. M. M. Subjetividade e interdisciplinaridade na Biblioteconomia. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 32-43, set./dez. 1996.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMTE, A. A filosofia positiva e as ciências. *In*: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia**: posições e críticas. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 1-14.

CUPANI, A. A razão e a ciência. *In*: ROUANET, L. P.; SILVA FILHO, W. J. (org.). **Razão mínima**. São Paulo: Unimarco, 2004. p. 37-52.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 2. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2013.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

DIAS, E. W. Ensino e pesquisa em ciência da informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003. (a)

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor; 63).

DURKHEIM, É. Prefácio da primeira edição. Prefácio da segunda edição. Introdução. O que é um fato social? *In*: DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. Revisão da tradução de Eduardo Brandão. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. XI-XXXIV; p.1-13.

DURKHEIM, É. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994. (Coleção Fundamentos de Direito).

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FLORIDI, L. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, jul./dez. 2010.

FOSKETT, D. J. Alguns aspectos sociológicos dos sistemas formais de comunicação do conhecimento. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.1, n.1, jan./jun. 1973.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

FREIRE, I. M. Um olhar sobre a produção científica brasileira na temática epistemologia da Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2008.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GANGUILHEM, G. O objecto da história das ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia**: posições e críticas. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbernkian, 1991. p. 107-132.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la Documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011.

GARCÍA MARCO, F. J. Bases epistemológicas del ejercicio profesional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 1, p. 9-38.

GIL, F. O plano da ciência. In: DEUS, J. D. de (org.). **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 158-186.

GOMES, H. E. (org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 25-47.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44175>. Acesso em: 26 maio 202.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 87-99.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, 217-222, set./dez. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação, Brasília, DF**, v. 32, n. 1, p. 60-46, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista Brasileira de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 257-266, jul./dez. 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DataGramZero** – Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Os vínculos e os conhecimentos: pensando o sujeito da pesquisa trans-disciplinar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Validade científica: da epistemologia à política e à ética. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.339-359, nov., 2015. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i2.816>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3649/3108>. Acesso em: 27 maio 2021.

GRECO, J.; SOSA, E. (org.). **Compêndio de Epistemologia**. Tradução: Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAHN, T. B. What has information science contributed to the world? Bulletin of the American Society for Information Science and Technology, **Silver Spring**, v. 29, n. 4, p.2-3, apr./may 2003.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Tradução de Janaína Marcoantonio. 19. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

HASSEL, L. A philosophical look at management knowledge. CEUR Workshop Proceedings, **Luzern**, v. 85, 2003. (Proceedings of the WM 2003 Workshop on Knowledge Management and Philosophy). Disponível em: <<http://sunsite.informatik.rwthachen.de/Publications/CEURWS/Vol-85/>>. Acesso em: 29 abr. 2004.

HJØRLAND, B. **Library and information science: practice, theory, and philosophical basis**. Information Processing and Management, [S. l.], v. 36, p. 501-531, 2000.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento filosófico**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

KOYRÉ, A. Perspectivas sobre a história das ciências. *In*: CARRILHO, M. M. Org.). **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 89-106.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Ensaio introdutório de Ian Hacking. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KUHN, T. S. O que são revoluções científicas? *In*: KUHN, T. S. **O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica**. Tradução: Cesar Mortari. Revisão técnica: Jézio Hernani B. Gutierrez. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 23-45.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 1**. Tradução: Marcos Barbosa de Oliveira et al. 2. ed. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia; Editora 34, 2008.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 2**. Tradução: Marcos Barbosa de Oliveira et al. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia; Editora 34, 2010.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (org). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LATOURET, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOES, A. A. B. de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Prefácio de Gilda Maria Whitaker Verri. Brasília: Briquet de Lemos, 2015.

LÉVY-LEBLOND, J.-M. **A velocidade da sombra: nos limites da ciência**. Tradução de Maria Idalina Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

LINARES COLIMBIÉ, R. **Ciencia de la información: su historia y epistemologia**. Bogotá: Rojas Eberhard, 2005.

LOGAN, R. K. **Que é informação?** A propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Tradução de Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoria e história**. 2. ed. actual. y ampli. Panplona: EUNSA, 1995.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MARCONDES, D. **Textos básicos de Filosofia e História das Ciências: a revolução científica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Conhecimento científico e ciência. *In*: MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 1-30.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da Informação**. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MIKHAILOV, A. L.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKYI, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica: a propósito do escopo da informática. *In*: GOMES, H. E. (org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 70-89. (Série Ciência da Informação).

MIRANDA, A. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003.

MONTAIGNE, M. de. Dos livros. *In*: MONTAIGNE, M. de. **Ensaaios**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 196-201.

MORAIS, R. de. **Filosofia da ciência e da tecnologia: introdução metodológica e crítica**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

MOREIRA, M. A.; MASSONI, N. T. **Epistemologias do século XX: Popper, Kuhn, Lakatos, Laudan, Bachelard, Toulmin, Feyerabend, Maturana, Bohn, Bunge, Prigogine, Mayr**. São Paulo: E.P.U, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar e reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, E. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOSTAFA, S. P. Epistemologia ou filosofia da Ciência da Informação? **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 65-73, set./dez. 2010.

NAGEL, E. Ciência: natureza e objetivo. *In*: MORGENBESSER, S. (org.). **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1972.

NOVAES, A. (org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
O CONCEITO de informação na ciência contemporânea. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. **Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont**. Série Ciência e Informação, v.2.

OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, P. de S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. *In*: OLIVEIRA, P. de S. (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998. p. 17-26.

OMNÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.

ORØM, A. Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. **Journal of Documentation**, London, v. 56, n. 1, p. 12-26, jan. 2000.

OTLET, P. **Documentos e documentação**: introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal. Paris, 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

PATY, M. A ciência e as idas e voltas do senso comum. **Scientiae Studia**, v. 1, n. 1, p. 9-26, 2003.

PINHEIRO, L. V. R. (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999.

PINHEIRO, L. V. R. A gênese da ciência da informação: os sinais enunciadores da nova área. *In*: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. *In*: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 155-182.

PINHEIRO, L. V. R. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.

PINHEIRO, L. V. R. Infra-estrutura da pesquisa em ciência da informação no Brasil. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

POPPER, K. A defesa do racionalismo. *In*: MILLER, D. (org.). **Textos escolhidos: Karl Popper**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão de Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010. p.33-44.

POPPER, K. Conhecimento subjetivo versus conhecimento objetivo. *In*: MILLER, D. (org.). **Textos escolhidos: Karl Popper**. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão de Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010. p.57-75

RENDÓN-ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas da Bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROQUEPLO, P. Oito teses sobre o significado da ciência. *In*: DEUS, J. D. de (org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 140-157.

ROSENBERG, A. **Introdução à filosofia da ciência**. Tradução: Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ROSSI, P. **A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SANTAELLA, L. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Unesp, 2004.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p.33-49.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Silver Spring, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, T. Integrating education in librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 59-66, 1979.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 1995.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Educação em ciência da informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-12, 1978.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHERA, J. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *In*: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 90-105. (Série Ciência da Informação).

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação profissional. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 1, p. 9-24.

SNOW, C. P. **As duas culturas e uma segunda leitura**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza e Renato de Azevedo Rezende Neto. São Paulo: Edusp, 1995.

SOUZA, F. C. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. (Teses NUP; 9).

TOUTAIN, L. M. B. B. (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

VALENTIM, M. L. P. Construção do conhecimento científico. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 7-28.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VEJA-ALMEIDA, R. L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; LINARES COLIMBIÉ, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la información: una sistematización. **Information Research**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/14-2/paper399.html#hjo95>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WHITEHEAD, A. N. **A ciência e o mundo moderno**. Tradução de Hermann Herbert Watzlawick. São Paulo: Paulus, 2006.

WILDEN, A. Informação. *In*: ENCICLOPEDIA Einaudi. **Comunicação, cognição**. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000. (v.34).

WINDSOR, D. A. Industrial roots of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Silver Spring, v. 50, n. 12, p. 1064-1065, 1999.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. *In*: **O CONCEITO de informação na ciência contemporânea**: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. v. 2, p. 154-179.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
--

Disciplina: Perspectivas da Ciência da Informação
--

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **JASIS**, v.27, n.4, p.197-204, July/August, 1976.

BEZERRA, A.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. *In*: Sarita Albagli. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013, v. 1. p. 34-56.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BROOKES, Bertram C. The foundations of Information Science. Part IV. Information Science: the changing paradigm. **Journal of Information Science**, v.3, p.3-12, 1981.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: V encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB*. Belo Horizonte, 10 de novembro de 2003.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection *In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND.1991. Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham,1992. p. 82-96.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. **ARIST**, v.37, p. 343-411, 2003.

CORNELIUS, I. Information and its philosophy. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 377-386, win. 2004.

FARRADANE, J. The Nature of information. **Journal of information science principles & practice**, v. 1, n. 1, p. 13-17, apr. 1979.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.5, n. 2, p.7-31, 2009.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Para una reflexión epistemológica sobre la ciencia de la información. **Signo y Pensamiento**, v. 50, p. 10-22, 2007.

HJORLAND, Birger. Library and Information Science: practice, theory and philosophical basis. **Information Processing and Management**, v.36, n.3, p.501-531, 2000.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 221 p. (Série Logoteca).

KLEIN, Julie Thompson. **Crossing boundaries, knowledge disciplinarity, and interdisciplinarity**. Charlottesville, London: University Press of Virginia, 1996. 281p.

LEVIE, Françoise. **L'homme qui voulait classer le monde: Paul Otlet et le Mundaneum** ("The Man Who Wanted to Classify the World: Paul Otlet and the Mundaneum). Brussels: Les Impressions Nouvelles, 2006. Documentary.

MERTA, A. Informatics as a branch of science. In: FID/RI- International Federation for Documentation. **Study Committee Research on Theoretical Basis of Information**. On theoretical problems of Informatics, Moscou, ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969 (FID 435) p.32-40.

MIKHAILOV, A. I., CHERNYI, A. I., GILYAREVSKY, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica. *In: Ciência da Informação ou Informática?* Org.de Hagar Espanha Gomes Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 71-89 Publicado originalmente pela FID. Comitê de Estudos de Base Teórica da Informação. Collectction papers. Moscow, All Union Institut for Scientific and Technical Information, 1975.

MIKHAILOV, A. I., CHERNYI, A. I., GILYAREVSKI, R. S. Informatic, a new name for theory of scientific information. *Naukno-Tekhnicheskaya Informatsiya*, n. 12, p.35-39, 1966.

MIKHAILOV, A. I., CHERNYI, A. I., GILYAREVSKY, R. S. **Informatics**: its scope and methods. In: FID/RI- International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of Informatics, Moscou, ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969 (FID 435).

ODONNE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. *Ciência da Informação*, v.5, n.1, maio/ago. 2006

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre. Théorie et pratique. Liège, Centre de Lecture Publique de la Communauté Française de Belgique, 1989.

OTLET, Paul. L'organisation des travaux scientifiques. In: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES. **Conférences** faites en 1919-1921. Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p. 13-50. Conferência proferida em 23 de fevereiro de 1919.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. *Investigación Bibliotecológica*, México, v.12, n.25, p.132-163, 1998.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. *In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB*. Salvador. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA). 28 a 31 de outubro de 2007.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Configurações disciplinares e interdisciplinares da Ciência da Informação no ensino e pesquisa no Brasil. *In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (Orgs.). A Ciência da Informação criadora de conhecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, University Press, 2009. p. 99-111.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *In: ALBAGLI, Sarita. Fronteiras da Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: IBICT, 2013. p.7-33.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Pesquisadores da Grã-Bretanha pioneiros na História da Ciência da Informação**. ENANCIB 14. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 30 de outubro a 1º de novembro de 2013.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da ciência da informação: disciplinaridade, interdisciplinaridade,

transdisciplinaridade e aplicações *In*: BENTES PINTO, V.; CAVALCANTE, L. E.; SILVA NETO, C. (Org.). **Abordagens Transdisciplinares da Ciência da Informação**: Gênese e Aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p.. 71-104.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, v.15, n.1, 2005.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília: v.24, n.1, p.42-53, jan./jul.1995.

PINHEIRO, Lena Vania R. Do Instituto Internacional De Bibliografia Ao Instituto Brasileiro De Bibliografia E Documentação: As Bibliografias Como Memória Do Conhecimento e Reflexos Das Ideias De Otlet No Brasil. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 63 - 85, maio./ago. 2015.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Mutações da Ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação e sociedade**: estudos, v. 28, n.3, set./dez. 2018. p. 115-134. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43317>>.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **LIINC em Revista**, v.1, n.1, p.3-15, mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc>>.

RAYWARD, W. B. The history and historiography of Information science: some reflections. **Information Processing and Management**, v.32, n. 1, p.3-17, Jan. 1996. Disponível em: <<http://www.asis.org/Bulletin/Apr-05/rayward.html>>

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Cuestiones epistemológicas de la Ciencia bibliotecológica y de la información. **Informare**, v.5, n. 2, p. 31-37, jul./dez.,1999.

ROBERTS, N. Social considerations towards a definition of information science. **Journal of Documentation**, v. 32, n. 4, p. 249-257, dec. 1976.

SALDANHA, Gustavo S. O documento e a 'via simbólica': sob a tensão da 'neodocumentação'. **Informação Arquivística**, v. 2, p. 65-88, 2013.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos. **A contribuição teórica de Alexander Ivanovich Mikhailov para a construção da Ciência da Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/Universidade Federal Fluminense – UFF. 12 de março de 2009. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

SARACEVIC, Tefko. Information Science: origin, evolution and relations. *In*: VAKKARI, Pertti, CRONIN, Blaise, ed. **Conceptions of Library and Information Science**; historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

SHERA, Jesse H., CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. **ARIST-Annual Review of Information Science and Technology** - ARIST, v.12, p.249-275, 1977.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of pos-modern knowledge usage. **Information and Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1992.

WERSIG, Gernot, NEVELLING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, p.127-140, Dec. 1975.

Universidade de São Paulo (USP)
--

Disciplina: Epistemologia da Ciência da Informação

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das Bibliotecas: memória dos livros no Ocidente**. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BUTLER, Pierce. **Introdução à Ciência da Biblioteconomia**. Tradução de Maria Luiza Nogueira. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Unesp, 1997.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

GLEICK, James. **A Informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. Tradução de Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, 217-222, set./dez. 1993.

GRECO, John; SOSA, Ernest. (Org.). **Compêndio de Epistemologia**. Tradução: Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Ensaio introdutório de Ian Hacking. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LATOUR, Bruno. **A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução de Ivone C. Benedetti. Revisão de tradução de Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

LÉVY-LEBLOND, Jean-Marc. **A velocidade da sombra: nos limites da ciência.** Tradução de Maria Idalina Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia e História das Ciências: a revolução científica.** Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas 2017.

MARÍAS, Julián. **História da Filosofia.** Prólogo de Xavier Zuribi. Epílogo de José Ortega y Gasset. Tradução de Claudia Berliner. Revisão técnica de Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da Informação.** Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento.** Tradução de Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

PRACONTAL, Michel de. **Impostura científica em dez lições.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2004.

PRICE, Derek de Solla. **A ciência desde a Babilônia.** Tradução: Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

Universidade Federal de Fluminense (UFF)

Disciplina: Ciência da Informação Trajetos e Horizontes Epistemológicos
--

BELKIN, N.J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, Mar. 1978.

BURKE, Colin. History of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 41, p. 3-53, 2007.

BUCKLAND, Michael; LIU, Ziming. History of Information Science. **ARIST**, New Jersey, v. 30, p.385-416, 1995.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação.** 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 12 mar. 2012.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, jan.-abr. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext&tlng=ES.

DAY, Ronald. **The modern invention of information:** discourse, history and power. Carbondale: Southern Illinois University, 2001.

DAY, R. LIS, method and postmodern science. **Journal of Education for Library and Information Science**, Arlington, vol. 37, n.4, p. 317-324, 1996.

FALLIS, Don. Social Epistemology and Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 40, p.475-519, 2006.

FERNANDES, Geni Chaves. **Cinco visões no campo da Ciência da Informação.** Rio de Janeiro, 2006. 42 p. Trabalho apresentado à banca avaliadora do concurso para Professor Adjunto 1 DE do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para aprovação.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da História e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 2003. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero02-2003/lidiafreitas.htm>. Acesso em 16 mar. 2012.

FROHMANN, Bernd. A Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v.9, n.14, p. 219-240, 2009. Disponível em: http://www.unirio.br/morpheusonline/numero14-2009/artigos/frohmann_pt.pdf . Acesso em 16 mar. 2012.

FROHMANN, B. **Deflating information:** from the science studies to documentation. London:University of Toronto Press, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>. Acesso em 12 mar. 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p.117-122, jul./dez. 1990

HAHN, T.B.; BUCKLAND, M. Historical studies in information science. **Medford: InformationToday**, 1998.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, dez. 1998.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. *In*: VAKKARI, P., CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science:** historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

Le Coadic, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

PORTOCARRERO, V. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das Ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

RAYWARD, W.B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography / International federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p.289-300, 1997.

RAYWARD, W.B. The history and historiography of Information Science: some reflections. **Information Processing & Management, Elmsford (NY)**, v. 32, n. 1, p.3-17, 1996.
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.136.1963>.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte**, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.36-41, 1995.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. 'Isms' in information science: constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 79-101, 2005.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
--

Disciplina: Fundamentos em Ciência da Informação

AQUINO, M. (Org). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

ARAÚJO, V. M. R. H. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, 1995.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to information science**. Londres: Facet Publishing, 2012.

BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, v. 19, p. 3-5, 1968.

BRAMAN, S. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Macmillan, 2004, p. 12-37.

BROOKES, B. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, n. 3-4, p. 125 – 133, 1980.

BUCKLAND, M.; LIU, Z. History of information science. *In*: HAHN, T.; BUCKLAND, M. (Eds.) Historical studies in information science. **Medford: Inf. Today**, 1998, p. 159-170.

CACALY, S. et al (Éds.). **Dictionnaire de l'information**. Paris: Armand Colin, 2004.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 110-136, ago./fev. 2014.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARDOSO, A. M. Pós-Modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996.

CORNELIUS, I. Theorizing information for Information Science, **ARIST- Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, 2002.

CORNELIUS, Ian. **Meaning and method in information studies**. Norwood: Ablex Publishing, 1996.

CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. (Orgs). *Ciência da informação e Documentação*. Campinas: Alínea, 2011. CRONIN, B. The sociological turn in information Science. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, 2008, p. 465-475.

DAY, R. E. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.

EPSTEIN, I. **Teoria da informação**. São Paulo: Ática, 1988.

FLYNN, R. **An introduction to information science**. New York: Marcel Dekker, 1987.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREIRE, G.; FREIRE, I. **Introdução à ciência da informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org). A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

FROHMANN, B. **Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory**. Londres, Ontário, 1995.

GARCIA, J. C.; TARGINO, M. G.(Orgs). **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB: reflexão e proposta para dinamização**. João Pessoa: Ideia, 2011.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero**, v.1,n. 6, dez/2000.

HAHN, T.; BUCKLAND, M. (Eds.) Historical studies in information science. **Medford**: Inf. Today, 1998.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: Trea, 2006.

HJORLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n.1, 2005, p. 130-155.

HJORLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspectives in Information Science. **JASIS**, v.53, n.4, 257-270, 2002.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoría y historia**. Pamplona: Eunsa, 1995.

LÓPEZ YEPES, J.; OSUNA ALARCÓN, M. R. (Coords.). **Manual de ciencias de la información y documentación**. Madrid: Pirámide, 2011.

MARTÍNEZ COMECHE, J. A. **Teoría de la información documental y de las instituciones documentales**. Madrid: Síntesis, 1995.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MURGUÍA, E. (Org). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, 2004.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G.D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do POMBO**, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: PIMENTA, Carlos (Org). Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade. Porto: Campo das Letras, p. 93-124.

RAYWARD, B. Library and information sciences. In: MACHLUP, F.; MANSFIELD, U. (Eds.). **The study of information: interdisciplinar messages**. Nova Iorque: Wiley, 1983, p. 343-363.

RENDÓN ROJAS, M. A. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México: UNAM, 2005.

RENDÓN ROJAS, M. A. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

RUBIN, R. **Foundations of library and information science**. N. Iorque: Neal-Schuman, 1998.

SALAÜN, J.-M.; ARSENAULT, C. **Introduction aux sciences de l'information**. Montréal: Presses de l'Université Montréal, 2009.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1996.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **Teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

SHERA, J.; CLEVELAND, D. History and foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 12, 1977, p. 249-275.

SILVA, A. B. M. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico**. Porto: Afrontamento, 2005.

SILVA, A.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação**. Recife: Néctar, 2011.

STOCK, W.; STOCK, M. **Handbook of information science**. Berlim: De Gruyter, 2013.

TOUTAIN, L. (Org). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: Edufba, 2007.

VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. Londres: Taylor Graham, 1992.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, v. 29, n. 02, mar. 1993, p. 229-239.

WILSON, T. A dimensão epistemológica da ciência da informação e seu impacto sobre o ensino em arquivologia e biblioteconomia. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 2, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br>.

ZINS, C. Conceptual approaches for defining Data, Information and Knowledge. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 58, n. 4, 2007, p. 479-493.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Disciplina: Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
--

AQUINO, Miriam de Albuquerque (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, Ed. Universitária, 2002. 264p.

BELKIN, N.J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, Mar. 1978.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **JASIS**, v.27, n.4, p.197-204, July/August, 1976.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, 0.3-5, Jan. 1968. BUCKLAND, Michael; LIU, Ziming. History of Information Science.

BUCKLAND, Michael; LIU, Ziming. History of Information Science. **ARIST**, New Jersey, v. 30, p.385- 416, 1995.

BUNGE, M. **Epistemologia**. São Paulo: Edusp, 1980.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Disponível em: <http://www.capurro.de/enacib_p.htm>. Também em CD-ROM. CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enacib_p.htm>. Acesso em: 7 jan. 2008.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y Ciencia de la Información. **Enlace**, v. 4, n. 1, Maracai-bo, abr. 2007.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. **ARIST**, v.37, 2003.

DAY, R. LIS, method and postmodern science. **Journal of Education for Library and Information Science**, Arlington, vol.37, n.4, p.317-324, 1996.

FROHMANN, B. **Deflating information: from the science studies to documentation**. London: University of Toronto Press, 2004.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: de volta para o futuro. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 12, n. 1, 2002. 16p. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuev12n102.html>>. Acesso em: 23 mar. 2003.

GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Ca-lunga, 1980a. 106 p.

GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A ciência da informação e suas implicações na formação de recursos humanos. *In*: CONGRESSO REGIONAL SOBRE DOCU-

MENTAÇÃO, 3.; REUNIÃO DA FID/CLA, 11., 1971, Lima, Peru. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. 492p. p. 422-433.

GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. *In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO*, 1., México, 1972. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 315-323.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, [S.L], v. 4, n. 2, p. 1-8, mar. 2001.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Disciplina: Epistemologia da Ciência da Informação

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316p.

BORKO, H. Information Science: whats is it? **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Cap. 2, p. 122-155.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, **Amsterdã**, v. 2, n. 3/4, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2016. 211p.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 20 jun. 2019.

DOMINGUES, I. Formas de racionalidade e estratégias discursivas nas ciências humanas na contemporaneidade. *In: DOMINGUES, I. Epistemologia das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Tomo I: Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. p. 31-163.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p.

31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1474/1448>. Acesso em: 30 nov. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Data grama zero** – revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, out. 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4591>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>. Acesso em: 20 jun. 2019.

HEEMANN, A. Considerações sobre alguns obstáculos à interdisciplinaridade na pós-graduação. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 10, p. 47-51, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/3092/2473>. Acesso em: 20 jun. 2019.

JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, edição especial, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1458/1432>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007. 260p.

LENOIR, T. **Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas**. São Leopoldo: Unisinos, 2004. 380p.

MARCIANO, J. L. P. Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: fenomenologia e hermenêutica. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 181-190, set./dez. 2006. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/666/646>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKYI, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica: (a propósito do escopo da Informática). In: GOMES, H. E. **Ciência Da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 71-89.

PIMENTA, C. Contributos para a elaboração de uma tese interdisciplinar. **Ideação** – revista do Centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 63-77, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4144/3189>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RENDÓN ROJAS, M. A. La Ciencia de la Información en el contexto de las Ciencias Sociales y Humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. **Data grama zero** – revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6340>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RENDÓN ROJAS, M. A. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago.

2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1090/1198>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, A. M. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2006.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? *In*: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. Cap. 2, p. 27-45.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. 176p.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo**. Maceió: Edufal, 2016.

SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar: uma introdução à produção colaborativa de conhecimento científico**. Maceió: Edufal, 2016.

TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. **Revista brasileira de pós-graduação**, v. 1, n. 1, p. 57-69, jul. 2004. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/22/19>. Acesso em: 20 jun. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 2012. 175p.

ZINS, C. et al. Mapa do conhecimento da Ciência da Informação: implicações para o futuro da área. **Brazilian journal of Information Science**, v. 1, n. 1, p. 3-32, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/32/31>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
--

Disciplina: Bases Epistemológicas em Ciência da Informação

ARAÚJO, Carlos Alberto Avila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://rfrost.people.si.umich.edu/courses/SI110/readings/misc/Buckland.pdf>.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CORNELIUS, I. Theorizing information for Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, 2002.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Epistemologia da Ciência da Informação: evolução da pesquisa e suas bases referenciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.23, n.3, p.89-103, jul./out. 2018.

FROHMANN, B. A Documentação Rediviva: Prolegômenos A Uma (Outra) Filosofia da Informação. Morpheus. **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, a. 09, n. 14, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5 - 18, 2001.

HJORLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n.1, p. 130-155, 2005.

LINARES-COLUMBË. R. **Ciencia de la Informacion**: su historia e epistemología. Bogotá, Colombia: Rojas Editores, 2005.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento desde paul otlet e as propostas neodocumentalistas. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2018.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, n. 2, p. 19- 33, Primavera 1998. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>.

RAYWARD, W. B. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**,v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997. Disponível em: <http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/OriginsofInfoScience.pdf>.

RENDÓN ROJAS, M. A. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, 2005.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1,p.34-41, 1995. ISSN 1518-8353 Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/530/482>.

SHERA, J. H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, H. E. (Orgs.). **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SILVA, A. M. A **Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.p. 15.176p.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: edições Afrontamento, 2002.

SILVA, J. L. C. **Fundamentos da informação I**: perspectivas em Ciência da Informação São Paulo: ABECIN Editora, 2017.

WERSIG, G. Information science: The study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

YU, L. Back to the fundamentals again. A redefinition of information and associated LIS concepts following a deductive approach. **Journal of Documentation**, v. 71 n. 4, p.795-816, Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm>.

ZINS, C. Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 58, n. 4, p. 479-493, 2007. ISSN 1532-2882. Disponível em: http://www.success.co.il/is/zins_definitions_dik.pdf.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
--

Disciplina: Epistemologia da Ciência da Informação

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

CHALMERS, A.F. **O que é a ciência afinal?** Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à epistemologia**. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, 202p.

POPPER, K.R. **Conhecimento Científico.**; São Paulo: EDUSP, 1975.

Universidade de Brasília (UnB)

Disciplina: Fundamentos da Ciência da Informação

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/29>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. **A Ciência da Informação como Ciência Social**. Brasília: UnB, 19 maio 2016. Palestra proferida no âmbito da disciplina Fundamentos da Ciência da Informação

(PPGCINF/UnB) e das atividades do Curso de Museologia (UnB). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bp3Q7wYSPsE>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n.1, pp.55-85, Mar. 1978.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, 1968. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k--artigo-01.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BROOKES, B.C. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspect. **Journal of Information Science**, n. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. Information as thing. **JASIS**, n. 42, 351–36,1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BUCKLAND, B. M. What kind of science can information science be? **JASIST**, v. 63, n. 1, p.1-7 Jan, 2012. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatsci.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic**, n.10, July 1945. Disponível em: <<http://totalrecallbook.com/storage/As%20We%20May%20Think%20Vannevar%20Bush%20450910.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Enl@ace: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, Año 4, n.1, Enero-Abril, p.11-29, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=82340102>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FAYET-SCRIBE, S. Você conhece Suzanne Briet?. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v.11, n.3, p.805–815, 2018.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la "Ciencia de la Información" en el mundo anglosajón. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, v. 9, n. 33, p. 41-61, 1993.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Ano 09, n.14, 2012. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/nelida_pt.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.117-122, jul./dez.1990. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1376>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, jan. 2000.

LÓPEZ YEPES, J. La construcción epistemológica de la ciencia de la Documentación. *In*: LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoría e história**. 2. ed. actual. y ampl. Pamplona: EUNSA, 1995. p. 59-152.

LÓPEZ YEPES, J. La perspectiva informativa de la Documentación: la Documentación como ciencia de la información documental: el concepto de Information Science. *In*: LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoría e história**. 2. ed. actual. y ampl. Pamplona: EUNSA, 1995. p. 153-196.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Persp. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 19-40, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a03v14nspe.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **BJIS**, v.3, n.1, p.3-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4364191>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

OTLET, P. **Documentos e documentação**: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <www.conexaorio.com/bit/otlet>. Acesso em: 8 jan. 2002.

PINHEIRO, L. V. Fronteiras e horizontes da pesquisa em ciência da informação no Brasil. *In*: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/450/1/Fronteiras%20da%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10 - nº 1 - p. 9-40 1º sem. 2008. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>> Acesso em: 24 fev. 2022.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 13, n. 2, p.5-25, 2019. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RAYWARD, B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Process & Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996. SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/530/482%3E>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARES, L.; ARAUJO JUNIOR, R. H. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 195-205, Dec. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/download/494/474>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Enc. Bibli.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, maio 2011. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110/17765>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S.; FREITAS, J. L. Configuração epistemológica da Ciência da Informação na literatura periódica brasileira por meio de análise de citações (1972-2008). **Persp. Ci. Inf.**, v. 15, n. 1, p. 18-43, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/948/829>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BERNARD, F. ; JOULE, R.-V. « Le pluralisme méthodologique en sciences de l'information et de la communication á l'épreuve de la « communication engageante », **Questions de communication**. v.7, 2005. Disponível em : <<http://questionsdecommunication.revues.org/4647>>. Acesso em: 10 maio 2012.

BERNARD, M. Les apports à la recherche des sciences de l'information et de la communication. **Réseaux**, v.18, n.100, p. 547-568, 2000. Disponível em : <http://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_2000_num_18_100_2237>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BEZERRA, A. C.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

BICALHO, L. Interações disciplinares presentes na pesquisa em ciência da informação. **Transinformação**, **Campinas**, v. 23, n. 2, p. 113-126, Aug. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/471>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BICALHO, L.; OLIVEIRA, M. A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspect. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 47-74, Sept. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1245>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BOURE, R. « **L'histoire des sciences de l'information et de la communication (3)** », **Questions de communication** [En ligne], v. 13, 2008. Disponível em : <<http://questionsdecommunication.revues.org/1724>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BRASILEIRO, F. S.; LOUREIRO, J. M. M.; FREIRE, G. H. A. Uma reflexão histórico-epistemológica da perspectiva social no campo da Ciência da Informação. **Investig. bibl**, México, v. 29, n. 65, p. 137-159, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v29n65/v29n65a7.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

CAPURRO, R. Prefácio. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo (Org.). **Informação: agentes e intermediação**. Prefácio de Rafael Capurro. Brasília: IBICT, 2016. No prelo. Disponível em: <<http://www.capurro.de/gonzalez.html>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

COLLINS, R. O surgimento das Ciências Sociais. In: COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009. p.13-48.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações. **Persp. Ci. Inf.**, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/556/338>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

DRAGULENESCU, N. G. **De nouveaux modèles pour les sciences de l'information ?** sic_00000514, version 1, 12 jul. 2003.

DUCHEYNE, Steffen. Paul Otlet's of knowledge and linguistic objectivism. **Knowledge Organization**, v.32, n.3, p.110-116, 2005.

FIGUEIREDO, V. Do fato social à multiplicidade social. In: SIMON, S. (Org.). **Um século de conhecimento: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX**. Prefácio de Roberto Salmeron. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. p.1223-1251.

FONDIN, H. La science de l'information ou le poids de l'histoire. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, v. 1, p.35-54, 2005. Disponível em: <http://www.u-grenoble3.fr/les_enjeux>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANÇA, A. L. D.; PINHO NETO, J. A. S.; DIAS, G. A. A Ciência da Informação e o pensamento de Bruno Latour: implicações para a análise de redes sociais. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.25, n.1, p. 137-144, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/137/13194>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FRANCELIN, M. M. Interdisciplinaridade e complexidade na Ciência da Informação: análise de possíveis contextos de formação e exercício profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., **Anais...** Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1533/1534>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FREITAS, Lúcia S. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus**, v.7, p.1-15, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4830>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

GLEICK, J. **A informação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **R. Bibliotecon**. Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 333-346, 1999/2000. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/128/1/GOMEZRBB200.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. Agentes e intermediação informacional: apontamentos sobre um mosaico interpretativo. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; RABELLO, R. (Org.). **Informação: agentes e intermediação**. Prefácio de Rafael Capurro. Brasília: IBICT, 2016. No prelo. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/25090/>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

KUHN, T. S. Posfácio – 1969. In: KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998. p. 217-257.

LAKATOS, I. Uma metodologia de programas de investigação científica. In: LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Edições 70, 1999, c1973. P.54-61 (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

LAMIZET, B.; SILEM, A. Information. In : LAMIZET, B.; SILEM, A. **Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication**. Paris: Ellipses, 1997. 297-302.

LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20temasdepesquisas.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Documento e significação na trajetória epistemológica da ciência da informação**. Tradução. Niterói: EdUFF, 2010.

FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 35-56. (Estudos da Informação, v. 1).

LATOUR, B. Centrais de cálculo. In: LATOUR, B.. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.349-420.

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. Disponível em: <<http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M1%20Aulas/M1A3%20Aula/20619171-le-coadic-francois-a-ciencia-da-informacao.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

LELEU-MERVIEL, Sylvie et USEILLE, Philippe. Quelques révisions du concept d'information. In: PAPY, Fabrice. **Problématiques émergentes dans les sciences de l'information**. Paris : Hermes Science Publications/Lavoisier, 2008. p.25-56. (Coll. Traité des

sciences et techniques de l'information, série Environnements et services numériques d'information).

LEMOS FILHO, A. As ciências sociais e o processo histórico. MARCELINO, N. C. (Org.). **Introdução às ciências sociais**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1989. p.19-29.

MARQUES, A. A. C. Os Lugares da Arquivologia no Campo da Informação. **Ci. Inf.**, v. 42, n. 1, jan. 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/2265/1987>>. Acesso em: 12 Fev. 2016.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina; 2006.

MATHURIN, C. Aspects de l'interdisciplinarité : essai de reconstitution d'un débat. *In*: BERTRAND, M.-A. et al. **L'interdisciplinarité et la recherche sociale appliquée : réflexions sur des expériences en cours**. Édité par Lucie Gélinau avec la collaboration de Carole Mailloux. [Montréal] : Université Montréal ; Université Laval, 2002. p.7-39.

NHACUONGUE, J. A.; FERNEDA, E. O campo da ciência da informação: contribuições, desafios e perspectivas. **Perspect. Ci. Inf.**, v. 20, n. 2, p. 3-18, June 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n2/1413-9936-pci-20-02-00003.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles : Mundaneum, 1934. PINHEIRO, L.V.R. Campo interdisciplinar em ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. **Investig. Bibl.**, v.12, n.25, p.132-163, 1998. Disponível em: <<http://132.248.242.6/~publica/conmutarr.php?arch=3&idx=320>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

POPPER, K. R. Parte I: Introdução à lógica científica. *In*: POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1974. p.27-60.

RABELLO, R. La construcción de objetos en la Ciencia de la Información: el caso del proceso organización del conocimiento. **Scire (Zaragoza)**, v. 17, p. 81-92, 2011. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/3885>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

RABELLO, Rodrigo. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspect. Ci. Inf.**, Belo Horizonte , v. 17, n. 1, p. 2-36, Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n1/a02v17n1.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

RENDÓN ROJAS, M. Á. Consideraciones iniciales. *In*: RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad). p.4-44. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiTjP-GhqfLAhVIGJAKHdHCBWUQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Flibros.metabiblioteca.org%2Fbitstream%2F001%2F402%2F8%2F970-32-2679-5.pdf&usg=AFQjCNFjC81fe4zGuqAgoXq2NrUqsiCq9w&sig2=PCEIshhWF30HfRCcaPPYtQ>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

RENDÓN ROJAS, M. Á. La ciencia bibliotecológica. *In*: RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad). p.161-173. Disponível em:
 <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiTjP-GhqfLAhVIGJAKHdHCBWUQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Flibros.metabiblioteca.org%2Fbitstream%2F001%2F402%2F8%2F970-32-2679-5.pdf&usq=AFQjCNFjC81fe4zGuqAgoXq2NrUqsiCq9w&sig2=PCEIshhWF30HfRCcaPPYtQ>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus Ed.; SSRR Informações, 2003.

SÁ, Alzira Trude de. Imagem fotográfica: a complexidade do percurso de Otlet aos dias atuais. **Ponto De Acesso**. Salvador, v. 14, n. 1, p. 83-96, abr.2020. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/43256/24234>. Acesso em 17 de maio de 2021.

SANTOS, A. P. L.; RODRIGUES, M. E. F. Ciência da Informação: demarcação teórico-disciplinar e as interações interdisciplinares com a Biblioteconomia. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n.1, p.91-100, jan./abr., 2014. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n1/a09.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ci. Inf.**, v. 6, n. 1, Jun. 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1564>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SILVA FERREIRA, R. Da informação nossa de cada dia à Ciência da Informação: conceitos, história, teorias e questões recentes. **Palavra chave**, v.4, n.1, p. 1-19, 2014. Disponível em:
 <<http://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/download/PCv4n1a01/6173>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SILVA, J. L. C. Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. **Investig. Bibl**, México, v. 27, n. 59, p. 67-92, abr. 2013. Disponível em:
 <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v27n59/v27n59a4.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SOUZA, R. F.; STUMPF, I. R. C. A Ciência da informação como área de conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p.41-58, 2009. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a04v14nspe.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

STAIL, A. Réflexions sur les recherches et le champ des sciences de l'information. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, v.1 p.1-13, 2004. Disponível em :
 <http://www.u-grenoble3.fr/les_enjeux>. Acesso em: 19 fev. 2016.

APÊNDICE B – REFERÊNCIAS DA AMOSTRA DA PESQUISA

Bibliografias das disciplinas analisadas de acordo com o recorte estabelecido no procedimento metodológico.⁴⁰

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/29>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **JASIS**, v.27, n.4, p.197-204, July/August, 1976.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BROOKES, Bertram C. **The foundations of Information Science**. Part IV. Information Science: the changing paradigm. *Journal of Information Science*, v.3, p.3-12, 1981.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Editora Unesp, 2016. 211p.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: V encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB*. Belo Horizonte, 10 de novembro de 2003.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Tradução de Raul Filker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à epistemologia**. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>. Acesso em: 20 jun. 2019.

⁴⁰ Constam aqui todas as referências cruzadas e que foram contabilizadas por 2 menções nas bibliografias dos programas, no entanto, como já explicitado na metodologia, o top 10 de/as autores/as mais citados/as consideramos a partir de 3 menções. Essa escolha se deve à necessidade de estabelecer um critério mais rigoroso para identificar os autores e autoras cuja obra tem maior impacto e relevância nos programas de pós-graduação, garantindo assim uma análise mais precisa e significativa das tendências e influências acadêmicas.

GRECO, J.; SOSA, E. (org.). **Compêndio de Epistemologia**. Tradução: Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HJORLAND, Birger. Library and Information Science: practice, theory and philosophical basis. **Information Processing and Management**, v.36, n.3, p.501-531, 2000.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, 202p.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007. 260p.

MIKHAILOV, A. I, CHERNYI, A. I., GILYAREVSKY, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica. *In: Ciência da Informação ou Informática?* Org.de Hagar Espanha Gomes Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 71-89 Publicado originalmente pela FID. Comitê de Estudos de Base Teórica da Informação. Collectction papers. Moscow, All Union Institut for Scientific and Technical Information, 1975.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *In: ALBAGLI, Sarita. Fronteiras da Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: IBICT , 2013. p.7-33.

RAYWARD, W. B. The history and historiography of Information science: some reflections. **Information Processing and Management**, v.32, n. 1, p.3-17, Jan. 1996. Disponível em: <<http://www.asis.org/Bulletin/Apr-05/rayward.html>>

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 24, n. 1, p.34-41, 1995. ISSN 1518-8353 Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/530/482>.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.